FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Economia Solidária:
Uma análise das cooperativas de produção agrícola do distrito de Marracuene.

Candidato: Plínio Osório Fonseca
Supervisor: Prof. Doutor Cláudio Mungói - UEM – Universidade Eduardo Mondlane - Maputo

Maputo, Abril de 2026

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORAMENTO EM DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Economia Solidária:
Uma análise das cooperativas de produção agrícola do distrito de Marracuene.

Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Eduardo Mondlane

Candidato: Plínio Osório Fonseca
Supervisor: Prof. Doutor Cláudio Mungói - UEM – Universidade Eduardo Mondlane - Maputo

Maputo, Abril de 2026

Economia Solidária: Uma análise das cooperativas de produção agrícola do distrito de Marracuene.

Tese apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Eduardo Mondlane.

Plínio Osório Fonseca

O Júri

Presidente

_____

Profª Doutora Inês Raimundo

Supervisor

_____

Prof. Doutor Cláudio Mungoi

Arguente Externo

_____

Profª Doutora Ana Luísa Silva

Arguente Interno

_____

Prof. Doutor Samuel António Quive

Arguente Interno

_____

Prof. Doutor Orlando Nipassa

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Plínio Osório Fonseca**, declaro que esta tese nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau académico ou em outro âmbito, e que ela constitui resultado da minha pesquisa individual. A mesma é apresentada em cumprimento integral dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento e Sociedade, pela Universidade Eduardo Mondlane.

O Autor

_____

(Plínio Osório Fonseca)

DEDICATÓRIA

Aos meus avós Fonseca Paulino, Isabel Nassivila, Joaquim Roia Tesoura (em memória).

Aos meus pais Osório Fonseca e Domilia Joaquim Roia Tesoura (em memória).

Às minhas filhas Lair Fonseca e Domília Fonseca, por me compreenderem mesmo inconscientes em diversas ocasiões em que estive ausente da família.

Aos meus irmãos, Sérgia, Télvio, Stella, Nilvan, Galba e Magna, minha fonte de inspiração e aprendizado, por me ensinarem o caminho da vida com clareza, humildade e honestidade.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão, em primeiro lugar, a Deus, pela vida e pelas bênçãos concedidas no decorrer desta jornada.

Ao meu supervisor, Prof. Doutor Cláudio Mungoi, pelo apoio e auxílio prestados durante a fase de pesquisa e elaboração da presente tese de doutoramento.

À Coordenação do Curso de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade, pela abertura e disponibilidade em atender e clarificar todas as nossas preocupações durante o período da nossa formação.

Ao Professor Doutor Jorge Fringe, pela prontidão na elaboração da carta de recomendação para o ingresso ao curso de doutoramento.

Ao Professor Doutor Augusto Guambe, pelo incentivo na escrita e pela revisão do trabalho final.

Aos meus irmãos Sérgia Fonseca, Télvio Fonseca, Stella Fonseca, Nilvan Fonseca, Galba Fonseca e Magna Fonseca, pelo apoio moral e financeiro nesta empreitada académica.

À Íris Balbina Vaz, por sempre acreditar em mim e por não se opor aos meus sonhos, mesmo quando isso implicava a minha ausência. Às lindas meninas que trouxe ao mundo, pela oportunidade de me terem tornado pai.

À Kelce Bento, pela pessoa carinhosa e amorosa que é, pela presença constante nesta caminhada, principalmente na etapa da defesa de qualificação e na fase final de escrita da tese. Pelo amor, compreensão, companheirismo e pelos sonhos partilhados nesta caminhada a dois. Que o amor seja para si a mais bela manifestação existencial e que Deus nos conceda a gratidão da amizade construída. Muito obrigado por tudo, e que, na caminhada da vida, possamos sempre contar um com o outro.

Aos meus amigos Ditter Marcelino, Silvan Ziglar, Helen Massinde, Hélio Dimas, Manuel José Correia, Azevedo Suege, Mussafo Manecas Ferraz, Rudêncio Morais e Ragi Goveiano, que sempre me incentivaram nos momentos difíceis, o que permitiu a realização deste trabalho.

Aos meus sobrinhos Bruno Fonseca Madeira, Lair da Domília, Marcos Fonseca, Tobias Fonseca, Nicolas Fonseca e Elias Fonseca, por trilharem o caminho do saber e da ciência tão precocemente.

À Malú Ngana (em memória), pela pessoa maravilhosa e amável que foi, pela ajuda e companheirismo prestados nesta empreitada, especialmente nos momentos iniciais deste processo. Foi nosso desejo que esta etapa fosse comemorada juntos, mas quis Deus que partisses para junto d'Ele. Que abraces este projecto desde o céu e te alegres comigo, e que esta obra, que hoje é publicada, seja a mais bela homenagem a ti. Descansa em paz e que o Senhor Deus continue a guardar-te.

Ao Mestre Eduardo Mangueze, pela ajuda prestada durante a etapa final do trabalho e pelo incentivo constante para que eu concluísse esta fase.

Ao Eng. Gilton, pela transcrição das entrevistas e pela orientação na estruturação do texto, bem como durante o processo de recolha de informação.

A todo o corpo docente do Curso de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade da FLCS-UEM, pela sua valiosa contribuição na minha formação para a obtenção do grau de Doutor.

Ao Dr. Edson Lifaniça, pelo apoio ao projecto e pela disponibilização de informações relevantes para a pesquisa, bem como pela facilitação do acesso aos corredores institucionais no âmbito do desenvolvimento cooperativo em Moçambique e aos seus autores de relevo para a colecta de dados.

Aos meus colegas do curso José Marçal, Jaide Madeira, Rodrigues Pita, Elsa Paula, Amisse Cololo, Vicente Adriano, Cecília Viriato, Ancha Raviua, Isac Alberto e Carmino Machavate, pelo companheirismo durante o período de formação e aprendizagem que juntos partilhámos nas

adversidades próprias do ambiente académico, sempre superadas individual ou colectivamente. Que, no final, possamos colher os frutos deste lindo pomar que é a academia e que nunca nos faltem motivos para olhar para frente com a convicção de uma etapa concluída.

À Dra. Liliana Canda, pela amizade e companheirismo, pelos conselhos construtivos e por me incentivar sempre a seguir em frente e a acreditar em dias melhores.

À Dra. Júlia Isabel Fernando, pelo tempo e oportunidade de apreender sobre a AMPCM e o trabalho que desenvolve no ambito do Cooperativismo Moderno em Moçambique, pela partilha contínua sobre o cooperativismo em Moçambique.

À Dra. Nerolvia Clotilde de Ricardina Mucavele Comé, madrinha das causas perdidas, pela fé e pelo incentivo na busca da luz e inspiração em momentos em que, mesmo sem certeza, me via prestes a desistir; pela insistência e pelos conselhos construtivos, tanto sociais quanto académicos. Como costuma dizer: *"a vida é assim mesmo, o importante é estarmos sempre atentos e antecipar os movimentos"*.

À Dra. Tíana Campus, pelos conselhos e "puxões de orelha". Que continues sendo essa pessoa amável e conselheira.

À Eng.ª Paula, gestora de projectos da Coopdasi, pela aceitação e apoio desde o início, por ter sido um ponto focal de contacto com as outras cooperativas e parceiros de financiamento do cooperativismo no distrito de Marracuene.

Ao Eng. Fidel Mundune, pela disponibilidade em partilhar bibliografia relevante sobre o cooperativismo em Moçambique e no mundo, bem como pela colaboração na definição do escopo bibliográfico com base no seu acervo.

À Dra. Adelaide Justino, pelo apoio emocional durante o processo de escrita da tese e pelo incentivo na caminhada académica.

Ao Helder Nhabanga, pela disponibilidade em ceder espaço e equipamentos para a materialização do trabalho de escrita da tese, bem como pela abertura em conectar-me a pesquisadores internacionais na área da Sociologia do Desenvolvimento e Sociologia

Económica, que contribuíram para a compreensão dos debates internacionais em torno da economia solidária.

Ao Dr. Richard Lavallée, Director Interino da SOCODEVI, e à Zulmira Mutowe, Oficial de Comunicação da SOCODEVI, pela abertura em acolher a pesquisa, pela disponibilização de recursos para a captação de fotografias e narração das histórias de sucesso junto dos produtores por vós apoiados no distrito de Marracuene, bem como pela simplicidade com que, sempre que possível, reservaram tempo para se informarem sobre o progresso da tese e incentivar a sua escrita.

À Deise Omar, pela simplicidade e companheirismo na fase final da escrita da tese, na elaboração dos artigos científicos e pela presença contínua que nos incentivou a não desistir.

Ao Prof. Doutor João Lourenço, pelo incentivo à pesquisa e pela contribuição contínua para a melhoria dos processos científicos.

Ao dr. João Manhice, pela revisão linguística da tese. Agradeço a sua atenção meticulosa e o aprimoramento da clareza do texto.

EPÍGRAFE

"Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida, ninguém, exceto tu, só tu. Existem, por certo, atalhos sem números, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te além do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa; tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o".

(Friedrich Nietzsche)

"A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las".

(Santo Agostinho)

"A qualidade de nossas vidas depende da qualidade de nossos líderes".

(Bennis, 1996)

"É graça divina começar bem. Graça maior persistir na caminhada certa. Mas graça das graças é não desistir nunca".

(Dom Hélder Câmara)

"Saber finalizar uma fase da vida requer tanta sabedoria quanto para iniciar".

(Pe. Fábio de Melo)

O menino do canavial, sentado no seu banco de madeira, vai se indagando pela incerteza do futuro longínquo, mas com a certeza de um caminhar seguro para um horizonte desconhecido, na certeza e esperança de dias melhores.

(Plínio Fonseca)

RESUMO

O estudo sobre a Economia Solidária, com enfoque nas cooperativas de produção agrícola, foi conduzido entre os anos de 2023 e 2025, tendo como objectivo central analisar a actuação das cooperativas enquanto expressão da economia solidária e sua contribuição para o desenvolvimento local no distrito de Marracuene. O método utilizado foi o estudo de caso, ancorado numa abordagem qualitativa. Através de amostragem intencional, um total de 230 participantes compôs a amostra da pesquisa. As teorias de desenvolvimento como expansão de liberdades, de Amartya Sen (2000), e capital social de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993), evidenciam que a economia solidária pode ser materializada pela prática do cooperativismo agrícola. Os vínculos sociais, para além de constituirem um espaço privilegiado, favorecem a formação e a construção de uma identidade colectiva nestas redes. Enquanto espaço de desenvolvimento cooperativo, a economia solidária configura-se como base para a compreensão do significado de uma economia social, centrada e organizada para a realização metas comuns e para a provisão de trabalho, recursos e rendimentos de forma equitativa. As práticas do cooperativismo agrícola, caracterizadas por auto-gestão, participação democrática e o fortalecimento do tecido social, constituem elementos interligados que descrevem a autonomia e o emponderamento resultantes das interações do capital social, o qual exerce influencia sobre as decisões no âmbito da gestão das cooperativas, contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais. A viabilidade sócio – económica da experiência cooperativista inicia-se com o trabalho articulado entre os actores de produção, o mercado, responsável pela comercialização, e do Estado, que garante um ambiente favorável ao desenvolvimento destas interações, que facilitam a construção de mercados solidários como alternativas funcionais de comercialização. Estas contrapõem-se aos mercados tradicionais, gerando melhor posicionamento e maiores ganhos tanto, individuais como colectivos, favorecendo a construção e o desenvolvimento das capacidades dos envolvidos nestas redes.

Palavras – chave*: economia solidaria, cooperativismo agrícola, vínculos sociais, identidade colectiva.*

ABSTRACT

The study on the Solidarity Economy, using agricultural production cooperatives as the unit of analysis, was conducted between 2023 and 2025. Its main objective was to analyze the performance of agricultural cooperatives as an expression of the solidarity economy and their contribution to local development in the Marracuene district. The method used was a case study, anchored in a qualitative approach. Through purposive sampling, a total of 230 participants comprised the research sample. Amartya Sen's (2000) theory of development as expansion of freedoms, and the social capital of James Coleman (1990) and Robert Putnam (1993), showed that the solidarity economy can be materialized through the practice of agricultural cooperatives. Social ties, in addition those networks are being a privileged place, favor the formation and construction of a collective identity. As a space for cooperative development, the solidarity economy is configured as a basis for understanding the meaning of a social economy, centered and organized to achieve goals common to all and seeking to provide work, resources and income in an equitable manner. The practices of agricultural cooperatives, characterized by self-management, democratic participation, and the strengthening of the social fabric, are interconnected elements that describe the autonomy and empowerment resulting from the interactions of social capital, which influences decisions regarding the management of cooperatives, contributing to the strengthening of social ties. Socioeconomic viability in the cooperative experience begins with the coordinated work between production actors, market actors for marketing, and the state, which ensures a favorable environment for the development of these interactions. These interactions facilitate the construction of solidarity markets as functional marketing alternatives that counter traditional markets, generating better positioning and greater individual and collective gains, which favor the construction and development of the capabilities of those involved in these networks.

Keywords: *solidarity economy, agricultural cooperatives, social bonds, collective identity.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Foto: Sessao de Treinamento em uso de equipamentos agrícolas para cooperativa **Erro! Marcador não definido.**
Figura 2. Foto: Exposição da CoopDasi 27
Figura 3. Foto: Processamento de Batata-doce 32
Figura 4. Foto: Processamento de Cebola – Tecnologias Pos - colheita 36
Figura 5. Foto: Colheita e Processamento de Batata-doce 37
Figura 6. Foto: Edificio do Governo de Distrito de Marracuene 63
Figura 7. Foto: Ponto sobre rio Incomati, Distrito de Marracuene – Macaneta. 69
Figura 8. Foto: Sessão de desenvolvimento de capacidades da liderança das cooperativas de Marracuene 106
Figura 9. Foto: Exposicao da CoopDasi na FACIM 110
Figura 10. Foto: Sessão de formação em tecnologias de Pós - colheita 117
Figura 11. Foto: Reunição de Planificação das actividades cooperativas 136
Figura 12. Mapa ilustrativo da localização do distrito de Marracuene 142
Figura 13. Infraestruturas ferroviárias 145
Figura 14. Modelo de análise e sua correlação 164
Figura 15. Sequência de enumeração 166
Figura 16. Análise das categorias de conteúdo da pesquisa 168
Figura 17. Foto: Mulher cooperativista segurando cebolas no seu campo de produção 190
Figura 18. Foto: Exposição dos produtoes das Cooperativas de Marracuene FACIM 194
Figura 19. Foto: Plantiu de ramas de batata – doce, Campo individual 197
Figura 20. Foto: Casa de uma mulher membro da CoopDasi em construção 198
Figura 21. Foto: Casa de uma mulher membro da CoopDasi em construção 199
Figura 22. Foto: Processo de cebola - Tecnologias Pós – colheita 200
Figura 23. Foto: Produtores filiados a Cooperativa organizando sua produção para a comercialização 201
Figura 24. Foto: Produtos processados, para posterior comercialização no mercado grossista do Zimpeto – Maputo 202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Divisão administrativa do distrito de Marracuene 143
Tabela 2. Universo da pesquisa 147
Tabela 3. Amostra da pesquisa 151
Tabela 4: Grelha de observação 157
Tabela 5: Entrevistas a informantes – chave da pesquisa 159
Tabela 6. Discussão de grupos focais 161

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

2M – Mac – Mahom

AGEMA – Agricultura, Género e Meio Ambiente

AMPCM – Associação Moçambicana de Promoção do Cooperativismo Moderno

ANE – Administração Nacional de Estrada

AT – Autoridade Tributaria de Moçambique

CA – Cooperativas agrícolas

CD – Cabo Delgado

CDM – Cervejas de Moçambique

CEA – Comissão Económica para Africa

CEANU – Comissão Económica de Africa nas Nações Unidas

CNAC – Comissão Nacional de Aldeias Comunais

CNCoop - Confederação Nacional das Cooperativas

CoopDASI – Cooperativa do Baixo Limpopo

CS – Capital Social

DDS – Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade

DGRV- Deutscher Genossenschafts- und Raiffeisenverband e.V. Energiegenossenschafte/ Confederação Alemã de Cooperativas e Raiffeisen

EM – Estado Moçambicano

END – Estratégia Nacional de Desenvolvimento

ERV – Estratégia de Revolução Verde

ES – Economia Solidária

EUA/USA – Estados Unidos da América

FACIM – Feira Agro-pecuária, Comercial e Industrial de Moçambique

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPLM – Forças Armadas de Libertação de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

GDM – Governo do Distrito de Marracuene

GDs - Grupos Dinamizadores

GODCA – Department for the Organization and Development of Agricultural Cooperatives/Departamento de Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Agrícolas

GPCR/ASCAS – Grupos de poupança e crédito rotativo

HIV/SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

IAF – Inquérito de Agregado Familiar

ICA – International Cooperative Alliance/ Aliança Internacional das Cooperativas

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INAM – Instituto Nacional de Meteorologia

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOF – Inquérito sobre o Orçamento Familiar

ITS – Infeção de Transmissão Sexual

LLN – Luta de Libertação Nacional

MADER – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MAE – Ministério de Administração Estatal

MONAP- Movimento Nacional do Povo

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OMR – Observatório do Meio Rural

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural

PAEF – Programa de Assistência Económica e Financeira

PARPA – Plano para a Redução da Pobreza Absoluta

PEDSA – Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrário

PIB – Produto Interno Bruto

PNDC – Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo

PPI – Plano Prospetivo Indicativo

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica

PROAGRI – Programa de Desenvolvimento da Agricultura

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SDAE – Serviços Distritais de Actividades Económicas

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SOCODEVI – Sociedade de Cooperação Internacional

UCAM – União das Cooperativas agrícolas de Marracuene

UE – União Europeia

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UN/UNU – Nações Unidas

UNAC – União Nacional dos Camponeses

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA IV
DEDICATÓRIA V
AGRADECIMENTOS VI
EPÍGRAFE X
RESUMO XII
ABSTRACT XIII
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS XII
CAPÍTULO I 1
1.1. INTRODUÇÃO 1
1.2. Problematização 6
1.3. Hipótese/Tese de pesquisa 17
1.4. Objectivos do estudo 17
1.4.1. Geral 17
1.4.2. Específicos 18
1.5. Justificativa/Fundamentação da relevância do estudo 18
CAPÍTULO II 21
2. REVISÃO DA LITERATURA 21
2.1. As aldeias comunais como a primeira manifestação de redes solidárias em Moçambique 21
2.2. Desafios, sucessos e fracassos da implementação das cooperativas agrícolas socialistas no Período Colonial e Pós-colonial em Moçambique 28
2.2.1. O cooperativismo no mundo, nos países da Africa Austral e a legislação cooperativa moçambicana 38
2.2.2. Formação do trabalho cooperativo agrícola em Moçambique e em África 44
2.2.3. Cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene perspectivas e desafios 49
2.3.4. Redes solidarias, seus contributos para inserção sócio - económica 53
2.3.5. Organização auto - gestacionarias e seu contributo para o desenvolvimento local 60
2.3.6. Rede de cooperação solidária como alternativa dinâmica para o desenvolvimento local 70

2.3.7. Economia Solidária e desenvolvimento local 78
CAPITULO III - QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL 101
3.1. Desenvolvimento como expansão de liberdade 101
3.2. Teorias de capital social 103
3.2.1. Teoria de capital de social de Putnam 103
3.2.2. Teoria de capital social de Coleman 107
3.2.3. Divergência e complementaridade das teorias de capital social de Putnam e Colman 112
3.2.4. A endogeneização das cooperativas agrícolas e o conceito de capital social 115
3.2.5. O Desenvolvimento Local e a Concepção do Território enquanto Sujeito da Acção Colectiva 117
3.2.6. Capital social e Desenvolvimento Local 118
3.3. Conceitos - Chave e sua operacionalização 121
3.3.1. Economia Solidária 121
3.3.2. Capital social 124
3.3.3 Desenvolvimento local endógeno 129
3.3.4. Verticalidades e Horizontalidades 134
3.3.4. Cooperativas agrícolas 139
CAPITULO IV - METODOLOGIA 141
4.1. Localização Geográfica e aspectos Histórico - Culturais do distrito de Marracuene 141
4.1.2. Divisão administrativa do distrito de Marracuene 143
4.2. Descrição dos procedimentos metodológicos 145
4.2.1. Universo da pesquisa 147
4.2.2. Amostragem 148
4.2.3. Unidade de Análise 149
4.2.4. Determinação da amostra 150
4.2.5. Método usado – Estudo de caso 152
4.2.6. Técnicas de colecta de dados 153
4.2.7. Critério para a análise dos dados colectados 163
4.2.8. Escolha das unidades 165
4.2.9. Regra de enumeração 166

4.2.10. Categorização 167
4.2.11. Questões éticas 168
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 170
5.1. Identificação dos vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene. 172
5.2. Formação de alianças e parcerias que favorecem a construção de uma identidade colectiva. 179
5.3. A economia solidária como um espaço de fortalecimento do cooperativismo agrícola. . 184
5.4 O papel das cooperativas agrícolas como alternativa viável para o desenvolvimento local de Marracuene 189
5.2.1. História de vida e experiência dos cooperativistas 197
5.3. As práticas características da economia solidária adoptadas pelas cooperativas agrícolas e a contribuição para o desenvolvimento local de Marracuene. 205
CAPÍTULO VI 217
6.1. CONCLUSÕES 217
6.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 226
6.3. ANEXOS 249
1.1.Termo de Consentimento livre e informado para participação do estudo 249
1.2. Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião para as Cooperativas Agrícolas 251
1.3. Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião para Instituições governamentais 253
1.4 Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião de Discussão de grupos focais para Cooperativas agrícolas 255
1.5 Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião de História de vida e experiências pessoais 257
1.6. Tabela detalhada dos grupos focais 258
1.7. Tabela detalhada das entrevistas aos informantes – chave 259

1.8. Carta de pedido de informação SOCODEVI 260

1.9. Carta de pedido de Informação AT 261

CAPÍTULO I

No presente capítulo, apresentamos e discutimos o tema da pesquisa numa perspectiva de análise evolutiva, buscando descrever os seus diferentes momentos e enquadra-los. Os elemenos políticos e históricos que apresentamos ajudarão o leitor a compreender as diferentes nuances da pesquisa, abordando diversas perspectivas de análise e construção do problema.

1.1. INTRODUÇÃO

A presente tese analisa a atuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária e a sua contribuição para o desenvolvimento local no distrito de Marracuene. Partindo do pressuposto de que os vínculos sociais favorecem a construção da identidade colectiva, as acções em rede proporcionam inserção laboral e desenvolvimento de capacidades individuais e colectivas. Neste contexto, o espaço cooperativo socialmente construído, pode constituir uma alternativa de organização social do trabalho mais horizontal e participativa, focada no bem-estar colectivo e não apenas no lucro individual, cujo produto promove transformações positivas que contribuem para a expansão das liberdades dos membros.

Ao analizarmos a economia solidária (ES)[1] como práctica cujas relações sociais são orientadas pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito pela natureza, valorização do trabalho humano, considera-se não apenas o seu contributo para projectos de desenvolvimento local e colectivo, mas também como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social, marginalização e precarização do trabalho, impulsionando deste modo, as economias locais. Sustentadas em formas colectivas, justas e solidárias de geração de rendimento, as cooperativas de produção agrícola apresentam-se como uma modalidade de fórum endógeno, evidenciando-se a forma como os associados colocam em prática as acções que trazem esperança às pessoas outrora excluídas pelos sistemas verticais.

[1] A Economia Solidária tem sido apresentada em diversas terminologias, tais como: *Economia Social Solidária, Economia Popular Solidária, Socio Economia Solidária, Economia de Comunhão,* dentre outras. Neste trabalho, optamos por "Economia Solidária (ES)".

Para situar a problemática de que emerge o cooperativismo agrícola em Marracuene, este ressurge num cenário de crise do capitalismo, caracterizado pelo crescente índice de desemprego e pela falta de alternativas económicas para a população, situação que influencia a privação das liberdades. Embora não se tratar de um movimento recente, o cooperativismo agrícola em Moçambique, enquanto expressão da economia solidária, emerge num contexto atípico, como reação à crise associada à descontinuidade das cooperativas socialistas, quando Moçambique adopta políticas neo-liberais.

A tese intitulada "*Economia Solidária: Uma análise das cooperativas de produção agrícola do distrito de Marracuene",* procura compreender de que forma as alianças e parcerias entre os produtores, organizados em cooperativas de produção agrícola, contribuem para o processo de construção de capacidades dos actores envolvivos, apresentando-se como alternativa ao modelo capitalista, cujas bases têm gerado cada vez mais desemprego, exclusão e marginalização.

A evolução política, económica e social de Moçambique após a independência, em 1975, foi marcada pela adopção de um modelo socialista de desenvolvimento baseado no colectivismo na planificação económica centralizada. Entre 1975 a 1977 foram introduzidas reformas económicas e sociais, como a implementação de aldeias comunais, que visavam consolidar o socialismo como modelo de desenvolvimento, olhando o sector agrário como o caminho através do qual essas reformas seriam implementadas. A busca por um modelo de desenvolvimento tem sido, e continua ser uma tarefa árdua, um grande desafio dos países do Terceiro Mundo e principalmente dos africanos, como é o caso de Moçambique, (SAMBO, s/d). Aliás, a persistência na busca de políticas e estratégias de desenvolvimento que se pretendam exequíveis tem caracterizado os esforços do Governo e de diferentes actores sociais comprometidos com o desenvolvimento de Moçambique.

A promoção de acções de cooperação e solidariedade possibilita que os activos dos actores sociais sejam potencializados através da associação dos indivíduos e de outras colectividades de produção e gestão (cooperativas agrícolas, cooperativas de reciclagem, etc), gerando, deste modo, impactos mais rápidos e sustentáveis no contexto local. Configura-se, assim, uma lógica local para a promoção de acções de desenvolvimento, através da união de

esforços, partilha de objectivos e visão comum entre os actores envolvidos nestas iniciativas de carácter solidário.

O desenvolvimento local é abordado na perspectiva horizontal, na qual Mungói (2008, p. 49), ancorando nesta permissa, considera-se que as horizontalidades possuem uma base territorial e resultam da construção de racionalidades próprias, capazes de desencadear processos de desenvolvimento, conferindo ao contexto local que vai ganhando força como resposta a um processo de marginalização, pobreza e exclusão social.

As horizontalidades permitem analisar o capital social como elemento catalisador do desenvolvimento local, promovendo a transformação consciente da sua realidade, considerando que os seus actores possuem um conhecimento profundo sobre as suas necessidades e carências (MILANI, 2005), constituindo elementos que consolidam a emergência da economia solidária.

A pesquisa, quanto à abordagem é qualitativa, recorrendo ao método de estudo de caso, que possibilitou captar informações relevantes sobre as experiências dos produtores organizados em cooperativas e a interpretação que fazem da sua vivência nestes empreendimentos. As técnicas, entrevistas semiestruturadas, discussões de grupos focais e histórias de vida e experiências pessoais, possibilitaram uma triangulação dos dados dando robustez ao material empírico complementado pelos dados secundários captados por meio da pesquisa bibliográfica.

Recorremos à técnica de observação participante, que nos proporcionou a oportunidade de acompanhar algumas lideranças dos movimentos cooperativos, a dinâmica das cooperativas na realização das suas actividades no campo de produção, o desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, a compreensão da construção do pensamento social dos movimentos voltados para estabelecimento de solidariedades democráticas cujo produto melhoram a geração de renda e a busca das articulações com o mercado para a comercialização dos excedentes de produção.

Quanto à abordagem teórica, as teorias de Desenvolvimento como expansão de liberdades de Amartya Sen (2000), a Teoria de Capital Social de Robert Putnam (1993) e James Coleman (1990), possibilitaram uma compreensão mais profunda dos mecanismos de estabelecimento de alianças e parcerias, bem como aspectos relacionados com o funcionamento

das redes, sustentadass por normas, confiança, solidariedade e auto-gestão que facilitam a coordenação dos individuos em benefício mútuo, criando uma outra lógica, cujos benefícios não podem ser alcançados se os autores agirssem de forma individual.

A abordagem teórica é complementada pela análise da relação entre a economia solidária e o desenvolvimento local, como forma de evidenciar como esta prática, manifesta através das cooperativas agrícolas, contribuem para melhoria das condições de vida, inserção sócio – economica, uso sustentável dos recursos naturais, melhoria da autonomia dos produtores e consequentemente eliminação de privações. Para que os actores locais maximizem as suas liberdades, é fundamental que sejam abordadas as questões de desigualdade, da pobreza, com foco na qualidade de vida na sua globalidade.

Nesta perspectiva, o cooperativismo agrícola, enquanto expressão da economia solidaria, apresenta-se como uma alternativa válida e viável que, facilita a implementação de acções colectivas de indivíduos que partilham objectivos comuns. Os resultados desta pesquisa evidenciam que as cooperativas de produção agrícola funcionam como redes de cooperação e solidariedade, promovendo normas de reciprocidade, facilitando a comunicação e melhorando o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos, assim como, servindo de moldes para futuras experiências associativas ao lidar com encarnações de sucessos colaborativos passados.

As cooperativas de produção agrícola do distrito de Marracuene têm possibilitado uma participação mais ampla e efectiva da sociedade, em matéria económica, onde se decidem e asseguram os meios vitais de sobrevivência. A inclusão social promovida pelas cooperativas agrícolas permite aos cooperativistas/produtores adquirirem conhecimentos, em particular através da assistência técnica, bem como nas áreas administrativa, empresarial e comercial. Quando dotadas destes recursos, os cooperativistas podem perseguir uma contínua melhoria da gestão da sua vida socioeconómica e desenvolver uma consciência que transforma o seu entorno e a sua comunidade, através de uma actuação política em seu conceito mais amplo.

As cooperativas de produção agrícola oferecem diversos serviços essenciais, que auxiliam aos cooperativistas no desenvolvimento das suas actividades de campo, que abrangem desde a assistência técnica, colecta de produtos, armazenamento, a industrialização e a comercialização, proporcionando dessa forma inclusive, a assistência social e educacional aos associados.

O trabalho encontra-se dividido em seis capítulos. O primeiro compreende a introdução, problematização, hipótese, os objectivos da pesquisa e a fundamentação/justificativa da pesquisa. No segundo capítulo, apresentamos a revisão da literatura - estado de arte. O terceiro capítulo contém o quadro teórico e conceptual sobre os aspectos que serviram para sustentar o trabalho. No capítulo quatro, é possível encontrar os procedimentos metodológicos que alicerçam a pesquisa. O quinto capítulo, compreende a análise e discussão de dados em torno da economia solidária, na perspectiva do cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene. Por último, o capítulo seis, se apresentam as conclusões da pesquisa, as referências bibliográficas consultadas e os anexos.

1.2. Problematização

O processo histórico da Luta Armada de Libertação Nacional foi marcado pela criação das zonas libertadas, onde a FRELIMO identificou a necessidade de implementar uma nova forma de organização territorial e de mobilização da população que respondesse às necessidades de produção e de consolidação dos territórios libertados. Araújo (1988), considera que esta nova forma de organização social e dos espaços assentava na produção colectiva e na construção de alicerces através de estabelecimento de aldeias comunais, geridas por princípios do cooperativismo socialista.

À luz desta experiência e em consonância com a política de desenvolvimento definida para o país, onde as aldeias comunais, enquanto unidades organizadas de produção rural, deveriam contribuir para a constitutuição do quadro social de desenvolvimento futuro do campesinato e, consequentemente, do país (Araújo, 1988). Com a Constituição da República de 1975 consagrou-se a agricultura como a base do desenvolvimento em Moçambique.

As aldeias comunais, organizadas sob princípios de cooperativismo socialista, apresentavam-se como a primeira manifestação e expressão da economia solidária no território moçambicano, constituindo, de certa forma, uma continuidade da política de libertação e consolidação dos territórios e dos espaços, numa perspectiva de afirmação e dinamização dos processos de organização da população e da produção. Em Moçambique, assim como em outros países africanos, as organizações civis datam de antes da independência proclamada em 1975 e foram se desenvolvendo em contextos diversos.

Para Libomdo, Duval & De Lorenzo (2017), no período colonial, que se estendeu até 1975, as aldeias comunais, tinham a missão de fortalecer o Estado na dominação do povo moçambicano. Após a independência, sob a denominação de República Popular de Moçambique, a administração do país viu-se obrigada a reforçar a unidade nacional, estabelecendo o domínio de um partido único, em que a estrutura sócio - política e administrativa obedecia ao chamado centralismo democrático. O Estado foi o impulsionador do interesse público, dentro de uma política socialista que durou até 1992, quando foi introduzido o multipartidarismo. Esta data

marcou o início do período democrático, em que se verifica o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos.

Para Libomdo, *et. al*., (2017), as organizações da sociedade civil, criadas por iniciativas privadas e que visam produzir bens e serviços públicos, buscam responder às necessidades colectivas e ao bem-estar social. Portanto, a participação dos cidadãos nos movimentos associativos é importante para a democracia e seu fortalecimento, dando espaço a uma relação entre Estado e sociedade.

A contribuição do cooperativismo agrícola, com toda liderança para a planificação, organização e controlo, constitui uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e, consequentemente, um mecanismo que pode melhorar as condições de vida das famílias rurais, além de promover maior eficácia na questão da sustentabilidade e no desenvolvimento social e económico (Libomdo, *et. al*., 2017).

Porém, assumimos que as aldeias comunais, na sua génese, não tiveram o princípio de participação voluntária, apesar desta limiação, outros elementos característicos da essência da economia solidária sempre estiveram presentes e, sobretudo, evidenciou-se a indução por forças endógenas nos territórios onde estes empreendimentos sociais foram implementados.

Como política ou estratégia de consolidação dos espaços e de produção, as aldeias comunais traduziam-se no envolvimento do capital social, na busca de alternativas de produção durante a Luta Armada de Libertação Nacional e, à posterior, foi redefinida após a conquista da Independência Nacional em 1975 (Ribeiro, 2008). Este processo de redefinição encontrava-se em concordância com as recomendações emanadas no Acordo de Lusaka, da Comissão Económica de África nas Nações Unidas, que incentivavam o estabelecimento de centros de crescimento económico com facilidades adequadas para a educação, saúde e outros serviços sociais, bem como, a formulação e implementação de programas de desenvolvimento rural com incidência no desenvolvimento agrícola diversificado, reforma agrária e organização da produção, como elementos básicos para a consolidação dos pressupostos de desenvolvimento dos países libertados ou independentes, como é o caso de Moçambique (Araújo, 1988).

A emergência da economia solidária, que consideramos nesta pesquisa, manifesta-se em forma de parcerias e alianças estabelecidas entre o capital social, que se apresentam como uma resposta local à marginalização, exclusão, desemprego, podendo também ser vista como reação insurgente do capital social excluídos das oportunidades formais existentes, em contraposição às verticalidades implementadas ao longo dos tempos.

As verticalidades são calibradas na perspetiva de Santos (2006), citado por Mungoi (2008, p.), sendo vectores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos sectores hegemónicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. A economia solidária emerge num contexto em que se demonstra em forma de diversas experiências, que possui um potencial para proporcionar uma maior inserção social, económica, política e é uma alternativa válida, viável e sustentável para a promoção do desenvolvimento local nos contextos em que essas iniciativas são implementadas.

Do ponto de vista prático, abordar o cooperativismo agrícola em suas várias dimensões permitiu-nos ter um conhecimento mais profundo da realidade do campo, dos problemas, de suas necessidades e aspirações. Tais aspectos poderão servir como requisitos no quadro da formulação, da implantação e da monitoria de políticas públicas de promoção do desenvolvimento local.

O estudo do cooperativismo agrícola apresenta-se como uma contribuição importante para compreensão da dinâmica sócio-espacial da vida social no meio rural. Considerando que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados, o modelo associativo revela-se como catalisador importante na busca de soluções para os problemas enfrentados pelos indivíduos, que seria difícil, senão impossível, resolver individualmente, sem, contudo, os ignorar seus desafios e complexidade. Em Moçambique, é pertinente apostar em desenvolvimento local, pois este evidencia a diversidade e a particularidade dos contextos locais, reconhecendo que cada território tem necessidades e demandas próprias e, consequentemente, essas necessidades requerem políticas públicas adequadas para o meio rural.

Nesse contexto, as concepções de desenvolvimento são reformuladas para reconhecer a importância dos processos endógenos. Libomdo, *et. al*., (2017), enfatizam que para que se promovam acções "de dentro para fora", é fundamental garantir espaços de expressão para

actores sociais locais. Esta contestação permite com que o mundo contemporâneo reconheça a liberdade das pessoas de um determinado espaço, o principal meio para o desenvolvimento. Ainda neste diapasão, Buarque (2004), reforça que as tais transformações pedem e estimulam o surgimento de novas ideias e conceitos para organizar as iniciativas e acções da sociedade diante das circunstâncias em que se desenrola o cenário de desenvolvimento, principalmente o de base local.

Libomdo, *et. al*., (2017), em Moçambique, o tema do desenvolvimento local tem ocupado lugar de destaque nas agendas políticas, sociais e econômicas dos vários organismos nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento. Esse aspecto, segundo Valá (2002, p. 17), deve-se ao facto de a destruição da estrutura colonialista e as políticas de desenvolvimento "centralizadas e intervencionistas" implementadas pelo primeiro governo não terem sido capazes de solucionar os principais problemas que bloqueiam o desenvolvimento, como o excesso de mão-de-obra não qualificada e fuga maciça de quadros após a independência nacional, acompanhados de sabotagem.

Para Chichava (1999), o contexto político do país na altura se apresentava com escassez de quadros técnicos para enfrentar os vários desafios da reconstrução nacional e tinha ainda a economia vulnerável e dependente de recursos externos: todo o investimento na economia nacional era público e mais de metade era coberto por ajuda externa provida por parcerias bilaterais entre o governo de Moçambique e países ocidentais muitos deles pertencentes aos blocos da União Europeia e USA. Ademais, acrescente-se a isso a insensibilidade às particularidades e às especificidades locais.

Não obstante, na realidade moçambicana pós-independência, muitas das políticas e estratégias de desenvolvimento do país foram desenhadas em uma perspectiva "de cima para baixo", tendo como vector determinante a intervenção pública. Essa perspectiva colocou em segundo plano as entidades locais e/ou regionais, as visões, os anseios e as perspectivas de outros actores fundamentais do desenvolvimento, nomeadamente o sector privado, as comunidades locais e a sociedade civil, o que é o contrário da visão do papel que a sociedade civil tem de si mesma (Libomdo, *et. al*., 2017).

Por outro lado, a economia solidária é analisada numa outra perspectiva baseada nas horizontalidades, visualizada, na perspetiva de Mungoi (2008), como um campo de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista ou de complacência, mas um lugar da descoberta, solidariedade e por vezes de revolta, baseada nos princípios sociais de criação de alianças e parcerias sob égide do ideal colectivo que pode ser de geração de renda, criado, gerido e mantido pelas associações e cooperativas, nas suas diversas manifestações.

Portanto, este é um processo de buscas de alternativas através das cooperativas de produçao agrícola, com recurso a exploração de potencialidades locais existentes, como resposta local aos problemas de desemprego, exclusão social e pobreza muitas vezes associadas as verticalidades que correspondem a acções, políticas, estratégias impostas a partir de fora, por isso, externas ao lugar e a consequente apropriação.

A economia solidária vem se consubstanciando numa dimensão de reinvenção do capital social, buscando, criando e implementando suas estratégias de sobrevivência, com o intuíto de encarrar em molde colectivo as adversidades impostas pelas verticalidades resultantes da ineficiência do estado em prover alternativas que salvaguardem o bem-estar e que permitam aos indivíduos a expansão das suas liberdades ou seja, eliminação das privações.

Por outro lado, durante a implementação do Plano Prospetivo e Indicativo – (PPI)[2], que foi uma das mais relevantes medidas de desenvolvimento em Moçambique no período pós-independência e, posteriormente, com a introdução do neoliberalismo onde figuram políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento, tais como o Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)[3], Plano de Acção para à Redução da Pobreza Absoluta I e II (PARPA I e II)[4] ,

[2] O objectivo primordial do PPI era o de acabar com o subdesenvolvimento no país em dez (10) anos. Tal como afirma Meque (2013), para responder ao objectivo deste plano, definiram-se as seguintes principais acções:

a) Socialização do campo e desenvolvimento agrário – através do desenvolvimento acelerado do sector estatal agrário, mecanização da agricultura, introdução das cooperativas no campo e a criação da aldeia comunais;
b) Industrialização rápida – investir fortemente na indústria ligeira em articulação com o sector agrícola para garantir as necessidades básicas da população e promover as indústrias de exportação; e,
c) Educação – formação e qualificação da forca de trabalho através da massificação da formação formal e da alfabetização.

[3] A origem do PRES em Moçambique está associada a sua adesão às instituições de Breeton Woods, cujo propósito era de obter apoios externos dos países ocidentais para imiscuir-se da crise que acuava o Estado Nacional.

[4] O objectivo central do Governo é a redução substancial dos níveis de pobreza absoluta em Moçambique através de medidas para melhorar as capacidades e as oportunidades para todos os moçambicanos, e em particular para os

Agenda 2025[5], permitiram que fossem introduzidas reformas político-administrativas como resultado de adesão de Moçambique às instituições da Bretton Woods (Banco Mundial e FMI).

No entanto, essas políticas, estratégias e programas acima citados surtiram algum afeito, contudo, não foi possível mover a transformação que se mostrava necessária para a promoção do desenvolvimento. Nesta perspectiva, a economia solidária tem emergido como resposta de actores locais que se alicerçam aos princípios de cooperativismo plasmados desde a constituição e consolidação do estado Moçambicano, às situações de crise e/ou desafios e projectos locais para a promoção das acções de desenvolvimento baseadas numa matriz endógena. A economia de Moçambique é essencialmente agrária, sendo que a importância do sector agrário em Moçambique ultrapassa em muito o seu peso no PIB, cerca de 24%, se tivermos em conta que a agricultura está na base da produção de bens alimentares e de segurança alimentar e nutricional (OMR, 2020).

A agricultura moçambicana é predominantemente de subsistência, caracterizando-se por baixos níveis de produção e de produtividade. Como forma de buscar soluções para este problema (World Bank, 2020), o Governo de Moçambique adaptou em 2007 a Estratégia da Revolução Verde que tinha como principal objectivo induzir o aumento da produção e produtividade dos pequenos produtores para uma maior oferta de alimentos de uma forma competitiva e sustentável. Portanto, a visão do Plano Estratégico para o desenvolvimento do sector agrário – PEDSA – 2011 – 2020 assenta na Visão 2025 para Moçambique: *Um sector agrário, próspero, competitivo e sustentável, capaz de oferecer respostas sustentáveis aos desafios da segurança alimentar e nutricional e atingir mercados agrários a nível global*".

pobres. Para Governo de Moçambique (2012), o objectivo específico é a redução da incidência da pobreza absoluta do nível de 70 por cento em 1997 para menos de 60 por cento em 2005, e menos de 50 por cento até finais da primeira década de 2000. O PARPA II 2006-2009 mantém os objectivos de reduzir a pobreza através da redistribuição de recursos que também beneficiam a população mais desfavorecida e pobre. Todavia, esta estratégia deve-se tornar mais consistente e sustentável considerando o objectivo da elevação das condições de vida e de bem-estar dos moçambicanos.

[5] A Agenda 2025 é um exercício estratégico de reflexão sobre o futuro de Moçambique, tendo como objectivos (i) - criar, através de um processo participativo, uma Visão Nacional de longo prazo; (ii) preparar, através de um processo participativo, uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento que defina as políticas e os programas necessários para dar respostas aos objectivos identificados na visão nacional de desenvolvimento.

O Desenvolvimento Agrário tem sido desde sempre uma prioridade para Moçambique. Em 1998, o Governo, em colaboração com os principais parceiros, desenhou o Programa de Desenvolvimento da Agricultura (PROAGRI I), com o objectivo de melhorar a coordenação das intervenções públicas na agricultura e orientar os investimentos. Mesquete (2017), reforça que em 2007, com a rápida subida dos preços dos alimentos básicos, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia da Revolução Verde como exposta à situação criada pela instabilidade mundial nos preços do petróleo e pela crise económica mundial, que estava a comprometer os esforços para a redução da fome.

A Estratégia da Revolução Verde marca a reafirmação desta prioridade do Governo, estabelecendo um comando para a transformação de uma agricultura essencialmente de subsistência numa agricultura comercial. Como observa José (2005), na verdade existiram dois diferentes modelos de desenvolvimento que vigoraram em Moçambique desde a independência nacional, e que tiveram consequências importantes para a economia nacional e para as relações de trabalho.

O primeiro, desenvolvimentista, de orientação socialista, representou uma rotura com o sistema colonial português, ao propor construir a sociedade sem classes, livre da exploração de homem pelo homem e o segundo mais orientado para a economia de mercado (capitalista) que se circunscreve na adesão de Moçambique às instituições de Breeton Woods (FMI e Banco Mundial). Apesar destes avanços, a situação económica actual de Moçambique é dominada por um capitalismo feroz, onde se acentua a competitividade, o predomínio de interesses privados individuais e colectivos, no qual há pouco espaço para a cooperação e a solidariedade.

Nesse contexto, para Benini & Benini (2010), as mudanças no mundo do trabalho são cada vez mais frequentes e perceptíveis na sua precarização, numa direção inversa à fase anterior de ampliação dos direitos sociais. Portanto, evidencia-se a consolidação do paradigma da precarização do trabalho que assombra a classe trabalhadora, ocorrendo as mais variadas reações.

Se, no contexto de luta de libertação e pós-independência, a solidariedade entre o capital social foi expressa pelos direitos sociais e pleno emprego, actualmente é possível observar novas estratégias de reestruturação produtiva, outro tipo de solidariedade que se desencadeia: a

organização colectiva de cunho sócio - económico – assumida em grande parte na forma institucionalizada e pulverizada de cooperativas de produção agrícolas, e de agro-negócios, surgindo em forma de reações determinadas e/ou encontradas pelos trabalhadores frente aos novos imperativos do processo de acumulação capitalista (Benini & Benini, 2010).

Nesse sentido, Mészáros (2002), considera que a própria crise estrutural do sistema capitalista é a força que coloca em movimento os trabalhadores colectivos. Contudo, importa ressaltar e fazer uma leitura mais concisa sobre este facto e para isso procurámos levantar algumas questões: i) as *cooperativas de produção agrícolas são um cunho revolucionário, ou seja, podem trazer consigo uma perspetiva de uma mudança para além do capital?*

Fonseca (2017), avança que as desigualdades sociais que decorrem deste sistema económico-financeiro baseado na acumulação do capital são enormes e o consequente empobrecimento e endividamento de grande parte dos países e respectivas populações são cada vez maiores, o mesmo pode dizer-se da degradação ecológica.

Para Jaiantilal & Mungoi (2010), a economia solidária vem se enquadrando como uma resposta endógena (local) de entre outros factores, há *deficits* de formulação ou implementação de políticas públicas de criação inclusiva e socialmente equilibrada da riqueza, ou como por vezes se denomina, de combate à pobreza e/ou promoção de desenvolvimento, ou seja, uma resposta a uma crise estrutural,

Nesta perspectiva, encaixamos a segunda pergunta na qual podemos ser reacionários: *ii) podem apenas ser as cooperativas de produção agrícola mais uma adaptação do modo de produção capitalista que, por estar em crise, busca combinar outros elementos na sua relação fundamental entre capital e trabalho*?

No contexto de Moçambique no geral e do distrito de Marracuene em particular, o desenvolvimento ainda permanece um vazio de significância prática no que concerne aos resultados que permitam traduzir-se em ganhos que não sejam exteriores a região. A elevação de níveis de produção e produtividade agrícola, a participação da população nos processos de tomada de decisão, acesso a crédito agrário, a integração nos sistemas de mercado estruturados, o

estabelecimento de infra-estruturas e serviços, dentre outras iniciativas que permitam as comunidades beneficiarem-se e participarem no valor acrescentado pela realização e implantação de grandes projectos, como os da indústria cervejeira e turística, ainda não foi materializado. Projectos ou empreendimentos industriais como as fábricas de cervejas da Heineken e 2M (Mac-Mahom) e outras diversas actividades empresariais em curso no distrito de Marracuene, ainda não se converteram em factores de desenvolvimento capazes de responder positivamente aos interesses do distrito e das comunidades.

Outrossim, a forte dependência do Orçamento do Estado, o crescente endividamento público, a corte do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a fraca capacidade de cobrança de impostos ao sector informal, a fraca contribuição das receitas dos grandes projectos no desenvolvimento do distrito, dentre outros factores que se associam aos constrangimentos que impedem o almejado desenvolvimento do distrito. E, por isso, colocamos a terceira pergunta: iii) *em que condições, uma ou outra lógica de organização social movida pelo capital social que se traduz em alianças e parcerias, geridas sobre princípios de solidariedade e cooperação se tornam uma alternativa para promoção do desenvolvimento local*?

O país possui 36 milhões de hectares de terras aráveis em 15 zonas agro-ecológicas e 19 milhões de florestas nativas. Para Mungoi (2008), esses dados *per si*, revelam um potencial agrícola existente, entretanto, ainda não traduzido em factor de desenvolvimento. O ressurgimento da economia solidária que vem sendo promovida entre o capital social que compõem iniciativas que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação. Graças à sua inserção social e comunitária, a economia solidária cumpre uma série de funções em domínios como da agricultura, reciclagem, inclusão financeira e preservação ambiental, cujos resultados garantem a expansão de liberdades dos actores envolvidos nestas redes e suas famílias, não obstante esse processo ter contribuido para mudanças sociais e contextuais gerando resultados positivos, criando transformações significativas neste território.

Para Mészáros (2006, p. 138), trata-se de um campo de práticas que aponta em geral, para a superação desse modo de produção e, ao mesmo tempo, para a reprodução das relações sociais do capital em novas bases, como forma transformada dessas relações. Numa perspectiva

emancipatória, as cooperativas de produção agrícola transformam os seus associados em proprietários colectivos dos meios de produção e, nesta medida, representam certamente um passo à frente enquanto projecto de democratização das relações de trabalho e solidariedade social entre o capital social, onde as acções podem ser exercidas por indivíduos ou colectividades desde que se orientem para o estabelecimento de alianças e parcerias sociais e que criem mudanças com vista a melhorar as suas condições de vida e expansão das suas liberdades.

Portanto, Santos (2018), a reconstituição das condições objectivas e subjectivas de transformação social requer uma atenção redobrada às iniciativas que contenham, mesmo em germe e em pequena escala, a capacidade de instituírem outras formas de vida, por estarem imbuídas do valor da justiça, de um *ethos* redistributivo e de um ensejo de humanização. Em particular, importa valorizar as experiências que nascem da auto-organização, que defendem os direitos básicos do trabalho e que apostam na associação e em soluções colectivas, formando o lastro de experiências e de convicções morais e intelectuais indispensáveis à construção de novos rumos para a sociedade, principalmente em contextos locais e ruraus. Deste modo, a pesquisa pretende contribuir na lacuna existente relativa à compreensão do papel do capital social organizado em cooperativas de produção agrícola enquanto expressão da economia solidária, sob ponto de vista de uma insurgência contra a crise, buscando alternativas de base local, voltadas para a produção colectiva cujos impactos ou resultados permitem que esses actores construam capacidades que lhes permitam reduzir e eliminar as privaçôes.

A abordagem sociológica proposta para explicação do fenómeno do estudo permitiu a compreensão do papel da Sociologia do Desenvolvimento, na explicação e análise dos fenómenos ou factos sociais que promovem a solidariedade e cooperação entre os actores sociais baseados em um território específico, bem como, olhar cientificamente para esse fenómeno de trabalho em redes, tendo como base evolutiva o cooperativismo socialista desenvolvido no âmbito da implantação das aldeias comunais em Moçambique e actualmente o cooperativismo moderno. Estamos aqui perante um processo através do qual o capital social incorporando ideais da economia solidária buscam alternativas colectivas para garantia da sua sobrevivência e eliminação de privações.

Sendo a economia solidária considerada uma estratégia de desenvolvimento institucionalizada e uma política de desenvolvimento em países da América Latina e, não só, este estudo irá despertar sobre a reinvenção dos agricultores/produtores do distrito de Marracuene, que se ancorando aos ideais do cooperativismo socialista vigente durante implementação das aldeias comunais em Moçambique, transformado em um cooperativismo moderno onde se olha para a auto-gestão, demócracia, solidariedade e cooperação com o intuíto de se compreender e extrair elementos que possam ser evidenciados no pensar e agir sobre o desenvolvimento local do distrito de Marracuene.

Fica evidente perceber que pela revisão da literatura que os diferentes estudos consultados e analisados abordam de forma isolada a economia solidária, tendo como base uma cooperativa ou um elemento organizativo. A inovação deste estudo vai pautar pela análise simultânea de duas categorias - por um lado, as cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária enquanto uma pática que ressurge no distrito de Marracuene e por outro lado, que embora de forma implícita, olhamos as cooperativas de produção agrícola enquanto um caminho para a promoção do desenvolvimento local, manifesta por meio da não conformidade dos produtores do distrito de Marracuene com a situação exacerbada de privações em que lhes eram impostos.

A tese se posiciona como um despertar em torno do interesse e conhecimento da ocorrência do fenómeno da economia solidária e do cooperativismo agrícola como elementos importantes a ter em conta no processo de análise de redes de solidariedade e cooperação entre o capital social, tomando como base a prática de actividades agrícolas. As demarches da tese permitem a construção de narrativas de redes soidárias articuladas em lógicas horizontais e seus contributos em actividades auto – gestacionarias que cujos impactos ou resultados contribuem para inserção laboral, melhoram o bem-estar e a qualidade de vida dos seus praticantes.

Actualmente, a preocupação com o meio rural, especificamente em relação à economia solidária na forma de cooperativismo agrícola, tem despertado a atenção não somente pelo benefício econômico que estas iniciativas geram, mas sobretudo, pelo benefício social e de empoderamento das comunidades que a praticam. Estes factos justificam a presente pesquisa na medida em que para além de se apresentar como pioneiro no contexto Moçambicano no geral e

do distrito de Marracuene em particular, onde iniciativas de cooperativas agrícolas estão gerando renda através de estabelecimento de alianças e parecerias no contexto local, que são capazes de transformar um determinado território e uma determinada região por promover transformações na qualidade de vida do capital social envolvido nestes empreendimentos.

A escolha do cooperativismo agrícola permitiu analisar como ele promove o emponderamento dos grupos historicamente marginalizados e cria oportunidades para todos os seus membros. E enquanto alternativa sócio - económica o cooperativismo agrícola é visto como uma resposta as limitações do mercado capitalista, especificamente como anteriormente referenciado, as questões de desemprego e desigualdade, ou seja, o estudo da economia solidaria cujo produto origina o desenvolvimento local manifesto por meio do cooperativismo, permite compreender como este modelo de organização produtiva e social pode oferecer uma nova forma de organizar o trabalho e destribuir de forma equitativa os ganhos e excendentes.

Ao reconhecermos o quadro do debate acima exposto, nesta tese, procuramos responder à seguinte questão: ***como as alianças e parcerias estabelecidas pelo capital social em práticas do cooperativismo agrícola contribuem para o de desenvolvimento local do distrito de Marracuene?***

1.3. Hipótese/Tese de pesquisa

- As alianças e parcerias estabelecidas pelas cooperativas agrícolas, orientadas pelos princípios da economia solidária, configuram-se como uma forma eficaz de organização social, promovendo actividades colectivas que contribuem para o desenvolvimento local no distrito de Marracuene.

1.4. Objectivos do estudo

1.4.1. Geral

- Analisar a actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária e sua contribuição para o desenvolvimento local no distrito de Marracuene.

1.4.2. Específicos

- Identificar os vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene, destacando como esses vínculos favorecem a formação de alianças, parcerias e a construção de uma identidade coletiva.
- Descrever a economia solidária como um espaço de fortalecimento do cooperativismo agrícola, analisando seu papel como alternativa viável para o desenvolvimento local em Marracuene.
- Compreender de que forma as práticas características da economia solidária, adoptadas pelas cooperativas agrícolas, contribuem efectivamente para a promoção do desenvolvimento local.

1.5. Justificativa/Fundamentação da relevância do estudo

O mundo atravessa, de modo geral, um período de crise sem precedentes, evidenciado pelos dados empíricos nas áreas social, cultural, econômica e ambiental. Verifica-se dificuldade da ciência em gerar informações reveladoras dos equívocos cometidos no passado e as mudanças presente, sobretudo no que se refere a estratégias de desenvolvimento local dinamizadas pelos actores locais. Justifica-se o questionamento acerca dos conceitos de desenvolvimento, progresso, crescimento e viabilidade temporal, considerando os padrões de existência e consumo da sociedade.

Assim, Moçambique não é excepção, pois os problemas são múltiplos, sejam eles de ordem política, econômica ou social e afectam a população de forma desigual entre regiões, agravando as diferenças sociais num cenário de desemprego, exclusão, precariedade e individualismo, agravados pelas políticas governamentais de liberalização das práticas capitalistas de mercado (Libomdo, *et. al*., 2017).

Neste contexto, as formas de sobrevivência que garantem os direitos sociais fundamentais são variadas, sendo uma delas o cooperativismo agrícola, de extrema importância nas comunidades rurais para a expansão das liberdades e a promoção do desenvolvimento. Outrossim, a produção para o mercado pode dar-se através de diversas formas de organização

social. Nos últimos séculos, a voga predominante tem sido a produção capitalista. Porém, olhando para as empresas que actuam na economia solidária como um conjunto agregado, é possível distinguir elementos característicos de sua actuação que, se articulados devidamente, podem torná-las economicamente mais eficazes, aumentando suas probabilidades de sobrevivência ou mesmo de sucesso nos mercados capitalistas. Sabe-se que o ambiente onde actuam essas empresas, é bastante complexo, assim como suas probabilidades de sobrevivência são sujeitas a condicionantes bastante diversos.

A relevância do estudo do cooperativismo agrícola enquanto expressão da economia solidária, apresenta o fundamento teórico e prático que se âncora aos princípios de auto - gestão, participação democrática e a cooperação (alianças e parcerias), permitindo analisar como esses princípios se aplicam na prática para resolver problemas sociais e económicos como geração de renda, inserção em actividades económicas, trabalho digno, distribuição equitativa ganhos. A perspectiva de desenvolvimento local se aplica a noção de transformação territorial e desenvolvimento de capacidades por meio de eliminação de privações, sendo que o cooperativismo agrícola se apresenta como um vector indutor de criação de empregos, geração de renda, inserção económica e melhoria da qualidade de vida dos cooperativistas em suas comunidades.

A ideia por detrás da economia solidária é justamente procurar alternativas que criem as bases dos factores que tornar-se-ão elementos de competitividade dinâmica a longo prazo. Para isso, exige-se um programa de investimentos estratégicos suportado por políticas públicas de cunho socializante para se criar a cultura económica, política e social de sustentabilidade efectiva da rede solidária no tempo (Rautenberg, 2016). Buscando, com isso preencher substancialmente as carências sociais com mecanismos democratizados de acumulação e socialmente construidos. Esta forma de organização social de trabalho em Moçambique, se apresenta de forma diferente comparativamente a sua génese no tempo da luta de libertação colonial, visto que, busca reconfigurar e ancorar-se em uma formalização enquanto estratégia ou política de desenvolvimento vinculativa a um determinado sistema de produção e não só.

Analisar a actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária, num contexto de precariedade e escassez de alternativas económicas e sociais para a melhoria das condições de vida e exclusão social, a presente pesquisa é relevante não só pelo contexto actual, mas também, pela busca de alternativas para desenvolver novas formas de produção e geração de renda para se manterem activamente económicos. Esta relevância também se evidencia pelo facto de que gerará desdobramentos para outras acções na medida em que fortalecem as práticas cooperativistas, onde dentro das cooperativas agrícolas outras características da economia solidaria estão integradas, formando um núcleo duro na busca de alternativas sociais e económicas.

O estudo da economia solidária, no nosso entender vai contribuir no despertar do interesse no processo de busca de alternativas cuja lógica promove acções de desenvolvimento local, através da mobilização social para fazer face a determinadas inquietações e buscar alternativas de sobrevivência de matriz endógena. A pesquisa em torno da actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária geridas, concebidas por livre associação e mantidas democraticamente permitirá compreender de diferentes alternativas que contribuem para o desenvolvimento local através da prática da agricultura no distrito de Marracuene.

CAPÍTULO II

Neste capítulo, apresentamos uma descrição detalhada sob prespectiva histórica e evolutiva das diferentes concepções em torno do conceito da economia solidária. Começamos por procurar analisar os paradigmas que estiveram por detrás do estabelecimento das aldeias comunais, enquanto a primeira manifestação das solidariedades embora impostas pelo Estado. Posteriormente apresentam-se diversas perspectivas teóricas da análise da economia solidária no mundo, em África e, por fim em Moçambique, incluindo o revivalismo das cooperativas, a análise das continuidades e ropturas entre os momentos cooperativos (passado e presente), e finalizamos com o contributo que a pesquisa traz em torno dos debates sobre estudos de desenvolvimento local em Mocambique através da compreensão da economia solidária expressa por cooperativas agrícolas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. As aldeias comunais como a primeira manifestação de redes solidárias em Moçambique

A necessidade de ordenamento territorial e organização das populações rurais, bem como o seu controlo, esteve sempre presente nos projectos da FRELIMO, com o propósito de criar melhores condições de vida nos locais de origem e de travar o êxodo rural em busca de condições nos centros urbanos. Uma das iniciativas que caracterizou esse período foi a política de aldeias comunais, com a finalidade de urbanização do meio rural como parte de um projecto mais amplo de desenvolvimento e modernização. Entre 1975 e 1986, essas aldeias foram implementadas como uma estratégia fundamental para reestruturar as relações sociais, econômicas e políticas em Moçambique (ARMANDO, 2024).

Entretanto, os objectivos de construção de uma sociedade socialista exigiam grandes esforços de investimentos públicos para a transformação estrutural da economia e para a edificação dos sectores capazes de romper com o sub - desenvolvimento, na perspectiva da construção de um país forte e próspero. É na sequência disso que a FRELIMO, inspirando-se na política de Ujamaa da Tanzânia, propõe a implementação de aldeias comunais como um projecto

endógeno. Essas aldeias são baseadas nos valores tradicionais e nas relações pré-capitalistas (ARMANDO, 2024).

Internamente o modelo socialista necessitava do apoio e da mobilização popular em torno do projecto. Para o efeito, optou-se, por um lado, pela mobilização e consciencialização da população sobre a importância do sacrifício do consumo privado para concentrar os recursos internos na formação do capital fixo, nos incentivos morais para o aumento da produtividade e do trabalho voluntário, e, por outro, pelo controle ideológico das burocracias, dos quadros e da população, e pela repressão das vozes e forças não concordantes com o projecto político.

Araújo (1988), considera que essa nova forma de organização social e dos espaços assentava na produção colectiva e na construção dos alicerces por meio de estabelecimento de aldeias comunais geridas por princípios do cooperativismo socialista. A luz desta experiência e em função da política de desenvolvimento definida para o país, em que as aldeias comunais enquanto unidade organizada de produção rural, deveriam por si, constituir o quadro social de desenvolvimento futuro do campesinato e consequentemente do país, tornando os indivíduos e as zonas auto - suficientes em termos de capacidade produtiva e de consumo.

A Constituição da República de 1975 consagrou a agricultura como a base do desenvolvimento, e ainda continua a agricultura figurando como o sector estratégico na contribuição do PIB nacional. Portanto, as aldeias comunais, organizadas sob princípios do cooperativismo socialista, apresentavam-se como a primeira manifestação da economia solidária no território moçambicano, e foram, de certa forma, marcadas pela libertação e consolidação dos territórios e dos espaços numa perspectiva de afirmação e dinamização dos processos produtivos, como uma estratégia de insurreição contra o governo colonial Português.

Porém, se assumimos que as aldeias comunais na sua génese não tiveram o princípio de participação voluntária no seu todo, apesar desta implicação, outros elementos característicos da essência do cooperativismo/economia solidária estiveram sempre patentes e, sobretudo, a indução por forças endógenas aos territórios em que estavam implantados estes empreendimentos sociais como condições primordiais de consolidação dos espaços e melhoria das capacidades produtivas.

De acordo com Araújo (1988), imediatamente após a independência nacional, toda a terra foi nacionalizada para dar cumprimento ao estabelecido pelo artigo 8 da Constituição da República de Moçambique, que contemplando a Lei de Terras, vem alterando sobremaneira a estrutura agrária, que era constituída por empresas estatais, cooperativas agrícolas, empresas privadas e unidades ou machambas familiares. Portanto, o sector agrário é um dos que vem sentido os efeitos das estruturas herdadas, das transformações operadas, dos efeitos desestabilizadores causados pelas agressões armadas vindas do exterior, bem como da falta de quadros tecnicamente preparados que podiam, de forma mais adequada encontrar vias eficazes de aumento da produção e da produtividade, no âmbito da política de desenvolvimento definida para o País.

De acordo com os dados disponíveis no Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), Moçambique tem 36 milhões de hectares de terras aráveis. Dados do PEDSA (2022-2030), estimam que 80% dos moçambicanos depende da agricultura para o seu sustento. Outrossim, o sector agrário é fonte de emprego e renda para a maioria da população moçambicana. De acordo com projeções do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2017, administrado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Moçambique possuía, em 2021, cerca de 30.8 milhões de habitantes dos quais 51.7% são mulheres e 48.3% são homens e, desta população, a maioria (66.0%) reside nas zonas rurais e depende maioritariamente do sector agrário para alimentação e renda.

Dados do Inquérito Agrário Integrado (IAI) 2020, realizado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER - 2022), indicam que da população que pratica agricultura, a maioria (97.8%) opera em pequenas explorações agro - pecuárias. Por outro lado, dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) 2020, administrado pelo INE, mostram que 65.9% dos chefes dos agregados familiares estão vinculados ao sector agrário. Sendo a percentagem dos chefes dos agregados familiares engajados no sector agrário consideravelmente maior nas zonas rurais do que nas urbanas (82.3% contra 31.6%). Essas famílias, apesar de uma pequena percentagem estar inserida no movimento cooperativo, são configuradas como base social das associações e cooperativas agrícolas na área da pesquisa.

A distribuição territorial da população rural tem íntima relação com os tipos e processos de ocupação e posse da terra, inseridos na política geral de desenvolvimento vigente. Pode entender-se, por outro lado de acordo com Araújo (1988), as causas da organização da população no espaço geográfico devem ser ainda procuradas nas relações sociais e económicas que produziam a história da área em estudo.

As diferenças territoriais que surgem eram o resultado do desigual processo de produção, Rossini (1982), a relação entre políticas estatais e população tem-se tornado cada vez mais evidente, de tal forma que no tal período, a crescente polémica à volta da população, recursos e crescimento económico, teve a virtude de colocar, como primeira propriedade, as possibilidades de influência do Estado sobre o comportamento da população, tomando em consideração que o sócio-económico não é um simples agrupamento de indivíduos e de elementos sócio-económicos, mas um sistema cuja estrutura concreta é determinada pela natureza das relações que situam os indivíduos no processo social de produção e reprodução.

Alfredo, (2009), a distribuição da população rural moçambicana era reflexo de processos distintos - o domínio da agricultura empresarial colonial, que, por um lado, afastava a população rural, levando a dispersão fora do território que lhes fora alienado, por outro, utilizava a mão-de-obra recrutada entre a população e funcionava como factor de atração demográfica. A população rural atraída pela oferta de empregos, ou constrangida a vender a sua força de trabalho a estas unidades produtivas, instalava as suas residências e as suas machambas nos espaços circundantes, seguindo uma organização dispersa e irregular.

Originam-se deste modo, áreas de maior densidade demográfica, mas só muito raramente surgem verdadeiros centros de concentração populacional. Nestas condições, não é de se estranhar que o povoamento rural em Moçambique se caracterize por uma dispersão de fraca densidade, interrompida, em algumas áreas, por manchas de maior adensamento. O aparecimento e desenvolvimento de formas de produção colectiva rompem, inevitavelmente com a forma de povoamento disperso, criando condições para implementação de outras, porque todo o sistema de produção e exploração recorra a diversas formas modernas de cooperação e à procura de comodidades materiais que é mais concentrar que dispersar e harmonizando com o agrupamento da população.

Para Araújo (1988), esta transformação não se pode limitar a mera concentração da população num determinado espaço, ou seja, o processo não pode se reduzir a uma nova organização territorial da população, mas sim, na reflexão antes de mais em uma forma diferente de organização da actividade produtiva rural, assente em moldes colectivos de produção familiar. Observa-se, deste modo, uma mutação complexa durante a qual a antiga unidade espacial e económica formada pelo local de residência e de produção é profundamente alterada, ou mesmo alienada, para dar lugar a uma nova unidade, de dimensões e relações diferentes. Isto implicou profundas mudanças nos modelos comportamentais, morosas e nem sempre fáceis. Entretanto, existe, pois, uma relação íntima de causa e efeito entre, por um lado, as novas unidades produtivas e o espaço que criavam, por outro lado, novas formas de distribuição populacional, que normalmente se designavam por aldeias comunais e que se apresentam como uma primeira manifestação da economia solidária em Moçambique, sob princípios do cooperativismo agrícola.

A fundamentação teórica acerca da experiência das aldeias comunais em Moçambique, segundo Castelo (2021), Matine (2021), Castells (1999) e Maloa (2016), sustenta-se em múltiplas influências, sendo a FRELIMO um factor central. Por um lado, é ressaltada a influência da política colonial de colonatos, descrita por Castelo (2021), como uma forma de "engenharia social" implementada no final do século XIX, visando a gestão da população rural e a prevenção do êxodo para áreas urbanas, além das experiências durante o período de guerra (1964-1974). Portanto, Armando (2024), destaca as influências adquiridas pela FRELIMO durante a luta de libertação, incluindo os contatos com o pensamento de Julius Nyerere (1985), sobre Ujamaa na Tanzânia, interpretado por esses autores como um programa de desenvolvimento rural centrado na agricultura colectiva e na transformação do modo de produção familiar. Matine (2021), acrescenta que a política das aldeias comunais também se baseia em influências marxista-leninistas, derivadas de eventos como a Revolução Russa de 1917, a Revolução Chinesa de 1949 e a Revolução Vietnamita de 1954, bem como as Compagnes de Regroupement de 1963, durante a guerra colonial na Argélia.

Essas influências são corroboradas por Castelo (2021), que aponta para a prática de reassentamento forçado em aldeias estratégicas, comum em contextos de guerrilha anticolonial na África, como no Quênia após a revolta Mau-Mau, em 1952. Adicionalmente, destaca-se a

política de povoamento branco em Angola e Moçambique, visando a ocupação do território e o desenvolvimento econômico-social, exemplificado pelo investimento em colonatos, como o colonato de Limpopo nos anos de 1950-1960, em Moçambique.

Figura 1. Foto: Sessao de Treinamento em uso de equipamentos agrícolas para cooperativa



Fonte: SOCODEVI, 2025

Na óptica de Gallo (2016), a perspectiva percebida como "civilizatória" enxergava o aldeamento como um meio para impor padrões higiênicos, promover a monogamia nas famílias e, principalmente, incutir o hábito do trabalho agrícola por meio das machambas, com o intuito de modificar os costumes e os comportamentos das populações locais, além de exercer controlo sobre a sua força de trabalho e assegurar a arrecadação de impostos. Nesse viés, é pertinente destacar que a dinâmica da colonização portuguesa em Moçambique foi caracterizada pela implementação de um sistema de trabalho compulsório, denominado "trabalho indígena", com o propósito de prover uma fonte de mão-de-obra barata para as plantações e minas operadas pelos colonizadores.

Armando (2024), como resultado dessa prática, a administração colonial optou por estabelecer aldeamentos indígenas, com o intuito de exercer um controle mais eficaz sobre essa mão-de-obra, reunindo e supervisionando de perto os habitantes locais. Gallo (2016), destaca que, contrastando com o modelo de concentração populacional dos aldeamentos coloniais, a FRELIMO implementou nas áreas libertadas as aldeias comunais, caracterizadas pela

organização em torno da produção agrícola colectiva, pela regulação do convívio social através de comitês disciplinares e pela oferta de aulas de reeducação política para disseminar os princípios revolucionários.

Em linhas gerais, a contextualização histórica das aldeias comunais em Moçambique evidencia uma intricada interação entre políticas coloniais e pós-coloniais, delineadas por objectivos sociais, administrativos, econômicos e ideológicos. Tanto durante o período de domínio colonial português quanto após a independência, sob a égide da FRELIMO, as aldeias foram empregadas como ferramentas de controlo populacional, engenharia sócio - econômica e difusão de ideologias políticas. Inspiradas em práticas de reassentamento compulsório de outras áreas colonizadas e permeadas por concepções socialistas, as aldeias comunais reflectiam tanto a influência colonial quanto os anseios por mudanças sociais e econômicas. Apesar das aspirações de fomentar o desenvolvimento local e a coesão colectiva, as aldeias comunais se depararam com significativos desafios consideráveis, expondo as fricções entre os ideais ideológicos e as realidades pragmáticas de Moçambique (ARMANDO, 2024; MATINE, 2021).

Figura 2. Foto: Exposição da CoopDasi



Fonte: SOCODEVI, 2024

2.2. Desafios, sucessos e fracassos da implementação das cooperativas agrícolas socialistas no Período Colonial e Pós-colonial em Moçambique

As cooperativas de produção agrícolas, enquanto política concebida pela FRELIMO, com o propósito de reestruturar a sociedade, não se configurariam facilmente, devido às complexidades inerentes à natureza humana. Ao contrário, a sua implementação foi precedida por um processo de extrema reflexão, que incorporou a análise crítica da experiência pregressa por parte dos pensadores e analistas envolvidos, bem como a avaliação cuidadosa dos benefícios potenciais para os afectados (ARAÚJO, 1988).

De acordo com Araújo (1988, p. 369), logo após a independência é lançada a campanha política de organização da população rural em aldeias comunais em todo o país, movimento que não foi acompanhado com a capacidade de planificação e orientação para esse novo tipo de organização rural a todos os níveis, situação que fez com que surgissem concentrações populacionais maiores e, por vezes sem atentar à localização geográfica mais adequada. A localização dos novos centros rurais nem sempre era escolhida tendo em conta as distâncias em relação às unidades produtivas, serviços sociais disponíveis e aos locais de captação de água e de lenha, assim como a conservação dos solos. O movimento após o seminário de Marrupa torna-se muito mais rápido que o crescimento da capacidade de planificação e organização deste novo tipo de povoamento rural e de produção colectiva, que assim se vê a braços com uma série de problemas, não havendo resposta adequada para estes, vão-se acumulando e agravando, e resulta cada vez mais difícil alcançar os objectivos definidos.

A história da implantação das cooperativas agrícolas que estavam subjacentes às aldeias comunais em Moçambique, por um lado resulta da inspiração da luta armada de libertação e, por outro, da experiência da Tanzânia, país que introduziu a política de Ujama, bem como de países comunistas como China e Vietname, que influenciou grandemente os lideres da FRELIMO durante a sediada do movimento naquele país vizinho e do esforço do povo moçambicano durante a Luta Armada, bem como a Revolução Chinesa de 1949 e a Revolução Vietnamita de 1954, que levou a FRELIMO a promover a ideia de criação das cooperativas socialistas em Moçambique, logo depois da proclamação da independência nacional. Pela história da implantação do cooperativismo em Moçambique, pode-se concluir que a política foi inspirada

nas experiências da luta armada nas zonas libertadas que, na verdade, trouxeram sucesso naquele momento exato.

No entender de Siliya (1996), no processo de edificação das cooperativas de produção agrícolas, Moçambique recorreu, por um lado, o método de sensibilização ou mobilização populacional, por outro, o método coercivo, dependente das circunstâncias e situação geográfica de cada empreendimento. A primeira fase de implementação das cooperativas agrícolas em Moçambique ocorreu em dois momentos, sendo o primeiro aquele que se deu durante a Luta Armada de Libertação Nacional (1964-1974), tendo sido preconizada pelos militantes da FRELIMO – ideia que contou com o apoio material, moral e humano das populações que viviam nas "zonas libertadas", onde a libertação da zona era acompanhada pela criação da aldeia comunal e consequentemente, o estabelecimento de cooperativas de produção e outras. Nessa fase, as aldeias comunais foram construídas sem resistências sociais porque contavam com a vontade do povo, que, devido à acção da guerra, sentiu a necessidade de aglomerar-se em zonas próximas por onde passariam a receber a proteção da FRELIMO (Abrahamsson; Nilson, 1994).

No segundo momento da primeira fase, no entender de Araujo (1988, p.378),

> "Decorreu desde a independência, 25 de junho de 1975 até 1978, a distribuição das aldeias comunais não era acompanhada por uma planificação prévia da sua localização geográfica, resultando antes da vontade da população camponesa e dos seus conhecimentos empíricos no que concerne à fertilidade dos solos e a existência de outros recursos".

O resultado do segundo momento da primeira fase foi a concentração das populações em locais previamente escolhidos pela FRELIMO, e, com isso, se pretendia, para além da protecção da população conforme se dizia, mas retirar possíveis bases de apoio à RENAMO[6], que necessitava das populações no quadro da estratégia de uma guerra de guerrilha. Esses factos conduziram a acções coercivas de movimentação e deslocação das pessoas que se viam pressionadas por ambas as forças militares. E devido à conjuntura sócio - política da época, pode se afirmar que os resultados dessa fase foram satisfatórios, embora o processo todo fosse

[6] Resistência Nacional Moçambicana - movimento de guerrilha que surgiu em 1977 em oposição às políticas socialistas da FRELIMO.

caracterizado, em alguns momentos, por violação de direitos básicos como aqueles de liberdade de escolha por parte das populações envolvidas nesse projecto.

Segunda fase é caracterizada por transição da fase inicial para a subsequente não se limita a uma mera alteração perfunctória nas políticas de alojamento da população, mas representa, sobretudo, uma evolução multifacetada. Nesse processo, os ideais revolucionários encampados pela FRELIMO durante o período de Luta de Libertação colidem com as contingências postas à luz da independência, proporcionando a exposição das sutilezas das dinâmicas de poder, dos anseios das comunidades rurais e dos desafios inerentes à edificação de uma nova configuração social (ARMANDO, 2024; MATINE, 2021). Tudo isso ocorre no âmbito da proposta de restruturação e ocupação de espaços de produção agro – pecuária do meio rural delineada no contexto do Moçambique socialista, em que as cooperativas se constituíram como pontos nodais dessa reconfiguração.

Os estudiosos Araujo (1988), Mosca (1999) e Mula (2022), concordam que a segunda fase do cooperativismo ocorreu entre 1979 e 1985/6. Nesse período, foi iniciado um processo de distribuição territorial mais planejado, visando garantir um equilíbrio adequado entre a população e os recursos naturais. Isso incluiu recomendações sobre as dimensões das cooperativas e os aldeamentos em termos de área habitacional e agrícola, buscando estabelecer uma harmonia entre a comunidade e o ambiente em que viviam. Por alcançar bons resultados na anterior fase da sua implantação e reconhecendo o papel da população camponesa na luta de libertação nacional e, acima de tudo querendo alcançar o desenvolvimento socioeconômico do país, a FRELIMO quis reforçar a ideia do cooperativismo socialista como estratégia de desenvolvimento e consolidação de espaços produtivos.

Entretanto, fala-se da criação das cooperativas socialistas de maneira harmônica na primeira fase entre os militantes da FRELIMO e as comunidades rurais, principalmente das zonas libertadas, o que permitiu maior popularidade e adesão à FRELIMO, por outro, essa realidade não se verificou na segunda fase de implementação desta iniciativa, na qual a população manifestou forte resistência à ideia de continuar a viver em aglomerados porque para aquela população, a única razão que levará a abandonar os seus habitats naturais e passar a viver nas aldeias comunais era a insegurança resultante da guerra cível. Para Matine (2021), após o

término da luta de libertação e a consequente independência de Moçambique, muitos habitantes não encontraram mais razões para permanecerem nas aldeias comunais. Para alguns, isso significava a perda de poder, especialmente para os chefes tradicionais, cuja influência foi reduzida.

Para alguns, representava uma restrição às suas liberdades individuais, pois as estruturas comunitárias podiam limitar as suas escolhas e autonomia. Ideia corroborada por Newitt (1997, p. 472) ao pontuar que:

> "As coopearativas socialistas contaram com forte oposição, sobretudo porque envolviam a mudança forçada dos camponeses da terra que tradicionalmente trabalhavam, e que era controlada pela sua própria linhagem para grandes aglomerados semiurbanos onde dependiam da comuna da aldeia para o acesso à terra. Muitos camponeses alojados em aldeias comunais regressaram simplesmente às suas antigas casas, deixando os novos aglomerados vazios, e quem os encorajou a fazê-lo foram os chefes tradicionais da sua linhagem, os quais, por sua vez, tinham sido destituídos por funcionários do partido e adjuntos eleitos, estes últimos os chamados Grupos Dinamizadores (GDs). Apesar de as aldeias comunais poderem apresentar muitas vantagens no papel, representavam para as populações forçadas, uma violência cultural e até a limitação da liberdade de escolha. Na nossa análise, percebemos que essa política, embora parecesse coesa do ponto de vista socioeconômico, foi implementada, em certos casos, de maneira apressada, sem um entendimento prévio da realidade específica de cada região".

Isso nos leva a considerar que, na busca por um desenvolvimento sócio - econômico acelerado, a FRELIMO organizou as populações rurais sem uma análise prévia adequada de como implementar suas políticas públicas, o que, frequentemente, resultou em conflitos com as realidades locais. Como observado por Siliya (1996), essa abordagem mecânica causou rupturas no tecido social e na rotina das comunidades, devido à aplicação apressada das políticas do governo, que, muitas vezes, não consideravam as probabilidades e necessidades específicas de cada região.

Ao revisar essa etapa, constata-se que, embora tenha alcançado resultados modestamente satisfatórios, o projecto deparou-se com uma forte resistência por parte das comunidades, levando muitas delas a abandonar as cooperativas e simultaneamente aldeias comunais e retornar às suas áreas de origem. Essa decisão foi influenciada, principalmente, pela persuasão e mobilização realizadas pelos chefes tradicionais de suas respectivas linhagens. Como destacado no texto, isso se deve, em parte, à escolha dos locais de ou para o reassentamento, que, muitas vezes, pareciam mais campos de refugiados ou campos de concentração, do que centros destinados a urbanizar e dinamizar a produção rural. Além disso, a falta de consulta e envolvimento dàs comunidades, especialmente aos líderes tradicionais envolvidos nos reassentamentos, resultou na negligência da autoridade que eles exerciam sobre os seus próprios grupos populacionais, que pode ter originado ropturas entre estes e o Estado.

Para efectivar o projecto, Armando, (2024), foram realizados investimentos locais significativos visando atrair as populações para a produção cooperativa. Iniciativas como campanhas de alfabetização, construção de escolas, postos de saúde e fontes de água, além do fornecimento administrativo de bens essenciais às cooperativas nas suas mais diversas variedades (agrícola, de leite, pecuárias…), foram promovidas pelo governo. Essas acções impulsionaram o crescimento do cooperativismo nos primeiros anos, resultando em mais de 40% da população rural residindo nelas após apenas quatro anos de implementação.

Figura 3. Foto: Processamento de Batata-doce



Fonte: SOCODEVI & Plínio Fonseca, 2023.

De acordo com Mosca (1999, p. 139), a concepção da implementação das cooperativas agrícolas eram bastantes diferentes da actuação em relação aos sectores econômicos. Enquanto, os recursos para a economia e para os principais serviços eram definidos e afectados pelo plano, a construção e reestabelecimanto das aldeias comunais e os serviços sociais no meio rural eram programados e executados de forma descentralizada. Essa descentralização facilitou a participação das comunidades na organização e nas decisões ao nível da base, demonstrando, assim, que um regime autoritário pode coexistir com elementos de democracia participativa, mesmo que com fins instrumentalistas como se verificou em Moçambique.

De acordo com Newitt (1997), as alianças e parcerias promovidas pelas cooperativas agrícolas e outras formas de organização social e política facilitou gradualmente a integração das mulheres na vida nacional. No entanto, as estruturas tradicionais e a resistência masculina as impediam de avançar plenamente em defesa de suas classes, trabalho remunerado ou participação no funcionalismo público. Ainda assim, Newitt (1997), destaca que, em 1977, 28% dos eleitos para as assembleias populares eram mulheres, uma proporção que, possivelmente, poderia ser comparada, favoravelmente, com as taxas de participação em outros países.

O significativo aumento da participação das mulheres na vida econômica, social e política do país pode ser atribuído ao apelo feito pelo presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, durante a conferência de fundação da OMM em 1973. Em sua intervenção, ele destacou:

> "A emancipação das mulheres não é um acto de caridade, o resultado de uma atitude humanitária ou compadecida. A libertação das mulheres é uma necessidade fundamental para a Revolução, o garante da sua continuidade e uma condição prévia da sua vitória. O principal objectivo da revolução é destruir o sistema de exploração e construir uma nova sociedade que liberte o potencial dos seres humanos, reconciliando-os com o trabalho e a natureza. É neste contexto que surge a questão da emancipação das mulheres (Machel, 1979, p. 18) ".

Armando (2024), considerando as duas fases do cooperativismo, destaca-se uma narrativa abrangente que revela sucessos e desafios na transformação sócio – económica e política de Moçambique. A primeira fase foi marcada por implementações rápidas e desarticuladas, enquanto a segunda, adoptou uma abordagem mais planejada e sensível às realidades locais.

Ambas enfatizaram a importância da participação comunitária e a necessidade de considerar as especificidades regionais. Apesar das dificuldades, como resistência local e rupturas sociais, os esforços de urbanização rural resultaram em benefícios, como maior participação das mulheres e melhorias na infra - estrutura. Essas lições históricas têm implicações valiosas para futuras iniciativas de desenvolvimento rural.

Figura 5. Foto: Processamento de Batata-doce



Fonte: SOCODEVI & Plínio Fonseca, 2023.

Apesar de o plano ser introduzido sem um prévio estudo, nos primeiros momentos houve resultados significativamente satisfatórios, embora modestos, mas o mesmo não se pode dizer na fase posterior, na qual, com a independência, as populações abandonaram as aldeias comunais porque, na opinião daquelas, não se justificava a permanência em locais de aglomeração, e que era o momento de retornar às suas zonas de origem para recuperar sua liberdade e poder, cuidar e criar seus animais, assim como cuidar dos seus locais sagrados.

Neste diapasão, Bialoskorski (2006), comenta que o cooperativismo e as formas de cooperação são muito antigos na história da humanidade. Há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a Pré-História da civilização, em tribos indígenas ou em antigas civilizações como os babilônicos. As pessoas, quando se juntam, produzem muito mais que a soma do que produziriam individualmente. Um grupo sempre tem força, na vivência nos antigos feudos, as pessoas aquartelavam-se em torno de um senhor feudal, poderoso, possuidor de bens, que dava alojamento e protecção dentro seus muros, em troca de vassalagem.

Para Araújo (1988), a convivência entre eles era, acima de tudo, garantia de sobrevivência:

> "As pessoas também tendem a reunir-se em torno de valores e de crenças, vivem em comunidade, formam cidades e agregam-se dentro desses grupos maiores, em outros menores, ou ainda maiores que os primeiros, buscando preservar-se e manter-se. (SANTOS, 2001) ".

Araújo (1998), postula ainda que a produção cooperativa, iniciada após a aglomeração da população, surgia de forma artificial e forçada, pouco organizada, o que resultava em produções e produtividades muito baixas, os membros das cooperativas de produção criadas não viam os resultados do seu trabalho o que os levava a abandoná-las. Muitas aldeias comunais, que surgiram neste processo, nunca chegaram a implementar qualquer forma de produção colectiva. Criaram-se contradições entre o espaço de produção colectivo e o familiar, superdimensionaram-se estes aglomerados rurais, criando-se grandes desequilíbrios populacionais – recursos e dificultando-se uma administração aldeã eficiente.

Para Araújo (1998), é evidente que os executores deste processo, além de não atenderem, em muitas situações, aos princípios orientadores definidos e traçados, esqueceram-se de que as motivações existentes durante a luta armada não eram, após a independência, as mesmas, não se tornado suficiente dizer aos camponeses que se vivessem em aldeias organizadas teriam acesso mais fácil aos cuidados de saúde, à escola, etc.

Deste modo, (Uaniheque, Wilson & Francisco, 2025) as machambas colectivas passaram a ter uma vida efémera, pois não recebendo qualquer tipo de apoio e ficando entregues unicamente à boa vontade dos aldeões, são secundarizadas em relação aos outros tipos de unidade agrícolas, acabando por abandonadas. A origem das aldeias também pode ser considerada um factor com influência no movimento cooperativo, mas os dados disponíveis não permitem tirar conclusões nesse sentido, pois em províncias onde a origem das aldeias é semelhante, a situação é bem distinta. Os factores que, na realidade maior influência deve exercer no número de cooperativistas, serão os relacionados com os rendimentos e a organização do trabalho e da distribuição da produção, embora alguns autores também considerem falta de apoio eficaz ao movimento.

O cooperativismo tem como objectivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento sócio – financeiro e econômico de todas as sociedades cooperativas. A cooperação sempre existiu nas sociedades humanas desde as eras mais remotas. Menos evoluído, menos agressivo, mas sempre como resultante de necessidades imperiosas de sobrevivência entre a população. Reisdorfer (2014), postula que a cooperação surgiu como necessidade, como meio de sobrevivência e, principalmente, como agrupamento de pessoas que na reciprocidade de seu trabalho, no conjunto de suas ideias e no esforço continuado de suas acções, realizavam seus propósitos e seus objectivos.

Figura 4. Foto: Processamento de Cebola – Tecnologias Pos – colheita



Fonte: Plínio Fonseca, 2023.

Quando se fala de cooperativismo, fala-se de cooperação, fala-se das relações que as pessoas estabelecem entre si para alcançar um objectivo comum. Sabe-se que a Revolução Industrial, pela mecanização de processos, promoveu elevada exclusão social. O desenvolvimento muito rápido não é compartilhado e, logo, não é em benefício de todos, os excluídos do processo de desenvolvimento organizam-se de forma solidária para se contrapor aos efeitos nefastos produzidos pelo sistema vertical capitalista.

Os inúmeros movimentos sociais e étnicos no mundo trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o económico e da relação do homem com o meio ambiente, portanto, essas novas relações começam a ser estabelecidas entre os indivíduos, o trabalho e a política, gerando interesse e preocupação com o meio ambiente e com os processos de promoção de

desenvolvimento local como forma de melhor responder ou insurgir-se contra a crise que assola o país em particular e o mundo em geral que é caracterizada por marginalização, desemprego, exclusão social e falta de oportunidades (Uaniheque, *et al.* 2025).

A economia solidária vai aqui se apresentar como um excelente instrumento de combate à exclusão social, na medida em que se apresenta como uma alternativa viável para a geração de trabalho, renda, condições imprescindíveis para a expansão das liberdades, enquanto se desdobra na minimização ou mesmo na eliminação das desigualdades sociais, difusão de valores humanos e promoção de acções ou actividades cujos resultados são atinentes a promoção do desenvolvimento local.

Outrossim, o sistema capitalista embora seja hegemónico, não impede o desenvolvimento de outros actores que tragam consigo outros modos de produção, uma vez que ele é incapaz de inserir dentro de si toda a população economicamente activa, e esse facto se agrava quando estamos perante países em via de desenvolvimento ou subdesenvolvidos. A economia solidária, por sua vez, cresce em função das crises sociais que a competição pode originar nestes contextos capitalistas. Portanto, condição *sine qua non* para que ela seja alternativa real, verdadeira e viável aos modelos capitalistas de promoção do desenvolvimento local.

Figura 5. Foto: Colheita e Processamento de Batata-doce



Fonte: SOCODEVI & Plínio Fonseca, 2023

2.2.1. O cooperativismo no mundo, nos países da Africa Austral e a legislação cooperativa moçambicana

As cooperativas surgiram no meio capitalista do século XIX como uma reação às consequências da doutrina liberal e individualista, ao aumento da fome e do estado de miséria e precariedade em que se encontrava a maior parte da classe trabalhadora. Foi por volta de 1750 que surgiu a industrialização na Europa, e, com ela a sistematização do trabalho. Estava, então, criada uma nova realidade social, com o advento das fábricas, que cativou a população da época, pois podia ser aprendido somente uma parte do trabalho, em vez de ter que saber o todo, e ficavam protegidos da chuva e do sol. Para Reisdorfer (2014), a ilusão desta "maravilhosa" invenção demorou duas gerações a passar, pois o trabalho de 16 horas por dia, incluindo crianças de menos de 9 anos de idade nas bancas de trabalho dentro das fábricas, começou a ser percebido como penoso demais, pois tirava das crianças o direito ao lazer e brincadeiras. Somente em 1809 promulgou-se primeira lei que proibia o trabalho a menores de 12 anos.

Nesta fase, as dificuldades para aprovação de acordos de trabalho eram imensas, gerando opressão, baixos salários e péssimas condições de trabalho. Foi neste ambiente que nasceu a cooperação e criou-se um novo estilo de vida. Em 1832, no começo do movimento cooperativista, em um congresso de cooperados de Londres, foi sancionada a decisão de que à cooperação não se aplica nenhuma doutrina religiosa, irreligiosa, política ou apolítica. Neste período, o espírito sectário das pessoas foi, e tem sido, um dos inimigos mais poderosos da união dos interesses públicos, por isso, entende-se que a cooperação não pode existir sem o espírito da tolerância para com todas as opiniões (Uaniheque, *et al.* 2025).

Mesmo com todas as adversidades, em uma tarde de inverno, no dia 21 de dezembro de 1844, os probos (aqui no sentido de íntegro, honesto, confiável) pioneiros inauguraram suas operações. De acordo com Uaniheque, *et al.* (2025), foi fundada, em Rochdale, uma sociedade cooperativa por 28 tecelões, sendo, destes, uma tecelã, com a finalidade de melhorar a situação econômica dos mesmos. Esta sociedade, a primeira constituída muito próxima aos termos e estrutura das cooperativas actuais, foi se expandindo rapidamente, com um número cada vez maior de sócios e um capital crescente, de tal forma que a sua área de actuação fosse ampliada, fazendo com que ela partisse para diversos outros segmentos e ramos de actividade.

O sucesso desta cooperativa fez com que o empreendimento sobrevivesse às duas Grandes Guerras e se tornasse símbolo do cooperativismo, de tal forma que seus princípios são seguidos até hoje pelas cooperativas no mundo todo. Esta cooperativa, também, é referência em virtude de que outras iniciativas da época não lograram êxito e, neste caso, o processo constitutivo foi formalizado, e a presença de pensadores e escritores permitiu o seu registro para a história. A história nos conta que os tecelões de Rochdale trabalhavam de 17 a 18 horas por dia, moravam em casas sem o mínimo de conforto, pagavam muito caro pelo que comiam e vestiam e, por isso, eram muito pobres (Uaniheque, *et al.* 2025).

Com o surgimento da máquina a vapor a situação tendou a agravar-se, traduzindo-se em desemprego para vários operários. Essa situação levou os operários a se unirem, com a finalidade de se protegerem contra o desemprego e se manterem vivos, através da organização de uma cooperativa que pudesse supri-los do básico para viver até conseguirem um novo emprego. A cooperativa ainda se propunha a cultivar uma área rural, plantando alimentos necessários para subsistência dos operários desempregados e suas famílias, gerando empregos às pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Bons exemplos de cooperação aparecem quando se estuda a organização social dos antigos povos como os babilônios, gregos, chineses, astecas, maias e incas (Tamele, 2019). Em período mais recente, a forma como o conhecemos e o aplicamos na actualidade surgiu junto com a Revolução Industrial, como alternativa para amenizar os traumas econômicos e sociais que a Revolução Industrial trouxe com suas mudanças e transformações. As más condições de trabalho, renda e de vida fez com que, novamente, o ser humano sentisse a necessidade de reunir forças com seus semelhantes em condições econômicas e sociais, na busca de alternativas, oportunidades e uma condição de vida mais digna a todos.

No entanto, diferentemente das iniciativas de outras épocas, desta vez o capital intelectual gerado na fase de preparação à constituição da Cooperativa de Rochdale, foi transcrito e disponibilizado para as gerações futuras. Então, coube aos precursores, alguns tidos como utópicos, e que não aceitavam as condições desumanas a que os trabalhadores eram submetidos, começar a divulgar ideias e experiências destinadas a modificar o comportamento da sociedade,

procedendo ao registro das reflexões e entendimentos iniciais, sobre o conhecimento que possuímos hoje sobre o cooperativismo.

Para a Reisdorfer (2014), a interpretação inicial que poderia ser feita é de que a legislação moçambicana em relação às cooperativas, ainda é muito insipiente, reflectindo a situação emergente no sector. Em Moçambique, existe apenas uma Nova Lei sobre as Cooperativas, aprovada 23/2009, inspirada pela lei brasileira, que substitui a antiga Lei da época socialista. Por outro lado, existe ainda um esboço de um regulamento e um regime fiscal que prevê certos benefícios fiscais, apesar de estar ainda por aprovação um programa de desenvolvimento denominado "Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo", sendo que actualmente nem a Lei e nem o programa exteriozam para os actores locais, expressamente no ramo do cooperativismo para agricultura, ficando ainda aparentemente virgem.

Após essas experiências, cooperativas independentes se formaram. Na transição económica, novas leis foram aprovadas e antigas cooperativas foram devolvidas aos seus membros e novas se formaram. Enquanto todos os movimentos cooperativos nestes períodos de transição económica continuam fracos, espera-se que continuem a crescer em áreas como crédito, abastecimento e comercialização agrícola, e até mesmo em sector cooperativo de consumo renascente. Nos países em desenvolvimento, os esforços internacionais da ICA, OIT e ONU têm sido instrumentais na formação de novas cooperativas independentes de seus governos, rompendo, deste modo, com a subordinação ou subjugação aos interesses políticos e com forma de manutenção do capital político.

A Declaração de Identidade da ICA e os princípios cooperativos, as Nações Unidas, as Diretrizes de 2001 e a Recomendação nº 193 da OIT sobre a promoção de cooperativas serviram para orientar a formação cooperativa, bem como limitar o papel de governos de fornecer um ambiente favorável e um campo de jogo nivelado para que as cooperativas possam operar de forma sustentável ao lado de outros tipos de negócios ou empreendimentos não cooperativos. Esses mecanismos recomendam que deve haver um "descomprometimento" prematuro e completo dos governos dos assuntos internos das cooperativas".

A Recomendação da OIT nº 193 enfatiza a necessidade de promover o potencial empresarial das cooperativas para que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e o emprego decente. Não fica evidente a necessidade da retirada completa do governo, mas recomenda um quadro institucional em que o governo cadastre as cooperativas da forma mais simples e eficiente possível, regule-as da mesma forma que outras formas de empresa, e forneça uma ampla gama de suporte, como desenvolvimento de recursos humanos, acesso a crédito e serviços de apoio à comercialização, tudo sem ferir a autonomia cooperativa.

Tal como descreve Tchami (2007), o sector cooperativo está passando por um renascimento, apesar de muitas dificuldades. Um estudo levado a cabo, em 11 países na África, estima-se que cerca de 7% (sete por cento) da população africana é ou são membros de algum movimento cooperativo e que mesmo em países onde as cooperativas de ponta entraram em colapso, tais como os casos de Uganda, Ruanda, os números continuam a crescer, sendo que actualmente nestes países estima-se que um crescimento acentuando saindo das 554 cooperativas para 7.500 cooperativas. As cooperativas de poupança e crédito são crescentes, incluindo sectores não tradicionais, como habitação, consumo, indústrias caseiras e destilarias. Portanto, eles são movidos pela demanda, orientados para o mercado e ignoram os velhos sindicatos cooperativos em prol de novas redes.

As cooperativas agrícolas estão encontrando uma demanda crescente dos supermercados por frutas e vegetais frescos e comercialização de café, estão ganhando preços altos por meio do comércio justo. As cooperativas de energia eléctrica mostram que o modelo cooperativo pode funcionar em áreas rurais onde o sector privado não tem interesse em investir, a título de exemplo, é o ressurgimento e crescimento de cooperativas de comercialização na Etiópia, Zâmbia no contexto africano. A reforma das regras básicas pelas quais as cooperativas são registradas, regulamentadas e mantidas e prestam as contas aos seus membros e ao público em geral tem sido fundamental para o crescimento das cooperativas fortes (Tchami, 2007).

No caso da Tanzânia, por exemplo, uma Comissão Presidencial reuniu-se em 2000 para analisar os problemas enfrentados pelo sector cooperativo. Foi seguida por uma nova lei cooperativa, novos estatutos que asseguravam que as cooperativas primárias fossem administradas adequadamente e um processo de reeleição para sociedades aprovadas pelo

legislador para garantir que membros corruptos do conselho das cooperativas fossem removidos. Esta reforma conduziu a um forte e acelerado crescimento da poupança e movimentação de crédito e em cooperativas de café especificamente.

Contudo, analisando o contexto do Zimbábue, nota-se que o país tem vivenciado uma recessão econômica nas últimas duas décadas, em consequência de secas recorrentes resultantes das mudanças climáticas, da instabilidade política e do impacto devastador da pandemia de HIV/SIDA. Como resultado dessas condições prevalecentes no Zimbábue, as cooperativas rurais estão se tornando uma força a ser considerada, pois têm potencial para impulsionar a segurança alimentar, aumentar as oportunidades de emprego e melhorar a renda das famílias (Tchami (2007). Attwood e Baviskor (1980), argumentam que a maioria das cooperativas rurais, especialmente aquelas que foram estabelecidas como resultado de políticas governamentais no mundo em desenvolvimento, buscavam reduzir a lacuna existente entre as áreas rurais e urbanas. Isso reflecte o facto de que as cooperativas rurais buscavam retificar o legado colonial do dualismo econômico, caracterizado por políticas que favoreciam o desenvolvimento dos sectores industriais urbanos em detrimento das áreas rurais.

Chitsike (1988), também observa que, como a maioria dos países menos desenvolvidos são sociedades agrárias, onde a agricultura é considerada a principal fonte de subsistência, a maioria das comunidades rurais em toda a África sente a necessidade de aumentar a produtividade agrícola por meio de cooperativas. No Zimbábue, as cooperativas rurais foram promovidas pelo governo e pelas ONG’s no início da década de 1980.

O objectivo da criação de cooperativas rurais naquela época era ajudar as pessoas a lidar com os problemas econômicos, sociais e ambientais. Dubell (1985), afirma ainda que, com o estabelecimento de cooperativas rurais, a maioria dos governos de África conseguiu introduzir novas técnicas de cultivo e comercialização para os agricultores rurais. Nesse sentido, os agricultores rurais passaram a ter acesso a serviços de extensão agrícola e as cooperativas tornaram-se mais eficientes, com mais facilidade e a baixo custo. Isso reflecte a importância da abordagem grupal das cooperativas para as agências de extensão, pois se mostrou mais fácil e menos dispendioso para essas agências lidarem com grupos do que com indivíduos de forma isolada.

No entanto, em Moçambique, deve-se ser destacado que a Lei 23/2009 é expressa em prever a forma cooperativa, para pessoa jurídica colectiva, de livre constituição, para o exercício livre de qualquer actividade económica, sem limitações em relação às demais formas de empresas privadas, pessoas jurídicas ou colectivas de direito privado (artigo 4), liberdade do exercício da actividade cooperativa. Mas ainda, a lei tem outros aspectos de incentivo à constituição de cooperativas, para o que se dá livremente qualquer actividade económica, desde que respeitados os princípios do Cooperativismo e a legislação nacional de Moçambique.

Dentre tais aspectos, cabe destacar dois em especial, bastante interessantes para potenciais sócios e investidores, sejam estrangeiros ou do sector privado nacional:

> "Artigo 52: podem os estatutos adoptar a modalidade que o voto seja proporcional às operações com a cooperativa, desde que esta proporção não exceda a medida de um para sete votos".

Apesar do esforço na legislação, ainda não existe em Moçambique uma instituição nacional que representa o sector das cooperativas moçambicanas e de maneira profissional, reconhecida por lei como acontece em países como Brasil e Alemanha. Por exemplo, para o caso da Alemanha, as cooperativas se encontram representadas em federações regionais, previstas na lei e são formadas por cooperativas singulares voltadas para assessoria técnica, consultoria, auditoria e trabalho mais técnicos específicos. Em um nível superior, formada pelas federações, há a DGRV, a qual faz representação política e institucional em grau mais amplo, como actividade de visão macro, nacional e global.

Em Moçambique, a única instituição existente neste sentido é a Associação Moçambicana para a Promoção do Cooperativismo Moderno (AMPCM), que por si própria não é uma cooperativa (diga-se federação ou união) ou reconhecida em lei, mas uma Associação que promove o cooperativismo moderno, quase que exclusivamente financiada por parceiros de desenvolvimento estrangeiros e com capacidade técnica e influência política muito limitada. É possível perceber que a população desconhece a amplitude de vezes e aplicação económica de uma cooperativa, o que, por si, obsta a constituição espontânea, devendo isso ser suprido por

apoio e estímulo para que os particulares sejam incentivados a adoptar as cooperativas nas mais diferentes áreas da economia.

2.2.2. Formação do trabalho cooperativo agrícola em Moçambique e em África

De acordo com o World Bank (2008), o empreendimento cooperativo também é relevante no enfrentamento do problema da insegurança alimentar nos dias actuais, estimando que a demanda por alimentos dobrará até 2030, à medida que a demanda mundial da população aumenta em mais dois bilhões de pessoas. A Revolução Industrial, logo, obrigou os países industrializados a buscar suas matérias-primas e novos mercados para seus produtos. Portanto, desempenhou um papel não insignificante na colonização dos países sub - desenvolvidos, com o objectivo dos países colonizadores aumentarem a área de território nacional, apropriando-se de terras estrangeiras. Os países perderam, assim, a sua soberania e o fizeram, em seu próprio território, em favor da pátria.

Schwettmann (2004), observa que pelo menos 40% das famílias na África são membros de cooperativas, enquanto o World Bank (2008), estima que 10% da população mundial é membro ou esta fialiado a alguma cooperativa. Assim, quando considerado em seu conjunto, o movimento cooperativo é considerado a maior organização não-governamental (ONG) da África. As cooperativas desempenham um papel significativo em muitas economias nacionais e criaram um grande número de oportunidades de trabalho autônomo na África. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1997 estimou que o sector cooperativo em 15 países africanos era responsável por quase 160.000 empregos diretos (Wanyama, Develtere & Pollet, 2008). Isso mostra que as cooperativas ajudam na criação de oportunidades de emprego, inserção laboral e trabalho digno.

O desenvolvimento das cooperativas dentro das colónias, no geral, seguiu diferentes formas, dependendo da origem do país colonizador. No continente africano, o desenvolvimento cooperativo é menos homogêneo e varia conforme você esteja em colónia inglesa, francesa, belga ou portuguesa. Nos países africanos de língua inglesa, o desenvolvimento de cooperativas

é inspirado no modelo aplicado pelos britânicos na administração colonial na Ásia, ou seja, oficializar temporariamente as cooperativas para depois privatizá-los.

A titulo de exemplo, tal como afirma Tchami (2007), as colónias belgas aplicaram um modelo próximo ao britânico, em contraste com as colónias francesas que aplicaram um modelo caracterizado pela centralização e dominação das cooperativas pelo poder público. Quanto às colónias portuguesas, não se beneficiavam da política cooperativa, Portugal não tinha nenhuma política cooperativa. Como consequência, Portugal optou por um processo de iniciação das cooperativas por via do sector privado. Após a independência dos países colonizados, os governos recém-criados, em Moçambique o governo da FRELIMO, atribuiram um papel essencial às cooperativas que se circunscrevia no desenvolvimento das zonas rurais.

Assim, a sociedade cooperativa agrícola, poderá se transformar em uma organização com plena personalidade jurídica, distinta de outros associativismos voluntários, de lazer e desporto, enquanto um empreendimento que busca a sustentabilidade sócio - econômica de seu quadro associativo, bem como da comunidade onde está inserida. Já as cooperativas em África, tem suas origens em modelos importados, projectados principalmente para servir a interesses externos, mesmo assim, elas se tornaram uma das principais formas de organização econômica e social popular para a redução da pobreza. No entanto, o seu funcionamento ao longo das décadas foi influenciado por pelo menos cinco modelos diferentes, fortemente marcados, mas não exclusivamente, pelas tradições coloniais no continente, nomeadamente o modelo cooperativo unificado, o modelo de economia social, o modelo de movimentos, social, o produtor modelo e o modelo indígena (IBRAHIM, 2016).

Portanto, a solução de encorajar os agricultores a se mobilizarem de forma colectiva ou colectivamente em cooperativas agrícolas e de comercialização que se dedicam à produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas e dar-lhes acesso aos mercados, tem marcado as novas transformações dos processos produtivos nos últimos anos em Moçambique. No entanto, as cooperativas ainda precisam atingir todo o seu potencial ao atenderem às suas necessidades de financiamento e assistência técnica, porém, apesar desta situação, os resultados da prática do cooperativismo agrícola tem-se apresentado como uma alternativa viável ao desenvolvimento local em países em vias de desenvolvimento, como o caso de Moçambique.

Há concepção comum ou vulgar em torno das cooperativas, em geral, que qualquer forma de trabalho em conjunto, em concorrência ou oposição. Todavia não existe um conceito universal da cooperativa nem entre membros do movimento nem entre analistas. Muthemba (1998), postula que a cooperatização está em voga em Moçambique e no mundo, assumindo, nos diversos países e continentes, as mais variadas formas, não se circunscrevendo somente aos países em vias de desenvolvimentos ou subdesenvolvidos ou aos de orientação socialista e não parece com movimento anacrónico.

Das várias formas possíveis de organização social voluntária, a experiência de diversos países tem demonstrado ser a cooperativa aquela que melhor corresponde às exigências que o desenvolvimento faz, não aos membros destes empreendimentos económicos solidários. Como também a comunidade e ao ambiente. As cooperativas de produção agrícolas são recomendadas como um meio de realização de programas de desenvolvimento local, em países subdesenvolvidos como Moçambique, onde, devido a diversos factores, a populução rural é economicamente debilitada.

No início da década de 1990, em qualquer que seja a orientação, quase todas as cooperativas criadas, em países que estavam condicionadas, por esses modelos unificados, passam ser clientes dependentes do Estado. De acordo com a maioria dos estudos sobre cooperativas africanas até a década de 1990, o fraco desempenho dessas estruturas deveu-se em parte a essa relação de dependência do Estado, que as impedia de funcionar como verdadeiras empresas cooperativadas (IBRAHIM, 2016).

Em muitos países em desenvolvimento, tal como é o caso Moçambique, as dificuldades enfrentadas pelo sector público, nos últimos anos, atiram oportunidades ao sector associativo e cooperativo, sendo que estas oportunidades não têm sido aproveitadas como seria desejável devido ao grau de descrédito sofrido pelas organizações cooperativas que integram os movimentos associativos e cooperativos, por estarem extreitamente ligados às instituições

públicas.[7] Com o objectivo de fazer da agricultura, uma alavanca da integração regional, o Estados Membros da CEDEAO adoptaram, na reunião de Paris, quando da análise sobre a Política Agrícola Regional da África Ocidental, em 2008, um documento denominado ECOWAP. Esse documento é de suma importância para agricultura, essencial para as economias nacionais e regionais, na implementação das políticas públicas, na geração do trabalho e renda, na segurança alimentar das populações. Significa, que o sector agrícola desempenha uma função econômica, contribui com 35% para a formação do Produto Interno Bruto regional.

A agricultura também desempenha um papel fundamental na luta contra a pobreza e a insegurança alimentar (CEDEAO, 2015). Dada a importância estratégica da agricultura, esse sector é marcado por diversos sistemas, entre eles, as cooperativas na zona da África Ocidental, é importante compreender a cultura da região, que muda de uma região para outra, de um país para outro, porém, a cultura cooperativa tem sua trajetória histórica de construção do movimento cooperativo, das cooperativas, tanto nos aspectos internos quanto externos (DEVELTERE PATRICK, 2009).

As cooperativas de produção agrícola se apresentam como um modelo importante, se comparando a muitas outras empresas no mundo, onde os mais pobres e desfavorecidos enfrentam exclusão social, falta ou escassez de oportunidades formais de trabalho e crescente desigualdade social, como resultado das políticas verticais capitalistas vigentes em Moçambique. Os efeitos desiguais da globalização levaram ao aumento da economia informal não regulamentada, os trabalhadores do sector informal formaram cooperativas e associações de serviços para auxiliar no autoemprego. (MUTHEMBA, 1998). O sistema cooperativo pre - existia no continente, pelos modos tradicionais de organização, como o sistema de “tontinas”, “comunidades aldeãs”, “grupos”, etc. A diferença com o conceito actual de cooperativa reside no facto de que esses modos tradicionais de organização e ajuda mútua não eram tão formalizados em termos de estruturação econômica e jurídica, quanto a moderna sociedade cooperativa, mas

[7] As cooperativas de prestação de serviços fornecem serviços específicos aos seus associados, mas elas próprias não unidades de produção no sentido clássico do termo, isto é, não transformam matéria-prima ou produzem matéria-prima. Estas cooperativas ainda podem ser subdivididas pelo tipo de serviço que fornecessem aos seus associados: crédito, comercialização, consumo, apoio técnico, aluguer de maquinaria. O conceito de cooperativa de serviços, de acordo com a tipologia apresentada anteriormente tem em conta uma das actividades de cooperação desenvolvidas, mas não traduz a diversidade de áreas em que se processa essa cooperação.

que resultavam da mobilização de populações de forma *ad hoc* ou ocasional destinada a servir os interesses de seus membros (DEVELTERE PATRICK, 2009).

A abordagem sociológica em torno da economia solidária tem-se focalizado na análise dos diversos aspectos que envolvem a sua prática nas comunidades, havendo, grosso modo, traços comuns e diferenças no contexto da sua prática bem como dos seus praticantes. Esta forma de pensar e agir em solidariedade tem-se apresentado como um novo paradigma emergente dos processos de desenvolvimento local endogeno, que veem sendo discutidos e estudados ao longo dos anos, pese embora, em Moçambique esse estudo se configure como um dos pioneiros, onde se buscou estabelecer uma aproximação científica, metodológica incluíndo o diálogo em torno das alianças e parcerias, promovidas pelo capital social, numa lógica horizontal, insurgindo-se, como anteriormente postulado, em forma de alternativas que possibilitam a expansão das suas liberdades, consideradas aqui como sendo condições imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento local.

Ademais, a gênese das pesquisas em economia solidária surge como resposta ao desemprego e como reação propositiva à grande crise do trabalho, ou melhor, do emprego digno, esta perspectiva de trabalho, que nasce por dentro da organização dos trabalhadores, busca valer-se do ideal de solidariedade para envolver os trabalhadores num processo de geração de renda criado, gerando e mantido por eles próprios. Trata-se de uma dimensão de forjamento e de reinvenção humana, onde homens e mulheres que criam e elaboram suas próprias estratégias de sobrevivência e sua forma de estar no mundo. Poder-se-ia dizer, tal como postula Nascimento (2016), que neste âmbito da ontologia do ser social, de recriação e reinvenção do homem pela via do trabalho, é que fica clara a centralidade do trabalho.

2.2.3. Cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene perspectivas e desafios

As cooperativas, como entidades ou empresas econômicas e como organizações de auto-ajuda, desempenham um papel significativo e importante na melhoria das condições sócio-econômicas dos seus membros, suas familias e, consequentemente, de suas comunidades. Ao longo dos anos, as cooperativas de produção agrícola, operaram com sucesso negócios centrados nas pessoas, ao mesmo tempo que serviam como catalisadores para a organização social e coesão das comunidades. Neste contexto, o cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene surge como uma estratégia viável e promissora para promover o desenvolvimento local endógeno, possibilitando a união de esforços entre pequenos produtores, promovendo o acesso a insumos, crédito, assistência técnica e acesso a mercados estrururados, fortalecendo deste modo, as vozes das comunidades deste território, além, de oferecem mecanismos eficazes de partilha de riscos, de inovação colectiva e de inclusão social, especialmente para mulheres, mulhures viúvas, pessoas com deficiência e jovens.

Portanto, Tchami (2007), com sua preocupação com seus membros e comunidades, eles representam uma modelo de empreendimento econômico solidário, que evidência os princípios e valores democráticos e humanos e respeito ao meio ambiente. Como o mundo hoje enfrenta sistemas financeiros instáveis, aumento da insegurança no abastecimento de alimentos, aumento das desigualdades sociais (um fosso significativo entre ricos e pobres) em todo o mundo, rápidas mudanças climáticas e o aumento da degradação ambiental, torna-se cada vez mais importante considerar o modelo de empreendimento econômico que as cooperativas oferecem como uma alternativa válida que faz frente às desigualdades sociais.

Há consenso na literatura sobre a importância de um Estado coordenador e facilitador do ambiente cooperativo (Ortmann & King, 2007). Contudo, na prática, verifica-se a sobreposição de funções institucionais e a ausência de um órgão especializado na promoção do cooperativismo moderno em Moçambique, o que leva à dispersão de recursos e iniciativas pouco integradas. Além disso, os programas governamentais muitas vezes não são acompanhados por estratégias claras de monitoria e avaliação, reduzindo sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

Por outro lado, as próprias cooperativas produção agrícola do distrito de Marracuene enfrentam sérios problemas de fragilidade organizacional. Apesar de algumas terem sido revitalizadas pela necessidade social dos produtores, é possível verificar “uma pressão externa” relacionado as praticas e técnicas produtivas, que lhes são impostas de fora por ONG’s ou programas governamentais de extensão rural sem haver um processo prévio de mobilização comunitária ou formação de base. Isso resulta em estruturas frágeis, com baixa coesão social e limitada capacidade de gestão. Segundo Bebbington (2007), a institucionalização forçada das cooperativas, sem o envolvimento real dos seus membros, tende a produzir organizações formais, mas desprovidas de legitimidade e funcionalidade.

Um argumento comum é que, com formação adequada e apoio técnico contínuo, as cooperativas podem tornar-se sustentáveis e eficazes. No entanto, a realidade demonstra que a maioria opera à margem dos sistemas formais de apoio, sem acesso a mecanismos de capacitação e com lideranças frequentemente improvisadas e desnecessarias. A ausência de cultura organizacional cooperativa que inclui práticas de transparência, prestação de contas e participação democrática contribui para a desconfiança interna e a rotatividade de membros. Ainda que se reconheça o esforço de algumas iniciativas para inverter esse cenário, como programas de capacitação promovidos por universidades e ONGs, estes tendem a ser pontuais e geograficamente limitados. Com isso, reforça-se um ciclo vicioso de baixa eficácia institucional: cooperativas frágeis não conseguem absorver políticas públicas, e políticas mal implementadas não fortalecem as cooperativas (Uaniheque, 2025).

Apesar dos avanços e sua contribuição em desenvolvimento das capacidades dos seus membros, as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene, precisam repensar de forma continua a sua estrutura institucional de apoio, investindo na criação de mecanismos coordenados e descentralizados de assistência técnica, legal e administrativa. Paralelamente, é fundamental fortalecer a base organizacional das cooperativas, promovendo a formação de lideranças locais e a educação cooperativa, com enfoque na autonomia, na gestão transparente e na coesão interna, sem interferência das organizações internacionais. Contudo, apesar dos desafios apresentados, os resultados dessas redes, tem possibilidade o desenvolvimento de

capacidades, coesão social e criando apropriação dos seus processos produtivos e de vida, com mais consciência e sentimento de autonomia entre os membros.

O sector cooperativo, especialmente em países em desenvolvimento, também se apresenta como um importante elemento que está contribuindo para a promoção do desenvolvimento local, tendo actores locais como catalisadores desta transformação. A actual crise financeira, caracterizada pelo massivo salvamento público de empresas privadas, bancos de propriedade de investidores em todo o mundo, sublinhou as virtudes de uma empresa e de propriedade do cliente, através do estabelecimento do sistema bancário cooperativo, (TCHAMI, 2007).

Bancos cooperativos, na forma de cooperativas de crédito, construção sociedades e bancos cooperativos, tendo como foco prioritário as necessidades de seus associados, demonstraram prudência e evitaram os riscos excessivos que atormentavam muitas grandes instituições financeiras globais (FAO, 2018). Como os bancos cooperativos continuam a operar e conceder empréstimos aos seus clientes e gozam da confiança dos seus membros e depositantes, desempenham um papel ainda mais crítico à medida que os consumidores e as empresas enfrentam uma crise de crédito.

O acesso ao crédito constitui um dos maiores obstáculos para o fortalecimento das cooperativas agrícolas no distrito de Marracuene. Apesar de representarem um número expressivo de produtores, os membros de cooperativas enfrentam restrições significativas para obter financiamento, devido à ausência de garantias reais, falta de histórico de crédito e processos burocráticos complexos. Conforme a FAO (2018), a maioria das cooperativas moçambicanas não consegue satisfazer os critérios exigidos pelos bancos comerciais, o que as exclui do sistema financeiro formal. Para mitigar este problema, o Governo e diversas organizações internacionais têm promovido programas de microcrédito e fundos de apoio agrícola. No entanto, esses programas são frequentemente de pequena escala, dispersos e com fraca articulação com as reais necessidades das cooperativas (Tamele, 2019).

Além disso, a burocracia associada aos procedimentos de acesso, candidatura e a falta de capacitação dos cooperativistas na elaboração de projectos agravam ainda mais a exclusão financeira. Argumenta-se que a solução estaria na criação de instituições financeiras rurais adaptadas ao perfil das cooperativas. Contudo, até o momento, tais propostas permanecem incipientes. Tamele (2019), reforça que o acesso limitado à tecnologia é outro desafio que impacta negativamente a produtividade das cooperativas. A maioria dos produtores utiliza técnicas agrícolas rudimentares, com baixa eficiência e elevado risco de perdas. A introdução de tecnologias apropriadas, como sistemas de irrigação, sementes melhoradas e mecanização leve, é frequentemente prejudicada pela ausência de assistência técnica eficaz.

Como observa Ortmann e King (2007), a adopção tecnológica entre pequenos produtores depende não apenas da disponibilidade dos insumos, mas também do suporte técnico regular e contextualizado. A esse respeito, um contra-argumento frequentemente apresentado é que os agricultores resistem à inovação por questões culturais ou medo de fracasso. No entanto, diversos estudos demonstram que, quando devidamente orientados e envolvidos nos processos de selecção e adaptação das tecnologias, os agricultores familiares revelam forte capacidade de apropriação e inovação (Bebbington, 2007).

No campo da formação, a fragilidade é igualmente notória, programas de capacitação técnica, gestão cooperativa, comercialização e contabilidade são escassos, descontinuados e, muitas vezes, inadequados às realidades locais. As formações disponíveis tendem a seguir modelos uniformizados, desconsiderando o contexto sociocultural dos beneficiários. A FAO (2014), defende que a formação deve ser contínua, prática e integrada com os ciclos produtivos locais para ter impacto real. Comentando esses desafios, é possível concluir que o acesso a crédito, tecnologias e formação constitui um tripé essencial para a viabilidade e sustentabilidade das cooperativas agrícolas.

A ausência de qualquer um desses elementos enfraquece a capacidade de planificação, produção e inserção no mercado, perpetuando ciclos de baixa produtividade e dependência, portanto, urge desenvolver políticas públicas integradas que reconheçam a interdependência desses factores e invistam em soluções adaptadas às dinâmicas rurais de Moçambique.

2.3.4. Redes solidarias, seus contributos para inserção sócio - económica

A rapidez nas transformações econômicas e o crescente aumento dos níveis de competitividade tem criado o contexto propício para o desenvolvimento de novas formas de pequenas organizações actuarem solidariamente ao buscar o fortalecimento perante o mercado, no qual as redes solidárias têm ganhado poder de actuação nos campos da economia local, política e cultural, sendo um dos fenômenos, mas marcantes das últimas décadas (Rufino, 2003).

A integração de redes de cooperação com a economia solidária, busca proporcionar aos empreendimentos económicos solidários o cenário perfeito para realização de suas práticas, na medida em que estas se juntam com outras organizações na tentativa de se manter firmemente no mercado.

Rufino (2003) traz uma abordagem sobre "*Redes de Cooperação Solidárias na contribuição do desenvolvimento local: A Economia Solidária em questão*", descrevendo os benefícios gerados pelas redes de cooperação na contribuição do desenvolvimento local com a geração de trabalho e renda, e a realimentação da economia local tem sido percebida em todas as configurações de redes, sejam elas de consumo, produção ou financeira.

O estudo descreve a importância das alianças e parcerias em contextos organizacionais como uma nova perspectiva de surgimento das redes solidárias que veem ganhando espaço na promoção do desenvolvimento. Rufino (2003), constata que as redes solidárias propiciam uma acção mais duradoura e estável em relação às empresas capitalistas que, ao buscarem vantagens competitivas, descobrem as vantagens cooperativas, porém, estas fazem parcerias e alianças com actores reduzidos e em geral por tempo determinado. As redes solidárias, por terem uma relação de confiança maior, alcançam patamares de qualidade e preço mais favoráveis que os das empresas de mercado e o que propicia isso é o seu diferencial solidário.

Quando uma rede solidária é organizada, ela passa a atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, e começa a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. Portanto, das constatações apresentadas, as redes de cooperação e solidariedade são vistas como pequenas e médias empresas capazes de resultados positivos, contudo, não ficam claras e nem evidentes

como estas redes funcionam e que mecanismos são usados para a sua operacionalização (Rufino 2003).

As redes são apresentadas como empresas, o que pressupõe, para o nosso ordenamento jurídico, uma classificação diferente em relação às cooperativas agrícolas, enquanto uma unidade de produção primária dentro de um contexto específico e não generalizado e cujos resultados ajudam na transformação positiva do contexto e das vidas dos seus praticantes ou membros, diferentemente das empresas como foi proposto pela autora. Thesing, Brum & Metodge (2022), alguns instrumentos de integração dos empreendimentos cooperativados, ao estabelecer relacionamentos inter - organizacionais promovem a integração entre os dirigentes, colaboradores das empresas, objectivando fundamentalmente, uma maior aproximação, interação e motivação entre os responsáveis pela implementação das acções colectivas; integração entre os empresários associados, neste caso, ao menos um encontro anual, objectivando socializar as melhores práticas desenvolvidas no grupo e incentivar novas ideias.

Mas concordamos com a premissa de que as redes solidárias por terem uma relação de confiança podem alcançar patamares maiores em comparação com as empresas clássicas. Ademais, importa enfatizar que para Libomdo, *et. al*., (2017), as organizações associativas têm um papel importante para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois os agricultores, ao participarem dessas organizações, ganham o direito de tomar decisões sobre ela. Tal como na organização de mercados, percebe-se a necessidade dos indivíduos em associar-se a grupos, unindo-se no esforço de buscar a transformação.

Para Libomdo, *et. al*., (2017), a afirmação exige discussão sobre o papel das associações e sua interferência no processo de desenvolvimento. Igualmente, há que se considerar que o conceito de desenvolvimento é um desafio teórico e prático, delicado e complexo, na medida em que o desenvolvimento não pode ser visto como um objecto concreto, com existência objectiva, como uma pedra ou uma pessoa. Tampouco se trata de um processo autônomo em si próprio, porque envolve muitos outros fenômenos, tomados arbitrariamente como um todo e, por isso, deve ser discutido a partir de suas complexidades.

Cada região tem uma cultura e uma estrutura própria, que influenciam sua forma de acção. As associações rurais, ao serem formadas, têm como propósito integrar os esforços e as acções do homem do campo e a de seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e de fomentar um sistema capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis, garantindo o nível de vida da população local (Libomdo, *et. al*., (2017).

Portanto, Fonseca (2017), postula que o cooperativismo enquanto uma actividade em redes, é um modelo de inserção econômica que põe o homem na centralidade do processo produtivo, cujo cariz criador e recriador da hominização assume a perspectiva de constructo humano. O trabalho sempre existiu na história da humanidade. É através dele que homens e mulheres se realizam como seres históricos e sociais no sentido ontológico. É a partir do industrialismo capitalista que ocorre a expropriação do trabalhador tanto de seus meios de produção que lhes permitiam prover as suas necessidades matérias, quanto em sua humanidade.

A economia solidária assenta-se nesta perspectiva de actividade livre na medida em que é pensada, gerida e realizada pelos próprios trabalhadores que, enquanto seres genéricos, forjam e elaboram suas próprias estratégias de sobrevivência cujos resultados podem prover o desenvolvimento local. Para além destes aspectos, torna-se importante conceber as cooperativas como empresas que se diferenciam das organizações tradicionais porque são criadas com o propósito de satisfazer às necessidades de seus associados. Porém, isso não pode ocorrer de maneira emocional, e sim de maneira racional, pensada, planejada. Medindo todos os pontos, a favor e contra (Rufino, 2003). Afinal, a prática do cooperativismo em geral mostra que as pessoas que optam por ele, além de o fazerem pela solidariedade, a transparência, a democracia, a equidade e a promoção da justiça social, também o fazem para terem força colectiva para enfrentarem o ambiente econômico hostíl, onde as empresas visam lucro e jogam as regras do mercado capitalista. Ignorar esta realidade é inviabilizar a empresa cooperativa, pois não há mais espaço para posturas “românticas”, centradas em ideais que nem sempre atendem aos desafios contemporâneos.

Um outro aspecto importante da cooperativa é a transformação da mais-valia (lucro excedente) em sobra. No final do ano, quando é feito o balanço geral, a sobra é dividida igualitariamente entre os sócios. O aspecto colectivista e a solidariedade presentes no conceito de

economia solidária revestem-se de singular grandeza no processo de desenvolvimento humano. Diferentemente das relações de exploração que regem as sociedades capitalistas e que levam os trabalhadores à imanência e coisificação, a economia solidária eleva a auto-estima desses trabalhadores que se recriam e reinventam-se no processo de trabalho (Moraes & Curado, 2004).

Para Libomdo, *et. al*., (2017), o desenvolvimento pode ser visto como um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem-estar. É fundamental um processo endógeno, que surge a partir do foro do interior da sociedade, definir de forma soberana a sua visão ou seu projecto, contando inicialmente com as próprias forças e só depois com as forças dos que querem apoiar porque partilham os mesmos problemas.

Nessa visão, Libomdo, *et. al*., (2017), afirmam que o tema desenvolvimento local deve ser encarado com aprimoramento, pois é constituído por dois polos de um mesmo processo, complexo e contraditório, em que actuam diferentes forças sociais, voltadas à integração e ora à desintegração em relação ao jogo competitivo mundial. Na medida em que tal jogo de forças se internacionaliza economicamente, aparecem diversas visões e iniciativas locais que tendem a uma integração dinâmica internacional, mas que recolocam expressões diferenciadas de desenvolvimento a partir dos espaços locais. Assim, por todo o mundo, as reflexões que dominam a cena política e técnico-científica são sobre modelos e opções de desenvolvimento para enfrentar os desafios e os problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos.

Nesse contexto, as concepções de desenvolvimento são postas em reformulação para que se reconheça a importância dos processos endógenos. Para que aconteçam acções “de dentro para fora”, é pertinente garantir espaços de expressão para actores sociais locais. Essa contestação faz com que o mundo actual passe a reconhecer, na liberdade das pessoas de um determinado espaço, o principal meio para o desenvolvimento. Obviamente, tais transformações pedem e estimulam o surgimento de novas ideias e conceitos para organizar as iniciativas e acções da sociedade diante das circunstâncias em que se desenrola o cenário de desenvolvimento. (Ibidem).

Em Moçambique, o tema do desenvolvimento local tem ocupado lugar de destaque nas agendas políticas, sociais e econômicas dos vários organismos nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento. Esse aspecto, segundo Valá (2002, p. 17), deve-se ao facto de a destruição da estrutura colonialista e as políticas de desenvolvimento "centralizadas e intervencionistas" implementadas pelo governo no pós-independência não terem sido capazes de solucionar os principais problemas que bloqueiam o desenvolvimento.

Libomdo, *et. al*., (2017), acrescentam a isso a insensibilidade às particularidades e às especificidades locais. Não obstante, na realidade moçambicana pós-independência, muitas das políticas e estratégias de desenvolvimento do país terem sido desenhadas em uma perspectiva "de cima para baixo", tendo como vector determinante a intervenção pública. Essa perspectiva colocou em segundo plano as entidades locais e/ou regionais e as visões, os anseios e as perspectivas de outros actores fundamentais do desenvolvimento, nomeadamente: o sector privado, as comunidades locais e a sociedade civil, o que é o contrário da visão do papel que a sociedade civil tem de si mesma.

A economia solidária não é um fim em si mesmo, seu produto não tem vida própria, é fruto do trabalho do homem que se objectiva e se exterioriza nele como ser social. Neste sentido, *"a economia solidária apresenta-se como uma delas, embora, como explicitado ao longo do trabalho, sua vivência ainda encontre dificuldades a serem enfrentadas."* (BARRETO & PAES, 2009). A comunidade académica tem discutido as relações entre a economia solitária e a economia de mercado. Dentre outros motivos, pois verifica-se presença expressiva da economia solidária no desempenho empreendedor global.

A economia solidária promove a socialização das informações entre os membros e qualifica a força de trabalho, promovendo acções educativas (ASSEBURG & GAIGER, 2007). Com a prioridade em sobrevivência e consolidação do negócio, atrelado a uma lógica irredutível ao utilitarismo, a economia solidária se assenta em princípios éticos no compromisso de suas instituições com um projecto social.

A preocupação ética existe na economia solidária, pois ela desenvolve seu trabalho para a própria sociedade, em última análise, invertendo a lógica tradicional do investimento direcionado ao mercado (França Filho & Cunha 2009). Para França Filho & Da Cunha (2009), uma organização com base financeira sólida em economia solidária é capaz de estabelecer contratos e acordos com base em princípios, valores e regras que vão muito além dos imperativos de rentabilidade econômica da actividade; são levados em consideração critérios de cidadania em termos de acesso a direitos, redistribuição equitativa dos benefícios, remuneração digna, efeitos ambientais e compromisso com o contexto local de desenvolvimento das actividades, representando as práticas de comércio justo, consumo ético e consciente e educação ambiental.

De acordo com Gattai e Bernardes (2013), o processo sócio-educativo nos movimentos de economia solidária participa na criação de políticas públicas, projectos de desenvolvimento desses grupos e na visualização de alternativas de vida para o cidadão e sua percepção como integrante da comunidade. Deste modo, Nagem & Silva (2013), além da nova Lei de Cooperativas que, a partir de sua instituição em 2012, aproximou direitos cooperativos de alguns institutos do direito trabalhista, como a economia solidária, que constrói um círculo virtuoso de educação e fixação de valores éticos na população por meio de cooperativas. (ALCÂNTARA, 2014). As medidas supracitadas de criação de entidades, órgãos e políticas públicas – em apoio à economia solidária em suas diferentes vertentes – assemelham-se em parte à estratégia de promover empreendimentos colectivos como cooperativas, por exemplo.

Porém, o objectivo não considera a criação de redes de assistência entre os empreendimentos colectivos, sendo reformista em essência; ao desconsiderar a capacidade de se revisar o cooperativismo sob outras lógicas que não sejam aquelas que se reduzem ao utilitarismo econômico, estando sujeita aos mais desmandos éticos na ordem de competição entre cooperativas, a estratégia não promove uma educação ética, comércio justo e consciência ambiental em medida equivalente ao que investir em política pública de economia solidária é capaz de produzir (Nagem & Silva, 2013). As cooperativas que não façam uso do cooperativismo devem ser descartadas, visto que o cooperativismo, em suas variações, é minimamente benéfico no combate à desigualdade diante de outras organizações que não se espelham nos preceitos da economia solidária.

Barbosa (2007), outra face do conceito de economia solidária é a sua dimensão política. Um primeiro elemento político visualizado é a feição popular desta modalidade de trabalho, cujo apanágio é a emancipação social de cariz socialista. Traz a crítica sobre o solidarismo que em tempos passados não vingou no país, porque o cooperativismo de outrora voltado para a agro-indústria não deitava raízes no colectivo popular. A ênfase dada à autonomia dos trabalhadores parece ser "uma herança das lutas sociais de democratização do país, particularmente da cultura de ressignificação de práticas dos nomeados novos movimentos sociais."

As cooperativas enquanto empresas autogestacionarias no Brasi já respondem por 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), marcando presença em 1.407 municípios, sendo o movimento cooperativista representado oficialmente pelo sistema OCB, instituição privada composta de três entidades complementares entre si: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). (SESCOOP, 2011). A origem das atividades autogestionárias pelas empresas, pode-se dizer que constituem pelo menos dois amplos conjuntos, um desses conjuntos trata-se de empresas que passaram ou ainda passam por uma situação falimentar ou pré-falimentar. Sendo, que na origem desse grupo há situações que caracterizam subgrupos, em que num subgrupo o funcionamento da empresa era inviável porque diversos aspectos de sua estratégia estavam inadequados para que atuassem no mercado que se propunham.

Em outro sub - grupo compõe se de empresas com taxas de exploração excessivas, apropriando-se privada e pessoalmente de grande parte do excedente, sem reaplicá-lo no próprio negócio. E um terceiro sub - grupo seria ocupado por empresas abrangidas por influências externas, que apesar da actualidade de seus processos de produção, ficam prejudicadas pela falência ou mudança de estratégia em geral da empresa que a sub - contrata. O segundo grupo de empresas auto - gestionárias é composto pelas empresas cuja origem foi estimulada por políticas de governos progressistas, ou criadas supostamente de maneira espontânea a partir de iniciativas comunitárias (TAUILE, 2002).

2.3.5. Organização auto - gestacionarias e seu contributo para o desenvolvimento local

As constantes transformações no processo econômico têm obrigado muitas empresas de pequeno e médio porte, a enfrentarem crises financeiras e jurídicas cada vez mais intensas, obrigando a essas empresas a diminuírem seus gastos de varias maneiras, entre elas a demissão em massa de trabalhadores. É neste contexto de crise que surge uma nova forma de gestão empresarial baseada na auto - gestão (CATALISA 2005). Tem em seus princípios a busca por um modelo de organização que vise sustentar relações igualitárias, baseada na participação democrática da gestão, onde o processo de tomada de decisão é realizado de forma transparente e de forma compartilhada.

Para Reigo, Ribeiro & Calarge (2019), as empresas auto - gestionárias são organizações baseadas no trabalho colectivo, configurando-se como uma organização, na qual ocorre à associação de pequenos produtores no desenvolvimento das actividades de produção para se estabelecer no mercado local, onde partes dos ganhos são repartidos entre os membros e a outra convertidos em benefícios para a região onde se encontram estabelecida, não levando em conta sua estrutura interna de gestão, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos, que garantiram sua sobrevivência e sua auto-sustentação no mercado.

A forma de organização do trabalho consignada nas cooperativas agrícolas é a mais representativa das organizações auto - gestacionarias, visto que a cooperativa que tem mais possibilidades de mostrar todo o seu potencial económico é a cooperativa de produção. Neste tipo de cooperativa, leva-se em conta a maior participação do trabalhador, o qual obtém lucro, dividendo, conforme a sua produção. Se o trabalhador produzir pouco ele receberá pouco, se produzir muito receberá muito, e se não produzir nada no mês também não receberá nada. Singer (1998), a divisão dos lucros da cooperativa é feita de forma equitativa e não igualitária. O equitativo significa que deve ser repassado ao trabalhador o valor que lhe é justo, devido, conforme a sua produção, e não a divisão igualitária entre todos envolvendo quem trabalhou e quem não trabalhou na mesma proporção.

O carácter democrático da economia solidária é fundamental para a funcionalidade dos empreendimentos. Libomdo, *et. al*., (2017), Alguns dos produtos dessas políticas são expressos na reestruturação do papel do Estado na provisão do bem-estar social e econômico das comunidades e a necessidade imperiosa destas tomarem para si a busca de opções que satisfaçam suas necessidades socioeconômicas. Com a aprovação e a divulgação da Lei nº 8/91, no Boletim da República, que regula o direito à livre associação, uma das opções que as comunidades locais encontram para fazer frente aos problemas que enfrentam é se organizarem em associações agrícolas. Estas já foram reconhecidas por diversas instituições como uma alavanca do desenvolvimento das comunidades locais.

A redução da pobreza absoluta em Moçambique, assim como o crescimento econômico, tem entraves sérios, sem um desenvolvimento sustentável efectivo da agricultura. De acordo com o programa quinquenal do governo (2015-2019), continua definido como objectivo central o "combate" à pobreza como forma de melhorar as condições de vida da população e coloca-se a agricultura como base do desenvolvimento econômico e social do país, por esta ter um papel determinante na redução da pobreza (Libomdo, *et. al*., (2017).

Ademais, Pereira (2007, p. 6), recorrendo a estudos realizados sobre as associações agrícolas, comprovou que a maior parte das associações de nível local em Moçambique, embora tenha sido criada para resolver os problemas de seus membros e de suas comunidades, apresenta ainda funcionamento deficiente. Convém salientar que a deficiência do funcionamento da maioria das associações agrícolas, segundo pesquisadores que trabalharam em algumas associações, é oriunda de vários factores, como a falta de sustentabilidade, a dependência climática — temperatura, pluviosidade, humidade do solo e radiação solar, a falta de infra-estrutura para escoamento da produção para os mercados locais e, por último, a falta de gestores de políticas públicas actuantes.

As associações e cooperativas agrícolas locais carecem de auto - sustentabilidade e estão, grosso modo, dependentes de financiamento externo. Isso faz com que esses organismos tenham capacidade fraca ou quase nula de definirem eles próprios suas necessidades e prioridades, assim como os impede de alavancar o propósito pelo qual foram criados (Libomdo, *et. al*., (2017). O problema de dependência financeira torna as associações vulneráveis às decisões externas, que,

por sua vez, impõem suas condições, nem sempre de acordo com os objectivos inicialmente traçados pelas associações.

Nesse ponto de vista, é-lhes impossível definir para si própria história, seus objectivos e metas a alcançar em função das necessidades e dos problemas vividos e acabam por orientar-se em função das agendas e dos programas dos parceiros externos. Isso põe em risco sua autonomia e a própria importância do associativismo para o desenvolvimento local em Moçambique. Mas, para qualquer estudo sobre uma cooperativa e/ou associação, é preciso respeitar as particularidades de cada um dos contextos e de cada um dos actores.

Apresenta aspectos específicos com dimensões distintas e, muitas vezes conflituantes, que de um lado são, respectivamente, "o foco de mercado, da lógica econômica de maximização de resultados, da concorrência e dos preços, como sinalizadores da alocação de factores de produção; de outro, o foco da sociedade, do associado, da fidelidade contractual, da ética dos negócios, da transparência e do desenvolvimento, com distribuição de renda, de forma a elevar a riqueza e o bem-estar do associado" (BIALOSKORSKI, 2002, p. 1).

Guerra (2014), aborda "*os valores da economia solidária e os valores do trabalho: Um estudo em empreendimentos económicos solidários*", partindo da compreensão em torno dos empreendimentos económicos solidários como uma via de desenvolvimento, pautada em outros valores diferentes dos disseminados pelo mercado capitalista. Mais do que isso, entender-se o trabalho dentro dos preceitos da Economia Solidária pode possibilitar uma transformação na vida dos indivíduos.

Figura 6. Foto: Edificio do Governo de Distrito de Marracuene



Fonte: https://images.app.goo.gl/FitqUAzGexYHpjZD7, (acessado, 17.03.2023)

Portanto, (Guerra, 2014) conclui que a economia solidária pode e deve ser compreendida como uma forma de organização do trabalho, bastante diferente de algumas vertentes que a consideram uma prática assistencialista. Portanto, *"as organizações da economia solidária são espaços onde várias lógicas se confrontam permanentemente, por meio de uma dinâmica geradora de identidade"* (ANDION, 2005, p 425). Para Asseburg e Gaiger (2007), o valor mais fundamental de economia solidária reside na mudança e no bem que acarretam para seus próprios protagonistas. Ao conscientizar-se acerca das deformações do capitalismo e concebê-lo enquanto um sistema marcado pela dominação e alienação dos indivíduos, a busca por alternativas passa a ser uma preocupação real (Barreto & Paula, 2009).

Segundo Monje - Reyes (2011), conceitos de economia solidária, popular, social, do trabalho, são desenvolvimentos epistemológicos que se interconectam e se articulam entre si, elevando a noção de outros valores políticos, ideológicos, éticos e estéticos que são colocados no centro do ser humano, como objectivo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Na economia solidária, o trabalho vira força transformadora da realidade, da igualdade, cooperação e solidariedade da sociedade. A cooperação é entendida como a base fundamental da humanidade, sendo um factor de transformação do indivíduo e do colectivo. Lima & Souza (2014), parece ser mais importante investir em pesquisas e frentes que promovam o trabalho, solidariedade social e a economia solidária. Quando se promovem políticas públicas de

economia solidária, investe-se em ética nas relações de trabalho e objectiva-se o fim da precarização do trabalho. Uma melhor expressão ética existe na economia solidária a partir da sua característica de liminaridade.

Assim, Petersen, Souza e Lopes (2014), concluem que a construção da cidadania, dentro da sociedade como um todo, pressupõe a existência de espaços viabilizadores da construção de vínculos afectivos entre semelhantes, nos quais as pessoas possam sentir-se, ao mesmo tempo, autoras e protagonistas de sua própria história. Assim, com o apoio de universidades e do governo, empresas e consumidores têm um papel importante na manutenção da gestão sustentável de toda a cadeia de suprimentos, bem como na expansão e disseminação do comércio justo e trocas solidárias, ao valorizar seus princípios e critérios (BOSLLE *et al*., 2017).

Dessa forma, eleva-se a consciência da sociedade em torno do mercado, que impõe dilemas éticos às redes empreendedoras associativas. Apesar disso, sobre a socialização no trabalho, Denardin et al. (2012), destacam que o desejo por inovação nos projectos é quase unânime na economia solidária e é o que une o grupo, mesmo em momentos de dissonância em que as sugestões dos membros são rejeitadas ou a posição de conduzir situações está alterada. Existe o desejo contínuo de criar alternativas na percepção dos funcionários em relação aos seus trabalhos. Sendo assim, conforme observado na revisão empírica da literatura, a economia solidária une a comunidade em torno de um trabalho auto - sustentável, em que as características tornam-se frequentemente o modelo de trabalho almejado e a descrição de trabalho.

O sentido do trabalho e a complexidade do imaginário indefinido fazem-se pela tensão entre racionalidade e imaginação, desse modo, a economia solidária tem na imprecisão a sua potencialidade criadora, uma lógica de pensamento que não considera a natureza como dada, nem o homem como produto da sua realidade (Denardin *et a*l. 2012). Logo, os princípios da actuação e o sentido do trabalho são diferentes para pessoas que activamente revisitam sua identidade na economia solidária.

Essa constatação é muito importante porque, de certa forma, vem consolidar o que os estudiosos da área de economia solidária, e, sobretudo, as práticas de seus actores, acerca de uma nova forma de organização do trabalho a (auto - gestão), pautada em valores mais colectivistas,

de cooperação, solidariedade, com vista uma maior participação igualitária, e menos dominação e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, pode-se dizer que a economia solidária se apresenta como outra via, outro caminho, outro olhar sobre o pensar em torno do desenvolvimento local e, sobretudo, de organização do trabalho, que tem como principal foco o desenvolvimento do indivíduo, como protagonista das relações sociais laborais, propondo-se, assim, o estabelecimento de uma nova relação de trabalho, que seja mais justa e mais solidária.

Os indivíduos inseridos em actividades com cariz da economia solidária descrevem o sentido do trabalho e a decisão de trabalhar de forma particular e subjectiva, sendo necessário entender como o indivíduo relata seus valores de vida para entender o motivo de ele ser trabalhador. Parece que o trabalho é um ambiente propício para ser alterado por eles e para alterar a realidade econômica em seu redor. Se o que define o imaginário do trabalhador é justamente a sua potencialidade criadora, então, *"qualquer lógica de pensamento que considere a natureza como dada, ou seja, tendo o homem como um produto da sua realidade, deve ser abandonada."* (PAULA *et al*., 2011).

Os modos solidários de produção e distribuição figuram à primeira vista um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. Para Ferreira (2024), a cooperativa de produção é a unidade típica da economia solidária, cujos princípios organizativos são: posse colectiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todas; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperados. A cota básica do capital de cada cooperado não é remunerada, somas adiccionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (Ferreira, 2024).

Deste modo, apesar de estar evidente nesta pesquisa, o autor ignora ou não apresenta de forma evidente os aspectos importante na análise de empreendimentos económicos solidários na perspectiva de desenvolvimento local na medida em que, "desvaloriza" conceitos como alianças, parcerias e solidariedade entre os associados como mecanismos internos que garantem a coesão destes grupos. Como também apresenta economia solidária como um modo de organização de

trabalho, não evidenciando a componente social destes processos, fazendo com que este mecanismo de insurreição social seja apenas um caminho para a busca igualitária ou procura de auto-afirmação dos seus associados, algo que não fica claro é que em que contexto se materializa essa auto-afirmação.

Apesar de Guerra (2014), assumir e apresentar evidentemente as organizações auto - gestacionarias como outra forma de organização social do trabalho e buscar relacionar essa práctica como um exercício de repensar sobre a gestão, não se apresentando como uma proposta utópica, irrealista ou simplista, mas sim uma proposta que leve em consideração um modo de organização do trabalho que se ancora em valores associados de busca de uma sociedade mais igualitária, ignorando que os contextos e as politicas capitalistas são de implementação e execução diferentes e os actores destes contextos também são diferentes, faz com que surja uma crítica a estes postulados na medida em que se deve olhar a aplicação da economia solidária em função de cada contexto e não em processos generalizados como aqui se apresenta.

A abordagem psicossociológica e sociológica clínica, olhando a pertença nestes movimentos como um factor de equilíbrio psíquico na vida dos indivíduos. Foi possível perceber que Guerra (2008), ajuda-nos a entender a perspectiva de Guerra (2014), na medida em que busca descrever a economia solidária como um conjunto de iniciativas meramente econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade dos meios de operação (de produção, de consumo, de crédito, etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes (Dimov & Nobrega, 2014). Se os cooperados observarem os cânones de organização do empreendimento solidário todos saem ganhando.

O diferencial deste tipo de organização do trabalho é o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos. A auto - gestão é a alma do negócio, todos devem contribuir para seu bom êxito, num repúdio ao assalariamento. Nenhum cooperado deve deixar brecha, vácuo, para que o líder se ache “dono” do empreendimento. Nenhum trabalhador cooperado é funcionário da cooperativa, na verdade são donos, é a cooperativa que

recebe a cota ou taxa de cada associado para fazer a manutenção administrativa do empreendimento, e não o contrário (CRUZ, 2006).

Diferente da proposta da economia solidária se tem a proposta de divisão racional do trabalho, que pode ser traduzida na indústria moderna, que priva o trabalhador do conhecimento da actividade produtiva, modelo chamado de hétero-gestão. Esta se manifesta na dualidade entre aquele que planifica, organiza, controla e o que executa, constituindo a marca principal da hegemonia do capital sobre o trabalho (GUERRA, 2008).

Ao contrário dessa lógica, Cruz (2006), enfatiza que se tem no movimento da economia solidária, que envolve conceitos centrais como solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão, os quais requerem a existência de condições para sua efectivação, não fazendo menção há aspectos como alianças, parcerias como elementos centrais da nossa análise nesta tese, como factores de imprescindíveis de para a promoção do desenvolvimento local. Portanto, podemos aqui afirmar que a autora se focou na análise do aspecto subjectivo das relações estabelecidas nos empreendimentos econômicos solidários, tais como os valores que os indivíduos atribuem à economia solidária, e suas possíveis relações com os valores atribuídos ao trabalho.

Além disso, a autora apresenta análise da economia solidária trazendo conceitos centrais de solidariedade, mutualismo, cooperação e auto-gestão, enfatizando que estes são dependentes da existência de condições para a sua efectivação, aspecto esse que não se pode adequar aos contextos dos países como Moçambique, onde apesar de existirem essas manifestações sociais de organização do trabalho sob olhar político administrativo, ainda não existem condições criadas ainda que os cooperativistas desenvolvam essas acções de cunho solidário.

Sendo assim, se inicialmente objectivava-se o surgimento de novos postos de trabalho, pode-se observar que actualmente a economia solidária deixa de lado apenas essa proposta e busca a transformação da sociedade e do ser humano, partindo do pressuposto que essa transformação passa necessariamente por uma nova organização das relações de trabalho pautada na auto - gestão, no trabalho emancipado, na igualdade, na tomada de consciência do processo produtivo, como também, por novas relações sociais, com menos competição e mais cooperação,

mais solidariedade. Ademais, há que se pensar em novas relações de consumo, que não se referem apenas ao simples acto de consumir ou de gosto, mas a um posicionamento ético e político, com respeito ao meio ambiente, e a condições dignas de trabalho.

Na visão de Arruda (2003b), o ser humano precisa ser recolocado em sua caminhada evolutiva, com vistas a maior qualidade de vida e maior desenvolvimento humano. A criação de um "novo" indivíduo e consequentemente de uma "nova" sociedade passa necessariamente por novas relações sociais de produção, ou, segundo De Souza (2022), a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral das perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros. É importante ressaltar, que ainda que se pense nessas mudanças nas relações sociais e cotidianas como um todo, o trabalho possui um papel importante na vida desses indivíduos.

É nesse contexto, de proposta de um "novo" indivíduo, e de novas relações de trabalho, que a concepção de valores se faz importante. Se surge uma nova proposta de desenvolvimento do indivíduo e das suas relações de trabalho, necessariamente outros valores são ou deveriam ser incorporados. É a partir dessa compreensão, que se torna importante a discussão das concepções de valores, de valores do trabalho, e principalmente de valores da economia solidária como uma alternativa de engajamento cívico em que o capital social busca alternativas para desenvolver actividades que lhes garanta a sua sobrevivência e consequentemente a expensão das liberdades enquanto condições imprescindíveis para o desenvolvimento.

Deste modo, não se pode justificar a compreensão dessa nova forma de organização do trabalho que traz, em sua definição, somente valores relacionados com solidariedade, cooperação e autogestão, ignorando-se as parcerias e alianças que são estabelecidas bem como os respectivos mecanismos do estabelecimento. Esse processo de transformação é assimétrico e heterogêneo e corresponde muito mais à eliminação de obstáculos técnicos do que de obstáculos econômicos, pois, na esteira do processo de globalização e da evolução do capitalismo, o mundo tornou-se imensamente rico.

Para Benatti (1994), a expansão do acesso a bens de consumo e serviços generalizados não se fez acompanhar por uma distribuição da riqueza, mas podemos aqui observar que os associados/cooperativistas podem melhorar as suas vidas como resultados destas alianças e parcerias que são estabelecidas nesse local, aspecto que não foi possível perceber no postulado deste auto. A economia solidária é uma modalidade de trabalho que surge do povo de forma espontânea ou por indução de sujeitos autónomos que apoiam essa iniciativa popular. É importante que os trabalhadores se apropriem da racionalidade metodológica das acções colectivizadas, com monitoramento e acompanhamento de instituições especializadas, mas sem esquecer que a racionalidade técnica deve estar subordinada ao atendimento das acções definidas pelo colectivo de trabalhadores.

Conforme Singer (2000), a autonomia, a equidade, a solidariedade e a participação são valores que vem agregar-se ao trabalho cooperativista. Voltamos a reiterar, amiúde, que cooperação e solidariedade são elementos vitais para a organização colectiva dos trabalhadores. Podem ser premissas da resistência, pois, juntos, eles constituem uma força que pode enfrentar pressões e dificuldades. A força da união é capaz de transpor barreiras e superar grandes obstáculos colocados pelos novos tempos. Benatti (1994) reconhece que nesses espaços as famílias agricultoras constroem um nível de solidariedade e coesão social, formado a partir de normas de carácter consensual, que garantem a colectivização desses espaços.

Figura 7. Foto: Ponto sobre rio Incomati, Distrito de Marracuene – Macaneta.



Fonte: https://images.app.goo.gl/MtDSYfVE44oVXZ2A6, **(acessado, 25.10.2024)**

2.3.6. Rede de cooperação solidária como alternativa dinâmica para o desenvolvimento local.

Devido às mudanças rápidas que vem ocorrendo na economia global, e a competição cada vez mais, intensa dos mercados e dos mecanismos de produção, muitas das empresas autogestionárias não conseguem acompanhar esse novo e rápido desenvolvimento, necessitando adoptar práticas que as mantenham competitivas perante seus concorrentes. Deste modo, as redes de cooperação em economia solidária, surgem como forma alternativa a esses desafios a criação de redes de cooperação, com o intuito de demonstrar a vantagem adquirida da união destas empresas e de que forma essa associação pode ser mais proveitosa, na tentativa de se manter activas social e economicamente e ganhar competitividade no mercado a escala global.

Mendes (2016), debruça-se sobre "*o sentido social e político da economia solidária*", analisa a economia solidária como uma forma de um projecto de transformação social, inserido em suas formas de empreendimentos económicos solidários. A pesquisa procurou mostrar as concessões entre as lógicas económicas distintas, o campo de mobilização social e política, os seus sentidos e significados na construção de expectativas e interesses, mostrando que os sentidos atribuídos ao trabalho e à participação política, como processos emancipadores, são uma prática corrente nos empreendimentos económicos solidários, enquanto nas estruturas sociais e políticas ainda não se passou da expectativa à realidade. Sendo que, numa dimensão comunitária, a economia solidária rompe as formas de sociabilidade empobrecidas, produzidas pelo mercado capitalista, baseadas no individualismo.

Esses aspectos basearam-se nas hipóteses de que a economia solidária representa o resgate dos laços entre o social e o econômico nas sociedades contemporâneas, o processo de humanização do trabalho pela auto - gestão e a orientação pela participação não apenas nas práticas produtivas como meio de sobrevivência, mas também na participação sócio - política. Mendes (2016), enfatiza que neste processo do sentido social e político da economia solidária, observa-se que essa preconiza que outra economia é possível, em que o centro deve ser a satisfação material e imaterial do ser humano em sua relação com o outro e na relação respeitosa com a natureza, procurando resgatar valores humanos, éticos e democráticos em contraposição á

lógica da economia capitalista que enfatiza a produção de riquezas materiais em detrimento das pessoas e da natureza.

Para Fonseca (2025), as redes de cooperação solidárias podem ser entendidas, como a união de empresas ou organizações em cooperação na busca de beneficio para ambas e para sociedade onde se encontram estabelecidas, procurando estimular as trocas de informações, a consolidação das relações económicas, à criação de novas experiências, e o apoio a acções de nível local e regional como forma de colaborar com o crescimento da economia solidária como um todo. As empresas ancoradas em princípios da economia solidária tendem a desenvolver seus projectos de desenvolvimento local e ao mesmo tempo manterem-se activas no mercado através da cooperação entre as organizações, onde a economia solidária em uma organização económica se realiza através da associação igualitária, com metas comuns na busca de recursos e rendas de forma social e comunitária, na qual, à posse dos meios pelos quais os indivíduos irão exercer as suas actividades económicas em cooperação, é um factor necessário e importante.

Mendes (2016), essas organizações em torno da economia solidária podem indicar elementos que vão para além do aspecto económico, ou seja, colaboram para um aumento ou mudanças das suas capacidades políticas e do protagonismo dos trabalhadores. Buscar o sentido social e político da economia solidária, em uma perspectiva sociológica, é conceber que a construção social da realidade possui uma existência independente da nossa própria vontade, mas são marcados por uma particular contextualização (Mendes (2016). Os indivíduos não sofrem passivamente a realidade social e económica, mas se relacionam numa reciprocidade de perspectivas na medida em que o capital social se une e constrõe uma realidade comum, ainda que as razões efectivas possam ser diversas. O processo de construção da realidade é permanente e intersubjectivo aos contextos em que tais realidades são construídas.

A intersubjectividade é constitutiva do social, sem ela seríamos individualmente encerrados numa experiência não comunicável, incapazes de construir colectivamente as instituições (SCHUTZ, 1959). É na própria experiência das interações que os membros do grupo elaboram os códigos e a linguagem com os quais se confrontam e que darão sentido ao seu universo (GARFINKEL, 1967). Nos limita aos factos em que negligencia os processos de exclusão social e marginalização que é imposto ao capital social, como produto das

verticalidades capitalistas na medida em que não são justas suficientes para incorporar e beneficiar a todos, e esses, vendo-se sem alternativas, buscam por necessidade outras formas de inclusão e sobrevivência dentro das suas lógicas internas/contextuais e sempre olhando para os recursos existentes nestes contextos locais, como uma forma de insurreição e sobrevivência decorrentes da fragilidades dos sistemas capitalistas vigentes (Mendes, 2016).

Para Polany (2000), de mais a mais, não se pode olhar o sentido somente individual em empreendimentos colectivos, mas podemos aqui, se possível, observar como o colectivo ajuda a suprir lacunas individuais cujos impactos permitem expansão das liberdades dos cooperativistas ou associados e suas famílias, criando circuítos de bens e serviços através dos quais se podem gerar rendas, condições necessárias para a expansão das liberdades. Porém, o significado atribuído ao mundo é responsabilidade da consciência, e a questão fenomenológica passa a ser a de interrogar como um objecto vem a ter sentido para essa consciência e, ao mesmo tempo, como a própria consciência se constitui em sua relação com o objecto. Um exemplo desta postura pode ser encontrado na obra de Karl Marx (Marx & Engels, 1965/1932), quando estes autores defendem ser por meio do trabalho que o sujeito se constrói como tal, e, no mesmo processo, constrói o mundo social em que vive (Mendes, 2016).

Ao trabalhar, o trabalhador se exterioriza (como sujeito) e se objectiva no produto de seu trabalho, este lhe permite afirmar-se em relação aos outros e em relação ao mundo. Portanto, torna-se evidente a roptura dessas relações, inicia com a difusão das ideias sobre o que motiva a produção e a troca de bens (troca de interesses), provocando uma mudança na motivação da acção por parte dos membros da sociedade, ou seja, a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência ou da satisfação das necessidades humanas (POLANY, 2000).

Leonello (2010) discorre sobre "*o associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária"*, no qual a economia solidária é vista como espaço de desenvolvimento do associativismo, procurando avaliar até que ponto esse sistema econômico solidário é uma alternativa viável de desenvolvimento local e de sustentabilidade social, tendo concluído que a organizações das pessoas sob a lógica da economia solidária, no caso específico, o associativismo constitui-se em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, viabilizando maior participação social e estreitando os laços

entre a sociedade organizada e o poder público, sob todas as suas dimensões, considerando que o mesmo se insere como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social.

Para Lopes & da S. Souza (2023), parte na sua análise da premissa de que a busca de acções que vislumbrem concretizar interesses comuns, capazes de promover o desenvolvimento social através de práticas associativas, vem se perpetuando ao longo dos tempos. Por isso, a compreensão do processo de transformação e consolidação das bases locais inscritas pelo associativismo, como um conjunto de iniciativas para o enfrentamento das diferenças e para a promoção do desenvolvimento local, só é possível por meio de argumentações críticas sobre o significado e conceitos inerentes a Economia Solidária, centrando-se no associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, isto é, para melhorar as condições de vida dos indivíduos de um determinado local ou território, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento e desenvolvimento; como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social, que tem como denominador comum o facto de que o cooperativismo se constitui em força estratégica capaz de melhorar as condições locais de vida das pessoas e de uma população, sob todas as suas dimensões possíveis e imaginarias.

A esse respeito, Ganança (2006, p. 8), sublinha que uma das consequências dessa construção teórica consiste em destacar e sobrevalorizar os efeitos do cooperativismo sobre os indivíduos associados. As associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e culturais vigentes. A própria estrutura associativa, formal, institucionalizada, com regras e estruturas de poder, contribuiria para essa finalidade.

Portanto, o fenômeno da acção colectiva institucionalizada por meio de cooperativas agrícolas e não só, pode ser interpretado a partir de diversas perspectivas teóricas. Contudo, o que interessa destacar é que na construção teórica dessas perspectivas está embutida a ideia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus interesses e destinos. Por isso, a participação em

associações e organizações civis, como o associativismo, é salutar para gerar solidariedade social e diminuir os custos políticos e econômicos da vida em sociedade.

Boaventura Santos (2002), destaca que não basta ser alternativa, esta economia precisa impor-se como paradigma, formando redes de empreendimentos solidários, inclusive internacionais e globais, para que surja o necessário volume de pressão. Nesse diapasão, uma reflexão é levantada que vem complementar a necessidade de conceber a economia popular e solidária sob nova perspectiva, pois para os autores, a organização popular merece "[...] políticas públicas adequadas, que a trate como parte da solução econômica que temos que construir para direcionar o desenvolvimento nacional no rumo da inclusão e da sustentabilidade".

Deste modo, Filho (2001), articula que o ambiente participativo criado pela organização espontânea de cidadãos e cidadãs é salutar para promover o interesse comum e gerar benefícios colectivos, pois, uma vez gerados pelo grupo, podem ser usufruídos por todos os sócios, independentemente de sua contribuição para gerar tal benefício. No contexto da economia solidária, o cooperativismo está sendo apontado nos planos econômico, social e político como resposta aos efeitos da globalização econômica que obriga os países a reduzirem seus custos e "saírem" do assistencialismo, porque cada região necessita de flexibilidade para arranjar seus factores e tornar-se competitiva diante da nova ordem global. Essa nova ordem exige uma maior articulação das organizações dos trabalhadores na área rural, em defesa dos seus interesses colectivos.

Por sua vez, a questão agrária ganha uma nova dimensão em Moçambique e no distrito de Marracuene em particular, ressurgindo com vigor a luta pela terra e, ao mesmo tempo, a luta contra exclusão social e pela cidadania, com o apoio das associações de pequenos produtores rurais. Sob o impacto de uma nova situação que se configura no campo, em busca de desenvolvimento local, com a organização dos pequenos produtores e através dela vislumbra-se um imperativo máximo, a geração de emprego e renda, buscando ainda, garantir aos que estão inseridos no contexto local as condições semelhantes aquelas que outros segmentos produtivos têm no meio urbano, redirecionando políticas e serviços públicos às reais necessidades das cooperativas agrícolas e não só.

As associações de pequenos produtores e trabalhadores rurais mostram-se como novas formas de agregação social, com uma função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Prevalece no nosso entendimento de que se trata de organizações voluntárias, surgindo da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objectivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais numa dada realidade. Para Ricciardi & Lemos (2000), nessas associações, percebemos que o associativismo se apresenta como responsável pelo desenvolvimento local e social, e como construtor de vínculos sociais e identidade colectiva diante da crise do mundo do trabalho, que também é a crise social, uma crise dos vínculos sociais.

Portanto, foi possível observar que o sentido da acção social desses sujeitos históricos, na concepção de Carvalho (2009), foi compreendido pelos princípios da economia solidária e pela perspectiva da manutenção do vínculo social, permitindo estabelecer a confiança e constituir alianças, que são atributos importantes para se permitir trabalhar juntos e consolidar a democracia. Esse pensamento contribui para desvelar as estratégias de fazer imergir a cidadania, religando as instâncias do social por meio da formação de vínculos sociais, que combinam ao mesmo tempo obrigação e liberdade, interesse e altruísmo.

No meio rural, o cooperativismo pode ser entendido, segundo Ricciardi & Lemos (2000), como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Uma associação não é somente uma organização de pessoas com objectivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas, sim, uma organização mais complexa com objectivos também de carácter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos.

Especificamente, em relação às associações de pequenos produtores, observamos que o uso de práticas solidárias, isto é, o agrupamento de produtores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver os seus problemas, quer sejam de produção, comercialização ou de serviços, viabilizando a sustentação de suas propriedades, superando entraves produtivos e logísticos, de forma colectiva, representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar uma realidade, ou mesmo, proporcionar aos diferentes actores sociais, meios para

se adaptarem a essa realidade, desta feita, não fica claro se o processo de adaptação é ou foi fundamental para o desenvolvimento social na medida em que na avaliação não foi possível enquadrar o desenvolvimento social do local (Ricciardi & Lemos, 2000).

Apesar desses obstáculos, a proposta de economia solidária de Arruda (2003a), busca ultrapassar a visão economicista, subordinando os interesses econômicos aos sociais numa inversão de valores. Para isso, há que se ter mais abrangência e amplitude na proposta de sociabilidade, por meio do desenvolvimento de elementos de natureza cultural e educacional, numa construção sócio – económica de base popular, baseada na pedagogia dos oprimidos proposta por Paulo Freire.

Preocupa-se com o processo de emancipação do indivíduo e o atendimento às suas necessidades de sobrevivência, e de reprodução ampliada da vida (crescente bem-estar individual, comunitário, social e ambiental). Ressalta ainda, a importância da educação, como o mecanismo emancipatório por excelência. Entretanto, essa educação precisa ser imbuída de elementos sensíveis e valores humanísticos, objectivando o despertar de uma maior consciência social e um engajamento em prol do bem comum. Propõe uma mudança profunda iniciada no plano dos valores, num trabalho cultural para fazer emergir a solidariedade consciente (Ricciardi & Lemos (2000).

No nosso entender, essa proposta demonstra que a economia solidária é muito mais do que uma organização de gestão colectiva, ela apresenta-se como uma nova via de transformação da sociedade, colectivamente, e também no âmbito individual, mas em relação a condições de vida mais dignas e igualitárias. Portanto, esse aspecto, passa por vislumbrar a economia solidária como uma via capaz de capaz de criar condições para o desenvolvimento efectivo de cada indivíduo e da sociedade, passando, para isso, por uma melhoria estrutural da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

As discussões sobre as redes de cooperação solidária são advindas das reflexões, que emergiram numa busca assentuada de alternativas aos modelos capitalistas, à eficiente concorrência constante do ambiente económico, no qual, a importância dessas redes esta na busca da garantia do sucesso dessas organizações e da vantagem competitiva que esta formação

pode proporcionar perante outros tipos de empreendimentos ou empresas, e na relação dos integrantes, dependendo de como estes interagem e como colaboram com os demais componentes da rede.

Cruz (2010), reforça que a idéia de potencializar empreendimentos económicos associativos a partir de sua inter-associação, como se sabe, é bem antiga. As idéias de Proudhon em torno das federações de associações e de cooperativas, a inter-cooperação entre as várias cooperativas de crédito – em seus diversos modelos ou versões na Europa do século XIX – ou ainda a própria rede de empreendimentos e cooperativas fundadas em torno da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, comprovam isto. Experiências económicas recentes, de fora da América do Sul, por outro lado, antecipam (senão que diretamente inspiram) os empreendedores colectivos do nosso continente.

As mais conhecidas talvez sejam as redes de empresas da Emiglia Romagna, na Itália; o complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha; e o muito citado, mas pouco conhecido, Grameen Bank, de Bangladesh. Muitos pesquisadores (Cruz, 2010), já estudaram essas iniciativas e algumas lideranças, entre empreendedores solidários das redes, conhecem ou pelo menos já ouviram falar de algum deles. Embora a experiência da Emiglia-Romagna (PIORE; SABEL, 1984; PUTNAM, 1999), esteja longe da economia solidária, a idéia de que pequenas empresas podem sobreviver e prosperar em meio a mercados oligopólicos graças à sua inter associação tem servido de estimulante a muitos teóricos das economias periféricas.

As redes de cooperação solidária procuram desenvolver acções voltadas para o bem-estar colectivo, desempenhando um papel extraordinário por possibilitarem a união entre pequenos produtores locais, com um intuito de se manterem ativos eficientemente no mercado, tendo o seu alicerce baseado nos princípios da economia solidária através das empresas autogestionárias. Proporcionando, tanto as empresas que compõem a rede, ganhos com essa associação, como a comunidade onde esta desempenha suas atividades de produção, sendo desenvolvidas também iniciativas públicas de caráter estritamente solidário para o melhoramento do ambiente de convivência social e comunitário das organizações que integram essas redes (PUTNAM, 1999).

2.3.7. Economia Solidária e desenvolvimento local

Mesmo sendo hegemónico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção" porque é incapaz de abarcar toda a população económica activa (Fonseca *et al*., 2024). Assim sendo, a economia solidária vai crescendo em função das crises sociais, tornando-se viável e constituindo uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, toma consciência de que é do seu próprio interesse "organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social". Neste sentido, outro tipo de economia começa a ganhar força e sobre ela outro tipo de sociedade, onde não há ricos nem pobres, e não há quem manda e quem obedece, não há chefes e muito menos subordinados.

Arruda *et al.,* (2015b), abordam a *"Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: Um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar",* onde procuram explorar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento da economia solidária em um sistema de agricultura familiar, explorando as relações existentes entre os sistemas da agricultura familiar e os empreendimentos da economia solidária, principalmente, no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, analisando as dinâmicas das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, abarcando aspetos como: auto – gestão, democracia directa, participação efectiva, acções de cunho educativo, cooperação no trabalho, distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

O estudo conclui que um empreendimento produtivo se apresenta, assim, como uma empreitada inovadora que se configura como um empreendimento digno de reconhecimento, tendo encontrado soluções objectivas e criativas para problemas que assolam a região nordeste do Brasil, de maneira autogestionária, autônoma e pioneira. Ao contrário do que o autor apresenta, no contexto moçambicano por exemplo, a sua unidade de análise que é a agricultura familiar somente contempla ou abarca pequenos produtores e não incorpora os médios, factores como dispersão populacional e escasses de serviços teriam influência no impacto destes empreendimentos.

Contudo, apresenta aqui alguns aspectos concordantes com a nossa visão, em relação aos pressupostos através dos quais a associação em questão se configura em um empreendimento digno de reconhecimento, tendo encontrado soluções objectivas e criativas para problemas que assolam o nordeste cearense, de maneira autogestionária, autônoma e pioneira. Porém, não ficando claro sobre se as soluções objectivas, encontradas através da prática associativa, foram ou não capazes de melhorar de forma individual a vida dos seus associados, tendo somente se focado no impacto causado na comunidade ou contexto em que as acções ou actividades desta associação é desenvolvida.

Além disso, a necessidade de sobrevivência afigura-se como um elemento fulcral no desencadeamento da economia solidária no seu melhor sentido, ou seja, em proveito de todos os praticantes ou associados, sendo que, nestes locais que estão longe de ser o paraíso em que tudo era perfeito, mostram pessoas com acesso restrito ao emprego, à educação, à habitação e até mesmo à saúde, buscando alternativas de sobrevivência e inclusão social com base em acções que permitam que esse capital social expanda as suas liberdades (Culti, 2006).

A verdade é que devido à rápida evolução tecnológica e ao rápido desenvolvimento do sistema económico, os nossos sistemas naturais estão em crise, (GOMES *et al.*, 2007). Neste triste cenário, têm emergido em várias partes do mundo práticas de relações sócio - economicas que têm vindo a propiciar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. Práticas essas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais, sociais, laços de proximidade que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da actividade económica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Assim sendo, Gomes *et. al*., (2007), reforça que, a economia solidária afigura-se como um modo de produção que, ao lado de outros modos de produção, tais como o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins lucrativos, entre outras, compõe a formação social capitalista, que apenas é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção como também pode moldar a super - estrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Numa perspectiva de desenvolvimento local, esta outra economia vai se apresentar com um olhar voltado para o processo de mobilização de pessoas e instituições, buscando a transformação da economia e da sociedade local (Singer, 2004). De Jesus (2003), defendo que o local trata-se de um esforço localizado e concertado desencadeado ao nível de um território em especifico e que vai conseguindo articular entre quem lidera, as instituições, as empresas, os empreendimentos e a população no geral com vista a expansão das suas liberdades por meio da melhoria da qualidade das condições e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida dos seus praticantes e suas famílias no sentido lato do termo.

Outrossim, pode-se observar a correlação que se faz entre o desenvolvimento local considerado como o conjunto de actividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob ópticas intersectoriais e transescalar que participam de um projecto de transformação consciente da realidade local/social vivada pelos associados e suas famílias locais. Fischer (2002), nos projectos de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos políticos, legais, educacionais, econômicos, ambientais, tecnológicos e culturais) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). Portanto, é importante referenciar e destacar que o processo de desenvolvimento local deve remeter-nos, em primeira instância, a uma combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses colectivos representados por gestores de processos em diversas escalas.

Partindo-se da premissa da valorização dos actores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuíto de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais. A vivência e reflexão desses processos poderão, gradativamente, incorporá-los às práticas quotidianas, num processo cumulativo de desenvolvimento local. Não ficou evidente como os actores locais, no caso apreço os membros da associação, baseando nas premissas da sustentabilidade, desenvolvem as suas acções de modo a que as gerações vindouras se beneficiem dos mesmos recursos. Duval (1998), que, nos modelos de gestão da associação, estão enraizados pressupostos da economia solidária, na medida em que os empreendimentos

económicos solidários, na lógica do autor, contemplam aspectos como alianças, parcerias, autogestão, princípios este imprescindível para uma insurreição do capital social e cujos resultados podem contribuir para a promoção do desenvolvimento endógeno ou local, consubstanciando numa lógica horizontal.

Nascimento (2016), no seu estudo sobre "*Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N. Sra. Aparecida"*, apresenta um debate em torno da economia solidária numa perspectiva sociológica, buscando elucidar como as experiências, situações, relações comerciais e a reinvenção dos trabalhadores inseridos em processos produtivos através do associativismo rural, os resultados desvendaram que as formas de gestão e de organização do trabalho no associativismo rural permitem que os trabalhadores tenham a possibilidade de se recriarem e reinventarem-se no processo de trabalho.

Eles aprenderam a gerir o seu próprio negócio e, se fossem capacitados e instrumentalizados sob a racionalidade de novas metodologias e tecnologias, poderiam dar o melhor salto no âmbito da geração de renda e da organização deste tipo de trabalho, criando mecanismos de empoderamento destes produtores organizados nas cooperativas. A articulação dos elementos existentes na economia rural com as novas metodologias e inovação tecnológica de base solidária e de cooperação, que permitiu retirar contingentes populacionais da miséria, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social de comunidades tradicionais.

O modo pelo qual as organizações sociais e os trabalhadores se integram para se inserirem na economia de mercado, pela via do trabalho associativo consubstancia numa saída inteligente nos dias actuais, na qual conforme Nascimento (2016), postula que a articulação dos elementos existentes na economia rural com as novas metodologias e inovação tecnológica de base solidária e de cooperação, permite retirar contingentes populacionais da miséria, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social de comunidades tradicionais de base local, visto que a economia solidária é uma forma de organização do trabalho que está ao alcance dos trabalhadores, incluindo os produtores cooperativistas porque permite reunir recursos naturais e experiências para prover a sobrevivência por meio de garante da subsistência

familiar sendo que o aspecto cooperativo permite alcançar resultados maiores do que os resultados individuais das partes, ou do conjunto, remetendo para o desenvolvimento social.

Nesta perspectiva, Putnam (2002), avança que as cooperativas podem contribuir para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos "internos" sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos "externos" sobre a sociedade. No âmbito interno, as cooperativas incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade, alianças e parcerias. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos colectivos. Quando os indivíduos pertencem a grupos heterogêneos com diferentes tipos de objectivos e membros, suas atitudes se tornam mais moderadas em virtude da interação grupal e das múltiplas pressões. Tais efeitos, é bom que se diga, não pressupõem que o objectivo manifesto da associação seja político. Fazer parte de uma sociedade orfeônica ou de um clube de ornitófilos pode desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração.

A esse respeito, Ganança (2006), sublinha que uma das consequências dessa construção teórica consiste em destacar e sobrevalorizar os efeitos do cooperativismo, principalmente o cooperativismo agrícola, sobre capital social na mediada em que essas cooperativas não podem ser vistas somente como associações, podem ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes.

A própria estrutura associativa, formal, institucionalizada, com regras e estruturas de poder, contribuiria para essa finalidade. O fenômeno da acção colectiva institucionalizada por meio de associações civis pode ser interpretado a partir de diversas perspectivas teóricas. O que interessa destacar é que na construção dessas perspectivas está embutida a ideia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos, que na nossa perspectiva pode ser vista como condição para a expansão das liberdades e consequentemente o desenvolvimento (Silva & Silva, 2014).

Deste modo, não se pode ver de forma simplista o cooperativismo, apenas como um fórum, mas sim, deve-se compreender como uma manifestação real que ocorre em contextos reais locais e não só, como uma busca de alternativas para enfrentar a crise instalada nas comunidades rurais, sendo que, a solidariedade, as alianças, as parcerias e as redes configuram-se em elementos que impulsionam a cidadania materializada através do trabalho colectivo, que pode permitir a autogestão e a cooperação nas relações de trabalho e da produção, na medida em que se observam mudanças positivas no desenvolvimento sócio-espacial destas microunidades territoriais cujo impacto cria transformações nas vidas destes associados e suas famílias ou comunidades.

A articulação dos elementos existentes na economia rural com as novas metodologias e inovação tecnológica de base solidária e de cooperação permite retirar contingentes populacionais da miséria, contribuindo significativamente para o desenvolvimento social de comunidades tradicionais. Porém, apesar destes resultados, Ganança (2006), ignorou aspectos tais como a globalização e a consolidação de doutrinas neoliberais, o desemprego está ganhando ou se tornando um grande problema em processos de desenvolvimento, que, muitas das vezes, se apresenta sob forma de deterioração das condições de vida dos trabalhadores, perdas das conquistas sociais e históricas e o aumento do sector informal.

O fortalecimento da economia solidária está intrinsecamente ligado ao surgimento de alternativas de transformação de cenários, nos modos de produção e reprodução social, em que os valores como: cooperação, solidariedade, alianças, parcerias e sentimento de igualdade são concretamente praticados, ou seja, busca-se um projecto de mudança para a sociedade de um modo geral e não apenas se restringindo a algum aspecto particular. Ademais, olhar a economia solidária como um caminho através do qual o capital social busca a autoafirmação por meio de acções colectivas pode remeter-nos, sobremaneira, a um processo de construção democrático de práticas capazes de estimular novos padrões de relação produtiva, numa perspectiva de sustentabilidade social e ambiental (Fonseca, *et al.*, 2025).

Note-se que não se pretende com isso necessariamente postular, como afirma Fonseca (2017), que a construção de um novo modelo de desenvolvimento, com base na economia solidária, seja efectivamente realizado, pois há-de se considerar que nenhum processo na

sociedade ocorre de modo automático, mas sim, depende da racionalidade e da intencionalidade dos actores sociais em acção, que, conjugadas às formulações de dinâmicas de gestão local, podem produzir novas respostas para as transformações ocorridas no mundo de trabalho, capazes de impulsionar a democratização das relações económicas, possibilitando inclusive a massificação de outros aspectos inerentes à qualidade de vida.

Importa ainda ressalvar que no tocante à economia solidária e às relações estabelecidas com foco no desenvolvimento, há-de se considerar que, mesmo com altos índices de participação comunitária ou de base local (endógena), se não houver a construção de um tecido social cooperativo capaz de suscitar empreendimentos económicos solidários em redes, a partir de seus ambientes comunitários de construção, a efetividade desses empreendimentos ficará fragilizada.

O fomento desses empreendimentos também não pode ser dissociado de seu meio territorial, pois mesmo com cadeias produtivas distantes de sua base territorial, a articulação sustentável também ficará fragilizada na medida em que a construção de um modelo de desenvolvimento, além da essencial participação de actores sociais locais, também requer a criação de dinâmicas democrático-participativas que constituirão o desenvolvimento local (Fonseca & Mungoi, 2024).

Santos e Rodríguez (2004), são categóricos em afirmar que falar em desenvolvimento alternativo, sob auspício da economia solidária, é formular formas de pensamento e acção que sejam ambiciosos em termos de escalas, ou seja, sejam capazes de actuar nas escalas locais, regionais, nacionais, e até mesmo globais, dependendo das necessidades das iniciativas concretas. O facto é que, tal como a afirma Singer (2004), mesmo que sendo hegemónico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção e distribuição, até porque é incapaz de abarcar toda a população económica activa em um país ou território. Assim sendo, a economia solidária vai crescendo em função das crises sociais, tornando-se viável e constituindo uma alternativa real ao capitalismo, quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, toma consciência de que é do seu próprio interesse organizar a produção de modo que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social.

Vidal (2005), advoga que este outro tipo de economia começa a ganhar força e sobre ela outro tipo de sociedade, na qual não há ricos nem pobres, e não há quem manda e quem obedece. Para um determinado país, é sempre possível aproveitar os benefícios de forma a enfrentar os desequilíbrios derivados da globalização, dependendo fundamentalmente das políticas e instituições próprias de cada nação e das iniciativas levadas a cabo pelos espaços de tomada de decisão que actuam sobre o território. Segundo o mesmo autor, os actores públicos e privados de todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, devem responder de maneira democrática pelas políticas aplicadas e às medidas adoptadas.

Um dos factores-chave que se pode usar para colocar em marcha uma globalização justa e humana é o princípio de que os níveis internacionais e nacionais deveriam alicerçar as suas estratégias de desenvolvimento e crescimento no âmbito local. Uma descentralização política real, mais participativa, baseada numa maior compreensão das situações e dificuldades locais, atenta às necessidades dos indivíduos, às particularidades culturais e sociais, seria mais facilmente administrada e posta em marcha com boas hipóteses de obter sucesso.

Vidal (2005), reforça ainda, quando falamos em desenvolvimento local, não podemos jamais esquecer as origens e identidades culturais de determinadas zonas. É, pois, imprescindível que a globalização não se contraponha a estes factos. Fonseca (2017), dá azo a esse postulado, sublinhando que muitas políticas sociais e económicas provam ser mais eficazes quando realizadas no nível local, desde que, segundo o preceituado, se torne urgente e necessária à consolidação de instituições locais (públicas, privadas e da sociedade civil) sólidas, democráticas, responsáveis e dotadas de recursos humanos qualificados e preparados para enfrentar os novos desafios impostos aos contextos rurais locais.

Singer (2002), a economia solidária se apresenta como parte de uma construção socialista, em que o sufrágio, o estabelecimento de direitos universais, a reforma, a educação escolar, a assistência em serviços primários de saúde, o transporte, dentre outros, são alicerces da construção de um processo de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Associado a isso, uma economia orientada pelo valor ético e de solidariedade enfatiza o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico. Uma economia que destaca o trabalho da mulher, que mesmo podendo ser igual ao do homem, diferencia-se, pois traz para o centro da discussão

económica o trabalho e não a mercadoria produzida simplesmente e fomenta a cidadania participativa e os valores éticos da solidariedade, diálogo, tolerância, promovendo a liberdade das pessoas, com o exercício da autogestão.

O desenvolvimento local em resposta à crise do bem-estar social, a acção governamental parece ser objecto de controvérsia manifestada em duas tendências principais: a) a neoliberal, que defende formas de prestação de serviços (tradicionalmente fornecidos pelas agências governamentais), fundamentadas na participação mais intensa da sociedade, principalmente, nos sectores privados; e b) a progressista, que embora constatando a falência do modelo tradicional de gestão pública, enfatiza a imprescindibilidade da presença do Estado na oferta de serviços sociais, propondo, como estratégia para neutralizar os efeitos não desejáveis da acção estatal, a introdução de mecanismos de abertura de canais de comunicação entre o Estado e a sociedade civil na formulação das agendas públicas (AMADO, 2018).

Jesus (2003), considera que tais controvérsias reflectem as discussões em torno de desenvolvimento alternativo e alternativa ao desenvolvimento. É com esta perspectiva que o desenvolvimento deve estar relacionado, principalmente, com a melhoria das condições de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. É factor incontestável na sociedade pós-industrial a preocupação com a implementação de modelos de desenvolvimento social que reduzam o fosso entre ricos e pobres.

Perspectivando as economias plurais, sobre os indivíduos nelas inseridos, Roulleau - Berger (2003), alerta para a contradição de que, ao mesmo tempo em que as identidades individuais deles são incentivadas e a colectiva é construída com base em uma síntese das características dos membros, esses indivíduos vivem em espaços socialmente invisíveis que os exclui do sistema a partir da discriminação de seus modos de actuação.

Harvey (2003), a ortodoxia neoliberal, de grande protagonismo na economia nas últimas décadas, desmonta os territórios dotados de direitos sociais e os reafirma como espaços invisíveis, indo em concomitância com o que Sá & Soares (2005), explanam, que essa incongruência é predominante na visibilidade do modelo económico solidário, pois que essas

distorções estruturais das formas organizacionais auto - gestionárias submetem-na em formas de trabalho alienantes que não se compatibilizam com o seu discurso político - ideológico.

A economia solidária é apresentada como um contraponto às práticas e discursos gerenciais mais comuns, porque cria alternativas afirmadas em modos de funcionamento diferentes, pautados em um exercício dos membros associados de reconhecerem seus potenciais para actuarem na organização conforme os seus talentos individuais forem úteis (Harvey, 2003). O auto - conhecimento dos funcionários de uma economia solidária promove, sobretudo, a articulação respeitosa entre eles, originando redes de relações sócio económicas, que consideram a autonomia de actuação individual e incentivam a construção de uma consciência colectiva que instiga, na cultura organizacional, a permissão para o estabelecimento de uma identificação colectiva pautada no respeito às diferenças individuais, que exige tempo e disposição dos sujeitos.

É constante o desafio para a economia solidária se legitimar diante de alternativas de produção, sem utilizar formas modernas de controlo nas dimensões social, pessoal, política e profissional do seu empregado, incluindo-o antes como participante activo na proposta de força de trabalho não - alienada, de modo a blindar-se dessa intromissão que não se compatibiliza com suas práticas, pois o projecto político - ideológico da economia solidária tenta evitar a marginalização dos seus empregados, emancipando - os localmente anti a exploração e exclusão capitalista (SÁ & SOARES, 2005).

A institucionalização e proliferação da economia solidária implicariam na transformação de subjectividade colectiva individualista para uma subjectividade solidária, entendida como uma exclusividade humana, e não uma causa para exclusão (ONUMA; MAFRA & MOREIRA, 2012), de modo que a marginalização actual, que acomete os empreendimentos de economia solidária e seus empregados, se transforme em um novo padrão de desenvolvimento local e regional que vise a liberdade do empreendimento e do empregado, capaz de elevar a viabilidade econômica do empreendedorismo social, por meio de uma estratégia de inclusão de práticas previamente descartadas pela perspectiva da administração (ROHM & OLIVEIRA, 2017).

Na proposta conceitual multidimensional da economia solidária, o sentido do trabalho amplia-se, e com ele, o modo como cada um compreende o poder e o controlo nas relações intra-organizacionais, vinculadas tanto ao trabalho quanto à identidade organizacional, como à cooperação e competição intra - organizacionais e à diferenciação profissional e ao igualitarismo, entre outros factores (SÁ & SOARES, 2005).

Segundo Singer (2008), a economia solidária tenta manter-se em harmonia perante organizações competitivas ao mesmo tempo em que concilia o máximo de respeito à liberdade individual, valorizando as identidades individual e colectiva, um desafio contraditório que, para Singer (2008) e Benini & Benini (2010), as perspectivas emancipatórias deverão considerar, apesar de anteriormente não ser reconhecido pela literatura, tendo em conta que a economia solidária era mal explorada na administração, colocada à margem, seja por conta de preconceitos ideológicos, seja por falta de fundamentação teórica adaptada à natureza econômica não "formal" dessas organizações.

Além disso, segundo Benini e Benini (2010), os empreendimentos solidários reconhecem os limites estruturais do capital e novas subjectividades, construídas desses enfrentamentos, dependem de novas condições materiais para se sustentarem. O trabalho emancipado, sendo o oposto do trabalho alienado e/ou estranhado, requer uma forma de auto - gestão densa, tanto na sua forma, como no seu conteúdo e dinâmicas, na qual os seus protagonistas tenham condições plenas de decifrar e intervir na sua própria história (BENINI & BENINI, 2010). No entanto, no interesse de compreender a dimensão do trabalho no mundo moderno, Cavazotte, Lemos e Viana (2000), pontuam que expectativas ligadas ao trabalho estão mudando, a despeito de mudanças objectivas na esfera produtiva.

A compreensão da auto - gestão como possível impulsionadora da economia solidária, ao mesmo tempo em que é tida como um de seus maiores entraves, também é compartilhada por Calbino e De Paula (2012), que afirmam que uma das limitações da economia solidária encontra-se nos processos de gestão - com a dificuldade de ressignificar o conhecimento ou o uso da técnica para o novo contexto autogestionário. Ainda assim, acreditam que a ressignificação de modelos de gestão adequados ao novo modo de estrutura organizacional (auto - gestão) deva ocorrer como um dos pontos a serem considerados na constituição dessas organizações que, por

meio da educação de seus associados, conseguem formar “líderes libertadores”. Se precisa ultrapassar o imaginário de que o sistema capitalista é dominante, e sugere-se que isso pode ocorrer ao considerar-se a estrutura organizacional de redes da economia solidária, por esta apresentar novos limites e campos de actuação diante de um modelo global de funcionamento das organizações que, embora dominante, tem suas margens.

Reconhecer as práticas económicas vincadas em princípios não utilitaristas e virtuosos que regem a economia solidária é decisivo não só para a sobrevivência de inúmeros indivíduos e segmentos sociais, mas também para toda a totalidade das existências individual e colectiva que escapam ao sistema social capitalista e de cujas forças à margem dos circuítos políticos podem surgir vertentes de solidarismo econômico. Percebe-se, portanto, a inter - relação constante entre os conceitos de economia solidária, liminaridade e individualidade, em criação de um modelo organizacional menos alienante ao trabalhador (Gaiger, 2000).

Na análise sobre a *economia solidária e desenvolvimento local: um olhar sobre a cooperativa do Riachão na comunidade rural de Montes Claros – MG*, Silva & Barboza (2007), problematizam a economia solidária enquanto solução pontual para a superação dos desafios criados pela economia capitalista, discutindo ainda suas possíveis contribuições para a promoção do desenvolvimento local, propondo uma reflexão em torno da economia solidária como uma estratégia sócio - económica de sobrevivência por parte dos trabalhadores, em decorrência da precarização da economia do trabalho, e das possibilidades desta nova economia para se pensar em um desenvolvimento que contribua para a integração dos indivíduos na comunidade.

Foi possível constatar no estudo que os medos de produção, trocas e relações sociais alternativas, funcionam como um esteio de um projecto pedagógico transformador que visa à emancipação social dos sujeitos. O processo de articulação da população local é reforçado pelas relações amigáveis, que estimulem e intensificam nos envolvidos o carácter de solidariedade, e de participação dentro das questões políticas e sociais de interesse da comunidade.

Silva & Barboza (2007), concluem que se pode relacionar as acções de economia solidária e suas contribuições para um projecto de desenvolvimento local, valorizando as potencialidades da comunidade e iniciativas de base local. O ponto fundamental é a participação

da população como co-autora do processo de desenvolvimento, assim, podemos perceber que as práticas de economia solidária observadas na Cooperativa do Riachão, nos aponta para um processo de articulação entre os moradores, fortalecimento dos laços, e a busca pela transformação social, a partir das mudanças locais, levando em consideração as questões políticas, sociais e ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais. As cooperativas e associações de produção agrícola, podem apresentar-se como um terceiro sector depois do público e privado, sector esse que geralmente é composto por pessoas ou grupos marginalizados, desfavorecidos e excluídos devido a inúmeros factores, neste sentido,

Freitag *et al* (2019), na obra "*Contributions of solidarity cooperativism for family agriculture and sustainable rural development*" fazem uma reflexão teórica sobre como as cooperativas e associações que praticam a agricultura familiar são importantes instrumentos no desenvolvimento rural sustentável, pois elas podem ajudar os agricultores familiares a terem uma maior economia ao reduzir seus custos de aquisição de insumos ou contratar serviços como transporte e armazenamento.

Os autores acima referenciados, reforçam que na agricultura familiar, a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si laços sociais e solidários. Por outro lado, os actores concluem que com essa forma de organização social de trabalho, as cooperativas solidárias, os actores desse processo, passam a ter mais competitividade, ampliando suas redes de mercados e o acesso às políticas públicas, quesito tão importante para buscar investimentos e fomentar a melhoria de suas propriedades, tornando-as mais rentáveis, favorecendo o seu desenvolvimento. Depois do já exposto anteriormente, uma das formas mais vinculadas como forma de estimulação ao desenvolvimento local é a existência da economia solidária como base do desenvolvimento local.

Podemos dizer que a economia solidária permite fomentar o desenvolvimento local, pois esta, segundo Arend, Coleho e Deponti (2025), valoriza a diversidade, preocupa-se com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual é parte, oferece alternativas para uma construção social de desenvolvimento económico, para a desmistificação das técnicas, para a democratização da ciência e da tecnologia e para o pleno exercício da cidadania. A verdade é que a economia solidária se tornou num importante instrumento de combate à exclusão social e à

pobreza, pois permite a incrementação do emprego e rendimento para muitos e variados trabalhadores.

Além disso, contesta o modelo capitalista propondo a construção de relações económicas mais justas, solidárias e sustentáveis, fomentando desta forma o desenvolvimento local justo e solidário. Segundo Gomes et al. (2007), a economia solidária sustenta possíveis condições que favorecem transformações, humanização e relativa emancipação, apenas se a participação no trabalho sugerido por ela for plena, isto é, se o trabalho não for alienado e se for dotado pelas características da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da autossustentação, desenvolvimento e responsabilidade social. De acordo com Monje - Reyes (2011), em uma forma de organização que construa esses valores, a descentralização econômica atinge sua máxima expressão, ou seja, a capacidade de desenvolvimento dos actores fortalece-se frente ao Estado centralizador e autocrático.

Da Silva (2013), sugere vários projectos de economia solidária a serem aplicados por professores na área da educação, e Meira (2014), instiga novas pesquisas a reavaliarem as definições das actividades, instrumentos, e situações das economias solidárias, a partir de uma revisão deste conceito com o apoio da antropologia. Garante-se com maior segurança, todavia, o que os autores no início do século afirmaram sobre a relevância da presença da economia solidária em países em que os direitos igualitários, sobretudo de renda, não estão bem assegurados pelo trabalhador.

Em países com lideranças anti - éticas, onde os objectivos finais das organizações são somente lucrativos e egoístas, a despeito do desenvolvimento colectivo sustentável, a economia solidária é uma solução possível para possibilitar a competitividade dos pequenos negócios, quer dizer, a economia solidária apresenta factos históricos que demonstram as causas dos problemas que ela auxilia a contornar (Meira, 2014). Deve-se atentar, contudo, que a grande maioria dos negócios pautados em economia solidária ainda é restrita à liminaridade, ou seja, existe na marginalização a qual resiste e, em certa medida precisa revogá-la para progredir financeiramente. É nesse cenário que a economia solidária normalmente actua, e onde menos se priva de sua finalidade associativa. Em síntese, o conceito da economia solidária, sob a perspectiva recente, ainda é composto de muitas características a definirem-se com maior

confiança por meio do debate na literatura académica (Da Silva, 2013). A revisão a partir do enfoque administrativo tem sido extensiva, e as sugestões recentes neste objecto de estudo têm sido oriundas de estudos de outras áreas do conhecimento das ciências sociais e económicas.

A economia solidária é sobremaneira encarada como uma ponte para a expansão das liberdades humanas, Pompeu *et al.,* (2021), discutem sobre "*Economia solidária sob a ótica das capacidades humanas de Martha Nussbaum*", em que defendem que economia solidária circula em torno da ideia de solidariedade, sustentabilidade e inclusão no sistema de produção e distribuição de bens e serviços, aonde os enfoques no desenvolvimento das capacidades dos actores locais fornece bases para a construção de um pensamento sobre justiça e as relações económicas estabelecidas entre os diferentes actores deve também considerar aspetos como desenvolvimento humano e a solidariedade.

Para Pompeu *et al.,* (2021), ainda que no processo de desenvolvimento das capacidades nos contextos locais, a articulação com experiências de economia solidária, mesmo que locais, podem servir de parâmetro para o contexto internacional, com vistas a implantação das capacidades. Ainda assim, acreditam que a ressignificação de modelos de gestão adequados ao novo modo de estrutura organizacional (auto - gestão) deva ocorrer como um dos pontos a serem considerados na constituição dessas organizações que, por meio da educação de seus associados, conseguem formar "indivíduos libertadores". Para os autores, precisa ultrapassar-se o imaginário de que o sistema capitalista é dominante, e sugere-se que isso pode ocorrer ao se considerar a estrutura organizacional de redes da economia solidária, por esta apresentar novos limites e campos de actuação diante de um modelo global de funcionamento das organizações que, embora dominante, tem suas margens (Pompeu *et al*., 2021).

Segundo Gaiger (2012), reconhecer as práticas económicas vincadas em princípios não utilitaristas e virtuosos que regem a economia solidária é decisivo não só para a sobrevivência de inúmeros indivíduos e segmentos sociais, mas para toda a totalidade das existências individual e colectiva que escapam ao sistema social capitalista e de cujas forças à margem dos circuitos políticos podem surgir vertentes de solidarismo económico.

Percebe-se, portanto, a inter-relação constante entre os conceitos de economia solidária, liminaridade e individualidade, em criação a um modelo organizacional menos alienante ao trabalhador. Inspirado por Turner (1969), Meira (2014), propõe a interpretação, a partir dos conceitos de liminaridade, communitas, e anti - estrutura, de que a menor visibilidade de economias solidárias é consequência directa de sua característica de residir nas liminaridades do capitalismo.

As organizações liminares é a proposição que leva em conta essa relativa autonomia que a auto - gestão concede à economia solidária, ao mesmo tempo em que estas passam a ser compreendidas como corpos sociais permanentes em uma categoria de interstício, em vez de ter uma posição social que parte da invisibilidade para a predominância ou autos - suficiência financeira. Esta mudança de observação enquadra melhor o fenómeno da economia solidária, por desenvolver o entendimento de suas margens e interstícios em meio à característica dos negócios econômicos (Pompeu *et al.*, (2021).

As organizações liminares não mais atravessam, e sim, constituem suas actuações na travessia social, uma posição indefinida que permite repensar sua grandeza de definições e contrapontos na literatura académica. Se antes essas organizações tinham uma progressão simbólica dentro do mercado económico, agora seus limites parecem ser tanto quanto suas definições permitirem (Ibidem). A leitura teórica de Meira (2014), instiga novas pesquisas a reavaliarem as definições das actividades, instrumentos, e situações das economias solidárias, além de sugerir o questionamento do impacto do autorreconhecimento das economias solidárias nos seus membros associados. As organizações de economia solidária, por viverem na liminaridade, são dotadas de uma maneira especial de sobreviver.

O sacrifício é o símbolo central que move todos a uma condição igualitária na economia solidária, e esta é construída para capturar o processo que surge de grupos liminares que vivem a experiência diária da exclusão inclusiva. Portanto, a liminaridade é um espaço propício para seus funcionários revisitarem antigas definições, abordando alternativas enxergadas benéficas, novas estruturas e práticas de trabalho, fomentando a mudança e a emancipação do trabalhador nos limites do capital, enquanto a pressão do ambiente externo não for excessiva.

Costa (2018), corrobora com este entendimento, ao exemplificar como as incubadoras são potencialmente importantes para o desenvolvimento científico porque a economia solidária na qual elas se pautam é o registro social de uma reconstituição das necessidades concretas de grupos populares movidos pela auto - gestão. Essas organizações de resistência e liminares, à margem do sistema e historicamente classificadas como inadequadas ou irrelevantes para grande parte do discurso administrativo a partir da autogestão, apontam caminhos para a consolidação do engajamento sociotécnico por meio da ressignificação das tecnologias de produção no campo de estudos organizacionais.

Ou seja, os empreendimentos em economia solidária revisitam as definições teóricas de trabalho na administração a partir de uma posição antagônica com a auto - gestão, questionando o modelo económico vigente e suas disfunções éticas, notando-se um consequente papel ético de seus funcionários como líderes libertadores em auto - gestão liminar.

No contexto nacional moçambicano, Jaiantilal & Mungoi (2010), no estudo sobre "*Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique*", analisam as dinâmicas das associações e das micro - empresas, sob a perspetiva da economia solidária, buscando compreender o papel dos actores e instituições locais, formais e informais, com foco nas lógicas internas de funcionamento desses empreendimentos em âmbito local.

Entre outros elementos, são caracterizados os aspectos estruturais e as redes sociais de funcionamento das associações e micro empreendimentos (micro – empresas). Esses factores permitem outra lógica da economia, na qual a construção social do desenvolvimento local pode ser dinamizada por associações que refletem os interesses plurais de instituições e indivíduos actuantes em territórios delimitados, com vista à promoção do desenvolvimento económico dessa micro-unidade económico territorial, o trabalho de promoção das micro e pequenas empresas urbanas ou rurais cria um circuito de oferta de serviços e produtos úteis também para as grandes empresas (Jaiantilal & Mungoi, 2010).

Os níveis nacionais e internacionais deveriam "alicerçar as suas estratégias de desenvolvimento e crescimento no âmbito local" (VIDAL, 2005). Sendo esse, segundo o mesmo autor, "um dos factores-chave para colocar em marcha uma globalização mais justa e

humanizada". Os governos locais têm, potencialmente, maior número de recursos e capacidades para enfrentar os desafios das sociedades onde a globalização se contrapõe à necessidade de não perder a identidade cultural. O facto é que muitas políticas sociais e económicas provam que são mais eficazes, quando aplicadas no âmbito local: mobilizando todos os actores da comunidade em causa e envolvendo-os de forma activa na vida económica, social, cultural e política estabelecendo-se desta forma uma base mais sólida para o desenvolvimento sustentável do território.

Vidal (2005), postula ademais, que o princípio geral de subsidiariedade à governação deveria ser delegado o mais próximo possível dos cidadãos, de forma a aumentar a vinculação das políticas às necessidades reais da população, com o consequente incremento da eficiência e da eficácia. A inserção da economia solidária nos processos de desenvolvimento local fortalece a combinação das acções estruturantes de acesso às alternativas locais de criação de emprego com melhoria nas condições de vida da população. Assim sendo, torna-se necessário fortalecer a economia solidária como estratégia de inclusão económica e social, sendo que esta oferece um caminho com potencial para o desenvolvimento local sustentável e solidário.

No entanto, requer-se a democratização do acesso e a ampliação de programas e projectos que contribuam para a criação e fortalecimento das redes, das cadeias, das centrais de comercialização e do sistema de comércio justo, de forma a promover a sustentabilidade aos diversos empreendimentos solidários. Nesta concepção, a indução do desenvolvimento local ou territorial requer a combinação de políticas adequadas com as necessidades e potencialidades locais (GOMES et al., 2007;42). A economia solidária e as instituições que apoiam estas iniciativas buscam formas de gerar postos de trabalho e rendimento de forma colectiva e solidária. Entretanto, a economia solidária tem enfrentado um problema que se afigura constante.

A mesma realidade é vista como a fonte principal de sustentação na sua capacidade de trabalho e, ao mesmo tempo, é a razão de muitas fragilidades. Este facto acontece porque os trabalhadores inseridos no âmbito da economia solidária estão mais habituados e preparados para o trabalho físico e pouco qualificado, denotando-se alguma falta de arcaboiço técnico-profissional, tornando-se necessário a consolidação de instituições locais, públicas e privadas, na formação dos cidadãos tornando-os mais qualificados e aptos a enfrentar novos desafios.

Sendo o desenvolvimento local uma forma de melhorar a vida de todas as pessoas, humana e socialmente, essa melhoria deve repercutir-se nas gerações presentes quer nas vindouras, tornando-se assim em desenvolvimento sustentável. Neste sentido, quando se pensa em desenvolvimento local não se pode esquecer o protagonismo local e a mudança de paradigma, em promoção da democracia participativa, em construção de ambientes equilibrados e produtivos e na associação com preceitos fundamentais da economia solidária (GOMES *et al*., 2007).

Seguindo estes preceitos, GOMES *et al*., (2007), o desenvolvimento local rege-se pelos princípios:

a) Democracia participativa: as políticas de desenvolvimento local devem fazer-se acompanhar da intensificação de todas as formas de participação e protagonismo do povo, de forma a garantir a inclusão justa de todos os sectores da sociedade no desenvolvimento local e nacional;
b) Organização popular: o êxito do modelo depende da capacidade organizativa e do compromisso de todos os sujeitos do desenvolvimento, e por eles é necessário promover e garantir a participação e o protagonismo das comunidades nos processos de diagnóstico, desenho e consolidação das propostas;
c) Desconcentração territorial: a estratégia territorial obedece à necessidade de superar o modelo centralizador, promotor da desigualdade geográfica e do subdesenvolvimento regional, e de oferecer a todas as comunidades do país oportunidades iguais de desenvolvimento considerando as potencialidades locais e a inter-relação de comunidades e regiões;
d) Redistribuição da terra: os fins da justiça social, soberania alimentar e equilíbrio territorial dependem do desenvolvimento rural integral e de uma justa redistribuição de terras. Segue daí o valor estratégico outorgado à luta contra o latifúndio, e em favor da reforma agrária integral, como meios para garantir o direito à terra dos camponeses e demais produtores agropecuários;
e) Ambiente equilibrado e produtivo: para conseguir um desenvolvimento equitativo e duradouro é necessário garantir um aproveitamento sustentável dos recursos

naturais e o respeito ao meio ambiente em todas as actividades produtivas, industriais e extractivas;

f) Dar prioridade à produção nacional: o modelo coloca especial ênfase na recuperação, fortalecimento, activação e criação de actividades produtivas nacionais, e na sua diversificação e eficiência;
g) Independência e pertinência tecnológica: não se trata de promover a simples aquisição de tecnologias, mas de conjugar os saberes tradicionais com os avanços tecnológicos, sob critérios de pertinência.Desta forma, deve-se combinar a tecnologia artesanal com a de última geração, segundo a necessidade de cada actividade produtiva;
h) Soberania alimentar: fortalecer a capacidade da nação para autos - sustentabilidade. Daí o valor estratégico de ambos os elementos, desde o ponto de vista da economia sustentável, a defesa e a segurança nacional;
i) Cooperativismo: as formas de associação económica e solidária constituem a modalidade básica de organização para o trabalho em prol dos objectivos do desenvolvimento local. O cooperativismo como modelo de organização põe em prática os princípios de interesse colectivo, da solidariedade, participação igualitária e inclusão social;
j) Trabalho não dependente: por meio do cooperativismo e das associações de produção e comercialização busca-se a transformação das relações de produção capitalista dependentes, para formar uma rede de cooperativas e de produtores independentes mutuamente relacionados com base em interesses comuns;
k) Cultura local: esse modelo valoriza e fortalece as vocações e particularidades locais, regionais e nacionais, levando em conta os saberes e culturas populares, a história das comunidades, das etnias e das suas raízes;
l) Igualdade de género: a incorporação das mulheres em igualdade de condições na vida política, económica e cultural do país é um pressuposto fundamental para superar as desigualdades e garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo para todos e todas;

m) Comunicação livre e alternativa: a importância de fortalecer e promover as formas e meios de comunicação alternativas das comunidades é vital e necessária para o êxito das novas dinâmicas de desenvolvimento.

Por isso, de forma a garantir a liberdade de informação e expressão a todos, as experiências de desenvolvimento local devem promover as iniciativas de comunicação independentes e comunitárias em todos os níveis e uma interligação entre os diferentes actores sociais no território e fora do território. Para Amado (2018), apesar das dificuldades, a economia solidária continua a crescer e são significativos os resultados e os benefícios no campo da geração de postos de trabalho, de rendimento, bem como na fomentação do desenvolvimento local e da preservação do meio ambiente.

Amado (2018), o desenvolvimento local não deve ser apenas o promover a produtividade global, se olharmos atentamente, em vez de reduzirmos as desigualdades, pode se estar a promover os aspectos económico em detrimento do social distributivo que favorece a concentração de capital e desvalorização das culturas locais. É no sentido de evitar esta situação que entra o modelo de desenvolvimento proposto pela economia solidária. Modelo esse que enfatiza o envolvimento das pessoas no processo, de forma a gerar justiça social, cidadania, valorização da diversidade cultural e sustentabilidade ambiental (CULTI, 2006).

É relevante frisar a importância de estabelecer-se uma relação entre o desenvolvimento local e desenvolvimento territorial, compatibilizando a planificação de baixo para cima com as macros estratégicas de desenvolvimento. Para Amado (2018), admite-se a possibilidade de êxito de estratégias de desenvolvimento local em certas condições, contudo, sem a ilusão de que as referidas estratégias possam contrapor-se como alternativa estrutural à lógica de acumulação de contemporaneidade.

Neste sentido, torna-se necessário implementar políticas que fomentem o desenvolvimento destas regiões onde, o desemprego, e as maiores causas de pobreza acontecem. Os tempos actuais parecem ser a luz ao fundo do túnel, desenvolvendo novas agendas, novas formas de procura para o mundo do trabalho e para os seus gestores. É sabido que as sociedades

e os seus respectivos sistemas económicos regem-se por lógicas e regulamentos muito próprios (Amado, 2018).

Assim, a economia solidária surge como estratégia de inclusão económica e social, visto que esta oferece um caminho com potencial para o desenvolvimento, em especial o local ou territorial sustentável. Podemos dizer, à semelhança de Singer (2004), que a economia solidária já firmou a sua identidade e por causa disso está em condições de se estruturar, a nível local, regional, nacional e global.

Deste modo, com os estudos acima apresentado é possível constatar a existência de uma corrente emergente sob forma de horizontalidades, em que o capital social busca de forma consciente alternativas locais, usando meios e recursos existentes nestes contextos para reduzir as desigualdades do seu quotidiano, que são produto de carências político-administrativas. O problema que levantamos irá contribuir para a redução ou escassez dos debates sobre o desenvolvimento a luz da sociologia, tendo em conta a contribuição das cooperativas agrícolas enquanto expressão da economia solidária no processo de transformação local na lógica das alianças e parcerias estabelecidas e geridas por princípios de solidariedade e cooperação por via das horizontalidades.

A lacuna que a pesquisa procura suprir esta relacionada ao estudo da economia solidaria num contexto de não afirmação enquanto política associado ao facto de não exirtir uma instituição pública com mandato para gestão do cooperativismo, facto este que concorre para que todo sistema do cooperativismo moderno seja dinamizado por organizações da sociedade civil, que muitas vezes não dispõem de meio de influencia junto ao poder público, associadamente, num cenário de precariedade de trabalho e busca de alternativas, torna-se importante buscar compreender formas alternativas encontradas pelas comunidade que contrapõem a essa realidade, abrindo-se espaço para o contributo desta pesquisa nestes âmbitos.

Por outro lado, a tese se apresenta dentro do escopo da compreensão do cooperativismo agrícola, como um movimento alternativo e de opisiçao ao capitalismo na medida em que busca actuar como um modelo de economia solidária cujo resultado origina o desenvolvimento local que se materaliza através da inserção laboral, acesso a produtos e serviços, desenvolvimento de

habilidades e competências de gestão dos processos produtivos, melhora as alternativas de subsistência dos produtores envolvidos nestas redes, permitindo que os produtores acessam a mercados mais estruturados e exigentes e por fim, promovem a sustentabilidade e o aumento da produtividade das cooperativas, configurando como um instrumento de distribuição de renda e crescimento sócio – económico em países de economia emergente, pelo facto das cooperativas se tornaram uma das principais formas de organização económica e social popular para a redução da pobreza e simetrias.

Porém, longe de conduzir a hegemoneidade, a globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrarem novos espaços no mercado da economia global nova ou resistir às pressões globais, nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios de suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neoliberal. Deste modo, a pesquisa busca explorar o equilíbrio critíco entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e económicos através do trabalho cooperativo, por outro lado, como o cooperativismo melhora a eficácia das redes dos produtores buscando uma sobrevivência e crescimento dos empreendimentos e coesão social.

CAPITULO III - QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

O presente capítulo tem como objectivo apresentar a base teórica e conceptual que sustenta o estudo, propondo um modelo de análise integrado, que analisa a actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária. O modelo teórico adoptado engloba uma abordagem interdisciplinar, que articula três dimensões específicas, nomeadamente: (i) a concepção do território sujeito a acção colectiva, que descreve a economia solidária como um espaço de fortalecimento e desenvolvimento do cooperativismo agrícola; (ii) a dimensão formal, que permite identificar os vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas agrícolas os quais favorecem a construção de uma identidade colectiva; e (iii) o capital social, entendido como o conjunto de relações de confiança, redes e normas que facilitam a acção colectiva através de práticas características da economia solidária, promovendo a inclusão em acções sócio económicas dos cooperativistas e consequentemente a expansão de liberdades através da eliminação das privações.

A segunda parte deste capítulo é dedicada à apresentação, discussão e operacionalização dos conceitos principais utilizados na pesquisa nomeadamente: economia solidária, desenvolvimento local, cooperativas, capital, horizontalidades e verticalidades. A definição precisa destes conceitos é fundamental para assegurar a coerência teórica e a consistência metodológica da investigação, articulando os elementos empíricos as categorias analíticas adoptadas.

3.1. Desenvolvimento como expansão de liberdade

A abordagem de desenvolvimento aqui apresentada assenta numa perspectiva centrada no processo de transformação local, numa perspectiva não economicista, afastando-se de uma visão estritamente o desenvolvimento económico. Dos Anjos Costa (2024), a noção de desenvolvimento proposta por Amartya Sen sustenta que este somente pode ser alcançado quando os indivíduos dispõem dos “meios” através dos quais podem realizar os “fins” que almejam, ultrapassando obstáculos pré-existentes que condicionem ou restrinjam a liberdade de

escolha. Para SEN (2000), os benefícios do crescimento ampliam as capacidades humanas, o conjunto das coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida.

Amartya Sen (2000), considera que o desenvolvimento deve ser compreendido como a expansão das liberdades reais das pessoas, o que inclui a sua capacidade de acesso à saúde, educação e outras condições necessárias para exercer a cidadania. Quando se dá a expansão dessas capacidades, as pessoas têm as condições necessárias para fazer suas escolhas e alcançar a vida que realmente desejam:

> "O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança". (IBIDEM)

Em outras palavras, a partir do momento em que os cooperativistas/produtores deixam de estar submetidas à privação das suas capacidades, pode-se estimular o desenvolvimento. Nesta perspectiva, a construção das capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a liberdade de "ser" e de "fazer" dos indivíduos que desempenham as suas actividades de forma colectiva/cooperativista suas condições enquanto agentes do processo de desenvolvimento, primeiro nos contextos em que os mesmos se encontram inseridos (desenvolvimento local), sem descurar, que o local pode criar uma lógica que lhe permite estabelecer trocas com outros actores na região e não só, criando um circuito de ofertas em outros níveis ou contextos.

Deste modo, os pequenos produtores organizados em cooperativas de produção agrícola no distrito de Marracuene, podem sobremaneira configurar actores sociais-chave na oferta de bens e produtos agrícolas àquela parcela do país e, não só, cujos resultados melhoram as suas condições de vida e, a consequente eliminação das suas privações. Entretanto, Baron (2020), constataram que os saldos do desenvolvimento melhoram não somente há qualidade de vida, como também as habilidades produtivas das pessoas e o crescimento económico de base compartilhada.

Assim, desvia-se o foco das acções voltadas para os fins ou resultados materializados em variáveis como renda, posse de bens ou capitais, para privilegiar o aprimoramento dos meios e modos de que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, com os riscos sociais e as incertezas, que o quotidiano os impõe.

Nesta senda, para SEN (2010), a liberdade é fundamental para o processo de desenvolvimento, já que o promove por duas razões: a avaliação na qual é possível aferir se houve a expansão das liberdades das pessoas pela razão da eficácia, em que a concretização do desenvolvimento depende da condição das pessoas.

Deste modo, Sen expõe:

> "Primeiro, precisamos distinguir entre o "aspecto do bem-estar" (*well-being aspect*) e o "aspeto da condição de agente" (*agency aspect*) de uma pessoa. O primeiro abrange as realizações e oportunidades do indivíduo no contexto de sua vantagem pessoal, enquanto o segundo vai além e examina as realizações e oportunidades também em termos de outros objectivos e valores, possivelmente extrapolando a busca do bem-estar do próprio indivíduo" (IDEM, 2000).

3.2. Teorias de capital social

3.2.1. Teoria de capital de social de Putnam

A premissa básica por traz da construção desta abordagem teórica prende-se por buscar responder à questão central que se traduz em quais são as condições que permitem a criação de instituições representantes fortes, responsáveis e eficazes (PUTNAM, 1993: 3). Buscando deste modo, compreender os factores que influenciam o desempenho das instituições geridas democraticamente, tal é o exemplo de cooperativas agrícolas, onde algumas conseguem alcançar o sucesso e outras falham. Deste modo, o equilíbrio das cooperativas agrícolas, na visão de Putnam, deve-se sobremaneira ao processo de alcance de equilíbrio social entre os actores que compõem essa rede. Portanto, o equilíbrio destas organizações sociais esta baseado na cooperação de tal modo que:

> "É mais fácil em comunidades que reservas substanciais de capital social, na forma de normas de "reciprocidade e redes de envolvimento cívico" (IBIDEM: 167)

As regras fazem parte do capital social, na medida em que são capazes de reduzir os custos de transação e facilitar a cooperação, tal é o caso das normas de reciprocidade, alianças e parcerias que facilitam trocas recíprocas de forma específica e generalizada.

O específico ou equilibrado envolve tomar posse de bens de valor equivalente, enquanto o generalizado supõe relações de troca contínua, em que a remuneração não é imediata e nem equivalente no curto prazo. Putnam (1993), destaca normas de reciprocidade generalizada como aquelas que podem ser consideradas altamente produtivas de capital social.

Deste modo:

> "O valor desses padrões para a comunidade reside na sua capacidade de superar os problemas de acção colectiva, onde as alianças e parcerias que são estabelecidas nas cooperativas agrícolas são espaços onde os actores sociais tem "*status* e poderes equivalentes". Essas entidades como cooperativas agrícolas produzem benefícios sociais que podem aumentar custos potenciais para desertores em qualquer transação individual, promover normas fortes de reciprocidade e facilitar a comunicação e melhorar o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos, bem como eles servem de modelos para experiências futuras de actividades que exijam a cooperação ao lidar com situações que exijam trabalhos colaborativos" (PUTNAM, 1993: 4).

O capital social é um atributo que pode referir às comunidades, o próximo passo para vinculá-lo à noção de comunidade civil e simples, na medida em que, os "estoques" de capital social, como confiança, normas, alianças, parcerias e redes tendem a ser auto - reforçadas e cumulativas, resultando em círculos virtuosos que criam um equilíbrio social com altos níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, participação civil e bem-estar colectivo.

Outrossim, a existência de capital social que ajuda entender os diferenciais de desenvolvimento e coesão entre as diferentes cooperativas agrícolas, visto que os trabalhos colectivos sustentados por pressupostos de confiança, alianças, parcerias, reciprocidade e redes de compromisso são um caminho para a prosperidade social e económica, as redes ou

cooperativas agrícolas promovem o crescimento e melhoria das condições de vida dos actores associados ou envolvidos em esses empreendimentos (PUTNAM, 2003).

Considerando a complexidade da acção colectiva (alianças e parcerias), há necessidade de se estabelecer um ambiente propício à cooperação e ao trabalho voluntário, é fundamental o estabelecimento de regras de reciprocidade colectiva, acompanhadas de um efectivo sistema de participação que são condições necessárias para o desenvolvimento local. O capital social diz respeito a características da organização social, que são estabelecidas através de alianças e parcerias norteadas por confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas e colectivas:

> "Assim como outras formas de capital, o capital social são produtivas, possibilitando a realização de certos objectivos que seriam inalcançáveis, se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança (...). Numa comunidade rural (...) onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento" (PUTNAM, 2003).

O capital social facilita o estabelecimento de alianças e parcerias através da cooperação espontânea. Um bom exemplo desse princípio são as cooperativas de produção agrícola formais largamente difundidas no distrito de Marracuene. Fonseca & Mungoi (2024), defendem que no contexto da mundialização do capital, as parcerias e alianças solidárias dos actores sociais vêm sendo retomadas como um importante instrumento ideológico do capital internacional sob a ideologia neoliberal, como uma forma de organização social para o enfrentamento da pobreza, marginalização e *deficit* de formulação e implementação de acções de desenvolvimento, neste sentido, a cooperação se baseia numa noção muito viva da importância recíproca dessa cooperação para os participantes envolvidos nos empreendimentos.

Em suas pesquisas empíricas, sobre sistemas de crédito rotativo, Geertz (1962) e Vélez-Ibáñez (1993), constatam que, para Putnam, o capital social é essencialmente feito de confiança, normas de reciprocidade e redes de engajamento cívico, tendo ainda verificado que, ele é reforçado, e que a confiança é um "Componente essencial". Os mesmos são minimizados pela existência de confiança, normas fortes e redes de compromisso recíproco que conduzem ao cumprimento de obrigações. As regras, entretanto, também fazem parte do capital social no medir que eles são capazes de reduzir custos de transação e facilitação da cooperação, no caso de regras de reciprocidade, essas normas fundamentam as trocas e, consequentemente, à cooperação entre os actores sociais em empreendimentos económicos solidários.

As normas de reciprocidade generalizadas são aquelas que podem ser consideradas "um componente altamente produtivo do capital social. Novamente, o valor de tais padrões para os produtores organizados em cooperativas reside em sua capacidade de superar os problemas da acção colectiva. As redes de engajamento cívico, enfim, são redes sociais intensamente horizontais, ou seja, "onde os agentes têm *status* e poder equivalentes". (IBIDEM)

Figura 8. Foto: Sessão de desenvolvimento de capacidades da liderança das cooperativas de Marracuene



Fonte: SOCODEVI, 2024

Deste modo, as cooperativas de produção agrícola funcionam como redes que produzem benefícios sociais, onde a promoção de normas de reciprocidade facilita a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos, assim como, eles servem como moldes para futuras experiências associativas ao lidar com encarnações de sucessos colaborativos passados.

3.2.2. Teoria de capital social de Coleman

Como forma de compreender a relação entre o capital social e o processo de desenvolvimento local, Coleman (1990), refere aos aspectos de organização social, tais como redes, alianças, normas e confiança como sendo elementos que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo, promovem acções de desenvolvimento, ou facilitam que os actores envolvidos nestas redes expandam as suas liberdades. Neste sentido, as alianças e parcerias possibilitam a promoção de acções e actividades para que activos de pequenos empreendimentos (cooperativas de produção agrícola) possam ser potencializados, gerando impactos mais rápidos e sustentáveis, em tal caso que isso acontece, denominamos de economia solidária.

A visão sobre capital social de Coleman (1990), apresenta uma ligação entre o indivíduo e a estrutura e faz uma formulação do conceito como forma de explicar de que forma a acção social é capaz de conciliar duas tradições explicativas por referência às normas, regras e obrigações que governam (sociologismo) e aquele que deixa de lado esse ambiente e o explica, assumindo indivíduos inteiramente motivados pelo interesse próprio (tradição chamada economicismo). Diante dessas tradições, o capital social aparece como:

> "Um dispositivo teórico especialmente adequado para integrá-lo em "uma ferramenta", que ajuda na formulação sistemática de interesse pelo conceito do princípio econômico de acção racional para uso em análise do próprio sistema social, incluindo, mas não limitado, a análise do sistema económico, e fazê-lo sem descartar o processo de organização social (IDEM, 2000a p: 19) ".

Fine (2001), que inicialmente trabalhou esta teoria, aplicou dentro da estrutura da teoria da troca social, onde pode ter herdado a dedicação em sua preocupação central em encontrar soluções teóricas para o problema micro e macro dentro da sociologia, que acarretou muito esforço na época. Coleman (2000b), demonstra o fracasso dessas tentativas e a necessidade de recorrer a modelos que permitem transições de sucesso no nível micro social para o macrossocial, pensando em modelos com modificações que podem ter sua origem nas teorias neoclássicas, que baseiam as suas generalizações na presunção de mercados perfeitos ou de um modelo de acção racional, mas sem mercados e nem bolsas.

O conceito de capital social, que foi introduzido naquele ano, se encaixa bem a esta tentativa teórica e constitui uma resposta para sua pesquisa de classe de modelos que deve ter representado para ele uma descoberta intelectual, oferecendo duas possibilidades teóricas que não foram analisadas na literatura dedicada às suas ideias: a de ser capaz de oferecer explicações "verticais" e "horizontais" de um amplo espectro em princípio indefinido de fenómenos sociais (Coleman, 2000b).

A possibilidade de obter explicações "verticais" deriva do tratamento do problema micro versos macro. Neste sentido, o capital social ofereceria um desempenho explicativo duplo que nos permitiria aferir os diferentes resultados ao nível do indivíduo e, ao mesmo tempo, fazer transições micro e macro sem ter que descrever os detalhes da estrutura através do qual ocorre.

Sua definição do capital social destaca ambas dimensões:

> "O capital social é definido pela sua função e não é uma entidade única, mas uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todos eles consistem em algum aspecto das estruturas social e facilitam a realização de certas acções para os actores sejam indivíduos ou actores corporativo – dentro da estrutura (COLEMAN, 2000: 20)".

Um exemplo oferecido por Coleman poderia ilustrar essa potencial explicação que se liga ao conceito e outras actividades de protesto, sendo que esta organização como qualquer outra que torna essas actividades possíveis é um "especialmente poderoso capital social" (op. cit.: 21).

As cooperativas agrícolas, enquanto organizações, elas estiveram presentes na história da revolta política, portanto, poderia ser apoiada a afirmação de que "grupos constituem um recurso de ajuda para passar do protesto individual para revolta organizada" (op. cit.: 23). A possibilidade de chegar a explicações "horizontais", por outro lado, consubstanciam-se em afirmar que a característica distintiva do capital social é o seu caráter funcional (instrumental), onde qualquer aspecto da estrutura social contribui para a realização dos propósitos do autor.

Os mesmos exemplos que fornece ilustram a existência de capital social e indicam a ampliação do conceito nas suas afirmações explicativas: Há capital social nesses laços estreitos que unem os produtores em cooperativas agrícolas, onde "todos os relacionamentos e estruturas

sociais facilitam algumas formas de capital social" (op. cit.: 26). Apesar do amplo poder explicativo que Coleman atribui ao conceito, introduz algumas observações sobre seu alcance, embora ele aceite que qualquer relacionamento e estrutura da vida social pode gerar capital social, há certas estruturas que melhor atendem esta função do que outras.

Ademais, em todo relacionamento social há um número significativo dessas "notas promissórias" pendentes. Essas "notas promissórias" podem ser entendidas como capital social, a sua existência é afectado por dois factores: quão confiável é o ambiente social e até que ponto eles têm as obrigações contraídas, a extensão das obrigações, por sua vez, varia de acordo com as estruturas sociais e os actores dentro dessas redes, onde as diferenças em estruturas sociais, tais como, as diversas modalidades culturais ligadas a pedir e dar ajuda, o grau de "coesão" destas redes e a existência de ajuda governamental, etc., podem causar a disposição dessas obrigações, mas os indivíduos também podem variar entre si de acordo com a quantidade de obrigações à sua disposição. (Coleman, 2000a e 2000b).

A segunda forma de capital social é o potencial de informação inerente às relações sociais, lembrando uma velha convicção teórica da economia ao redor da aquisição de informações que envolvem um custo. Deste modo, (Coleman, 2000), argumenta sobre os benefícios que os actores podem obter para atingir seus objectivos, lançando informações em posse de seus contactos e relações sociais, sem que seja necessário estabelecer relacionamentos recíprocos em termos de obrigações e expectativas.

A premissa por detrás dos estudos sobre as redes de cooperação e solidariedade defendem que o valor das relações sociais para expandir oportunidades dos indivíduos, promover a mobilidade social e promover a coesão. A terceira forma de capital social são as regras e sanções eficazes, onde as normas inibem certas acções e estimulam o empreendedorismo dos outros. Coleman também nos convida a considerar as relações de autoridade como uma quarta forma de capital social onde esses direitos de controlo são capital social que permanece disponível para o autor que os recebe, sendo óbvio que, quanto mais direitos de controlo que este autor receber de outros, maior serão o capital social sua disposição.

As cooperativas agrícolas (redes ou empreendimentos económicos solidários), também podem ser entendidas como capital social, seja intencional, como organizações empresas onde você investe nelas com expectativa de lucro, ou seja, organizações que podem ser usadas para outros fins que não são a sua origem, como experiências associativas, cujos recursos de organização acumulada são úteis para realizar outros fins, que genericamente chama organizações sociais apropriadas, Coleman entendeu como uma forma de capital social, mas como uma estrutura particularmente propícia à produção de capital social.

A sua mesma reclassificação de organizações sociais apropriadas que devem ser uma estrutura criativa do capital social começa a considerá-los como mais uma expressão mostrando os problemas, o que ele enfrentou para dissociar ambos os aspectos. Devemos considerar um último aspecto da teoria desenvolvida por Coleman: sua opinião de que o capital social pode ser criado, mantido ou destruído. Coleman argumenta que a propriedade de "encerramento" das relações sociais, a estabilidade da estrutura social, bem como ideologia podem ser os principais factores que influenciam esta dinâmica.

A propriedade encerramento das relações sociais, entendida como a "existência de suficientes ligações entre certo número de pessoas" (Portes, 1998: 6), é importante para o capital social porque permite a observância de padrões e criando a reputação necessária entre pessoas para participar de intercâmbios do tipo que pressupõe obrigações e expectativas incorridas através dele quando esta propriedade está ausente, eles não podem desenvolver (COLEMAN, 2000b: 322).

Figura 9. Foto: Exposicao da CoopDasi na FACIM



Fonte: SOCODEVI, 2024

Todas as formas de capital social, excepto o de organizações intencionais cuja organização baseada em posição que os protege das mudanças das pessoas, elas podem ser afectadas também na medida em que a estabilidade das relações sociais é violada por mobilidade dos indivíduos (geográfica ou social), a ideologia, que, por sua vez, pode contribuir para a criação do capital social, desde que imponha aos indivíduos uma preocupação com o interesse dos outros em vez de si mesmo, mas também pode ter um efeito adverso quando essas crenças ditam o contrário.

Em geral, o capital social é afectado se não estiver sujeito a uma manutenção constante; pode depreciar, ademais, na opinião de Coleman, como acontece com qualquer outro tipo de capital:

> "As relações sociais morrem se elas não são mantidas, as expectativas e obrigações eles murcham com o passar do tempo e as regras dependem da comunicação regular" (op. cit.: p.321).

Juntamente com a falta de manutenção e os factores acima mencionados, haveria o que considerar como destrutivo do capital social, para tudo aquilo que torna as pessoas menos dependentes um do outro. Portanto, o capital social permite melhor compreender como se dão as relações de confiança, favoráveis à acção colectiva organizada, existentes entre os membros de um grupo de pessoas. Sem deixar de considerar que os indivíduos podem se utilizar de máquinas, ferramentas, instalações físicas (capital físico) e de suas habilidades e conhecimentos pessoais (capital humano) para atingir seus objectivos. Porém, na medida em que entre os actores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente (criando alianças e parcerias), aquilo que aqui chamamos de acção solidária ou economia solidária, (COLEMAN, 1990).

O autor supracitado tenta mostrar como o princípio da acção racional, em conjunção com contextos sociais particulares, pode ser responsável não somente pelas acções dos indivíduos nas redes sociais privadas, mas também, pelo desenvolvimento da organização social. Buscaremos relacionar o princípio económico da acção racional para a análise dos próprios sistemas sociais,

incluindo o sistema económico sem, entretanto, nos limitarmos a ele ou descartar a organização social como um caminho de promoção de acções concernentes ao desenvolvimento.

> "Para tanto, é preciso haver relações sociais que tornem possível a acção conjunta. Segundo o autor, "Capital social é um conjunto das relações sociais em que um indivíduo ou grupo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objectivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações que estabelecem entre si, donde a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram imersos em tais relações." (IBIDEM)

Entre os diversos tipos de relações sociais geradoras de capital social, encontram-se as relações de expectativas e obrigações entre indivíduos que trocam favores, bem como a existência de normas, com suas sanções e prémios aplicáveis pelos actores beneficiários das normas sobre os actores alvos dessas normas, as relações de autoridade, em que um indivíduo concorda em ceder a outro o direito sobre suas acções em troca de uma compensação (material, produtos ou de outra espécie, etc.), as relações sociais que permitem a um indivíduo obter informações de seu interesse por um baixo custo.

3.2.3. Divergência e complementaridade das teorias de capital social de Putnam e Colman

Coleman considerou a confiança em sua análise e o fez em forma de uma característica estrutural do meio ambiente social (seu nível de confiabilidade), que tornou a operação possível ou não de obrigações e expectativas. Da mesma forma, embora as regras ocupem um lugar importante na teoria como forma de capital social, o seu espectro é muito mais amplo; o que Putnam acaba enfatizando, limitando seu interesse por aqueles que ele identifica como reciprocidade generalizada.

Finalmente, fica claro que Coleman não atribuiu valor especial as redes de cooperação e solidariedade (Morales 2002), podemos ainda especular que a adesão a cooperativas agrícolas, as quais Putnam atribui especial importância, trazendo à tona a descrição antiga de Tocqueville no associacionismo norte-americano, pode ter um lugar no pensamento de Coleman, mas apenas

considerado como caso particular, e desde que tivessem o que ele chamou de propriedade de "encerramento". A inclusão de organizações sociais apropriáveis, como uma forma de capital social de Coleman, poderia ser considerada uma formulação em sintonia com o valor que Putnam atribui às redes de cooperação e solidariedade ou empreendimentos económicos solidários, sendo possível uma leitura nesse sentido.

Se Coleman se interessou pela análise das redes de cooperação e solidariedade a ponto de considerá-las uma expressão do capital social, foi porque seus propósitos originais haviam passado de alguma forma marginal e seus recursos e experiências foram alimentados com finalidades diferentes das descritas no início, em outro sentido, as redes de cooperação e solidariedade, cristalizadas em cooperativas agrícolas formais se apresentam de extremo interesse porque formam uma derivada, como um sobre produto, visto que, elas permitem que actores (indivíduos) se aproximem delas com o intuito de obter outros fins que não sejam da sua constituição, tornando-se capitais sociais na medida em que perdem ou expandem o objecto para o qual foram criadas.

Outra divergência importante entre a visão de Coleman e Putnam, relativamente ao capital social, é encontrada no tipo de relações sociais que um e outro estava disposto a considerar dentro de sua dinâmica de funcionamento, enquanto Coleman incluiu os relacionamentos de autoridade e hierarquia (como aqueles que estruturam organizações lucrativas) como formas de capital social, Putnam tem sido muito cuidadoso em deixá-los de fora na sua análise do capital social, este facto faz com que essa divergência seja um elemento a se ter em conta nos estudos do capital social, por ser um atributo ou característica que as cooperativas apresentam e algumas podem não apresentar. Desta feita, essa divergência constitui objecto de análise a se ter em conta no estudo das cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene.

Na sua análise, Putnam considera as empresas nas relações verticais que conectam as pessoas umas com as outras através de mecanismos de autoridade, clientelismo ou poder, sendo elas consideradas, antes, contra exemplos dos relacionamentos mais livres e horizontais que são formadas dentro de associações cívicas, base do tecido associativo da comunidade cívico, que caracterizou e que se enquadram perfeitamente as cooperativas agrícolas, não obstante a sua definição formal de capital social permanecer essencialmente o mesmo.

As alianças, parcerias, confiança, normas de reciprocidade e as redes cooperação e solidariedade tecem as pessoas transformando em dimensões constituintes do capital social (PUTNAM, 2002: 14 e 2003:13-14). Existem, no entanto, novas nuances, o conceito aumenta sub-repticiamente para também abranger aspectos de sociabilidade. Deste modo, o capital social formal se refere às redes de cooperação, que, nesta pesquisa, designamos por cooperativas de produção agrícola que estão estabelecidas em bases organizacionais identificáveis: eles têm estrutura, autoridade, regras operação, etc.

De todas essas distinções, destaca-se, como o mais importante, o capital social vinculativo que reforça as identidades específicas e exclusivas, promovendo a homogeneidade dos grupos, favorecendo a utilidade que fortalece a reciprocidade, limitando ao grupo e incentivando a solidariedade como elementos que fortalecem os laços e sinergias nas cooperativas agrícolas tornando-as mais coesas. Certamente, o valor desta distinção é aproximado, já que muitas redes sociais são caracterizadas para alcançar ambos os efeitos: alianças e parcerias entre os seus membros e ao mesmo tempo construir pontes com outros, (Idem, 2002: 20).

Putnam se volta para Coleman para introduzir o conceito de capital social, mas a apropriação que o torna selectivo e adiciona elementos novos, afirmando que o capital social é essencialmente composto de confiança, normas de reciprocidade e redes de compromisso cívico, colocando a confiança como uma componente essencial. A importância é ilustrada trazendo à tona pesquisa empírica sobre os sistemas de crédito rotativo, como realizado por Geertz e Vélez-Ibáñez (1993).

Nesses sistemas, as pessoas contribuem com quantias fixas de dinheiro periodicamente, que são entregues de volta para cada um deles, que, apesar da possibilidade de desertar do sistema, uma vez que o valor arrecadado é recebido cada vez que está presente cada participante, os riscos são minimizados pela presença de confiança, de normas rígidas e mecanismos de compromisso recíproco que leva à realização de obrigações. Deste modo, os fundamentos são necessários para embasar a análise sobre as cooperativas produção agrícolas por meio do estabelecimento de alianças e parcerias que se materializam em acções das relações sociais de associações solidárias com seus agentes e parceiros locais.

As relações sociais podem ser compreendidas como um "comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência" (Weber, 1991. p. 228). A forma de actuação e interação desses empreendimentos económicos solidários entre os seus agentes são guiados e condicionados pelas relações estabelecidas, no qual projetam suas finalidades e meios para a obtenção dos objectivos que individualmente não poderiam ser capazes de atingir, podendo ser possível afirmar que as estruturas em redes são configurações de relacionamentos inter-organizacionais e se configuram em diversos sectores e todas as escalas de produção.

3.2.4. A endogeneização das cooperativas agrícolas e o conceito de capital social

Os factores economicos tradicionais não são mais considerados como factores explicativos suficientes dos diversos ritmos de crescimento e tampouco dos diferentes graus de desenvolvimento alcançados pelos territorios e regiões. Em suma, a integração de caracteristicas que reetem a complexidade do mundo real parece ser, mais do que uma necessidade científica, uma urgencia politica. Neste sentido, o trabalho de Putnam (1993), parece ter sido pioneiro ao incluir, na explicação das diferenças de desempenho económico entre duas regiões, uma amostra da complexidade do mundo real pertencente ao campo das ciências politicas, que ele sintetizou sob o conceito de capital social.[8]

[8] O capital social é o resultado de um consenso entre teorias económicas (de cunho institucionalista) e sociológicas (Bourdieu (1980, 1986); Coleman (1990), o que o reveste de um carácter multidimensional (micro, meso e macroeconómico) e multiforme (civil, governamental, estrutural e cultural). O carácter fluido e amplo do quadro analítico a ele associado dificulta a escolha de uma definição precisa. Putnam (1993) foi o primeiro autor a fazer um amplo estudo empírico assimilando as instituições ao capital social. Este autor identifica o capital social às características das organizações sociais tais como as redes, as normas e a confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação em vista de um beneficio mútuo. O argumento de Putnam é o de que regiões que têm uma forte tradição de engajamento cívico (elevado estoque de capital social) conseguem accionar mecanismos que melhoram o desempenho das instituições e dos governos locais: o capital social que existe nas normas e nas redes de engajamento cívico parece ser uma condição necessária tanto ao desenvolvimento económico quanto a eficácia dos governos" (Putnam 1993, p. 37).
2. O interesse de Coleman (1990) no conceito de capital social está no facto deste recurso possibilitar ao agente engajar-se em uma acção social (colectiva). Coleman estava preocupado com os fundamentos da teoria da acção colectiva e, partindo de um quadro conceitual que privilegia o agente racional, em explicar o que leva o individuo a agir colectivamente (ou a participar de uma acção colectiva). A definição dada por Coleman do capital social é funcional. O conceito é percebido como uma entidade cujos componentes são impossíveis de serem identificados, a

O início dos anos 1990, o tema de capital social ganha destaque, como ele que faltava entre as variaves explicativas e os modelos de crescimento económico (Grootaert, 1998); Edwards (1999), tornando o conceito de capital social sob diferentes enfoques. Enquanto Bourdieu (1980), preocupou-se em mostrar como a construção de uma rede duravel de relações permitiria ao individuo ou grupo de indivíduos arregimentar um capital que estivesse fora do circuito estreitamente economico, mas que este mesmo capita (cultural e social) poderia ser usado para fins económicos, como acumulação e reprodução social, Coleman (1990), mostrou como os dilemas da acção colectiva poderiam ser resolvidos através da noção de capital social.

Fukuyama (1995), por sua vez, argumentou que a capacidade de cooperar socilmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, virtudes que são encontradas no estoque de capital social de uma determinada comunidade ou cooperativa agrícola, capital social este que não pode ser adquirido simplesmente por individuos agindo por conta própria, uma vez que é uma construção colectiva e histórica.

Estes autores não abordaram o conceito de capital social como Putnam (1993), uma medição micro-macro-micro, ou seja, partindo-se de fundamentos comportamentais micro e analisando como este comportamento influencia o desempenho agregado e voltando deste nível agregado para o individuo, num mecanismo de retro - alimentação que cria um circulo virtuoso entre comportamento social (normas, valores, habitos politicos, etc.), desempenho macro (seja o bom desempenho politico, economico ou institucional), aumento do capital social de uma comunidade ou região para novamente retornar ao comprometimento dos agentes com as normas sociais e de comportamento pre - estabelecidas, por sua vez criando mais capital social. Esta medição torna-se importante na medida em que a progressiva incorporação das instituições e do capital social na explicação do desenvolvimento económico somente se justica se tomados como variaveis agregadas e, portanto, em um nivel de anáise macroeconómico.

não ser pelo fato de pertencerem a uma estrutura social e que esses elementos do capital social facilitam algumas acções dos atores (individuais ou colectivos) no interior desta estrutura (Coleman 1990).

3.2.5. O Desenvolvimento Local e a Concepção do Território enquanto Sujeito da Acção Colectiva

Abordamos o território como sujeito da acção colectiva em prol do desenvolvimento, através de seus organismos, instituições e como principal agente promotor de transformações ao nível local. Portanto, o desenvolvimento local endogeno é um processo que vai além do papel institucional nas distintas trajectórias de crescimento, nos diferentes territórios ou regiões. Rufino (2013), ao se endogeneizar o papel do território, se assume que cada grupo de instituições e de organismos locais responsáveis por estas trajectórias de crescimento – cada arranjo institucional bem-sucedido – é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção.

Os territórios são uma construção sócio - económica e institucional, onde as relações entre os agentes se inscrevem em boa parte fora das relações mercantis e, onde o peso das regras, normas e símbolos da comunidade de origem são elevados. As cooperativas agrícolas e outras instituições estão amplamente implicadas no funcionamento e na dinâmica das economias locais, sublinhando o papel das instituições na construção, com as firmas, dos recursos necessários aos processos de produção e de inovação no seio desses territórios (Catalisa, 2010). Uma abordagem precisa do papel das instituições no funcionamento e na evolução dos territórios se impõe, privilegiando e integrando, em uma só análise, a dinâmica territorial ou espacial e a dinâmica das instituições formais (cooperativas agrícolas).

Figura 10. Foto: Sessão de formação em tecnologias de Pós – colheita



Fonte: SOCODEVI & Plínio Fonseca, 2024.

Ao considerarmos o território como um actor, como um sujeito que se define através da acção colectiva e da construção de instituições locais, em caso especifico as cooperativas agrícolas, significou confrontar as leis de funcionamento de uma economia global às estratégias infranacionais que surgem como resposta e reação aos imperativos da competição internacional. Por outro lado, significou opor o local ao global e entender que as estratégias locais retroagem sobre as forças globais (pensar global e agir local), a ponto de redirecionar suas leis funcionais, podendo então iniciar um movimento autónomo de crescimento e de autorregulação, movidos por solidariedades democráticas, manifestando-se por meio de horizontalidades.

Rauen (2013), essas formas de reacção, que se manifestam nos espaços infranacionais, trazem modelos de comportamento que questionam as teorias tradicionais do desenvolvimento, principalmente as verticalidades. Uma capacidade de adaptação e de inovação, novas estratégias de desenvolvimento, novas formas de valorização e de repartição da produção emanam dos espaços infranacionais e aparecem como um factor explicativo que não estava contido nas teorias tradicionais do desenvolvimento.

3.2.6. Capital social e Desenvolvimento Local

O conceito de capital social, antiga ideia tocquevilliana que se referia a capacidade da sociedade em auto-organizar-se e cujo uso estava restrito ao campo das ciências políticas, passa a ser apropriado pelos economistas quando estes começam a perceber que factores extra-economicos explicam melhor os diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões (Putnam 1993) ou nações inteiras (North 1990) do que os factores estritamente económicos. [9]

[9] O conceito de capital social nos ajuda a captar os mecanismos e os factores extra-económicos que contribuem para o desenvolvimento, instituindo a importância dos factores institucionais para a compreensão das relações económicas. Para entender as razões pelas quais se deve trabalhar com o conceito de capital social e necessário admitir que existe alguma coisa além do Estado e do mercado como formas de coordenação dos agentes económicos. Os teóricos do desenvolvimento devem admitir que existem outros actores sociais e instituições (formais e informais) que se colocam como arranjos sociais intermediários entre o Estado e o mercado.

O capital social é a base sobre a qual se instauram as formas de manifestação da reação autonoma, que por sua vez se expressam através da construção de redes de engajamento cívico. As formas assumidas pelo capital social em um determinado território são a síntese da reação deste território as forças heteronomas que sobre ele se impõem (Fonseca, 2017). A densidade de capital social em um território é medida pela quantidade de redes duráveis e coesas de relações económicas, sociais e institucionais entre os actores locais, que por sua vez são institucionalizadas através das formas intermediárias de coordenação. A densidade das redes que se estabelecem entre o poder público de base local, as formas, a sociedade civil e, principalmente, a qualidade das redes entre essas formas intermediárias de coordenação é que nos dá uma medida do estoque de capital social existente em um determinado território.

Fonseca (2017), uma vez que o capital social é intrínseco às relações sociais e ao mesmo tempo um produto da institucionalização dessas relações, podemos, como forma de se avaliar o potencial de criação de capital social em um determinado território, instrumentalizar a transição de suas formas latentes para formas mais maduras e institucionalizadas, o que podes ser feito sob o domínio da hipótese do construtivismo social. Ou seja, o estabelecimento de relações sociais que já carregam em sua estrutura, formas latentes e menos desenvolvidas de capital social.

Os teóricos Putnam (1993), através do índice de associativismo e Coleman (1990), através da matriz e créditos e obrigações, permitiram que o estudo tomase como base estas duas abordagens, analisar a actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária, num quadro macro – económico, onde o capital está na estrutura de relações pessoais e bilaterais, Coleman (1990), considera o estoque de capital social de um agente como o volume de obrigações que ele detém e que se espera sejam cumpridas por outros agentes, com os quais mantém uma relação de confiança.

A formação e a constituição de instituições formais locais é um passo importante para o início de um processo de desenvolvimento endógeno e para a construção de uma identidade territorial que permita aos actores locais colocar em curso (acionar) alguma modalidade de reação autónoma. O constructo sobre o qual se erigirão as formas mais dinamicas da reação autonoma são as instituições locais representadas pelo poder público, pelo tecido empresarial e pela sociedade civil organizada, e sobre esta base se complementarão as redes e as relações

formais e informais. Temos então, de um lado, instituições formais que visam a regulação social e económica e, de outro, um conjunto difuso de instituições, regras e comportamentos tácitos que permeiam a actividade económica, formado por um conjunto de redes e relações informais (Fonseca & Mungoi, 2024).

Esses dois polos da vida económica de um território precisam estar interligados para que se desenvolva, neste espaço, um processo de desenvolvimento local, eles precisam estar articulados e é preciso haver uma sinergia entre esses dois polos para que crie uma dinâmica de desenvolvimento. Em contextos sociais menos desenvolvidos, como é o caso distrito de Marracuene, o alavancamento de um processo de desenvolvimento local depende sobre maneira abstraindo-nos dos condicionantes macro - económicos, da possibilidade de se canalizr recursos humanos e factores intangíveis (capital social em sua forma mais latente) em direcção a sua utilização produtiva e à sua realização económica. Peter Evans (1996), chamou esta canalização de recursos difusos para fins propriamente económicos de passagem de um nível de relações interpessoais onde existem níveis de confiança e não desprezíveis, para um nível macro onde estas relações de amizade e de confiança seriam institucionalizadas e regulamentadas.

Um importante actor do desenvolvimento local são as micros e pequenas empresas (cooperativas agrícolas), por estas poderem desempenhar um papel importante de accionar um processo de desenvolvimento local a partir do momento em que elas se organizam em redes e, além disso, que estas redes estejam articuladas com outras formas intermédiarias de coordenação que, juntas, representam o ambiente institucional de um território ou região. Quanto maior é o grua de coesão das redes (cooperativas agrícolas) entre as formas intermediarias de coordenação que se manifestam essencialmente no plano territorial, maior é o estoque de capital social deste território e maiores serão as chances de sua estratégia de reação autónoma, redireccionar, a seu favor, as forças que emanam da pressão heteronoma (Fonseca & Mungoi, 2024).

3.3. Conceitos - Chave e sua operacionalização

A pesquisa se ancora em cinco (5) conceitos chaves, nomeadamente: a economia solidária, cooperativas agrícolas, desenvolvimento local, capital social e horizontalidades vs Verticalidades. A operacionalização destes conceitos permitiu analisar a actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária e sua contribuição para o desenvolvimento local. Estes conceitos ajudam a esclarecer como as alianças e parcerias estabelecidas pelo capital social em práticas do cooperativismo agrícola criam impactos positivos que se traduzem em desenvolvimento local no distrito de Marracuene, trazendo uma articulação com o quadro teórico sugerido na pesquisa.

O referencial teórico, a opracionalização dos conceitos definidos e usados, procuram trazer as dinâmicas sócio – económicas, a interiorização do quadro legal que estabelece a Lei das cooperativas e as condições necessárias para o estabelecimento de redes entre o capital social como um mecanismo de insurreição contra as privações.

3.3.1. Economia Solidária

O conceito de economia solidária abrange várias formas de agricultura familiar, assentamentos, cooperativas agrícolas, empresas industriais ou rurais recuperadas através do auto - gestão. Portanto, a economia solidária vai se configurar num vasto campo que possui a diversidade, tratando-se de um movimento marcado pelo cenário de exclusão gerado pelo capitalismo e pela luta dos trabalhadores no enfrentamento desta exclusão, consolidando-se deste modo, na busca de alternativas para elimicação das privações de varia ordem (Fonseca, 2017).

O estudo da economia solidária surge como resposta ao desemprego e reação propositiva à grande crise do trabalho, ou melhor, do emprego assalariado que tomou corpo, sobretudo a partir da revolução industrial. A expressão economia solidária designa, antes de tudo, várias experiências abrangendo formas de agricultura familiar, empresas rurais, empresas industriais ou mais recuperados através da auto - gestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes

nacionais e internacionais de comércio justo, de incubadoras de cooperativas, inúmeras experiências de finanças solidárias, clubes de trocas, etc., (Singer, 2002).

Poder-se-ia dizer, a partir de Marx (2004), que neste âmbito da ontologia do ser social, de recriação e reinvenção do homem pela via do trabalho, é que fica clara a centralidade do trabalho. A economia solidária segundo Singer (2000), expressa formas associativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização, de consumo, de acesso a créditos que visam organizar o processo produtivo e de trabalho com base nos princípios da posse colectiva dos meios de produção, da participação colectiva, do auto - gestão, da repartição dos resultados, da preservação do meio ambiente e do compromisso social com a comunidade na qual se inserem.

O crescimento dessas experiências colectivas não define um espaço de produção e de trabalho homogéneo, integrado e sistêmico. Antes pelo contrário, predomina a diversidade, presente tanto na existência, lado a lado, de experiências bem estruturadas e experiências incipientes, até mesmo isoladas e dispersas, quanto nas formas de inserção dos trabalhadores, na relação com entidades de apoio, na organização da produção e o trabalho, nas motivações dos trabalhadores directamente envolvidos nessas experiências, nas representações que os mesmos têm em relação as suas associações.

Da Silva (2010), advoga que a economia solidária é uma prática cujas relações são regidas pelos valores de auto - gestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, à questão de género, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projecto sustentável, global e colectivo. Também é entendida como uma estratégia de promoção do desenvolvimento local a partir da materialização de determinadas políticas nacionais no contexto local, sustentada em formas colectivas, justas e solidárias de promoção de desenvolvimento, bem como, precarização das relações de trabalho (Fonseca, 2017). Emergindo como um novo sinal de um paradigma produtivo, a economia solidária, esta em sintonia com as novas possibilidades organizacionais e é portadora de uma outra visão sobre o progresso, de novas formas de viver e se relacionar, sobre o político e sobre a aliança da humanidade com a natureza, na direcção de uma outra sociedade ambientalmente sadia e socialmente mais justa.

Entretanto, Arruda (2003), que define como sendo modo alternativo de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, sem patrão nem empregado, cada um pensa no bem de todos e no seu próprio bem. Prática regida pelos valores de igualdade, auto - gestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projecto de desenvolvimento sustentável global e colectivo. E, como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho. Assim, a economia solidária combate à degradação das condições de trabalho, renda e direitos dos trabalhadores subjugados pelo mercado. Esta outra economia propõe - através de formas colectivas, justas e solidárias - gerar trabalho, renda e melhorar as condições de vida das pessoas (Singer, 2003).

Na presente tese, usaremos o conceito de *economia solidaria,* proposto Roberto Marino (2010), que define como um conjunto de actividades económicas de produção, comercialização e consumo, serviço e finanças – realizadas e organizadas colectivamente por trabalhadores. Inspirados em valores de solidariedade, da cooperação e da auto - gestão, essas iniciativas solidárias visam à geração de renda e oportunidades de trabalho associado por meio da viabilidade económica dos empreendimentos. Desse modo, a economia solidária torna-se uma alternativa superior ao capitalismo, no sentido mais amplo da vida [...] como uma nova sociedade que une a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social (Singer, 2002).

A Economia Solidária, para Singer gira em torno da ideia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento económico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere às organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por suas especificidades: a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da auto - gestão e b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (Singer, 2003).

No tocante às desigualdades sociais, Gaiger (2012), sustenta que a Economia Solidária tem sido apontada como uma alternativa inovadora e eficaz de criação de postos de trabalho, geração de renda e combate à pobreza, bem como uma prática redutora da vulnerabilidade social

causada pela crise do desemprego. Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, o autor postula que ela oferece outras condições aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório.

Na economia solidária, tanto se podem incluir acções exercidas por indivíduos ou colectividades como por micro unidades (cooperativas), desde que se orientem por princípios de mudança e desenvolvimento social. Nela valorizam-se alguns tipos de diferença, inclusive de base local, como resposta ao processo de globalização e às políticas verticais, visando à construção de "utopias" comprometidas com o desenvolvimento local, pela promoção do cooperativismo agrícola e não só (Fonseca & Mungoi, 2024).

3.3.2. Capital social

O capital social são aspectos do contexto social (a parte "social") que geram benefícios produtivos (a parte "capital"), incluindo o estoque de solidariedade ou boa vontade entre pessoas e grupos de pessoas. O capital social, por suas vezes, é definido como as normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados que permitem a cooperação dentro ou entre os diferentes grupos sociais (North, 1990; Granovetter (1973). Dessa forma, são dependentes da interacção entre, pelo menos, dois indivíduos. Assim, fica evidente a estrutura de redes por trás do conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações. A construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais. Entender sua constituição pode levar à sua utilização, como mais um recurso, em favor do desenvolvimento local e da inclusão social, especialmente das comunidades.

No conceito de capital social, antiga ideia que se referia à capacidade da sociedade se auto-organizar passa a ser apropriado pelos economistas quando estes começam a perceber que factores extra - económicos explicam melhor os diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões, (Putnam, 1993), ou nações inteiras, (North, 1990), do que os factores estritamente económicos. O capital social é a base sobre a qual se instauram as formas de manifestação da

reacção autónoma, que por sua vez se expressam através da construção de redes. As formas assumidas pelo capital social, em um determinado território, são a síntese da reacção deste território às forças heterónomas que sobre ele se impõem.

O capital social possui uma natureza multidimensional. Putnam (1993), na sua visão mais estreita o define como um conjunto de normas e redes sociais que afectam o bem-estar da comunidade na qual estão inscritas, facilitando a cooperação entre os seus membros pela diminuição do custo de se obter e processar informação. Nesse caso, as relações de base para a formação das redes seriam entre iguais, isto é, entre indivíduos similares do ponto de vista de suas características demográficas (*bonding social capital* ou *"*capital social de ligação").

No entanto, as redes assim constituídas não permitem que a comunidade ultrapasse as suas próprias fronteiras, embora essa ruptura possa ser fundamental para a construção de metas comuns e confiança entre seus membros das cooperativas agrícolas. Desta forma, as redes devem se ampliar para criar ligações com outras comunidades semelhantes e assim ampliar o alcance de suas acções (*bridging social capital* ou "capital social de ponte").

Embora ampliada em termos de comunidades, essa rede ainda possui características horizontais. North, (1990), para se compreender o seu alcance, é necessário identificar laços com indivíduos que estejam em posição de autoridade, isto é, que podem intermediar recursos adicionais para o desenvolvimento local da comunidade (*linking social capital* ou "capital social de conexão"). Observa-se que, entre o capital social de ligação e o de ponte, estão os conceitos mencionados de "laços fortes e fracos", conforme assinalado por Granovetter (1973). Na verdade, a utilização do conceito de ligação do tipo ponte para assinalar a relação entre grupos distintos (cooperativas agrícolas) já aparecia nesse trabalho, para exemplificar que as relações fracas existentes entre grupos distintos seriam fundamentais para criar redes que ampliassem o alcance de algumas informações, como, por exemplo, sobre oportunidades de emprego.

Os laços fortes (no caso, dentro de uma mesma comunidade) não cumpririam essa função, dado que há uma sobreposição entre as redes de cada indivíduo (as informações sobre emprego seriam as mesmas). Para as organizações de base local, a situação ideal é ter o seu

capital social dividido entre essas três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade:

a) Confiança e comprometimento;
b) Ampliação das fontes de informações e conhecimento; e,
c) Acesso às instituições e ao poder.

O capital social gera externalidades, mas sua análise deve transcender esse ponto, isto é, o capital social entendido como um conjunto de redes e normas, permitindo a redução dos riscos decorrentes das relações entre desconhecidos e, consequentemente, dos custos de transação. No entanto, sua mensuração é problemática e, embora ele possa ser associado ao desenvolvimento, especialmente local, sua promoção não é trivial, ou seja, como ele está incrustado nas redes de relações sociais, não é evidente, do ponto de vista das pesquisas na área de economia, como a sua expansão ou modificação pode afetar o bem-estar de seus componentes. Além disso, conceitos como confiança, comunidade, alianças, parcerias e "redes" são difíceis de serem operacionalizados e, mais ainda, de serem quantificados e qualificados, pois há um acordo entre os estudiosos do tema, segundo o qual não basta identificar o número de componentes das redes (ligações e nós), mas sim apreender a sua importância para a comunidade (MULS, 2004, MULS, 2008).

Trata-se de um desafio para os pesquisadores e, principalmente, para aqueles interessados em usar o capital social para promover o desenvolvimento. Como já foi mencionado, o capital social é multidimensional, o que significa incorporar vários níveis e unidades de análise. Assim, os estudos e pesquisas usam combinações de diferentes metodologias de pesquisa quantitativa e qualitativa, respaldadas pelos arcabouços teóricos próprios aos campos epistemológicos implicados nas análises.

De acordo com Glaeser, Laibson e Sacerdote (2002), as bases teóricas para a mensuração empírica dos impactos do capital social são bastante claras, mas o mesmo não acontece com a identificação dos mecanismos associados à criação do capital social. Parte da dificuldade é atribuída ao fato de que o verdadeiro proprietário do capital social não é o indivíduo, mas a comunidade, por intermédio da rede de relações existentes. A construção de redes (capital social), que visam fortalecer as ligações entre as formas intermediárias de coordenação,

constitui-se na própria essência do desenvolvimento local. Essas redes são a forma de expressão da reação autónoma que, se não liberta o território das restrições impostas pelas leis de funcionamento que lhes são exógenas, pelo menos coloca para o território a possibilidade de redirecioná-las a seu favor.

As redes expressam formas de ajustamento entre restrições extraterritoriais e as reacções territoriais e nesse sentido a própria condição para o desenvolvimento local. A densidade destas redes é que define ou indica o potencial de uma trajectória endógena de desenvolvimento local. O capital social mobiliza em entorno de si dois tipos de redes com finalidade produtiva. Um primeiro tipo de rede de relações são as relações económicas "*de tipo aparelho*", que se referem ao conjunto de instituições cujos objectivos são claramente definidos, realizando funções burocráticas e administrativas. São relações formais institucionalizadas que cumprem uma função administrativa, económica ou jurídica de intermediação entre o ambiente institucional e o meio económico (MULS, 2008).

As relações económicas do tipo aparelho são relações do capital social com organismos do sistema político-administrativo local, que têm por função a regulação política, económica e cultural no nível descentralizado do território. Compreendem desde os organismos consultores (públicos e privados) até às estruturas de suporte (bancos, estabelecimentos financeiros e órgãos da administração pública) e fazem parte do quadro institucional do distrito de Marracuene. Um segundo tipo, que chamaremos de "*relações sociais de tipo redes*", refere-se ao conjunto de relações pessoais, formais ou informais, são específicas de uma cultura local, representam estratégias de territorialidades e constituem-se em relações de solidariedade, alianças, parcerias e cooperação, que completam a rede institucional.

A densidade de capital social em um território é medida pela quantidade de redes duráveis e coesas de relações económicas, sociais e institucionais entre os actores locais, que por sua vez, são institucionalizadas através das formas intermediárias de coordenação. A densidade das redes que se estabelecem entre o poder público local, as empresas e a sociedade civil e, principalmente, a qualidade das redes entre essas formas intermediárias de coordenação, é que nos dá uma medida do estoque de capital social existente em um determinado território.

Uma vez que o capital social é intrínseco às relações sociais e ao mesmo tempo um produto da institucionalização dessas relações, podemos, como forma de se avaliar o potencial de criação de capital social em um determinado território, instrumentalizar a transição de suas formas latentes para formas mais maduras e institucionalizadas, o que pode ser feito sob o domínio da hipótese do construtivismo social (que será visto na secção seguinte). Em outras palavras, o estabelecimento de relações sinérgicas ocorre a partir do momento em que há uma institucionalização de relações sociais que já carregam, em sua estrutura, formas latentes e menos desenvolvidas de capital social (MULS, 2008).

Dois autores chamaram-nos particularmente a atenção no que se refere à tentativa que eles fizeram de mensurar o capital social. Putnam (1993), através do índice de associativismo, e Coleman (1990), através de uma matriz de créditos e obrigações. No entanto, devido às críticas à escola do associativismo e ao carácter circular do argumento putnamiano (MULS, 2004), usamos as duas abordagens teóricas em forma de complementaridade entre Putnam e Coleman para explicar a acção do capital social por meio de cooperativas agrícolas. Partindo de um quadro de análise microeconómico, onde o capital social está na estrutura de relações pessoais e bilaterais, Coleman (1990), considera o estoque de capital social de um agente como o volume de obrigações que ele detém e que se espera que sejam cumpridas por outros agentes, com os quais mantém uma relação de confiança.

Muls (2004), a forma de pagamento destas obrigações são as trocas sociais que se estabelecem entre os agentes e que perpassam a esfera puramente económica. Uma relação entre A e B significa que A controla alguns eventos que são de interesse de B e que B controla alguns eventos que são de interesse de A. Se os eventos controlados por cada actor são vistos como promissórios (*credit slips*) detidos por este actor (que expressam obrigações por parte do outro) de capital social discutido por Coleman, no qual aborda em torno das “obrigações e expectativas”.

A formação e a constituição de instituições formais locais tal é o caso das cooperativas agrícolas são um passo importante para o início de um processo de desenvolvimento local e para a construção da identidade colectiva, que permita aos actores locais colocar em curso (accionar) alguma modalidade de reação autónoma. O constructo sobre o qual se erigirão as formas mais

dinâmicas da reacção autónoma são as cooperativas agrícolas e outras instituições representadas pelo poder público, pelo tecido empresarial e pela sociedade civil organizada, e sobre esta base se complementarão as redes e as relações formais e informais. Temos então, de um lado, instituições formais que visam a regulação social e económica e, de outro, um conjunto difuso de instituições, regras e comportamentos tácitos que permeiam a actividade económica, formado por um conjunto de redes e relações informais (MULS, 2004, MULS, 2008).

3.3.3 Desenvolvimento local endógeno

A concepção de desenvolvimento local é a presentada, nesta tese, como o resultado da falência dos modelos tradicionais de desenvolvimento fundados, seja na compreensão do Estado como principal agente promotor do desenvolvimento, seja nas funções locativas do mercado como facilitador do óptimo económico (MULS, 2008:01). Para Melo (1998:5), o desenvolvimento local é antes de mais uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de combiná-los de forma racional para a construção de um futuro melhor e próspero. Neste sentido, torna-se necessário frisar que o desenvolvimento local envolve as dimensões da autonomia, cidadania e participação dos actores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras que concorrem para expansão das suas liberdades no contexto local.

O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (Milani, 2005), fazendo com que os autores de desenvolvimento olhem para as comunidades como agentes de desenvolvimento local, por estas possuírem conhecimento profundo sobre realidade local e os factores críticos que impedem essa transformação. Porém, outro aspecto, relacionado ao desenvolvimento, é que requer uma articulação entre diversos actores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não-governamentais, as instituições privadas e politicas e o próprio governo. Cada um dos actores tem seu papel a desempenhar e a desenvolver no processo de desenvolvimento local (Buarque, 1999).

Buarque (1999), a operacionalização do conceito de desenvolvimento local, apresentamos três aspectos importantes a destacar:

i) Os significados atribuídos ao conceito de desenvolvimento local – que ajuda a aclarar como o desenvolvimento local é compreendido em diferentes áreas de saber;
ii) Tem a ver com as abordagens sobre o desenvolvimento local implementadas ao longo dos últimos 50 anos – que visa documentar as experiencias praticadas e promovidas sobre o desenvolvimento local;
iii) O estudo apresenta componentes chave que explicam como o desenvolvimento pode ser promovido.

Quanto ao primeiro aspecto, os significados, socorremo-nos da questão gramatical pois é indispensável para uma compreensão holística do conceito. O conceito de desenvolvimento local *per si*, abarca ou compreende dois termos, que separadamente tem diversos significados, sendo um substantivo com significado próprio que sugere a ideia de certo estágio de alguma coisa. Mas o termo "local" é um adjectivo que, neste caso qualifica o desenvolvimento. O adjectivo local, por si só, não sustenta até que seja atribuído o devido significado.

O local neste estudo apresenta um significado geográfico em termos de escala territorial, se é um território maior ou menor, não importa se é região, continente, país, província, distrito ou mesmo uma simples circunscrição territorial. O segundo aspecto, o local pode ter um significado político – administrativo em termos de divisão territorial definido legalmente pelo puder político democraticamente instituido. O conceito de desenvolvimento local foi amplamente promovido nas décadas de 80 e 90, e tem origens nos vários escritos e debates das décadas de 60 e 70. Esses debates se circunscreveram na re- emergência da noção do " desenvolvimento local" como ingrediente indispensável de política pública que pode produzir profundas transformações sócio – económicas e políticas de determinados espaços geográficos.

Todas as ideias acima expostas e suas variantes nos remetem a ideia central assente no pressuposto segundo qual, o desenvolvimento, enquanto processo de transformação sócio – eocnomico é acima de tudo um assunto local (STIGLIZ, 1999). Neste diapasão, o conceito de desenvolvimento local, também nos encaminha às duas noções importantes que o reforçam: o

"desenvolvimento" e "local". Portanto, o "desenvolvimento" pode ser definido como um processo de transformação que obedece certos estágios (ROSTOW, 1961), transformação sócio-economica e política de forma radical (LEFTWICH, 2008) ou ainda, como um processo socioeconómico que caracteriza o nível de competitividade e inovação das sociedades nas suas relações entre o Estado, sector privado e o mercado (SCHUMPETER, 1911), o "local" é definido compreendendo os seguintes elementos: a dimensão territorial com o limite geográfico, político – administrativo e o seu papel nos fluxos económicos nacional e internacional; a dimensão das inter – relações pessoais e institucionais nas quais se destacam a construção da identidade da vida quotidiana local, a condição e factor de desenvolvimento (MARTINS, 2002).

Actualmente, é quase unânime entender que o desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da população, bem como, com a conservação e preservação do meio ambiente, estes três factores estão inter-relacionados e são interdependentes e a sua análise e compreensão deve ser efectuada de forma holística e eclética. Portanto, quanto à localização territorial, a localização geográfica em termos administrativos dum local, relativamente menor ou maior que o outro e possível destinguir.

Nesta pesquisa, o "local" é apresentado na dimensão ou a nível da escala administrativa distrital, onde se analisam as actuações das cooperativas de produção agrícola como expressão da economia solidaria, como também a valorização dos vínculos sociais que favorecem a formulação da identidade colectiva e sentido de comunidade que falicitam a promoção de acções endógenas para além do local, influenciando a escala regional e global. Na dimensão de inter-relações do capital social em redes, a questão do "local" capta nuances sobre a vida quotidiana que produz experiências únicas num território e ai se constrói a identidade colectiva da cooperativa ou mesmo da comunidade. O local ganha significado por causa das representações sociais e práticas humanas na sua singularidade e o que destaca como condição e factor de transformação sócio – económica, por se tornar factor de inovação e não *locus* de inovação (MARTINS, 2002).

O distrito de Marracuene se caracteriza por ser um território de intensa interação de acontecimentos sociais, económicos, naturais e comerciais especificamente agrícolas, que produzem efeitos no local, nacional e internacional. Este quotidiano que associado as práticas cooperativas do capital social através do estabelecimento de vínculos, solidariedades democráticas, cooperação, todas elas pautadas por práticas de interdependência criando um circuito de ofertas e trocas. O desenvolvimento local também é visto como a rentabilização ou transformação das localidades onde habita a comunidade, no entanto, esse desenvolvimento dever ter em conta todos os actores dessa região, sejam eles, entidades do estado ou instituições privadas que actuam nessas regiões e uma preocupação com as comunidades e as gerações vindouras.

A perspectiva social, o desenvolvimento local começa a compreender-se, tal como afirmam Cowen & Shenton (2005), à luz das abordagens de Amartya Sen como expansão de liberdades, na medida em que, os actores locais têm oportunidades para desenvolverem as suas capacidades para fazer diversas escolhas em diferentes situações dentro do contexto local, através dos ganhos resultantes de acções em redes e não só, que possam gerar mudanças positivas resultantes destas associações. Portanto, todos os processos de desenvolvimento ou estratégias de desenvolvimento a serem impulsionadas no contexto local devem, em primeiro plano, dotar os actores locais de capacidades que lhes permitam actuar em redes de cooperação e solidariedades como forma de maximização dos ganhos e minimização dos esforços.

O Estado por sua vez, deve actuar nesta lógica, como municiador do desenvolvimento local em função das exigências do momento. Boyer (2002) refere que a mobilização dos actores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e redução das desigualdades sociais, que contribuem para que o local se afirme e contribui no processo de desenvolvimento numa escala macro.

Enquanto produto o desenvolvimento local implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, social, cultural, política e ambiental. Antes da vontade de melhorar o quotidiano, o desenvolvimento local, enquanto resultante da manifestação do capital social expresso por confiança, parcerias e alianças, usando os recursos próprios e na capacidade

de combiná-los de forma racional para a construção de um futuro melhor para a comunidade vai implicar uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, sociais, cultural e ambiental (MELO, 1998; MULS, 2008).

Por outro lado, compactuamos com a visão de Melo (1998:5), que encarra o desenvolvimento local, antes de mais como uma vontade comum de melhorar o quotidiano, onde essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios que o capital social possui e na capacidade de combiná-los de forma racional para a construção de um futuro melhor que contribui significativamente para a expansão das suas liberdades enquanto condição para o desenvolvimento. Neste sentido, torna-se necessário frisar que o desenvolvimento local envolve as dimensões da autonomia, cidadania e participação do capital social para combater as desigualdades locais, exclusão social e procurar soluções inovadoras que concorrem para expansão das suas liberdades.

A abordagem teórica em torno do desenvolvimento local advoga que o mesmo não está relacionado unicamente com o crescimento económico, mas também, tem que ver com a melhoria da qualidade de vida e bem-estar "*well being factor*" da população tal como defende Sen (2000).

Milani (2005), é conclusivo quando defende que o desenvolvimento local deve pressupor a transformação consciente da realidade local por meio de articulação entre o capital social e outros actores e sectores de interesse. E é neste processo de transformação por meio da expansão das liberdades do capital social que a pesquisa irá procurar analisar a actuação das cooperativas agrícolas como expressão da economia solidária no distrito de Marracuene. Outro aspecto, relacionado ao desenvolvimento, é que ele requer uma articulação entre diversos actores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não-governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos actores tem seu papel a desempenhar e desenvolver no processo de desenvolvimento local (BUARQUE, 1999).

O desenvolvimento local é visto como a rentabilização ou transformação das localidades onde habita a comunidade. No entanto, esse desenvolvimento deve ter em conta todos os actores dessa região, sejam eles, entidades do estado ou instituições privadas que actuam nessas regiões

e uma preocupação com as comunidades e as gerações vindouras. Para Moura *et al* (2003), o desenvolvimento local compreende o combate à exclusão social como eixo norteador, e suas acções tendem a priorizar os pequenos empreendimentos, caso especifico as cooperativas de produção agrícola e os segmentos que estão à margem do grande mercado.

Deste modo, o capital social organizado em cooperativas agrícolas são usadas para promover acções que contribuem para a redução da pobreza, marginalização e exclusão, favorecendo assim, para o desenvolvimento e bem-estar dos envolvidos nestas redes, visto que, todo o processo de desenvolvimento local, busca dotar os indivíduos de ferramentas funcionais face aos problemas por estes enfrentados com vista a tirar proveito das oportunidades e potencialidades existentes nestes territórios.

3.3.4. Verticalidades e Horizontalidades

As horizontalidades e verticalidades enquanto polos da vida económica de um território precisam estar interligados para que se desenvolva, neste espaço, um processo de endogeneização do desenvolvimento. Eles precisam estar articulados sendo preciso haver uma sinergia entre esses dois polos para que se crie uma dinâmica de desenvolvimento. Santos (1996), postula que as horizontalidades nos remetem a actividades e acções que possibilitam a estruturação da vida social, ou seja, os lugares que podem nos unir horizontalmente, reconstruindo aquela base da vida comum, susceptíveis de criar normas locais, normas regionais (…) que acabam por afectar as normas nacionais e globais.

Portanto, elas estão vinculadas a redes de solidariedades (cooperativas agrícolas), a coesão social como resposta à marginalização e exclusão social, ou a políticas sectoriais e ao processo de globalização que muitas vezes não atendem aos interesses de desenvolvimento articulado de um determinado território ou região, em caso especifico o distrito. Por essa razão, para Mungoi (2008), a dimensão horizontal tem uma forte base territorial, como uma construção de racionalidades de desenvolvimento local que surge como resultado de um movimento de resistência de actores locais para a defesa da gestão do seu espaço de vida.

O local ganha força como resposta a um processo de marginalização, pobreza e exclusão social, visto que a dimensão horizontal pode ser tida como uma base de vida que amplia a coesão da sociedade civil, ao serviço de interesse colectivo circunscritos a um determinado território ou comunidade. Em contrapartida, as verticalidades criam a mobilização alienada, distante da vida dos homens comuns, e os vectores de modernizações são entrópicos (Mungoi, 2008).

Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício, isto é, ao serviço do mercado e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo, na dimensão vertical o território é usado como recurso, como valor económico, deixando esquecido o território como valor que cimenta a coesão social e solidariedade entre as pessoas e entre grupos para o crescimento e empoderamento das comunidades locais e dos associados organizados em cooperativas agrícolas, grupos de poupanças, associações juvenis e outras manifestações civis de base local.

Destanne de Bernis (1977), mostrou que a trans-nacionalização do capital e a crise rompem com os procedimentos sociais da regulação e destroem a coerência dos sistemas produtivos nacionais, fazendo com que estes percam a autonomia sobre seu processo de acumulação. A tendência à formação de cadeias produtivas mundiais provoca desordens profundas nas economias nacionais, colocando também em crise a análise macroeconómica dos sistemas produtivos nacionais que se organizavam por fluxos económicos entre sectores de actividade bem delimitados e representados na contabilidade nacional.

Os sectores dos sistemas produtivos nacionais tendem a se internacionalizar para formar um sistema mundial (Humphrey 2003). A crise do papel do Estado regulador e do Estado de bem-estar é patente. A confrontação entre os efeitos da dominação da esfera supranacional e os actores na esfera territorial efectua-se, cada vez mais, fora da mediação estatal. A tendência a uma confrontação directa entre a pressão heterónoma e a reação autónoma, que coloca em xeque o sentido da regulação estatal, não significa que os Estados nacionais deixem de desempenhar um papel no plano económico.

Apesar deste nível de regulação estar em crise, tornando mais explícita a relação global/local, ele aparece também em mutação. Assistimos, em vários países, a uma transformação progressiva da relação entre o poder público central e os poderes locais (PECQUEUR 1987, p. 132 – 133).

Pecqueur (1987), devemos articular a pressão exercida pela esfera supranacional (pressão heterónoma) à reacção de autonomia produzida pelos territórios (reacção autónoma). Formulamos a hipótese de que o espaço económico é definido pela dialética desses dois movimentos. Há desenvolvimento local a partir do momento em que é possível determinar claramente os efeitos da reação autónoma e quando esta reacção subverte de alguma maneira o modo de produção imposto pela pressão heterónoma.

Por seu turno, Boyer (2002), refere que a mobilização dos actores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais. Ademais, as organizações locais (cooperativas agrícolas), criam condições para o desenvolvimento local, na medida em que esse processo implica necessariamente uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões económicas, social, cultural, política e ambiental.

Figura 11. Foto: Reunição de Planificação das actividades cooperativas



Fonte: Plínio Fonseca & SOCODEVI, 2024

Portanto, Mungoi (2008), vai mais além afirmando, que as verticalidades são vectores de uma racionalidade e do discurso programático dos sectores hegemónicos, criando um quotidiano obediente e disciplinado, enquanto, as horizontalidades são tanto lugares de finalidades impostas de fora, de longe e de cima, quanto os das contra finalidades localmente geradas, se apresentando como um teatro de um quotidiano conforme, mas, obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta da complacência e da revolta.

Parte-se do princípio que o espaço geográfico é o espaço banal[10], o espaço onde se realiza a actividade colectiva, espaço para todos. Por isso, é importante considerar aquela parte da sociedade que, excluída do processo de globalização, também habita no território nacional que é comum a todos os agentes e actores. É, pois, assim que se pode dizer que tal situação criada pelo conjunto das acções de natureza horizontal assegura a permanência de forças centrípetas que unem, aproximam, são criadoras de solidariedades, alianças, parcerias e outras actividades de base cooperativa.

Como observa Kahil (2005), citado por Mungoi (2008), as forças que, a despeito da vontade de unificação e homogeneização característica da racionalidade hegemónica, que é tipa de acções horizontais, se criam a partir de formas de convivência e regulação fundadas em uma outra lógica, uma outra política. Uma política que resulte da consideração conjunta de múltiplos interesses, em oposição a política que, nos espaços hegemónicos regulam as acções de forma a se tornarem obedientes às considerações de interesses exteriores ao território que muitas vezes são as grandes corporações ou comumentemente chamados de mega projectos.

Se pode muito e bem afirmar, que com Milton Santos (1985), esta racionalidade é a revanche do território e as novas sinergias que se criam nos territórios habitados, mesmo onde as acções verticais são mais operantes e eficazes. Tal racionalidade corresponde, no nosso entender, às horizontalidades que ganham força com a emergência de forças centrípetas no distrito de Marracuene sobre tudo com a emergência de cooperativas agrícolas que veem sendo fortalecidas

[10] A ideia do espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à nação que actualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção da rede.
As redes constituem uma nova realidade, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidades. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, além das redes, com as redes, há um espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas parte do espaço e o espaço de alguns.

por organizações como AMPCM, e outras instituições de cooperação internacional tal é o caso das SOCODEVI e DGRV que vêm apoiando financeira e tecnicamente esses empreendimentos.

A promoção do desenvolvimento, por via da planificação localizada em fatias de territórios de esforços localizados, é uma "onda prescritiva" que chega tanto às raias da "guerra dos lugares", na expressão de Milton Santos (1985), quanto aos que comungam com princípios de dom e solidariedade. Isto é, ao privilegiarem acções voltadas para a articulação e para o *empowerment* dos actores locais, que criam condições para a mobilização do potencial endógeno que passam a enfatizar a importância da dinâmica interna das regiões - inclusive em termos políticos e sociais como elemento determinante do seu potencial de desenvolvimento.

Mungoi (2008), defende que a importância que passou a ser atribuída aos factores endógenos, a partir dos anos 80, chega a caracterizar uma nova ortodoxia, contribuíram para a ascensão desse novo "paradigma", por um lado, o interesse despertado pelo sucesso de alguns empreendimentos (cooperativas) nas regiões em que estão implantadas, associado à satisfação dos resultados das políticas "tradicionais "de desenvolvimento que vem sendo adoptadas desde a adesão ao neoliberalismo.

Ademais, Mungoi (2008), avança que até recentemente as políticas de desenvolvimento regionais adoptadas por Moçambique são em regra padronizadas e focalizadas em influenciar as decisões de localização de empresas, baseadas em incentivos fiscais e financeiros e dirigidas exclusivamente pelo Estado, porém, o certo é que tais políticas produziram poucos resultados positivos e não conseguiram estimular o processo de desenvolvimento sustentado, com base na mobilização de recursos locais.

Como resposta a essa insatisfação, começaram a ser mobilizadas alternativas no campo das políticas regionais, concebidas com finalidade de promover a competitividade por meio de mobilização do potencial endógeno das áreas menos desenvolvidas. Estas diferem totalmente do enfoque anterior, tendendo a favorecer acções de longo prazo, específicas do distrito de Marracuene concebidas "de baixo para cima", envolvendo múltiplos actores organizados em redes de solidariedade e cooperação sob princípios da economia solidária.

3.3.4. Cooperativas agrícolas

O contexto social moçambicano é actualmente caracterizado por um momento promissor de construção de uma nova cultura de trabalho que tem na cooperação e na solidariedade o estatuto do seu desenvolvimento. Trata-se da modalidade de trabalho conhecida como economia solidária que é introduzida em Moçambique no início da Luta de Libertação Nacional, em resposta a uma nova ordem de organização e gestão das zonas libertadas. O cooperativismo é um modelo de inserção económica que põe o homem na centralidade do processo produtivo, cujo cariz criador e recriador da hominização assumem a perspectiva de constructo humano.

Araújo (1988), defende que muito se tem escrito sobre o processo de cooperativização agrícola, o que faz com que despolete debates e contradições. Portanto, a linha de pensamento que serve de base em torno do conceito cooperativa agrega uma organização de natureza colectiva que realiza actividades sócio-económicas sem exploração do homem e cujos membros são trabalhadores que no regime de livre associação, contribuem com bens e/ou serviços para a concretização dos objectivos definidos (Lei das Cooperativas 2009).

A cooperativa pode ser considerada uma unidade produtiva de um sistema social e económico solidário, como também uma forma de produção dentro do sistema capitalista, concorrendo com as demais empresas. No entendimento Pinho (1966, p. 8), cooperativas são uma sociedade de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins económico-social. Seu funcionamento se inspira nos chamados "Princípios dos pioneiros de Rochdale": adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino.

Esta definição de Pinho descreve os princípios do cooperativismo desenvolvidos pelos **pioneiro**s e aplicados pelos **Probos de Rochdale**, incorporando uma visão mais complexa da composição desta unidade produtiva. Já o documento final do Congresso de Manchester, de 1995, no que se refere à Declaração sobre a Identidade Cooperativa da Aliança Cooperativa

Internacional, define cooperativa como “Uma associação autónoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade colectiva e de controlo democrático. (MACPHERSON, 2003, p. 22)”.

Conhecendo o desenvolvimento teórico sobre a definição de cooperativa, Singer (2007, p. 62), descreve os princípios organizacionais da economia solidária dentro da instituição que defende como a mais adequada – a cooperativa “Posse colectiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir, gestão democrática do empreendimento pela participação direta (quando o número de cooperadores não é muito elevado) ou por representação, a divisão entre os cooperados por critérios aprovados após discussão e negociação entre todos; alocação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acordados entre todos os cooperados”.

Schmidt e Perius (2004) descrevem a cooperativa como não sendo apenas associação autónoma de pessoas que, voluntariamente, se unem para satisfazer aspirações económicas, sociais e culturais, constituindo assim um empreendimento de propriedade comum. Os autores descrevem ainda que esses empreendimentos estão fundamentados em valores da ajuda mútua, solidariedade, democracia e autonomia. Por esse sistema ser democrático não há possibilidade de descartar trabalhadores como acontece em uma empresa capitalista, pois todos são donos e todos decidem.

Nesta pesquisa usarem o conceito de cooperativas, como sendo uma organização de natureza colectiva que realizam uma actividade sócio – económica sem exploração do homem pelo homem e cujos membros são trabalhadores, que em regime de livre associação, contribue com bens ou serviços para a concretização dos objectivos definidos (LEI DAS COOPERATIVAS, 2009).

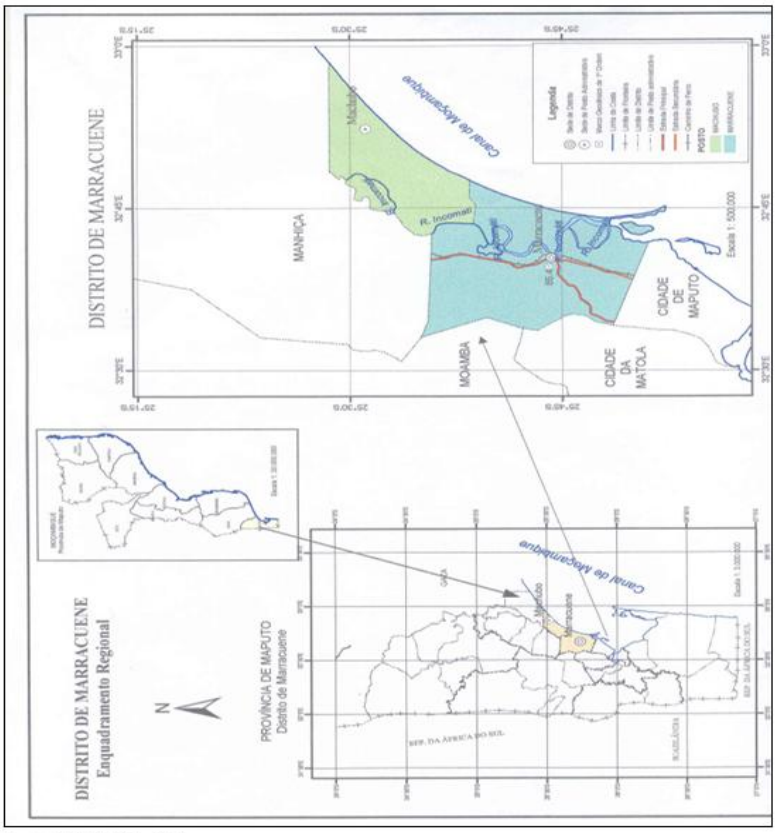
CAPITULO IV - METODOLOGIA

O objectivo deste capítulo é apresentar detalhadamente o campo de análise da pesquisa e, posteriormente, descrever minunciosamente os procedimentos metodológicos selecionados para recolha da informação que serviu de suporte no processo de tratamento, sistematização e análise dos resultados. A preparação dos instrumentos metodológicos para a realização deste estudo, designadamente: o desenho da amostra, guião de entrevista, guião dos grupos focais de discussão, guião de histórias de vida e experiências pessoais, o guião de observação participante, bem como as visitas prévias para a identificação/localização das cooperativas agrícolas e interação com as autoridades locais e nacionais que foram objecto de estudo no âmbito da tese, tiveram lugar entre Fevereiro de 2023 a Março de 2025.

4.1. Localização Geográfica e aspectos Histórico - Culturais do distrito de Marracuene

A área de estudo é o distrito de Marracuene. Como se pode observar na figura abaixo, o distrito é atravessado no sentido Norte-Sul, ao longo de uma extensa planície aluvionar, pelo rio Incomate que vai desaguar no Oceano Índico, o Delta de Macaneta. Situado na parte oriental da Província de Maputo, a 30 Km a Norte da cidade de Maputo, entre a latitude de 25º 41’20” Sul e longitude de 32º 40’30” Este, limitado a Norte pelo distrito da Manhiça, a Sul pela Cidade de Maputo, a Oeste pelo distrito da Moamba e cidade da Matola, e a Este é banhado pelo Oceano Índico. Com uma superfície de 703 km^2, (MAE, 2005).

Figura 12. Mapa ilustrativo da localização do distrito de Marracuene



Fonte: CENACARTA, 2012

Fonte - MAE – 2005 (Acessado, 21.02.2022)

O Distrito de Marracuene encontra-se administrativamente dividido em dois (2) Postos Administrativos, sete (7) Localidades e trinta e nove (39) bairros. O Posto Administrativo Sede é composto pelas localidades de Marracuene Sede, Macaneta, Michafutene, Matalane, e Ngalunde. Por outro lado, Posto Administrativo de Machubo é composto pelas localidades de Macandza e Taúla. A Localidade Sede comporta os bairros 29 de Setembro, Massinga, Micanhine, Faftine, Mapulango, Muntanhane, Vila e Possulane, sendo a localidade de Macaneta, constituída pelos bairros Macaneta I e II, Mbuva, Hojana, Ilha de Mbenguelene e Ilha de Xifene.

4.1.2. Divisão administrativa do distrito de Marracuene

De acordo com os dados do MAE (2017), a população do distrito de Maracuene é jovem, maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz rural. A agricultura é a base da economia distrital, tendo como principais culturas as hortícolas, arroz, milho, mandioca, batata-doce e bananas. As espécies de gado predominantes são bovinos, caprino, suíno e aves, destinadas para o consumo familiar e comercialização.

Tabela 1. Divisão administrativa do distrito de Marracuene

Posto Administrativo	Superficie	Area (há)	Localidades
Marracuene	683	70.000	Michafutene
			Marracuene Sede
			Nhongonhane
Machubo	200	21.000	Taula
			Macandza
Total	883	91.000	5

Fonte: MAE (2017) -Perfil do Distrito de Marracuene de 2005

A população originária do distrito de Marracuene é considerada Varhonga, sendo os Honwana e os Mahlanguana tidos como os primeiros clãs da região. Comparando com outros distrios da Província de Maputo, Marracuene apresenta uma homogeneidade linguística significativa. O dialecto Varhonga é falado pela maioria da população, com pequenas variações nas zonas, limítrofes com a Manhiça, onde se fala Xikalanga, um dialecto Ronga (MAE, 2005). A designação original desta região é Murakwene em memória a um indivíduo muito conhecido, proprietário de embarcações de passageiros que fazia a travessia entre o continente e a região de Macaneta, que trabalhava para o chefe local “hosi”, passando a constituir ponto de referência para a localização da região.

O Distrito de Marracuene é um local histórico, onde se desencadeou, nos finais do século XIX, um dos maiores combates da época, integrado na chamada “guerra de pacificação” entre as tropas portuguesas e os nacionalistas. Em 1886/87 houve um primeiro reconhecimento pelas tropas portuguesas, que se deparou com grande resistência da parte da população local.

A principal actividade económica da população local é a agricultura em machambas familiares. A população do interior dedica-se à agricultura de subsistência, utilizando métodos tradicionais para abertura de campos de cultivo como desbravamento e queima da floresta, o que prejudica o solo, destruindo a biomassa, bem como a alteração a composição original das florestas. São principais culturas de sequeiro: o milho, feijão, mandioca, amendoim, batata-doce, entre outros.

A produção é baixa devido, por um lado, à dependência da precipitação atmosférica e, por outro, ao tipo de solos. A população da zona costeira, Macaneta, dedica-se principalmente à actividade pesqueira que é praticada em moldes artesanais. A mesma enfrenta o problema de conservação do pescado, o que limita a sua exploração em pequenas quantidades. As embarcações são a remo e os principais tipos de peixe são: peixe-serra, peixe encarnado, garoupa, corvina, pescadinha, etc. No que diz respeito à exploração florestal, é feito através da extracção de material de construção, produção de utensílios domésticos, medicina tradicional, combustível lenhoso e produção de carvão. A lenha e o carvão vegetal constituem os principais tipos de combustível doméstico usado na área de estudo e são comercializados nos mercados locais assim como nos mercados fora do distrito (MAE, 2005). Segundo a direcção distrital de Agricultura, o Distrito apresenta duas zonas agro-ecológicas a saber:

i) **Zona A** – compreende todo o Posto Administrativo de Machubo, cujos solos são férteis e aptos para a agricultura, porém, propensa à inundações. Na zona baixa cultiva-se o milho, o amendoim, o arroz, o feijão nhemba, a cana-de-açúcar, as hortícolas e a banana. Na zona alta cultiva-se essencialmente a mandioca, o milho, o amendoim e o feijão. Esta zona apresenta um grande potencial para a cultura do arroz e da batata rena. Está em curso o relançamento da cultura do arroz no sector familiar;

ii) **Zona B** – compreende todo o Posto Administrativo de Marracuene-Sede. As principais culturas são: as hortícolas, o milho, o feijão nhemba, a batata-doce e a mandioca.

Figura 13. Infraestruturas ferroviárias



Fonte: https://images.app.goo.gl/MvdXCc8rha15SKBA8 (acessado, 21.04.2024)

4.2. Descrição dos procedimentos metodológicos

Para compreender como as alianças e parcerias estabelecidas em cooperativas agrícolas, geridas por princípios de economia solidária, se apresentam como uma alternativa de organização social para promoção de actividades colectivas, cujos resultados promovem o desenvolvimento local no distrito de Marracuene, utilizamos a abordagem de pesquisa qualitativa e de natureza exploratória. Esta visa dar ênfase à descrição das alianças e parcerias em empreendimentos cooperativos agrícolas, através da prática da economia solidária. A pesquisa qualitativa possibilitou, tal como afirma Bruyne (1977), o uso simultâneo de várias técnicas de colecta, tratamento e análise de dados que são descritas detalhadamente abaixo.

Por se tratar de uma abordagem multimetodologica, e dado ao seu foco, a abordagem qualitativa compreendeu a análise do fenómeno da economia solidária no contexto físico do distrito de Marracuene, de forma evidenciar a situação actual e os desafios que se impõe. Lehfeld (2007a), defende que esta abordagem auxilia na orientação da acção, permitindo maior compreensão da realidade social, auxiliando na definição e selecção de diretrizes de actuação, medindo os impactos e os resultados.

A pesquisa qualitatativa permitiu analisar com profundidade na abordagem do fenómeno da economia solidária em práticas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene, bem como, os seus efeitos no desenvolvimento das capacidades dos seus praticantes, que se materializa na melhoria da sua renda, inclusão social em actividades remuneradas e consequentemente a construção e formação de identidade colectiva, enquanto condições necessárias para enfrentamento das desigualdades sociais.

Godoy (1995) postula que as características básicas da pesquisa qualitativa consistem em:

a) O ambiente natural é a fonte directa para a colecta de dados e o pesquisador é um instrumento-chave;
b) A Pesquisa é exploratória;
c) O significado que as pessoas dão às coisas, às suas experiências e às suas vidas é à preocupação essencial do investigador; e,
d) Os pesquisadores qualitativos utilizam o método indutivo na análise dos dados, sendo que a generalização deriva de observações particulares de casos da realidade concreta em que eles ocorrem.

Numa outra perspetiva, Bauer & Gaskell (2007), defendem que a pesquisa qualitativa apresenta ainda as seguintes características: foco na interpretação, ao invés de na quantificação; ênfase na subjetividade, ao invés de na objectividade; flexibilidade no processo de condução da pesquisa; e preocupação com o contexto. A pesquisa qualitativa, permitiu, no nosso entender, enfatizar as especificidades de um fenómeno em relação às suas origens e razão de ser, Haguette (2007). Segundo Lehfeld (2004), essa abordagem orienta a acção, permite maior compreensão sobre a realidade social, auxilia na definição e selecção de diretrizes de actuação, medindo os impactos e os resultados. Portanto, para o caso específico a pesquisa, a abordagem qualitativa permitiu extrair e interpretar o significado dos dados recolhidos e relacionados na compreensão do fenómeno da economia solidária no distrito de Marracuene.

4.2.1. Universo da pesquisa

Barros & Lehfeld (2000), postulam que o universo da pesquisa corresponde ao conjunto total de elementos que possuem determinadas características definidas para um estudo, sendo a amostra um subconjunto representativo do conjunto da população. Nesta pesquisa, o universo consubstanciou-se em cooperativas baseadas no distrito Marracuene, província de Maputo, bem como a actores estratégicos ao nível do governo local, central da República de Moçambique e actores de organizações de cooperação que apoiam iniciativas do cooperativismo moderno.

Tabela 2. Universo da pesquisa

Nº	**Nome da Cooperativas**	**Nº de membros**	**Género (Nº homens/mulheres)**	
01	Cooperativa CoopDasi	230	70	Homens
			160	Mulheres
02	Cooperativas 25 de Setembro	45	13	Homens
			32	Mulheres
03	Cooperativa Associação 7 de Abril	150	15	Homens
			135	Mulheres
04	Cooperativa Popular	162	18	Homens
			144	Mulheres
05	Cooperativo Eduardo Mondlane	31	8	Homens
			23	Mulheres
06	Autoridade Tributaria de Moçambique – Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Director Nacional	02	01	Homem
			01	Mulher
07	SOCODEVI	02	01	Homem
			01	Mulher
08	DGRV – Gestor de Projectos	01	01	Homem
09	UCAME – Marracuene (União dos Camponeses de Marracuene)	02	01	Homem
			01	Mulher
10	AMPCM – Directora Executiva	01	01	Mulher
11	SDAE - Marracuene	01	01	Homem
12	Governo do Distrito de Marracuene	01	01	Homem
13	Lideres Comunitários	02	02	Homem
Total				630

Fonte: Autor - Plínio Fonseca, 2024

4.2.2. Amostragem

A *amostragem é intencional*[11], de acordo com Tongco (2007), é um método não probabilístico de escolha de informantes, de acordo com as qualidades que possuem e que sejam fundamentais para responder questões específicas da pesquisa, sendo um método que poupa esforços quando as informações relevantes são exclusivas de certos representantes dentro de uma sociedade (cooperativas de produção agrícola).

A estratégia de amostragem intencional mostrou-se adequada à nossa pesquisa por possibilitar a obtenção de informações de elevada relevância, provenientes de sujeitos que vivenciam diretamente a prática cooperativista e/ou influenciam nas políticas de apoio ao sector. Esta combinação de informantes-chave e membros de base, permitiu captar diferentes níveis de análise — estratégico e operacional — fortalecendo a triangulação metodológica e a validade interpretativa dos dados para a construção das categorias de análise que facilitaram a apresentação dos resultados da pesquisa.

Uma das principais vantagens do uso da amostragem intencional esteve relacionada com os baixos custos de selecção dos participantes de pesquisa. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado (GIL, 1999). A amostra foi constituída por cinco (5) cooperativas de produção agrícolas filiadas a UCAM – União das Cooperativas agrícolas de Marracuene, bem como, actores chave do movimento cooperativo que actuantes no distrito de Marracuane, que serão descritos no decorrer da apresentação das técnicas de colecta de dados.

Por sua vez Fontanella *et al.* (2008), consideram que a intencionalidade da pesquisa é definida pela homogeneidade.[12] Nesta perspectiva, a escolha dos elementos de amostra adviu de um caminho mais prático, na dependência directa dos objectivos da investigação, pois, a um mesmo objecto podem corresponder diferentes objectivos de pesquisa da população do estudo.

[11] A técnica de amostragem utilizada foi do tipo não-probabilística intencional, usada quando uma amostra de áreas é escolhida "propositadamente" porque tem certas características que se acredita sejam "típicas" para a observação do fenômeno (GOODE & HATT, 1979). Nesta técnica de amostragem, o padrão é deixar ampla liberdade de escolha ao entrevistador, sendo que o que torna a pesquisa particularmente interessante é que o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião (BARROS & LEHFELD, 1997).

[12] Ocorrida essa definição, a escolha dos elementos amostrais advirá de um caminho mais prático, na dependência directa dos objectivos da pesquisa, pois a um mesmo objecto podem corresponder diferentes objectivos de pesquisa.

Associado à técnica de amostragem escolhida, toda a população da amostra pode fornecer informação relevante para a pesquisa, deste modo, para as cooperativas foram somente entrevistados os presidentes das mesmas, na sua ausência os tesoureiros.

O encerramento amostral por saturação teórica foi operacionalmente definido através da suspensão da inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passaram a apresentar, na nossa avaliação, certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na colecta de dados, para esse aspecto, a saturação amostral foi atendida por meio dos grupos focais. Em outras palavras, as informações fornecidas pelos novos participantes dos grupos focais da pesquisa pouco acrescentariam ao material já obtido, não mais contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento da reflexão teórica fundamentada nos dados que estavam sendo colectados.

4.2.3. Unidade de Análise

A unidade análise foram as cooperativas agrícolas que se encontram em funcionamento no distrito de Marracuene, nomeadamente: **COOPDASI, Cooperativa 25 de Setembro, Associação Cooperativa 7 de Abril, Cooperativa Popular, Cooperativa Eduardo Mondlane,** por dedicarem-se em actividades diferentes e promovendo a produção de culturas diferentes, o estudo abrangeu todas as cooperativas do distrito, como forma de obter informação mais detalhada e complexa sobre o contributo desses empreendimentos económicos solidários no desenvolvimento local.

O princípio da definição da análise esteve relacionada à forma como as questões de pesquisa foram definidas, tendo sempre em vista a selecção da unidade apropriada para a análise. Neste sentido, Yin (2001), defende que a literatura existente também pode tornar-se uma referência ou guia na definição da unidade de análise, pois a comparação entre as descobertas da pesquisa e as descobertas já existentes na literatura, somente foi possível porque cada estudo de caso ou unidade de análise se assemelhou a aqueles previamente estudados por outros pesquisadores ou, então, divergirem em forma clara e operacionalmente definida. As

cooperativas enquanto unidade de análise foram tidas em conta as culturas agrícolas que produzem em seus campos, tanto individuais, como colectivos.

4.2.4. Determinação da amostra

O processo de determinação da amostra seguiu etapas articuladas e baseadas em critérios previamente definidos, que passamos a descrever detalhadamente abaixo:

1. **Definição do universo**: incluiu as cinco (5) cooperativas agrícolas formalmente registradas no distrito de Marracuene, bem como actores institucionais estratégicos no sector do cooperativismo (governo distrital, Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo, sociedade civil organizada e agências de cooperação internacional);
2. **Critérios de inclusão/exclusão**: foram considerados sujeitos com tempo mínimo de dois (2 anos) de envolvimento em actividades cooperativas, participação activa na gestão (Presidentes) ou produção agrícola (cooperativistas/produtores), conhecimento sobre as dinâmicas organizacionais e disponibilidade em colaborar com a pesquisa;
3. **Selecção de informantes-chave**: presidentes e gestores das cooperativas, técnicos do Governo distrital, representantes de organizações de apoio (UCAME, SOCODEVI, DGRV, AMPCM) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo foram escolhidos por sua posição estratégica e capacidade de fornecer informações analíticas sobre o funcionamento e os desafios do cooperativismo agrícola local;
4. **Composição dos grupos focais**: realizados com membros de base das cooperativas, estratificados por género e por culturas agrícolas (milho, batata-doce, hortícolas), de modo a garantir diversidade de perceções e experiências práticas no processo produtivo, comercial e associativo;
5. **Critério de saturação teórica**: conforme Glaser & Strauss (1967), Guest, Bunce e Johnson (2006), a inclusão de novos participantes foi interrompida quando os dados colectados passaram a apresentar redundância, sem acréscimos substantivos às categorias emergentes. Assim, a amostra final não foi definida por quantidade prévia, mas pela suficiência teórica e empírica alcançada no campo.

De acordo com Cooper & Schindler (2003, p. 169), os sujeitos que contribuíram para a realização desta pesquisa foram selecionados através de uma amostra intencional, como anteriormente mencionado, por meio de um processo de julgamento, onde o pesquisador seleccionou membros da amostra por atenderem a alguns critérios acima descritos. Abaixo apresentamos a tabela contendo a amostra da pesquisa:

Tabela 3. Amostra da pesquisa

Nº	**Nome da Cooperativas**	**Nº de membros**	**Género (Nº homens/mulheres)**	
01	Cooperativa CoopDasi	50	12	Homens
			38	Mulheres
02	Cooperativas 25 de Setembro	30	8	Homens
			22	Mulheres
03	Cooperativa Associação 7 de Abril	45	15	Homens
			25	Mulheres
04	Cooperativa Popular	63	10	Homens
			53	Mulheres
05	Cooperativo Eduardo Mondlane	31	8	Homens
			23	Mulheres
06	Autoridade Tributaria de Moçambique – Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Director Nacional	01	01	Homens
07	SOCODEVI	02	01	Homens
			01	Mulher
08	DGRV – Gestor de Projectos	01	01	Homens
09	UCAME – Marracuene (União dos Camponeses de Marracuene)	02	01	Homens
			01	Mulher
10	AMPCM – Directora Executiva	01	01	Mulher
11	SDAE - Marracuene	01	01	Homens
12	Governo do Distrito de Marracuene	01	01	Homens
13	Lideres Comunitários	02	02	Homens
Total				**230 participantes**

Fonte: Autor - Plínio Fonseca, 2024

A segregação da amostra compreendeu a seguinte composição:

1. Treze (13) entrevistas semiestrutradas realizadas aos informantes – chave;
2. Dezassete grupos focais realizados aos produtores nas cooperativas, que se subdividem da seguinte forma:
    a. Sete (07) discussões de grupos focais realizados com produtores da cultura de batata-doce, na sua múltipla variedade (batata-doce comum, batata-doce de cor rocha, batata-doce rosada e batata-doce polpa alaranjada);
    b. Cinco (05) discussões de grupos focais de produtores da cultura de Milho;
    c. Cinco (05) discussões de grupos focais de produtores da cultura de hortículas.

A composição e classificação dos grupos focais, esteve relacionado com a identificação de desafios, experiências e conhecimentos únicos. Visto que cada cultura tem as suas especificidades, manejos especificos e relações comerciais. Os detalhes das composições dos grupos focais, bem como das entrevistas com informantes-chaves, são apresentados em detalhe na respectiva técnica de colecta de dados.

4.2.5. Método usado – Estudo de caso

A utilização de diferentes procedimentos para a realização da colecta de dados, além de possibilitar uma compreensão do problema de pesquisa em maior profundidade, oferece diferentes visões e perspectivas do fenômeno em estudo. A pesquisa apoiou-se no uso do método de *estudo de caso*, que, de acordo com Yin (2001), permite melhor compreensão de fenómenos sociais complexos e também constitui um instrumento adequado paraobter respostas às questões de pesquisa do tipo "como, de que forma e por quê", que se configuram questões ligadas a fenómenos contemporâneos e pertinentes a uma realidade social específica.

O estudo de caso é considerado vantajoso, porque estimula novas descobertas, possui uma planificação flexível, possui ênfase e, várias dimensões do objecto e os procedimentos de colecta e análise de dados podem ser considerados simples quando comparados com outros delineamentos, (GIL, 2002).

Nesta pesquisa, o método de estudo demostrou-se adequado por tratar-se de um estudo profundo, que exigiu um alto nível de detalhe em todas as dimensões, para a explicação da questão central do estudo que se traduziu em perceber como as alianças e parcerias estabelecidas pelo capital social em práticas do cooperativismo agrícola criam impactos que se traduzem em desenvolvimento. Por outro lado, o estudo de caso estimulou novas descobertas e dimensões do objecto (as alianças e parcerias entre o capital social), incluindo os procedimentos de colecta e análise e dados quando comparados com outros delineamentos ou abordagens para compreensão de um problema social.

4.2.6. Técnicas de colecta de dados

A colecta de dados foi realizada através das seguintes técnicas: pesquisa bibliográfica ou pesquisa documental, observação participante, entrevista semiestruturada (13 aos inormantes - chave), discussões de grupos focais (17 - sendo 7 grupos focais com produtores da cultura de batata – doce, 5 grupos focais com produtores da cultura de milho e 5 grupos focais com produtores de horticolas), histórias de vida e experiências pessoais (2 cooperativas) que detalhadamente são apresentadas a posterior.

As informações necessárias à consecução dos objectivos desta pesquisa foram obtidas a partir de dados primários e secundários. Para Yin (2001, p. 120), "*a necessidade de utilizar várias fontes de evidências ultrapassa em muito a necessidade que se tem em outras estratégias de pesquisa, como em experimentos, levantamentos ou pesquisas históricas*." Nesse sentido, Godoy (1995), afirma que os dados devem ser colectados no local onde eventos e fenómenos que estão sendo estudados naturalmente acontecem, incluindo entrevistas, observações, análise de documentos e, se necessário, medidas estatísticas. A utilização de diversas fontes de dados permitiu o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, um processo de triangulação. Portanto, desta forma, uma descoberta ou conclusão em um estudo de caso é muito mais convincente e acurada se derivada de várias fontes distintas de dados, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa (Yin 2001).

4.2.6.1 Pesquisa bibliográfica ou pesquisa documental

É um tipo de pesquisa que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo (GIL, 1987; GODOY, 1995). Outrossim, a pesquisa documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vista a uma interpretação nova ou complementar (Godoy, 1995), a sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa documental neste estudo esteve focada no arcabouço teórico sobre o cooperativismo agricola, redes, economia solidaria e desenvolvimento local, estes elementos facilitaram na construção de categorias analíticas para da tese. Considera-se necessário conhecer o que já foi desenvolvido por outros pesquisadores em nível nacional e internacional, procurando contribuir para a compreensão da temática dessa investigação.

A pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um carácter inovador, uma vez que os documentos são considerados importantes fontes de dados e que merecem atenção especial. Nos estudos que empregam uma metodologia qualitativa, os documentos podem levar o pesquisador a descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. Por este estudo possuir um cunho qualitativo as delimitações e a formulação do problema possuem características próprias, que exigiram do pesquisador a imersão no contexto das cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene. A análise do passado e do presente são cruciais para que haja uma maior isenção do investigador ao fenômeno social que pretende desvendar (BAUER; GASKELL, 2007; GODOY, 1995; GIL, 1987).

As fontes secundárias foram preliminarmente investigadas para levantar informações que subsidiaram a colecta de dados por meio de fontes primárias. As fontes secundárias compreenderam documentos internos e externos às cooperativas, tais como: livros, teses, artigos científicos, publicações e outros elementos produzidos pelo meio e representados nesta forma.

4.2.6.2. Observação participante

O uso da observação neste estudo permitiu ao pesquisador um contacto pessoal com o objecto de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos de pesquisa, aprender o significado que atribuem à realidade e às suas acções. A observação foi usada para colecta de informações/dados em situações em que as pessoas se encontram desenvolvendo as suas actividades em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social, (HALLOWAY & WEELER, 1996).

Para não influenciar o processo de observação o pesquisador teve em atenção aos seguintes aspectos:

I. Não foi relavado o papel de observação do pesquisador aos participantes, o que permitiu ao pesquisador observar fenómenos da forma mais autêntica possível do quotidiano das cooperativas;
II. O pesquisador não participou como membro de nenhuma organização ou equipa;
III. O pesquisador actuou como obervardor interno, ou seja, a identidade do papel do pesquisador foi ocultada dos participantes internos para não alterar comportamentos;
IV. Estabelecimento de tópicos de observação, caso especifico esteve mais relacionado com o acompanhar das experiencia diárias dos sujeitos em observação, captando o significado que atribuem à realidade e às suas acções em trabalho em redes.

A observação, como técnica de colecta de dados empíricos na pesquisa qualitativa, é discutida por vários autores, entre os quais Haguette (1995), Minayo (1994), Triviños (1987), como uma forma de captar a realidade empírica, é considerada por Goode & Hatt (1979), como a mais antiga e ao mesmo tempo a mais moderna das técnicas de pesquisa, pese embora, para que a mesma se torne fidedigna e válida, requer uma planificação em relação ao que observar e como observar.

A definição de observação participante tem algumas diferenças quanto às concepções e linhas de abordagens, comentadas por alguns autores como Haguette (1995), Minayo (1994). Nesta pesquisa, foi adoptada a definição de Becker (1994), entendendo que o pesquisador colecta dados, participando ou interagindo com os cooperativistas durante as mais diversas actividades dos empreendimentos da cooperativa, observando as pessoas e o seu comportamento em situações da sua vida laboral quotidiana.

Nesta pesquisa, a observação participante ocupou uma posição intermediária entre a pesquisa documental e as entrevistas, por ser caracterizada também como um recurso técnico metodológico que vai auxiliar na compreensão do processo de construção das perceções, atitudes e representações do capital social. (VEIGA & GONDIM, 2001). Outrossim, a *observação participante* que irá permitir ao pesquisador vivenciar a rotina diária e a acompanhar o dia-a-dia das dinâmicas das associações e das cooperativas agrícolas, com a finalidade de extrair dados importantes que ajudarão a explicar e responder aos objectivos da pesquisa.

A observação participante foi selecionada como uma das técnicas de colecta de dados devido à possibilidade de se captar uma variedade de situações às quais não se teria acesso somente por meio de entrevistas aos informantes chave ou grupos focais. Deste modo, com base em Gonsalvés (1994), a observação participante do contexto de trabalho dos cooperativistas possibilitou a viabilização do esclarecimento da sua lógica interna de funcionamento, pois foi possível acompanhar e registar os movimentos, os discursos e as acções dos cooperativistas, suas relações de reciprocidade, as relações mantidas com o objecto de trabalho colectivo e como se processam os modos de produção, comercialização e distribuição dos ganhos associativistas.

Por fim, foi adoptado ainda um diário de campo que serviu para registar as observações feitas no transcorrer das entrevistas, nas visitas realizadas às cooperativas agrícolas, com foco pela forma como é realizado o atendimento aos produtores associados à cooperativa, trabalhos colectivos, acompanhamento nas feiras agrícolas e exposições em eventos de agro-negócios (FACIM - Feira Internacional de Maputo, Feiras Municipais do Distrito de Marracuene), processo de comercializando dos produtos e rotina da cooperativa.

Tabela 4: Grelha de observação

Dimensão	Descrição
Espaço	O layout físico do cenário (cultura a produzir, evento, feira agrícola).
Actor	Variedade de pessoas no ambiente (cooperativistas, público, clientes).
Actividade	Descrição das actividades que ocorrem no ambiente (reuniões, colheita, comercialização).
Objecto	As coisas físicas que estão presentes no cenário (meios de produção, tecnologias de produção).
Agir	Acções únicas que as pessoas fazem (acções e interaçoes do trabalho colectivo).
Evento	Actividades que as pessoas realizam (nos períodos normais de trabalho nas comperativas e nos campos individuais).
Tempo	O cronograma de eventos ou actividades que acontecem.
Meta	O propósito das actividades ou eventos.
Sentimento	Emoções que são sentidas e expressas pelo trabalho cooperativo (como os produtores vivenciam e manifestam).

Fonte: Plínio Fonseca, 2024

4.2.6.3. Entrevista semiestruturada

Para a realização desta pesquisa, os dados primários foram colectados por meio de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. A escolha desses procedimentos deu-se em função de que eles estão ligados ao objectivo geral deste trabalho. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas através de guião previamente elaborado, aplicado a partir de perguntas abertas, em que o entrevistado teve total liberdade para responder de acordo com a sua compreensão. Barros & Lehfeld (2000, p.90), advogam que o guião de entrevista é um instrumento mais usado para o levantamento de informações, não estando restrito a uma determinada quantidade de questões e pode possuir perguntas fechadas ou abertas e ainda a combinação dos dois tipos.

Nesta pesquisa, a empregabilidade das *entrevistas semi-estruturadas* englobou, por um lado, as características socioeconómicas relevantes dos entrevistados e, por outro, foi composta por perguntas numa lógica progressiva que permitiram *identificar*, *descrever e comprender* os contributos que as cooperativas agrícolas enquanto expressão da economia solidaria criam impactos positivos nas vidas dos produtores organizados em cooperativas no distrito de Marracuene, deste modo, as entrevistas semiestruturadas têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. O guião de entrevistas foi composto por algumas questões norteadoras e teve o objectivo de conseguir o maior número de informações ligadas ao objecto de estudo, o que poderia posteriormente indicar elementos que pudessem conduzir à construção das categorias empíricas Gonsalvés (1994).

Sobre a especificidade das entrevistas, Minayo (2004, p. 121), afirma que quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas, de representação de determinado grupo social, ou quando se trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente. Para Bauer e Gaskell (2007), a entrevista semi-estruturada é uma técnica flexível, podendo ser aplicada em quase todos os lugares e é capaz de produzir dados de grande profundidade, trata-se de um procedimento qualitativo amplamente usado em pesquisas sociais.

O número de entrevistas foi definido pelo critério de saturação dos dados, ou seja, até que os discursos se repitam e não trouxeram elementos novos para o objecto da pesquisa ou para explicação do fenómeno em análise no estudo. As entrevistas foram pré-agendadas junto aos entrevistados, sendo determinada hora, local e data para realização e de acordo com a preferência e disponibilidade de cada um. Destaca-se ainda que cada entrevista foi realizada na comunidade dos entrevistados e/ou nos locais indicados pelos sujeitos.

Para garantir a fidedignidade do discurso, acordou-se previamente com os entrevistados que as entrevistas seriam gravadas para posterior transcrição. Na sequência, essas transcrições foram submetidas aos respectivos entrevistados com o objectivo de se tentar eliminar possíveis imperfeições nos seus discursos. Os nomes dos entrevistados foram preservados e a utilização dos dados e das informações colectadas se restringiu única e exclusivamente à realização desta pesquisa.

Tabela 5: Entrevistas a informantes – chave da pesquisa

Nº	Instituição e posição do Informante Chave	Data
01	Autoridade Tributaria de Moçambique – Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Director Nacional	01/02/2024
02	SOCODEVI – Coordenador de Desenvolvimento Organizacional	07/05/2024
03	DGRV – Gestor de Projectos	15/02/2024
04	UCAME – Marracuene (União dos Camponeses de Marracuene)	04/03/2024
05	AMPCM – Directora Executiva	13/12/2023
06	SDAE - Marracuene	20/12/2023
07	Governo do Distrito de Marracuene - SDPI	20/12/2023
08	Gestora da Cooperativa - Cooperativa CoopDasi	10/05/2024
09	SOCODEVI – Oficial Comunicação	07/05/2024
10	Presidente da Cooperativa - Cooperativa Popular	14/05/2024
11	Presidente da Cooperativa - Cooperativas 25 de Setembro	30/04/2024
12	Presidente da Cooperativa - Cooperativa Associação 7 de Abril	29/04/2024
13	Presidente da Cooperativa - Cooperativa Eduardo Mondlane	25/10/2023

Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

4.2.6.4. Grupos focais

A técnica dos *grupos focais*, Morgan (1997), define grupos focais como uma técnica de pesquisa que colecta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. O grupo focal foi composto por oito (8) a doze (12) participantes, em função das culturas que produzem Para Caplan (1990), os grupos focais são "pequenos grupos de pessoas reunidos para avaliar conceitos ou identificar problemas", constituindo-se em uma ferramenta comum usada em pesquisas sociais e não só, visando determinar as reações do público-alvo ou população do estudo.

Os critérios de selecção dos participantes dos grupos focais nesta pesquisa, se basearam em certas características em comum que estavam associados aos tópicos da pesquisa, que descrevemos:

I. Ser membro da cooperativa;
II. Possuir pelo menos dois (2) anos de prática cooperativista;
III. Participacao em actividades das cooperativas;
IV. Ter situação de cotas pagas/regularizadas;
V. Género;

A duração das sessões do grupo focal foi de uma hora e meia no máximo. A escolha desta técnica dos grupos focais para a colecta de dados teve como um dos motivos por ela basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Na concepção de Vaughn *et al.* (1996), advogam que essa técnica de colecta de dados possibilita aprofundar o debate e buscar perceber os diversos enunciados com base nas experiências pessoais e colectivas dos sujeitos de pesquisa, na medida em que o objectivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou actividade.

A discussão do grupo focal aconteceu numa atmosfera agradável e informal que colocou os participantes confortáveis em expor ideias, sentimentos, necessidades e opiniões. Caplan (1990), sugere uma progressão natural dos assuntos, partindo de tópicos mais gerais até chegar ao foco específico da pesquisa. Se a pesquisa tiver mais de um objectivo, é conveniente subdividir a discussão em reuniões distintas, uma para cada objectivo específico, visando a maior ordenação de ideias. A dinâmica e a interação do grupo se tornam parte integrante da técnica, pois os participantes, engajados na discussão, dirigem seus comentários aos outros participantes, ao invés de interagirem apenas com o moderador. Caterall & Maclaran (1997) consideram a interação do grupo como algo produtivo que amplia o espectro de respostas, activando detalhes de experiências esquecidas e desinibindo os participantes.

A actuação dos participantes dos grupos focais, obedeceu a uma certa progressão de níveis, fazendo com que o pesquisador/moderador tivesse a difícil tarefa de conduzir a reunião de forma a ultrapassar o nível superficial e defensivo, normal em qualquer interação entre pessoas desconhecidas, com intuito de alcançar o lado autêntico de cada participante. É importante ressaltar que o grupo focal visa à geração de ideias e opiniões espontâneas, sendo extremamente importante a participação de todos, porém sem coação, mas promovendo a discussão entre os participantes, sem perguntar directamente a cada um deles, isto é, sem que a reunião pareça uma série de entrevistas individuais.

Esse facto, fez com que o papel do moderador fosse muito mais passivo na condução dos debates em torno dos temas propostos. Por fim, a partir dos elementos anteriormente descritos, pode-se inferir que o sucesso do grupo focal esteve relacionado directamente à definição clara do

objectivo da pesquisa e selecção das culturas de cultivo. Tal como defende Emire *et al* (1993, p. 195), a técnica de grupo focal cabe ao pesquisador moderador do grupo criar um ambiente propiciador para que diferentes percepções e pontos de vista venham à tona, sem que haja nenhuma pressão para que seus participantes votem, cheguem a um consenso ou estabeleçam algum plano.

Tabela 6. Discussão de grupos focais

Nº	Nome da Cooperativas	Género (H/M)	Composição do grupo focal	Data da realização	Cultura selecionada
01	Cooperativa CoopDasi	Homens	12	10/05/2024	Batata doce
		Mulheres	14	10/05/2024	Milho
		Homens e Mulheres	12	10/05/2024	Hortícolas
		Mulheres	12	10/05/2024	Batata doce
02	Cooperativas 25 de Setembro	Homens	8	30/04/2024	Batata doce
		Homens e Mulheres	16	30/04/2024	Milho
		Mulheres	7	30/04/2024	Hortícolas
03	Cooperativa Associação 7 de Abril	Homens	15	29/04/2024	Batata doce
		Homens e Mulheres	15	29/04/2024	Milho
		Mulheres	15	29/04/2024	Hortícolas
04	Cooperativa Agrícola Eduardo Mondlane	Homens	8	25/10/2023	Batata doce
		Homens e Mulheres	15	25/10/2023	Milho
		Mulheres	15	25/10/2023	Hortícolas
05	Cooperativa Popular	Homens	10	14/05/2024	Batata doce
		Mulheres	16	14/05/2024	Milho
		Homens e Mulheres	16	14/05/2024	Hortícolas
		Mulheres	16	14/05/2024	Batata doce

Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

4.2.6.5. Histórias de vida e experiências pessoais

Os métodos narrativos para Claudin (2006), enquanto instrumentos de colecta de dados, especificamente a técnica de *histórias de vida e experiências pessoais*, permitem um aprofundamento das investigações, sendo que a combinação entre as histórias de vida com os contextos sócio-históricos é, no nosso entender, tornar possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam e justificam a acções dos informantes-chave. Deste modo, Muylaert (2014), defende que as narrativas se mostram muito úteis em estudos de abordagem qualitativa, uma vez que a narratividade é vista como uma forma artesanal de comunicação cujo objectivo é veicular conteúdos a partir dos quais as experiências subjectivas podem ser transmitidas.

Nesta pesquisa, as histórias de vida e experiencias pessoais, buscaram perceber dos sujeitos de pesquisa (cooperativistas agrícolas) as experiências que atribuem em relação ao trabalho e se a organização cooperativista traz benefícios ou não em suas vidas, que lhe permita desenvolver as suas capacidades. Este procedimento metodológico consistiu em focalizar nas histórias contadas e os seus significados que os sujeitos de pesquisa atribuiram sobre a sua vivência na pratica do cooperativismo agrícola, e a partir dai aferir se houve ou não a transformação.

Tinoco (2004), as percepções evidenciam que a unidade narrativa é constituída de vivências e experiências (histórias de vida), adquiridas e construídas no decorrer da história de vida dos sujeitos de pesquisa que cristalizam e se constituem em imagens que são retomadas em situação quotidiana, tornado essa técnica de colecta de dados no campo bastante eficaz na "captura" de informações relevantes inerentes à experiência e vivência dos cooperativistas em actividades agrícolas colectivas (CARVALHO *et al* 2021). As histórias de vida e experiências pessoais permitiram compreender de que forma é que a construção social do desenvolvimento local pode ser dinamizada por cooperativas agrícola enquanto expressão da economia solidaria, e como elas podem reflectir aos interesses dos indivíduos e instituições actuantes em territórios delimitados na busca de alternativas para suprir necessidades e carências que são sentidas e partilhadas de forma colectiva.

4.2.7. Critério para a análise dos dados colectados

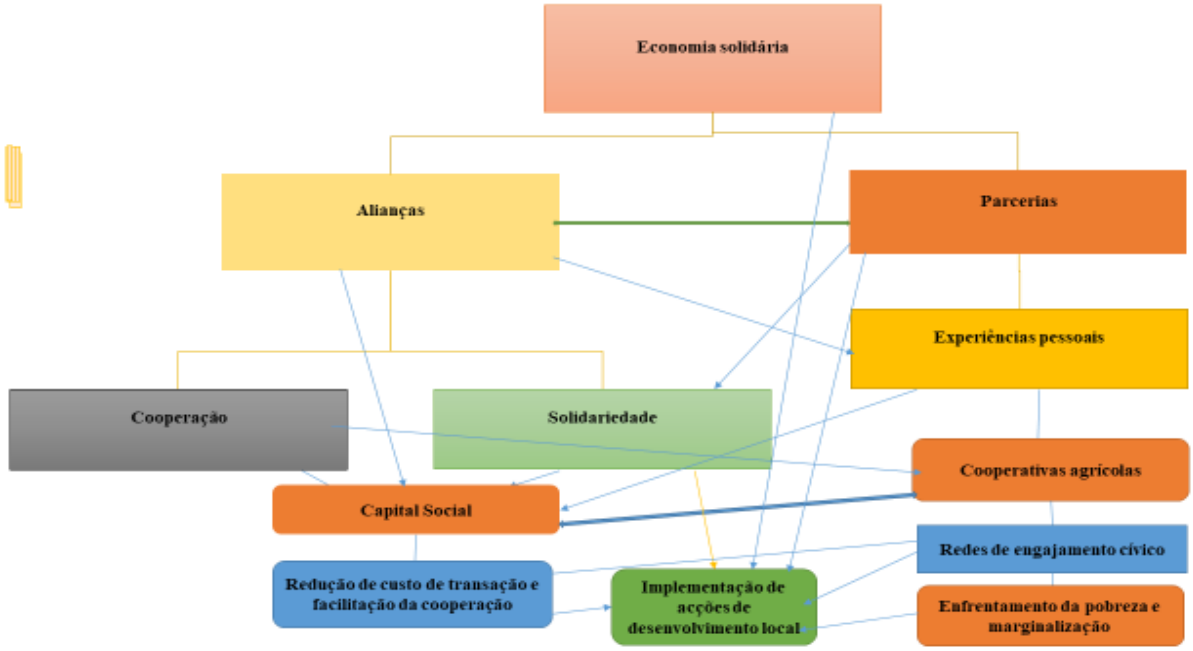
O processo de análise e interpretação dos resultados da pesquisa seguiu a lógica apresentada nas categorias de análise e sua correlação. Entretanto, foram estabelecidas duas (2) categorias (as alianças e parcerias), para o caso das alianças, correlacionamos elementos de cooperação e solidariedades que convergem o capital social na redução dos custos de transação. Sendo que, na categoria de parcerias correlacionamos elementos como experiências pessoais, cooperativas agrícolas, redes de engajamento cívico, mecanismos de enfrentamento da pobreza e marginalização. Posteriormente, convergimos as categorias de alianças e parcerias como um caminho para implementação de acções cujos resultados contribuem para uma resposta positva e melhoram a qualidade de vida dos actores contribuindo deste modo para a promoção do desenvolvimento local.

Os dados colectados por meio de entrevistas, discussões de grupos focais, observação participante, pesquisa bibliográfica, foram analisados segundo a técnica de análise de **conteúdo** (Bardin, 1977), que envolveu três fases: *pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados*. A codificação buscou identificar aspectos comuns nos discursos, seguindo princípios de validade e confiabilidade (Yin, 2001; Cooper & Schindler, 2003).

A análise documental foi aplicada aos dados secundários e a análise de conteúdo aos dados primários, garantindo riqueza de detalhes e fundamentação teórica (Bauer & Gaskell, 2007). Optou-se pela técnica de análise categorial do discurso, permitindo o agrupamento, classificação e interpretação das informações de forma sistemática e comparativa com a literatura existente. Para uma análise de dados de alta qualidade (Yin, 2001, p. 154), independentemente da estratégia analítica escolhida, quatro princípios fundamentais devem ser considerados: (1) deixar claro que a análise baseou-se em todas as evidências relevantes; (2) a análise deve abranger todas as principais interpretações concorrentes; (3) a análise deve se dedicar aos aspectos mais significativos do estudo de caso; e (4) o pesquisador deve utilizar seu conhecimento prévio de especialista para analisar o estudo de caso, ou seja, conhecer publicações anteriores e estar consciente das discussões e do debate actual sobre o tema da pesquisa (economia solidária e cooperativismo agrícola).

Abaixo apresentamos as categorias utilizadas para o estudo especificamente no que concerne à economia solidária.

Figura 14. Modelo de análise e sua correlação



Fonte: Autor – Plínio Fonseca, 2024.

A análise categorial de conteúdo, conforme Bardin (1977), consistiu em classificar e reagrupar unidades de registro em categorias previamente definidas (alianças e parcerias) e adicionalmente as categorias emergentes que consubstanciaram os elementos da analise do conteúdo da pesquisa. Neste estudo, adotou-se a lógica de categorias pré-concebidas, estruturadas a partir do roteiro das entrevistas. O método qualitativo mostrou-se adequado por privilegiar a compreensão de situações complexas e particulares (Richardson, 1999), evitando a quantificação e priorizando a interpretação do discurso. O tratamento dos dados envolveu entrevistas semiestruturadas, grupos focais, histórias de vida, observação participante e análise documental, todos sistematizados por meio de codificação e agrupamento com apoio do *software*

Nvivo. Esse processo possibilitou captar nuances, identificar padrões e aprofundar a compreensão das percepções e experiências dos sujeitos da pesquisa.

A decisão de adoptar a triangulação de técnicas como estratégia de colecta de dados, as quais foram: as entrevistas semiestruturadas com os informantes-chave, discussões de grupos focais, a pesquisa documental ou bibliográfica, suguiram as instruções de Mattar (1996), que enfatiza que é um método de uso comparativo de diversas fontes de dados e tem a finalidade de validação dos resultados.

4.2.8. Escolha das unidades

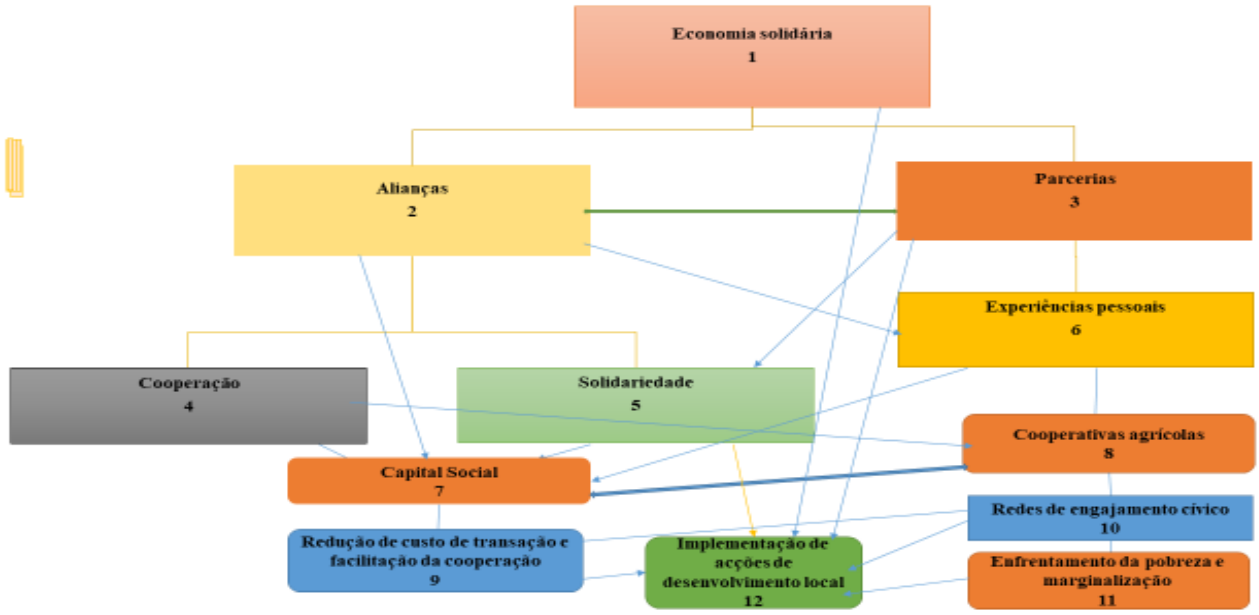
A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização. Ela pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis. A título ilustrativo, podem ser citados dentre as unidades de registro mais utilizadas: a palavra, o tema, o objecto ou referente, o personagem, o acontecimento, e o documento. Conforme Bardin (1977, p. 106), " [...] as respostas a questões abertas, as entrevistas (não diretivas ou mais estruturadas) individuais ou de grupo [...] podem ser, e são frequentemente, analisadas tendo o tema por base".

Portanto, neste estudo a principal unidade de registro utilizada na análise categorial de conteúdo foram os conceitos de *economia solidária* e *desenvolvimento local*. O tema, enquanto unidade de registro, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas. Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido (BARDIN, 1977, p. 105).

4.2.9. Regra de enumeração

A regra de enumeração nada mais é do que o modo de contagem da unidade de registro. Para Bardin (1977), é possível utilizar diversos tipos de enumerações: a presença (ou ausência), a frequência, ponderada, a intensidade, a direcção, a ordem, e a co-ocorrência. De acordo com os critérios de pertinência, tipo de material analisado e quadro teórico já mencionados anteriormente, a análise de conteúdo deste trabalho foi orientado, basicamente, pela presença ou ausência da unidade de registro – o tema e os conceitos subjacentes olhando especificamente para os conceitos de alianças, parcerias, cooperação, solidariedade em forma de capital social que se materializam através de cooperativas agrícolas, cujos resultados contribuem para a redução dos custos de transição e facilitação de acções coordenada para o enfrentamento da pobreza e marginalização cujos resultados da implementação dessas acções contribuem para a promoção do desenvolvimento local no distrito de Marracuene.

Figura 15. Sequência de enumeração



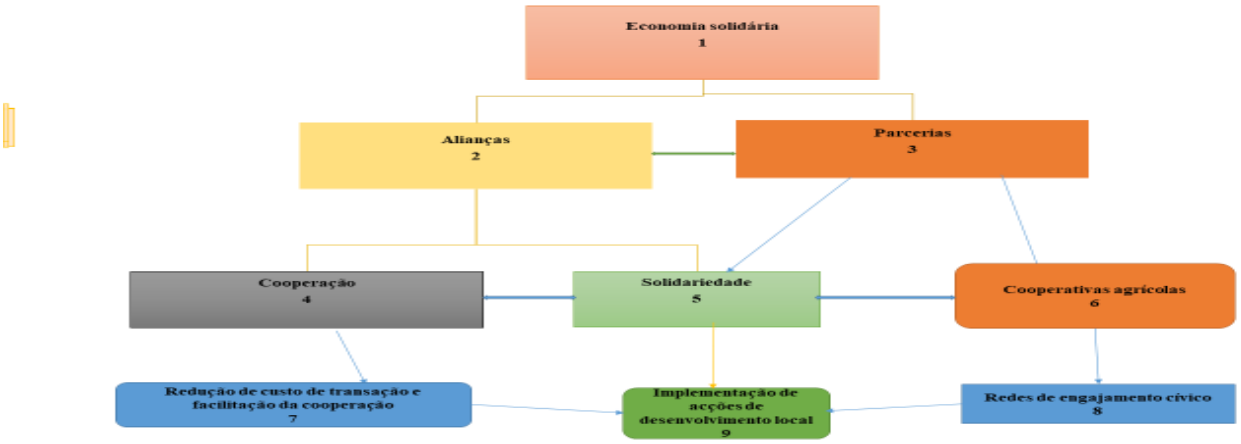
Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

4.2.10. Categorização

A análise categorial de conteúdo é uma operação de classificação de unidades (de registro e de contexto) constitutivos do texto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento analógico em categorias, com os critérios previamente definidos (BARDIN, 1977). As categorias são rúbricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico. Agrupamento foi efectuado em razão dos caracteres comuns desses elementos. A categorização pode empregar dois processos inversos: (1) fornece um sistema de categorias e, com base nele, reparte da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados; e (2) o sistema de categorias não é fornecido inicialmente, sendo que ele vai se estruturando de acordo com a classificação analógica e progressiva dos elementos. Para o caso específico, as categorias foram construídas seguindo a primeira lógica, ou seja, o sistema foi concebido, repartidos os elementos a medida em que foram sendo achados/encontrados.

O sistema de categorias, produzido pela análise qualitativa de conteúdo das entrevistas desta pesquisa, foi estruturado de acordo com esse último processo, com base no roteiro das entrevistas e das discussões do grupo focal utilizadas. O método de análise de conteúdo permitiu compreender melhor o discurso de aprofundar suas características mais importantes e extrair os momentos mais importantes (idem, p. 224). Resumidamente, o tratamento de todos os dados colectados foi realizado por meio de procedimentos qualitativos com base em entrevistas semiestruturadas, grupos focais, histórias de vida e experiências pessoais, análise documental e análise de conteúdo. Por fim, as respostas fornecidas pelos entrevistados foram integralmente transcritas e juntamente com as observações participantes feitas pelo pesquisador, analisadas por meio de agrupamento e codificação de informações pelo uso do *software* de análise qualitativa de dados ***Nvivo***. Como também os procedimentos de análise de dados passaram por agrupamentos das questões em relação as respostas de acordo com a ordem em que foram dispostas nos guiões de entrevistas, por meio da análise de categorias e conteúdos respectivamente.

Figura 16. Análise das categorias de conteúdo da pesquisa



Fonte: Autor – Plínio Fonseca, 2024

4.2.11. Questões éticas

A pesquisa pautou por princípios éticos que orientam um estudo transparente e isento de constrangimentos "graves" que possam dificultar o decurso da recolha de dados, desde a sua concepção, passando pela sua operacionalização até à sua conclusão, respeitando, por conseguinte, os entrevistados com justeza e princípios de equidade, evitando prejudicá-los e enganá-los, promovendo o bem-estar e um espírito de colaboração no desenvolvimento das entrevistas.

Relativamente a questões de objectividade e imparcialidade, a pesquisa foi conduzida com base em critérios científicos objectivos, independentemente do "apoio" recebido que consistiu em partilha de informação e material bibliografico pelas diferentes entidades (SOCODEVI, AMPCM, DGRV), não houve espaço para a distorção dos dados, em concomitância, este aspecto foi reforçado, pelos mecanismos adoptados de protecção e confidencialidade dos dados. Schnaider (2008), aponta que a protecção da identidade dos participantes não é apenas uma obrigação ética, mas uma necessidade para evitar danos psicológicos e sociais. Assim, todos os nomes foram codificados de forma a impedir a identificação dos entrevistados em futuras publicações.

Importa referir que, no momento da recolha de dados no campo, o comité de ética da Universidade ainda não se encontrava constituído e nem em funcionamento. Todavia, o projecto de pesquisa foi aprovado institucionalmente no ano de 2023, tendo sido conduzido com rigor metodológico e respeito pelas normas éticas. O investigador não é membro de nenhuma cooperativa de produção agrícola e muito menos colaborador de alguma das empresas que apoiam o cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene. Mas para evitar algum conflito, sobretudo no que se refere à relacção de poder, isto é, à possibilidade de que a sua posição investigador e o apoio material recebido pudesse gerar reservas, constrangimentos ou desconfiança nos participantes, limitando a liberdade e autenticidade das suas respostas. Para mitigar esse risco, o investigador optou por não se apresentar como colaborador de nehuma delas durante o processo, mantendo uma postura neutra e imparcial. Esta precaução teve como objectivo garantir a naturalidade dos testemunhos e proteger a integridade dos participantes.

Assim, mesmo na ausência de um comité de ética formalizado à época, foram respeitados os princípios fundamentais do consentimento informado, da confidencialidade e da protecção ética dos envolvidos, conforme já referido nos parágrafos anteriores. A participação da população (participantes) da pesquisa foi feita a partir do seu consentimento, mediante a aceitação e preenchimento da declaração do consentimento, bem como, para a garantia da confidencialidade, nos casos que se mostrarem necessários. As imagens fotográficas captadas durante o trabalho de campo e que parte delas, são apresentadas nesta pesquisa, foram na sua generalidade autorizadas pelos sujeitos de pesquisa.

Em alguns casos em que se mostra necessário o uso da língua local nas entrevistas de forma a torná-las mais abrangentes e substantivas, visto que, a maioria dos pequenos produtores é falante das línguas locais, os mesmos serão informados sobre o objectivo da pesquisa com a finalidade de se obter um consentimento voluntário e salutar, favorecendo o fortalecimento de uma melhor contribuição em termos de informação suficiente e adequada para o estudo.

(**Termo de Consentimento Informado da pesquisa em anexo**).

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta secção, abordamos a economia solidária tomando como unidade de análise as cooperativas de produção agrícola e a sua contribuição para a promoção do desenvolvimento local do distrito de Marracuene, onde de forma específica pretendemos:

i. Identificar os vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene, destacando como esses vínculos favorecem a formação de alianças, parcerias e a construção de uma identidade colectiva;
ii. Descrever a economia solidária como um espaço de fortalecimento do cooperativismo agrícola, analisando seu papel como alternativa viável para o desenvolvimento local em Marracuene;
iii. Compreender de que forma as práticas características da economia solidária, adotadas pelas cooperativas agrícolas, contribuem efectivamente para a promoção do desenvolvimento local.

A colecta de dados da pesquisa, foi realizada junto às cooperativas agrícolas que se encontram activas, ou seja, em funcionamento no distrito de Marracuene, nomeadamente: *COOPDASI, Cooperativa 25 de Setembro, Associação Cooperativa 7 de Abril, Cooperativa Agrícola Eduardo Mondlane, Cooperativa Popular*, por se dedicarem em actividades diferentes e promovendo a produção de culturas diferentes.

A linha de análise parte na base da compreensão do espaço produtivo enquanto lugar de convergências de forças, solidariedades, comunhão, alianças e parcerias que visam maximizar a produção e aumentar os lucros de quem está envolvido e desenvolve actividades neste território por intermédio de redes solidarias, neste caso as cooperativas de produção agrícola. Estas unidades de produção, apresentam uma grande diversidade de características de variada natureza, em termos de organização económica, é possível reuni-las num determinado número de sistemas de organização da economia agrícola, quer na dimensão rural, como na dimensão urbana.

Em Moçambique, os sistemas de produção agrícola são variados, podendo encontrar uns que se dedicam simplesmente na produção para o auto - consumo e os que pretendem exclusivamente à comercialização. Nesta pesquisa, focalizamo-nos nas cooperativas de produção agrícola que abarcam tanto a produção para o auto – consumo, como a produção para a comercialização. Não obstante a manifestação híbrida do cooperativismo moderno no distrito de Marracuene, a agricultura cooperativa tem a sua origem com o estabelecimento das aldeias comunais, e caracterizava-se por uma pequena e média exploração privada que tinha um contributo significativo no trabalho familiar, já que empregava mão-de-obra assalariada, como mencionado anteriormente.

Os sistemas de produção cooperativistas no distrito de Marracuene são, na sua generalidade, caracterizados por uma produção orientada à comercialização, pese embora os cooperativistas também usem os resultados para a garantia da sua segurança alimentar e nutricional. Apesar de a terra pertencer ao estado, as cooperativas em Marracuene, possuem um DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra), que lhes confere por Lei o seu usufruto gratuito enquanto é utilizada na prática da agricultura cooperativa e não só.

Com o objectivo de transformar a estrutura criada pelo regime colonial e substitui-la por uma outra lógica, umas das primeiras medidas adoptadas pelo Governo Moçambicano foi a nacionalização de toda terra e dos seus recursos, dando azo ao artigo 8º da Constituição da República de Moçambique que postula que “a terra e os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental de Moçambique são propriedades do Estado, e que este determina as condições do seu aproveitamento e do seu uso”.

As cooperativas do distrito de Marracuene são na sua globalidade são formadas por indivíduos (capital social), que fornessem trabalhos e em alguns casos meios de produção e constituem componentes dos espaços produtivos destes, na medida em que, há um processo livre e consentido de estabelecimento de alianças e parcerias que visam enfrentar uma situação comum de desconforto que lhes permite desenvolver acções produtivas cujos ganhos são divididos de forma equitativa fazendo com que os cooperativistas melhorem as suas condições de vida.

Os aspectos colectivistas e de cooperação assim como a solidariedade entre os membros das cooperativas agrícolas são elementos fundantes da expressão da economia solidária nos empreendimentos em análise nesta tese.

5.1. Identificação dos vínculos sociais estabelecidos nas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene.

Actualmente, o distrito de Marracuene caracteriza-se por uma consciente construção de uma nova forma de organização social de trabalho através de parcerias que tem na cooperação e solidariedade a sua base e contributo para o desenvolvimento de acções colectivas baseadas no território em que essas cooperativas estão implantadas. Trata-se da modalidade de trabalho conhecida como economia solidária que é introduzida em resposta à grande crise do emprego que atingia a massa dos trabalhadores no país.

O cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene, enquanto um modelo de inserção sócio - económica que põe o homem na centralidade do processo produtivo e laboral, cujo cariz criador e recriador da hominização assume a perspectiva de construção do Homem, através do qual se realiza como um ser cultural, histórico e social no sentido ontológico, permitindo - lhe prover as suas necessidades materiais, que não inerentes a sua sobrevivência e manutenção no território em que habita. A perspectiva da economia solidária que é uma modalidade de trabalho passa ao largo do capitalismo, em suas relações de denominação e exploração do trabalhador, além dos aspectos sócio - económicos e de actividades em si, o trabalho é fonte de realização do ser social. Como diz Ranieri (2004, p.14), o trabalho é, e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da sociabilidade humana.

A ontologia do trabalho é bem mais significativa e simbolicamente expressiva do que o discurso da centralidade do trabalho. Nos referimos aos sentidos do trabalho em cooperativas agrícolas, enquanto actividade histórico-social de humanização, cujo processo ocorre da objectivação e exteriorização do homem como um ser genérico cognitivo e social, que tem actividade vital consciente que o distingue da actividade animal irracional.

É nesta senda que, para Nascimento (2016), os vínculos sociais em cooperativas agrícolas se assentam nesta perspectiva de actividade livre na medida em que é pensada, gerida e realizada pelos próprios cooperativistas que, enquanto seres genéricos, forjam e elaboram suas próprias estratégias de engajamento, planificação e execução de actividades de sócio – económica que lhes permite reforçar a construção do sentido de pertença ao empreendimento económico solidário e comunidade que perpassa um novo olhar do sentido das colectividades, objectivando e exteriorizando como seres meramente sociais, olhando para as suas dinâmicas e interações.

A mobilização e criação de sinergias que facilitam a união e cooperação nas cooperativas agrícolas no distrito de Marracuene, reforçam a força política para criar e administrar essas redes, materializando as práticas não só económicas, mas também, sociais, políticos, ambientais e culturais de resignificação das modalidades de inserção laboral na sua totalidade social. Estando com consonância com o postulado de Santos (2002), que aponta ao cruzamento virtuoso entre os conhecimentos técnicos e conhecimentos populares do qual foram decorrendo novos espaços de deliberação democrática e de valorização cultural em que as actividades produtivas têm dimensões muito além do económico, já que os envolvidos exprimem uma cultura local e um modo de viver e de estar no mundo.

As interações que promovem a coesão e o sentimento da comunidade, envocam o princício de liberdade de actores livres, capazes de transcender a si próprios num processo de alteridade, buscando uma perspectiva de constructo de tornarem-se indivíduos reabilitados e colectivos numa ressignificação da classe, tanto social como económica. As alianças e parcerias alicerçam ao processo de gestão organizacional e a afectividade nas relações sociais tornando-se fundamentais para a manutenção da união e cooperação. Os eventos como dias de campo e feiras agrícolas de exposição e feiras de comercialização agrícola são fundamentais para a manutenção da união e cooperação, por se apresentarem como elementos fundamentais para a construção da identidade colectiva das cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene.

Os dias de campo enquanto mecanismo de formação de alianças e parcerias, facilitam a construção da identidade colectiva, porque ainda propiciam a criação de espaços de troca de conhecimentos entre os agricultores, incentivando a adopção de novas práticas e promovendo o senso de comunidade e progresso conjunto. Nesses eventos, os agricultores compartilham

experiências, observam resultados práticos, e se sentem parte de um movimento maior de desenvolvimento, o que reforça o papel e o valor do trabalho no campo e na mobilização comunitária.

Como se vê, a economia solidária assenta-se num conjunto de ideias ético-filosóficas e conceituais que evoca a democracia, a solidariedade e o aspecto ontológico do trabalho. Vem juntar-se a esse conjunto de ideias a militância e o protagonismo político dos cooperativitas que desenvolvem os seus trabalhos em redes, ou seja, em empreendimentos solidários, transcedendo a contribuição dos agentes indutores que fazem a mediação metodológica destas práticas. Os dias de campo transformam-se em momentos de construção de capital social, onde a experiência individual se funde à experiência colectiva, moldando uma identidade fortalecida em torno da agricultura e do bem-estar da comunidade como um todo.

Os vínculos sociais nas cooperativas do distrito de Marracuene, existem para garantir aos seus membros uma vantagem no mercado, estímulos esses que sem o estabelecimento desses vínculos jamais seriam obtidos. A pesquisa comprovou que as vantagens das cooperativas são oriundas de três fontes centrais na organização cooperativa: i) em primeiro lugar, há a *vantagem de aquisições colectivas*, seja por meio de incremento da empregabilidade com a oferta de trabalho ou por intermédio de criação de pequenos grupos de poupança e créditos rotativos, oferecendo fontes de materiais mais baratas para produção, consumo e financiamento; ii) em segundo lugar, temos o estímulo advindo do *marketing* colectivo que é particularmente importante no sector da agricultura, mas que também está disponível para o trabalhador em outras sociedades ou sectores; e, iii) a terceira fonte de estímulo é a *construção de propriedades* de capital colectivo e individual pelos próprios associados, proporcionando aos indivíduos e suas comunidades uma autonomia genuína.

Portanto, a questão central para o sucesso cooperativo em Marracuene é a união entre a acção e propósito de seus membros associados à qualidade de seus produtos e serviços. Watkins (1986), afirma que, para as cooperativas, a união é mais importante que a democracia, pois sem união não é possível alcançar a vantagem de mercado ou a comunidade social, elementos centrais do principal propósito cooperativista que contribuem para a construção e desenvolvimento de capacidades.

A identidade colectiva dos produtores cooperativistas é uma identidade de classe, construída politicamente pelas acções destes empreendimentos económicos solidários, tendo em vista a situação dos mesmos no processo de produção, comercialização, financiamento, abastecimento de insumos, acesso a mercados estrututrados etc. Casos as cooperativas agrícolas se constituam como luta de classes, a vinculação a uma determinada classe social é determinada estruturalmente, pela posição que ocupa-se num sistema de produção, aquisição e comercialização e também pela capacidade de organização e mobilização da classe e o problema da consciência de classe são inseparáveis.

Este facto, faz com que ressurja o conceito de classe social como elemento explicativo da acção social através das cooperativas agrícolas, ou melhor, para designar os indivíduos que intervém na história, que a partir das condições objectivas de vida são capazes, na luta política, de criar uma consciência social por meio do trabalho cooperativo. As cooperativas são para os cooperativistas, a formação social que organiza o seu confronto com a ordem do dia, portanto, só se pode falar em consciência na luta de classes, quando se forja nas lutas sociais, pela acção colectiva, implicando uma organização que seja a portadora de uma ideologia própria desta orgamizaçao e sub influencia das dinâmicas territóriais impostas a esta circunscrição geográfica (Hobsbawm (1987);Vendramini (2000).

> "É para os cooperativistas termos uma vida financeira melhor com uma gestão participativa. É também uma forma de organizar a própria comunidade, uma forma de organizar os nossos sistemas de produção, uma forma que encontramos de ajudarmo-nos uns aos outros e buscar formas de melhorar os nossos ganhos económicos" (Cooperativista, 35 anos, entrevista/2024). Um outro sujeito da pesquisa diz que resolveram organizar-se em cooperativa para a nossa comunidade ficar forte, se fortalecer colectivamente para poder reivindicar mais, porque quando estamos organizados é fácil pedir assistência ao governo através dos técnicos mais também é fácil aprendermos conjuntamente" (Cooperativista, 57 anos /entrevista 2024).

Um outro aspecto que foi possível verificar relacionado as acções conjuntas nas cooperativas agrícolas de Marracuene e a participação do capital social, foi a transformação da mais – valia (lucro excedente) em sobra. No final do ano, quando é feito o balanço geral, a sobra

é dividida equitativamente entre os membros das cooperativas em função do seu grau de esforço e envolvimento nas actividades durante o ano. O aspecto colectivista e a solidariedade presentes no conceito de economia solidária que facilitam a construção da identidade colectiva revestem-se de singular grandeza no processo de desenvolvimento humano, diferentemente das relações de exploração que regem os modelos capitalistas e que levam os trabalhadores à imanência e coisificação, nas cooperativas agrícolas em Marracuene, a auto-estima é elevada dentro os cooperativistas, que é passível de constatar através do processo de criação e reinvenção dos processos produtivos e divisão social do trabalho.

O carácter democrático da economia solidária é fundamental para a funcionalidade das cooperativas, na medida em que a realização de assembleias ordinárias e extra - ordinarias, a existência de comissões de ética, a elaboração de contratos e a criação de fundos que garantam a operacionalização das acções não devem ser negligenciadas. Essa forma de organização social do trabalho garante o sucesso do empreendimento e dá a certeza de que todas as receitas serão revertidas para a própria cooperativa e para os cooperados que podem usar para melhorar as suas condições de vida, criando transformações nos seus territórios.

Os dados evidenciam que, para as cooperativas agrícolas, os princípios da democracia e da solidariedade são centrais para o estabelecimento de alianças e parcerias que se apresentam por meio de uma esfera organizativa dos empreendimentos. Os cooperativistas são envolvidos directamente na gestão do negócio, sendo que as normas de funcionamento e os encaminhamentos tomados são construídos colectivamente em fórum apropriado, que é a assembleia geral realizada com e entre os sócios. Dentro deste processo democrático, o princípio da solidariedade e o espírito colectivista da união e cooperação apresentam-se como fundantes, pilares de sustentação desta cultura organizacional fincada na democracia cooperativa.

Além disso, Singer (2002, p.9), chama atenção para o facto de que “a solidariedade na economia solidária só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contracto entre desiguais”, que se reinventam para buscar alternativas para enfrentar problemas comuns com base em uso de recursos locais existentes, colocando sob gestão comum do capital social.

No distrito de Marracuene, a construção dos vínculos sociais, que analisamos através das cooperativas de produção agrícolas, permitem reforçar a construção da identidade colectiva, se apresentam através da realização dos trabalhos rotativos e colectivos nas machambas singulares dos cooperativistas, com maior enfoque nos períodos de colheita, como forma de apoio mútuo e minimização de custos inerentes a mão-de-obra por um lado e, por outro, como forma de colocar produtos no mercado num mecanismo faseado, criando um circuito de oferta aos mercados existentes e garantindo que as cooperativas e os seus membros sempre tenham algum excedente para comercializar em função da necessidade do mercado, o que faz com que os cooperativistas desenvolvam o seu sistema produtivo tendo em conta as necessidades do mercado no seu contexto local e com os retalhistas, incluindo pequenos supermercados e o mercado grossista do Zimpeto, na discussão de grupos focal foi possível captar o seguinte depoimento:

> "Eu agora na cooperativa produzo melhor comparativamente quando não fazia parte deste grupo. Actualmente, sei como produzir produtos orgânicos e os meus colegas ajudam-me, por sermos uma cooperativa nova, ainda precisamos melhorar na qualidade do produto que colocamos no mercado." (Cooperativista, 37 anos /entrevista 2024).

> Adamais, antigamente, era difícil colocar os produtos no mercado, mas com a nossa cooperativa, já temos clientes fixos e algumas vezes comunicamos nas nossas reuniões que produtos temos disponíveis e com ajuda dos projectos como da SOCODEVI e a liderança das cooperativas já conseguimos colocar o nosso produto ao mercado e com preços uniformizados, com medidas padrões, ou seja, em quilos, por exemplo, nas cooperativas, todas vendemos os nossos produtos usando a medida de quilograma. No período da colheita, temos escalas de colheita, em função da maturação dos nossos produtos, e ajudamo-nos umas às outras na colheita, quer dizer, sem este tipo de parcerias, que estabelecemos na cooperativa, não seria possível, principalmente para nós mulheres viúvas ou separadas". (Presidente da Cooperativista 60 anos /entrevista informante – chave, 2024).

As cooperativas são organizações sociais que desempenham um papel importante para o desenvolvimento das comunidades locais e na formação da identidade colectiva dos seus membros, pois os seus integrantes, ao participarem nestes empreendimentos, ganham o direito e a liberdade de tomar decisões em relação ao presente e futuro delas. A comunidade percebe a

necessidade dos indivíduos associarem-se em grupos, unindo esforços para a busca da transformação social Ferrinho (1978). Os dados obtidos são sugestivos ao concordarem que o cooperativismo, com toda liderança para o planeamento, organização e controlo, vem se apresentando como uma alternativa viável para o capital social que desenvolve actividades agrícolas nas cooperativas agrícolas, baseadas no distrito de Marracuene, cujo vínculo se encontra alicerçado em princípios de cooperação e solidariedade, traduzidos em economia solidária, que se configuram num meio caminho para transformação das suas vidas e cujos resultados permitem aos cooperativistas encarrar com mais pujança o desemprego, marginalização e exclusão social resultantes das políticas verticais de desenvolvimento.

Ademais, foi possível constatar que os vínculos sociais nas cooperativas do distrito de Marracuene são constituídos como um lugar privilegiado onde a acção abstracta da igualdade que se traduz em uma experiencia concreta de vida e sentido de pertenca. Além disso, o conceito de comunidade surge como um mecanismo identitário para o estabelecimento das alianças e parcerias, enquanto produto da identidade colectiva destes empreendimentos cooperativistas, ou seja, a palavra comunidade ganha significado em função das nuances e características próprias destas cooperativas, variando em função de cada cooperativa do distrito de Marracuene na perspectiva/óptica das próprias cooperativas e dos outros actores com que com elas interagem.

Dai que a ideia de comunidade, que apresentamos sob forma de identidade colectiva, não se aplica sob vias de inexistência de conflitos ou diferenças, mais que se reconhecendo como "iguais" diante das mesmas dificuldades, carências, crises e exclusão social, acima de tudo do desejo de mudanças comuns, os produtores percebem a necessidade da força solidária que se forma no espaço, não só habitado e produtivo, mas também pela experiência dos cooperativistas, enxergando-se como pessoas que através de parcerias e alianças criam uma nova identidade colectiva para maximizar os seus processos produtivos e reduzir as incertezas por meio do trabalho colectivo/cooperativo, cujo o produto contribui para eliminação das privações.

O processo de construção destes vínculos sociais tal como afirmam Elias & Scotson (2000), são mediante relações vivenciadas entre os cooperativistas, revelando na verdade campos de proximidade e de tensão cultural, sendo possível aplicar essa definição às cooperativas do distrito de Marracuene na medida em que se configuram:

> "Redes de relações de pessoas que se organizam como uma unidade territorial de acordo, não só com o lugar onde vivem, como também, no lugar onde desempenham as suas actividades produtivas. Estabelecendo relações quando negociam, trabalham, comercializam, promovem feiras para exposição dos seus produtos, ou se divertem juntas, podem ser como não altamente especializadas e organizadas essas relações".

5.2. Formação de alianças e parcerias que favorecem a construção de uma identidade colectiva.

A identidade colectiva se apresenta na percepção de que as cooperativas de produção agrícolas, enquanto organização colectiva e insurgência contra as carências e privações e em prol da melhoria das condições de vida e consequente expansão das liberdades, fazem com que os membros desses empreendimentos económicos solidários, ainda que em meio de disputas, incertezas e conflitos, se sintam próximos um dos outros, se sintam encorajados a seguir colectivamente, se sintam energizados a olhar para as dificuldades de forma colectiva e consolidando a coesão das suas forças com desejo de mudança, por meio de espaços colectivamente construídos, instruídos com canais de participação que se apresentam pela pertença de uma rede compacta de protecção e amortização local, por meio de alianças e parcerias entre o capital social:

> "Quando começámos a trabalhar como cooperativa éramos 20 membros e passados dois anos somos quase 200 membros, entrar na cooperativa é a melhor forma para melhorar a sua vida como produtor, mas deve estar consciente que deve seguir as regras e as leis vigentes na cooperativa. Para quem esta longe pode não ver, mas quando nos aproximam e vêem os nossos resultados, as pessoas ficam surpresas". (Cooperativista – Conselho Fiscal, 30 anos /grupo focal 2024).

> "Estamos satisfeitos, por agora temos um mercado fixo para vender a nossa produção, mas precisamos de aumentar as opções do mercado. Um dia acreditamos que vamos conseguir ter um mercado diversificado". (Cooperativista - Tesoureiro, 55 anos /grupo focal 2024).

> “Apesar de sermos todos produtores, cada um tem a sua função dentro da cooperativa. Os lucros das vendas da produção são reais, conseguimos mesmo ter ganhos e conseguimos pagar as nossas quotas, que estão plasmadas no estatuto da nossa cooperativa, ou seja, o que nos guia são os estatutos, que ditam a nossa forma de ser e estar, tanto para membros como para funcionários para o nosso caso”. (Cooperativista, 41 anos /grupo focal 2024).

A força motriz em relação à necessidade de construção de vínculos sociais que facilitam a formação da identidade colectiva, alicerçados no desejo pela busca constante de mudança que é resultado da inconformidade, que desperta um sentimento de busca de dignidade, que a condição de exclusão, pobreza, marginalização ainda que forte, não consegue desanimar, mobilizando significados e práticas específicas da acção social as cooperativas agrícolas, enquanto representantes das vontades, dos interesses e das necessidades das comunidades locais, buscam promover acções que visam à satisfação dessas vontades, interesses e necessidades numa lógica endógena, por estabelecimento de alianças e parcerias de forma participativa e sistemática, pois adquirem um papel activo e fundamental para a execução de processos de desenvolvimento nestes contextos/territórios (Fonseca & Mungoi, 2024).

As cooperativas agrícolas em Marracuene, constituem uma das formas mais viáveis de sustentação das micro - unidades de produção, pois possibilitam aos produtores/cooperativistas a irem além da sobrevivência e passam a pensar no modo de produção, acreditando que o cooperativismo agrícola constitui um processo de organização humana que contribui para melhorar as condições de vida da comunidade em que se institucionalizam ou desenvolvem as suas actividades (Souza 2006; Homero 1988).

Os novos protótipos de construção da identidade colectiva podem ser observados sob o aspectos desenvolvimento de actividade que visem à inclusão social de todos os sujeitos, almejando a superação das desigualdades sociais e económicas – mesmo que de forma limitada e incipiente diante do contexto sócio-económico, outras formas alternativas de gerar trabalho e renda, inspiradas nos princípios economia solidaria, foram criadas pelos trabalhadores e por instituições de apoio (Fonseca & Mungoi, 2024). Apesar destes empreendimentos também estarem inclusos no sistema, os integrantes destas experiências contrapõem-se à lógica do capitalismo, tentando inclusive, encontrar outras formas de comercialização de seus produtos e

serviços - para além da cadeia de produção. Entre estas formas citam-se, a criação da moeda social (alternativa ao sistema), a criação de redes de trocas, pelos inúmeros eventos, encontros e feiras providas por estas experiências, juntamente com as instituições de apoio e a sociedade civil organizada que almejam um novo modelo de inserção sócio – económica da sociedade.

Ressalta-se que as instituições que fornecem apoio, treinamento especializado em matérias de gestão de sistemas de produção, gestão financeira, gestão cooperativa e suporte técnico e de qualificação às experiências colectivas, como as universidades, SOCODEVI, Autoridade Tributaria de Moçambique - AT, SDE's, entre outros, contribuem para o aprimoramento dos empreendimentos (Sies, 2007, p. 35), de modo que os mesmos venham a possuir uma maior viabilidade, mesmo que ainda restrita no mercado.

Os dados evidenciam que as moedas de troca enquanto alternativa social que reforçam aos estabelecimento de vínculos sociais favorecendo a construção de uma identidade colectiva e sentimento de comunidade e de pertença, figuram como instrumentos alternativos ao dinheiro convencional usados para facilitar trocas de bens e serviços dentro das cooperativas. Elas são criadas e geridas colectivamente, com base em princípios como auto-gestão, cooperação, solidariedade e justiça social que expressam a praticabilidade da economia solidaria

> "Antes eu não tinha como vender meus produtos. Agora, com a moeda solidária, posso trocar meus produtos por alimentos, por material de construção e outros serviços" (Cooperativista, 28 anos /grupo focal 2024).

> "Não preciso mais esperar ter dinheiro. Com a moeda solidária, consigo oferecer meu serviço, ou seja, posso ir trabalhar nas machambas dos membros da cooperativa ou mesmo ir trabalhar na machamba da cooperativa e obter algum ganho, que depois posso decidir como usar, tendo a opção de solicitar em dinheiro, em insumos agrícolas ou mesmo em trabalho na minha machamba, principalmente no tempo de prepara do a terra e da colheita." (Cooperativista, 37 anos /grupo focal 2024).

> "Estamos a fazer trocas de produtos e mão-de-obra entre nós, essa relação que desenvolvemos, fortacele não so a nossa cooperativa, mas a comunidade em que vivemos. Há vezes em que para além das nosas actividades da cooperativa nos convidamos entre nós na comunidade para nos envolvermos em outras frentes" (Presidente da cooperativa, 58 anos/Informante – chave -2024).

A inclusão sócio – económica faz com que os membros das cooperativas se sintam parte de um movimento de auto afirmação e de enfrentamento de processos de exclusão social, cujo os resultados reforçam e melhoram o fortalecimento local que facilita acesso a bens e serviços essências para a sua manuntenção social dentro de um sistema de redes devidamente articuladas em função das necessidades existentes. Cria-se assim, um mecanismo identitário que com características especificas que reconhece o valor do trabalho de pessoas/indivíduos, que muitas vezes, estão ou são excluídos do mercado formal, que com meios e recursos locais constribuem para o estimular da economia local através da cooperação mútua que em última instância reforçam os vínculos sociais e promovem a autonomia grupal e comunitária.

Ressalta-se ademais que a construção da identidade colectiva nas cooperativas de produção agrícola do distrito de Marracuene, se manisfesta por apoios de organizações intenacionais de cooperação na trasferência de tecnologia de produção, gestão de empreendimentos cooperativos, liderança e apoio técnico diversificado, esta realidade porque o apoio a estes empreendimentos é de extrema importância para a permanência dos mesmos no mercado, de forma que possam gerar renda aos cooperativistas e seus familiares:

> "Nós estamos actualmente focalizados no apoio e melhorias contínuas dos sistemas cooperativos, principalmente na implementação dos princípios cooperativos como forma de dotar aos cooperativistas de ferramentas que lhes permitam de forma autónoma levar a bom porto esses empreendimentos, bem como torná-los um espaço democrático em que o poder reside nos membros e de forma colectiva o sucesso dos seus esforços (DGRV, entrevista informante chave, 2024) ".

> "As ONG's que actuam no distrito tem apoiado e muito as cooperativas, conseguimos perceber pelo número de mulheres que estão envolvidas nestes grupos e pelos resultados que estão a ter (Lider Comunitario, entrevista informanrte – chave, 2024) ".

Dentro desta perspectiva, estas experiências colectivas devem receber o apoio de políticas e programas governamentais, de instituições da sociedade civil e governamentais, bem como de representantes de instituições do cooperativismo que representam os interesses sociais das experiências colectivas de geração de trabalho e renda, que possuem como preocupação central à

viabilização económica e social das experiências colectivas e à melhoria das condições de vida destes trabalhadores, e, consequentemente de seus familiares (Fonseca & Mungoi, 2024).

De facto, enfatizamos a importância de valores democráticos, de solidariedade e cooperação, em que foi possível constatar que as cooperativas exercem de forma constante esse direito por meio de realização de assembleias e reuniões internas de planificação e aprendizagem, ademais, mais do que a existência de instrumentos de participação o que foi necessário mensurar, no que concerne ao grau de participação de auto - gestão, o acesso que possuem acerca das informações das cooperativas e do poder de facto.

Fonseca & Mungoi (2024), no caso das cooperativas agrícolas que se apresentam sob prisma da economia solidária, os pressupostos teóricos são essenciais para compreender a formação e actuação dessas instituições que precisam definir estratégias de conservação das relações sociais e económicas que sejam sustentáveis para subsidiar os agentes da base, que na sua maioria são formados por famílias de poder económico mais baixo.

Como forma de superar os limites existentes, as redes de economia solidária têm sido consolidadas como espaço para o fortalecimento dos processos produtivos e de comercialização integrando consumidores, produtores e prestadores de serviço numa mesma organização. Nas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene os vínculos sociais são passíveis de uma construção conjunta como modelos organizados de acção conjunta, elaborados por sujeitos sociais em torno de objectivos e metas partilhadas de forma comum, sendo que a formação de identidades sociais é diferente em função da coesão, da apropriação e incorporação de princípios de auto - gestão característicos da economia solidária (Fonseca, Mungoi & Pimentel, 2025).

O processo de construção de veículos sociais que favorecem ao estabelecimento de alianças e parcerias na formação de uma identidade colectiva foram passíveis de serem classificados como centralizados, quando à informação segue em direcção a um ponto central e depois é distribuída e descentralizada formando múltiplas ligações, nas quais há diferentes grupos interagindo ou mesmo mecanismos de partilha de informações entre os diversos sectores/departamentos, fazendo interligações mais complexas corroborando com os pressupostos defendidos por Scherer – Warren (2001).

5.3. A economia solidária como um espaço de fortalecimento do cooperativismo agrícola.

A economia solidária manifesta pelas cooperativas agrícolas, se apresenta como um espaço privilegiado para o fortalecimento de trabalhos em redes de cooperação e solidariedade, especialmente em contextos de exclusão social, precarização do trabalho rural e desigualdades estruturais no acesso à terra, crédito e mercado, como é o caso do distrito de Marracuene. Nesta perspectiva, ela actua não apenas como uma proposta econômica, mas também social, política e cultural, oferecendo uma alternativa viável para o desenvolvimento local.

Ademais, apresenta-se como um modelo de desenvolvimento local, centrado na democracia económica, inclusão social e na sustentabilidade, através dos preceitos de organização ou gestão, como a auto-gestão, que é compreendida como o controlo da gestão da cooperativa pelo conjunto dos associados e autonomia diante dos agentes externos, especificamente o governo do distrito, a DGRV, a SOCODEVI, AMPCM. A democracia expressa-se nas decisões tomadas pelos associados por meio de instâncias directivas livremente formadas e eleitas, garantindo a transparência no exercício da direcção e fiscalização por orgãos indepententes, e na *participação*, evidenciada pela regularidade e frequência nas reuniões de planificação, assembleias e consultas manifestadas pelo alto grau de compromisso e presença.

Fonseca, *et. al.*, (2025), o igualitarismo manifesta-se pelos critérios de remuneração pelo trabalho, por uma devisão equitativa dos lucros e excentes de produção e benefícios, pela socialização do capital e inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para as actividades fim, a *cooperação* – é observada pela responsabilidade partilhada no processo produtivo, incluindo relações de confinça e reciprocidade, paridade social entre funções de direcção e de execução entre tarefas manuais e intelectuais e por fim a *auto-sustentação* – expressa na actividade produtiva geradora de viabilidade económica e financeira, com total comprometimento do ambiente social e natural.

Os dados obtidos permitiram evidenciar que as alianças e parcerias configuram-se como bases para a compreensão do significado de uma economia social, centrada e organizada para realizar metas comuns a todos e buscando prover trabalho, recursos e rendimento de forma comunitária e igualitária. Abarcando elementos como reciprocidade, lealdade e altruísmo criando

oportunidades de desenvolvimento das cooperativas agrícolas, cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante e com um propósito colectivo. As lógicas funcionais e operacionais das cooperativas agrícolas em Marracuene, desdobram-se num sentido horizontal, garantindo a renda aos cooperativistas, resultando ademais, como uma alternativa viável à organização do trabalho cujos resultados melhoram as condições de vida dos seus membros.

> "Nós para além de termos a machamba ou parcela colectiva em que todos trabalhamos, aprendemos e produzimos como cooperativa, cada um dos membros também tem a sua parcela de terra que é onde trabalha de forma individual e, quando é período de colheita, fazemos escalas e auto - ajuda entre os membros para facilitar e reduzir custos de contratação de mão-de-obra e isso ajuda-nos a poupar e a garantir que o dinheiro circule entre nós" (Cooperativista 39 anos, grupo focal, 2024).

O depoimento deste participante, reforça a posição de Putnam, que quando existe coesão social os objectivos sociais são partilhados e as cooperativas ou grupos respondem como um todo, já que o interesse de todos foi tomado em consideração, permendo por uma aderência as leis e normas estabelecidadas que regulam o funcionamento não somente da região, como também das organizações nela baseadas, combinando com uma maior atenção e respeito às normas de comportamento social e uma maior propensão para a igualdade entre os cidadãos.

Apesar da melhoria das condições de vida mostrar-se um grande desafio em relação às disparidades e desigualdades sociais, foi possível observar factores favoráveis da integração entre os diversos membros das cooperativas e, principalmente, o conhecimento das demandas sociais que foram excluídas da pauta de desenvolvimento, na medida em que, como consequência se criou um ambiente de participação pessoal directa dos cooperativistas focados em materializar essas alternativas como forma de enfrentamento das desigualdades, exclusão, marginalização que lhe são impostas pelas verticalidades.

Esta ideia aparece bem vincada em Putnam (1993), quando refere que, numa sociedade com forte expressão de capital social, o compromisso cívico, assumido pelas redes sociais, impulsionará uma atitude de reciprocidade e, consequentemente, o revigoramento da confiança mútua. Ademais, a evidência permite concordar que a participação cívica explorada por Putnam, esta favorecendo as atitudes de reciprocidade, que veem gradualmente fortalecendo a confiaça

mútua e expandem as liberdades individuais e colectivas. Antecipando deste modo, os elementos que são constitutivos da economia solidária: a participação activa, a auto-gestão e a construção de redes comunitárias que sustentam não só a produção econômica, mas também uma cultura de solidariedade e emancipação.

Em concomitância Coleman (2000), vai reforçar, afirmando que como elemento nuclear para o desenvolvimento este só procede do contexto endógeno que lhe é inerente, daí que, qualquer transformação económica, social ou política seja fruto de relações de reciprocidade, cooperação, confiança e entendimento entre os diferentes actores locais.

Portanto, a construção de resultados positivos dá-se pela articulação horizontal dos actores locais e pelo uso da criatividade de criar oportunidades peculiares no distrito de Marracuene. Ademais, se torna evidente que o processo de promoção de acções que concorrem para o desenvolvimento local, a organização do capital social, por meio de cooperativas agrícolas, estão sendo continuamente integradas, formando, dessa forma, um consenso que remete ao aproveitamento das potencialidades existentes no distrito de Marracuene e, não só, bem como vai se consubstanciando de oportunidade para o desenvolvimento das iniciativas económicas solidárias:

> "Vimos que tem importância, entendemos que quanto mais aderimos a cooperativa, podíamos resolver os nossos problemas das famílias, mesmo agora no meio de dificuldades não falta alguma coisa para oferecer às nossas famílias, para garantir a alimentação nas nossas casas, e vimos que continuar em cooperativa tem-nos ajudado" (Presidente da Cooperativa 57 anos, entrevista informante – chave, 2024).

Este depoimento, reforça a ideia de Coleman (1990), referente a noção de o capital social surge como uma resposta a um dos mais decisivos mitos fundadores do Estado Moçambicano e da civilização moderna: o de que a sociedade é um "conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objectivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas acções dos indivíduos independentes".

Para Fonseca, *et al.,* (2025), as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene vêm possibilitando uma maior e mais efectiva participação da sociedade, em matéria económica, na qual afinal se jogam e asseguram os meios vitais de sobrevivência. Isso se dá através da sua auto-gestão democrática, promovendo a redução das desigualdades sociais e assegurando a inclusão social, e mais, ou seja, uma inclusão social qualificada, através da consolidação da cooperação, inclusive utilizando-se de práticas mercadológicas e administrativas em benefício da sua autogestão que se foca no capital social envolvido nestas acções.

Portanto, a inclusão social promovida pelas cooperativas agrícolas possibilita aos membros envolvidos a exposição de novas abordagens de produção, assistência técnica e desenvolvimento de capacidades de gestão e relacionamento cooperativos (áreas administrativas, empresarial e comercial). Desta forma, as estruturas sociais devem ser entendidas como plataformas de diálogo que alimentam tanto a capitalização como a prospectiva dos indivíduos que a elas recorrerem. O capital social, entendido assim, não é uma entidade individual, mas uma pluralidade de entidades com dinâmicas diferenciadas que, em diálogo, se propõem compreender a história de cada estrutura social, facilitando, assim, as acções dos indivíduos que a integram, em ordem à evolução dos seus posicionamentos.

Desta forma, o capital social é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objectivos que não seriam atingidos na sua ausência. Quando dotado desse, possibilita uma continuada busca de transformação para uma melhor qualidade vida sócio-económica e, ainda mais, proporciona uma tomada de consciência que transforma o seu entorno, a sua comunidade, através de uma actuação política em seu conceito mais amplo.

O cooperativismo tem proporcionado ao distrito de Marracuene uma nova tendência de organização dos processos produtivos, gestão financeira muito bem estruturada, comparativamente a outras zonas do distrito onde os produtores não estão organizados em cooperativas, este facto é reforçado pelas constatações do representante do governo.

> "Como governo distrital, temos notado alguma mudança na vida das nossas comunidades, as cooperativas para além de estarem a melhorar a forma de produzir, é possível ver uma satisfação dos membros dessas cooperativas, principalmente as senhoras, mulheres viúvas, que antes de se juntarem a esses grupos passavam muitas

> dificuldades, mas quando começaram a trabalhar em cooperativas, conseguimos ver que já estão a ficar emponderadas. Algumas já construíram casas melhoradas de bloco e chapas e essas casas melhoram as nossas estatísticas enquanto distrito para o melhor, tudo graças à prática de actividade agrícola em cooperativa". (Técnico de Planificação, 45 anos, entrevista informante – chave, 2024).

O capital social é produtivo, possibilitando o alcance de certos fins que não seriam possíveis na sua ausência, sendo o capital social definido pela sua função. Não é uma entidade individual, mas uma diversidade de estruturas diferenciadas, que partilham dois objectivos: são todos consistentes com alguns aspetos das estruturas sociais e facilitam certas acções dos actores – sejam pessoas ou empresas – no âmbito da estrutura (Coleman, 1988).

Putnam (1993), veem reforçar as constatações do representante do governo na medida em que o capital social são atributos próprios das organizações e das redes, que com base na confiança facilitam a acção e cooperação em prol do benefício mútuo e comunitário, enfatizando que trabalhar em parceria torna-se mais fácil numa comunidade com quantidade substância de capital social.

5.4 O papel das cooperativas agrícolas como alternativa viável para o desenvolvimento local de Marracuene

O desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses colectivos representados por gestores de processos em diversas escalas (Vogt & Carvalho, 2022). Os dados do estudo permitiram constatar a existência da premissa segundo a qual a valorização dos actores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local corroborando com a permissa de Fischer (2002).

Enquanto espaço de fortalecimento do cooperativismo, as cooperativas agrícolas figuram um canal, um meio importante de organização dos produtos, pontos de agregação e comercialização, originando um espaço com significados inerentes as dinâmicas promovidas pelo capital social em direcção a sua auto-suficiência. Para Fonseca *et. al* (2025), nas cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene, o capital social une-se voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, cujos resultados se traduzem em transformações nas suas vidas, e o impacto contribui para o processo de desenvolvimento local, não somente através da expansão das suas liberdades, como também se aproxima da ideia de desenvolvimento consubstanciando-se numa ideia-força, promovendo a transformação social das vidas dos cooperativistas e suas famílias dentro das suas comunidades e não só.

> "Conforme nós precisamos de produzir, o que temos feito é reunirmo-nos no início da campanha agrícola para decidirmos que culturas iremos produzir e levantamos as necessidades dos membros em relação ao que gostaria de comprar nesta campanha, sendo que para além dos lucros das vendas, também temos um grupo de poupança entre os membros da cooperativa que nos ajuda a fazer a rotatividade do dinheiro e suprir outras necessidades individuais" (Cooperativista, 29 anos /grupo focal, 2024).

Nascimento (2016), reforça a ideia, enfatizando que o processo progressivo de reestruturação das bases produtivas do capital que se faz acompanhar pela perda incomensurável do poder de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho torna-se a peça fundamental para

que as cooperativistas agrícolas encontrem outras formas de trabalho diferentes das formas contratualistas de cunho capitalista, como estamos assinalando desde o início deste estudo.

Enquanto um caminho para a promoção de acções de desenvolvimento local, as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene desempenham um papel estratégico como entidades capazez de proporcionar aos agricultores em suas diferentes realidades, um ambiente de organização produtiva e social que permite a geração de trabalho e melhoria de renda, inserindo os agricultores em mercados estruturados, mercados competitivos e agregando valor à sua produção, estão possibilitando uma maior e mais efectiva participação das comunidades locais, não só, no que concerne à produção agrícola como fonte geradora de renda, mas também, como um espaço de reinvenção, crescimento e desenvolvimento de capacidades dos indivíduos em matéria de gestão económica, inserção social, assegurando a inclusão social através da consolidação das alianças e parcerias entre os cooperativistas e outros actores dos sistemas, nesses territórios, que lhe têm possibilitado construir um novo significado do seu ser e um sentido de comum de comunidade.

Figura 17. Foto: Mulher cooperativista segurando cebolas no seu campo de produção



Fonte: SOCODEVI, 2024.

Os dados evidenciaram ainda, que nos espaços das cooperativas agrícolas, todas as pessoas se ajudam uma às outras, discutem e decidem colectivamente qual melhor alternativa seguir e que a mesma salvaguarde o bem comum dos membros, manifestando-se como uma expansão continuada e regular que está sendo promovida por esses empreendimentos económicos solidários proporcionando uma transformação consciente para uma melhor qualidade vida econômica e social e, ainda mais, proporciona uma tomada de consciência que transforma o seu entorno, a sua comunidade, através de uma actuação política em seu conceito mais amplo. As dinâmicas das cooperativas agrícolas em Marracuene veem criando acções integradas e holísticas entre sector público, ONG's e sector privado por meio de acompanhamento e assessoramento às cooperativas em aspectos administrativos, financeiros, de comercialização e acesso a mercados; qualificação de dirigentes, técnicos e colaboradores da área administrativa, contribuindo para um desenvolvimento de uma política de apoio financeiro para investimentos sócio - produtivos que garantam condições de sustentabilidade para as organizações.

Os produtores cooperativistas respondem por uma fatia significativa da produção agrária do distrito de Marracuene, inclusive em algumas cadeias produtivas como é o caso de cebola branca, cebola roxa e batata-doce, representando mais de 50% da produção e com inter-relações estreitas com os segmentos industrial e de serviços, o que implica uma importante participação no produto gerado pelo agronegócio.

> "Esses produtores vinham sofrendo ao longo dos anos um processo de redução nas suas rendas, aliado a seu incipiente nível organizacional e às limitações relacionadas às suas bases produtivas e às formas de comercialização. Com a integração das cooperativas e os apoios que veem recebendo dos parceiros do governo por exemplo a AMPCM, SOCODEVI e outros, a sua gestão mudou muito, quando convidamos para eventos do governo, eles conseguem fazer boas exposições e até ficamos encantados com a qualidade dos produtos. É fácil afirmar que os nossos dados estatísticos do distrito são uma evidência da melhoria da produção e melhoria dos rendimentos dos produtores das cooperativas (Técnico de Planificação, 45 anos, entrevista informante – chave, 2024) ".

Este depoimento evidência o argumento através do qual o desenvolvimento verdadeiro não se limita ao crescimento económico, mas consiste na expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam como liberdade econômica, social, política, e a capacidade de agir em prol de sua própria vida e comunidade. Como reconhece SEN (1999), que a participação com autonomia e voz próprias dos agricultores ou cooperativistas em eventos são elementos tácitos de expansão de liberdades.

Singer (2000), administração de uma cooperativa exige das pessoas um esforço adicional de tempo e conhecimento, significando acréscimo de responsabilidades com a gestão e manutenção das próprias actividades produtivas na unidade familiar e da sua organização social. Os agricultores passaram a ter maior controle sobre seus meios de produção, comercialização e representação, o que é um exemplo directo de ampliação de capacidades, agora eles não apenas produzem, mas também se expressam, negociam, se posicionam e gerem seus próprios empreendimentos.

O êxito desse empreendimento é e esta sendo enorme e acalantou muitos sonhos de homens e mulheres que viram melhorar, significativamente, a sua qualidade de vida. O cooperativismo agrícola se apresenta como uma iniciativa de geração de renda onde o capital social conjuga os seus esforços, vontades e recursos com o objectivo de superar as dificuldades e resolver problemas locais ganhando no final benefícios comuns.

Deste modo, para Fonseca *et. al.*, (2025), o cooperativismo agrícola em Marracuene, também se apresenta sob forma organizativa bem definida, na medida em que é um instrumento de organização do trabalho que serve, não só para inserir os indivíduos socialmente excluídos, mas aqueles que também estão perdendo mercado em períodos de restruturação produtiva, mas também como uma ferramenta de formação e consolidação de novos sujeitos e actores nesses territórios. Outro ponto observado diz respeito à democracia directa posto que, de acordo com o resultado da pesquisa, esta favorece a auto-gestão, em acções como as que versam sobre a escolha de pessoas para actividades produtivas e eleição de membros para cargos de chefia ou liderança destes empreendimentos.

Da mesma maneira, a auto-gestão é notoriamente favorecida por atitudes voltadas à tomada de decisão, tanto quanto é desfavorecida pela falta de rotatividade nas lideranças em algumas cooperativas que foi possível identificar membros que estão na liderança destes empreendimentos por mais tempo do que o estabelecido pelos estatutos. A participação efectiva, apontada em acções de cunho comercial e geração de renda, favorecendo igualmente a auto-gestão, na medida em que impacta na distribuição igualitária, principalmente no que tange à separação dos recursos de custeio à compra de insumos e nas acções relativas a questões financeiras.

> "Apesar dos avanços em sistemas produtivos nas cooperativas, os dados que colhemos no campo junto aos produtores mostram que a maioria das cooperativas da agricultura familiar ainda carece de um trabalho de assistência técnica mais intensa que busque o aprimoramento dos processos de gestão, produtivos e principalmente comerciais (ampliação e acesso a diferentes mercados), visando estabelecer a boa governança, a resiliência econômica, a integridade ambiental e a melhoraria das condições socioeconômicas das famílias de agricultores envolvidas (Directora da AMPCM, informante – chave, 2024".

> "Embora de forma tímida e incipiente as cooperativas no nosso distrito apresentam uma infraestrutura de produção para estoques, transformação e entrega que paulatinamente vai se aprimorando e melhorando, quebrando o princípio de intervenção e sobrevivência dependente do estado Moçambicano (Técnico de Planificação, 45 anos, entrevista informante – chave, 2024) ".

O depoimento mostra que os produtores antes viviam restritos por baixos rendimentos, baixa organização social, fracas sinergias entre eles e limitações produtivas e organizativas, e que essas privações estão sendo superadas por meio do apoio institucional e da auto -organização cooperativa exactamente o que SEN (1999), chama de remoção de privações de liberdade que limitam o desenvolvimento ou expansão. Os canais de informação e todo o conjunto de conhecimento produzida que são produtos das solidariedades democráticas existentes e estabelecidas entre os membros das cooperativas dependem em parte das características das comunidades em que estes empreendimentos estão inseridos, abarcando consigo, aspectos ou características sociais, económicas, culturais e políticas, que determinam a participação de cada um e as sanções para os não-participantes.

A distribuição igualitária também se relaciona de maneira dependente com o desenvolvimento produtivo, visto que o resultado deste é responsável pelo bom desempenho daquele. O desenvolvimento produtivo, por sua vez, se relacionada fortemente com a cooperação e solidariedade no trabalho, dado que sem o bom desempenho deste, no decorrer das actividades, aquele não detém os resultados estimados, podendo se tornar até, em última instância, inviável.

Figura 18. Foto: Exposição dos produtoes das Cooperativas de Marracuene FACIM



Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

Ainda no que diz respeito à distribuição igualitária, ressalta-se que esta se encontra também relacionada com a cooperação no trabalho, pelos mesmos motivos supracitados. Já, a cooperação no trabalho é visivelmente favorecida por acções de cunho educativo, visto que esta traz consigo efeitos por demais benéficos para a cooperação dos membros, na medida em que melhora o *modus operandi* das suas actividades. Quando os trabalhadores assumem o comando do empreendimento solidário de forma igualitária, temos uma situação onde há a necessidade de democratização do saber e das informações gerais da produção, assim como, da transparência das actividades da cooperativa. A satisfação dessa necessidade é vital para que a "auto-gestão" tenha êxito, já que todos os trabalhadores têm o mesmo peso decisório (SINGER, 2000).

Vale salientar que as acções de cunho educativo se encontram relacionadas com a socialização do conhecimento, e esta, da mesma maneira, apresenta-se relacionada com o aprender fazendo, uma eficiente forma de acção educativa primária desenvolvida pelo

empreendimento em questão, impactando fundamentalmente na geração de renda, na medida em que possibilita melhorias tecnológicas, tanto de cunho produtivo quanto gerencial, comercial e financeiro. Para Lima (2009), o desenvolvimento local é marcado pela cultura cidadã do contexto em que se enquadra, não se restringindo ao impacto de uma ou de duas variáveis de maior relevo, como a social ou a económica. A realidade é bem mais complexa, pelo que faz com que o desenvolvimento local seja o resultado da acção de estratégias conjuntas de actividades sociais, políticas, económicas e culturais que participam reciprocamente na transformação da realidade local. Nesta perspetiva de transformação social há um nível considerável de correlação e interdependência entre as diversas dimensões e segmentos que constituem as cooperativas referimo-nos tanto à dimensão política e educativa, como à económica e ambiental ou à tecnológica e cultural.

> "Quando temos uma ideia nova sobre alguma coisa, buscamos primeiro apresentar e discutir na cooperativa. Aqui na cooperativa somos encorajados a pensar em novas coisas e conjuntamente encontramos formas de elaborar e desenvolver as nossas ideias (Cooperativista, 59 anos /grupo focal, 2024)."

Em depoimento reforça a tese de Lima (2009), através da qual, as cooperativas agrícolas cumprem o papel de representação alternativa de ocupação laboral, mas também de obtenção de renda em um trabalho segmentado e altamente informal, apontando um caminho em que a auto-gestão constitui uma possibilidade em frente ao assalariamento, sem que necessariamente signifique precarização. Assim, há observância dos princípios cooperativas para garantir melhores condições de trabalho e rendas aos cooperativistas, com a manutenção dos direitos básicos vinculados à actividade realizada sob formas colectivas de gestão, havendo a possibilidade inclusive de ampliá-los horizontalmente.

Fonseca, *et. al.*, (2025), podemos destacar que as mudanças ocorridas no contexto organizacional nos últimos anos tem propiciado o surgimento de novas formas de organização, no qual destacam-se acções de cooperação, interação, integração e acções conjuntas de modo geral, essa inserção social das acções económicas e a influência destas relações sociais nos resultados sociais e económicos é observada a partir de um viés sociológico sob o cenário de formação de redes de cooperação e solidariedade apresentadas por Putnam (1993), sendo que

adicionalmente, a forma como as actividades são desdobradas para o alcance dos objectivos está em concomitância com a racionalidade de organização social e estruturação social propostos por Coleman (2000), na medida em que o sucesso destes empreendimentos económicos solidários se deve sobremaneira pelas relações sociais que facilitam a realização de acções colectivas e a interação entre os envolvidos nestas redes.

> "As nossas ideias estão sempre relacionadas a negócios e outras actividades de carácter social (como festas, comemorações, etc), gostamos de festejar cada conquista em conjunto, por que isso mostra e ajuda na nossa coesão como mulheres (Cooperativista, 42 anos /grupo focal, 2024). "

A alternatividade ao processo de desenvolvimento local em Marracuene vem sendo redefinido e reestruturadas suas bases, acompanhado da crescente actuação das cooperativas agrícolas promotoras destas transformações. Para Andion (2007), tais relações são apontadas como a própria substância do espaço local, podendo ser determinantes para a dinámica do desenvolvimento do território, onde a compreensão do funcionamento das redes, enquanto estratégia de acção colectiva, pode ser vista como agente de transformação social de um determinado local, quando o capital social se organiza com objectivo de atender e responder a demandas da produção com vista a melhoria das condições de vida, a partir da interação entre os diversos actores sociais.

Mance (2000), defende que, nessa perspectiva, é possível ocorrer o surgimento de novos paradigmas e ocorrência de novos modelos de produção, comercialização e uma nova forma de convivência para enfrentamento das dificuldades e outras estratégias de coesão social, consubstanciando, a agregação de renda para pessoas que se encontram desfavorecidas, permitindo melhoria das condições e qualidade de vida do capital social e interação com outros agentes.

5.2.1. História de vida e experiência dos cooperativistas

Figura 19. Foto: Plantiu de ramas de batata – doce, Campo individual



Fonte: Plínio Fonseca, 2024

"*Ana Fazenda, membro da cooperativa (CoopDASI), recentemente eleita vice-presidente da cooperativa, é membro da cooperativa desde a sua fundação em maio de 2022. Durante as aulas na Escola na Machamaba da SOCODEVI, ela aprendeu a técnica de reduzir a taxa de plantio. Antes do projecto, a taxa de plantio por covacho era de 7a 8 ramas. Actualmente, a taxa de plantio é de 1 rama por cacho. Ana produz três vezes mais do que antes e tem dois colaboradores que a apoiam em várias actividades, porque ela fornece todos os produtos à cooperativa. Ana Fazenda, a protagonista desta história, com o apoio da CoopDASI, aumentou a sua área de produção de batata-doce de 0,1ha para 0,25ha. Além disso, incrementou a sua produtividade por Ha de 4.000Kg para 12.000Kg*.

A CoopDASI tem apoiado aos seus membros com meios mecanizados para a preparação da terra, distribuição de rama de batata-doce de qualidade, assistência técnica e acesso ao mercado. Antes de ter acesso ao mercado facilitado pela CoopDasi, a Sra. Ana Fazenda vendia

a sua produção ao longo da estrada Nacional número 1, aos montes, a um preço médio de 9MT/Kg, ou mesmo na sua machamba "Maguevas13" a um preço de 500MT por saco de 65 Kg.

Actualmente, sendo membro da cooperativa, lhe permite que seja absorvida pelos contractos de fornecimento estabelecidos entre a CoopDASI e seus clientes (restaurantes e supermercados), garantindo-lhe que faça parte de uma rede funcional, que parte da produção ao mercado, incluindo acesso aos provedores de insumo e serviços bancários. Na campanha agrícola passada, comercializou 3.244,99kg de batata-doce com a rede de compradores existentes na Cooperativa, onde obteve um rendimento económico de 73.589,73MT (Setenta e três mil, quinhentos oitenta e nove meticais e setenta e três centavos). Foi com este dinheiro que reabilitou a sua casa, melhorando especificamente a cobertura com chapas de zinco, e paredes de bloco de pó de pedra e cimento.

Figura 20. Foto: Casa de uma mulher membro da CoopDasi em construção



Fonte: SOCODEVI, 2024.

A Sr. Ana Fazenda, melhorou consideravelmente a sua capacidade financeira, pois que actualmente consegue suprir as necessidades de material escolar para os seus cinco (5) filhos, proporcionando-lhes uma educação de qualidade, acesso a serviços de saúde, alimentação com uma dieta diversificada, etc. Ela sempre dependeu da agricultura para sustentar a sua família, juntamente com outras mulheres e homens cooperativistas do distrito de Marracuene, tem vindo

[13] **Maguevas** – termo usado para designar pequenos comerciantes retalhistas envolvidos na aquisição local de produção para posterior venda em centros urbanos ou mesmo em mercados grossistas.

a desenvolver as suas capacidades técnicas agrícolas que a ajudaram a aumentar a sua produtividade e rendimento. Hoje, Ana confessa que a quantidade de produção de batata-doce incrementou em cerca de 60%, o que está a impulsionar a economia da sua família e melhorando a sua qualidade de vida e bem-estar" SOCODEVI & Plínio Fonseca – 2024.

Figura 21. Foto: Casa de uma mulher membro da CoopDasi em construção



Fonte: SOCODEVI, 2024.

Enquanto processo de incentivo para novas forças produtivas, o desenvolvimento local, esta promovendo um crescimento sustentável e economico em Marracuene, onde a prática do desenvolvimento se fortalece e se valida a partir de actividades da sociedade civil que se articulam em prol de novas alternativas para o desenvolvimento, tais como as associações, cooperativas agrícolas, redes de movimentos sociais, redes solidárias, entre outros (Singer, 2004). A economia solidária é, de facto no distrito de Marracuene, uma alternativa à dispersão e à fragmentação enfrentadas pelos agricultores que se reorganizam para criar estratégias de luta, tanto no plano social e economico, quanto na esfera horizontal. Tal reorganização supre a lacuna deixada pelo Estado pela ausência de políticas públicas, em prol do desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida dos diversos actores envolvidos.

Figura 22. Foto: Processo de cebola - Tecnologias Pós – colheita



Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

A associação Mangomana está localizada no distrito de Marracuene e fez parte de um grupo de diversas iniciativas colectivas que vem recebendo assistência técnica e administrativa facilitadas pela SOCODEVI com vista a melhorar os seus sistemas produtivos e de gestão administrativo-financeiro com a finalidade de melhorar a participação igualitária de homens e de mulheres, para promover, entre outros aspectos relacionados a geração de renda e melhoria das finanças familiares.

Durante mais de quatro (4) meses, aprendemos novas técnicas de agricultura resiliente ao clima, proteção ambiental, igualdade de género e desenvolvimento organizacional cooperativo, com esse aprendizado, estamos mais capacitados para entender e enfrentar os desafios do dia-a-dia das nossas actividades como produtores, mas principalmente como trabalhar em grupo. Dos 60 membros da associação participantes das formações, 38 produtores decidiram aderir à cooperativa agrária de Sul de Incomáti (CoopDASI).

Sra. Belinha, produtora de 41 anos, "quando me convidaram para fazer parte deste projecto não hesitei, mesmo sabendo que não ia ganhar dinheiro, pois conhecimento vale mais para minha independência. Em comparação com os anos anteriores, a associação obteve cerca de 60%, mais do seu habitual rendimento com a implementação de novas técnicas agrícolas".

Durante as aulas, estabeleceram um campo de demonstração das novas técnicas resilientes ao clima, partilhadas pelo projecto. Após a colheita, a produção foi entregue a

cooperativa cujos seus rendimentos compraram uma motobomba para facilitar a irrigação das machambas da associação e das machambas particulares dos seus membros.

Sr. Chivambo, "durante as aulas, todos os membros da Associação Mangomana montaram um Campo de demonstração para produção da Batata-doce junto dos Oficiais de Campo, o que mais gostei foi o facto de fazermos passo-a-passo junto dos técnicos do PAEF e da comunidade, confesso que inicialmente não acreditava que aquela forma de plantar a batata-doce podia render mais, já não colocávamos três ramas, mas sim uma rama".

Figura 23. Foto: Produtores filiados a Cooperativa organizando sua produção para a comercialização



Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

Este sistema de irrigação eficiente reduziu a necessidade de transportar água manualmente, o que era frequentemente uma tarefa atribuída às mulheres, tendo libertado tempo e energia para outras actividades. Aumentou da produtividade ao assegurar um fornecimento consistente de água. Isto resulta em colheitas mais abundantes e alimentos mais nutritivos, beneficiando não só às mulheres agricultoras, mas também às suas famílias e comunidades. Com acesso a um sistema de irrigação eficaz, as mulheres passaram a ter maior controlo sobre as actividades agrícolas e o rendimento gerado.

Infelizmente, as melhores áreas de produção agrícola que se encontram na baixa do Rio Incomati é propensa de ataques de animais selvagens como Javalis, gazelas e outros, facto esse que faz com que produtores busquem por áreas mais acima o que tem afectado significativamente os seus custos de produção devido ao facto de terem de canalizar a água para irrigação dos campos.

Figura 24. Foto: Produtos processados, para posterior comercialização no mercado grossista do Zimpeto – Maputo



Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

Como forma de suprir essa lacuna, diz o Sr. Macuacua 45 anos, "compramos um sistema de irrigação mecanizado gerido de forma a ter um impacto significativo na qualidade e no sucesso da cooperativa agrícola. Está a contribuir para uma produção mais consistente, eficiente e sustentável, tornando a operação agrícola mais sustentável e económica. Os agricultores estão a planear as suas actividades com maior precisão, antecipando as necessidades hídricas das culturas e tomando medidas preventivas para garantir uma produção de alta qualidade face às alterações climáticas e à variabilidade da precipitação, este sistema de irrigação ajuda as mulheres a manter a produção agrícola, mesmo em condições adversas, garantindo assim a segurança alimentar e os meios de subsistência para os seus agregados familiares, como também produzir culturas de rendimento, caso da cebola branca e rocha".

A economia solidária, enquanto espaço de desenvolvimento do cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene, na perspectiva da construção territorialidades apresenta-se de acordo com os dados, concebida como estratégia operacional de estimulação de iniciativas sociais e económicas na promoção de acções colectivas. Lógica local reforça a concepção do conceito de fortalecimento ocorrendo através da manifestação de um projecto político – institucional, que constrói a partir da articulação de instituições em torno de objectivos e métodos de desenvolvimento comuns em acções interligas subjecentes a cadeia produtiva, de comerciliaçao de ligação instituicional, política e outras que se mostrem relevantes para a dinâmica do funcionamento dos empreendimentos.

Porém, Lima & Neto (2011), destacam que, mesmo assim, existem aqueles que defendem veementemente esta abordagem territorial, por acreditarem que o viés instrumental do território renova a própria noção de desenvolvimento. Nesse sentido, a inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento está relacionada, basicamente, com três argumentos:

a) Renúncia à acção verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas;
b) Perspectiva híbrida do desenvolvimento entre as dimensões económica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição às abordagens sectoriais que acabavam excluindo as parcelas historicamente negligenciadas e os autores locais;
c) Valorização do arquétipo histórico-geográficas do local, das redes sociais e das solidariedades democráticas, enquanto processos endógenos de desenvolvimento.

O espaço de desenvolvimento cooperativo agrícola no distrito de Marracuene, segundo os dados obtidos, caracteriza-se por iniciativas solidárias agrícolas que abrangem uma multiplicidade de objectivos e significados, envolvendo desde a perspectiva de busca de alternativa de emprego através da auto-gestão, apontando também para "uma perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo", chegando à possibilidade da construção de uma "utopia experimental de novas formas de sociabilidade e vivência compartilhada de valores."

Coraggio (2007), essa multiplicidade de formas alternativas e solidárias de organização social e económica, tendo como base uma representação simbólica da dinâmica económica real, leva as formas e iniciativas à denominação de empreendimentos de economia solidária, sendo o termo empreendimento remetido à obtenção e planificação dos recursos direcionados para um determinado resultado económico e social.

A economia solidária regional analisada, configura-se mais como uma forma de sobrevivência familiar e comunitária, com vista à constituição de um modo alternativo de produção e consumo ou da conformação de outra forma desenvolvimento económico e social, ressaltando que o processo de desenvolvimento é extremamente complexo, produzido por transformações profundas em toda a estrutura económica e social, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e a qualidade do capital necessário ao processo produtivo e a técnica de produção.

Em suma, foi possível concordar com Melo (2022), na medida em que a união paradoxal dos trabalhadores solidários metamorfoseados em patrões e empregados ao mesmo tempo, obstaculiza a luta de classes e a união dos mesmos em sindicatos e partidos políticos, pois os torna seres sociais híbridos, sem rosto e sem bandeira reivindicatória, sendo que o que os une é a luta diária pela sobrevivência, num novo contexto tecnológico, económico, geográfico e social de exploração da força de trabalho sob novos paradigmas.

5.3. As práticas características da economia solidária adoptadas pelas cooperativas agrícolas e a contribuição para o desenvolvimento local de Marracuene.

As práticas características da economia solidária no distrito de Marracuene adoptadas pelas cooperativas agrícolas são manistestas em: i) auto-gestão, participação democrática e fortalecimento do tecido social; ii) valorização da produção local e fortalecimento da economia; iii) promoção da agro-ecologia e sustentabilidade ambiental; iv) criação de espaços de educação e aprendizagem; v) geração de trabalho digno e inclusão social e economica.

A auto-gestão, a participação democrática e o fortalecimento do tecido social, são apresentadas segundo os dados como elementos interligados para descrever a autonomia e emponderamento das cooperativas, através da capacidade gerada como resultante das interações do capital social, que exerce sobre as decisões em torno da gestão das cooperativas colaborando com o fortalecimento dos laços sociais que se baseiam, a busca da auto-gestão e a promoção do desenvolvimento local. O desenvolvimento local é idealizado na prática do modelo de auto-gestão (cooperativas), no qual os indivíduos actuam como sujeitos em decisões referentes ao empreendimento econômico solidário em que se encontram inseridos. Tal participação resulta em resgate de cidadania, através da qual o indivíduo passa a ser sujeito actuante, autônomo, crítico e reflexivo. Como diz França Filho (2004 p. 16), trata-se de uma espécie de política quotidiana, quando indivíduos decidem exercer cidadania, participando de colectivos concretos que atacam problemas públicos através da elaboração de actividades econômicas, no caso em específico o cooperativismo agrícola.

A auto-gestão, sob a perspectiva da economia solidária, é um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos além do econômico em si, como auto-estima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos. É modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, a participação e o envolvimento de todos nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus membros. Han (2009), postula que um dos aspectos primordiais para que as iniciativas e políticas realizadas contribuam realmente na diminuição das disparidades tanto localmente quanto a nível global, é a própria consciência dos factores que resultaram em tais

situações de subdesenvolvimento, é nesta perspectiva que as formas características das dinâmicas da economia solidária, materializada por meios de cooperativas agrícolas, vêm contribuindo para a promoção de mudanças positivas na vida dos cooperativistas, criando uma nova resposta social através do trabalho solidário por meio de estabelecimento de alianças e parcerias entre o capital social.

Os dados obtidos reforçam o postulado de Han (2009), na medida em que, analisar os factores favoráveis ao desenvolvimento local, exige nestes casos, a integração entre os diversos actores da sociedade e principalmente o conhecimento das demandas sociais, que foram excluídas da pauta de desenvolvimento da ineficiência das políticas públicas de desenvolvimento ou ainda pela escassez de recursos, por parte do Estado, para a materialização dessas políticas. Em consequência, cria-se um ambiente de participação democratica directa dos cooperativistas, em colaborações focadas com mesmo propósito de atender a essas alternativas. Este pensamento atrai, como ponto-chave, que é o fortalecimento do tecido social dos participantes em empreendimentos económicos solidários no processo de tomada de decisão sobre os mecanismos de uso e aproveitamento dos recursos ao nível local para o benefício da comunidade.

O surgimento das cooperativas em Marracuene como previamente referenciado obdece duas vertentes, sendo a primeira relacionada com a imersão do que já existia desde o tempo colonial e período pós – indepencia e a outra vertida na génese do cooperativismo mordeno, que deseguam em novas formas de organização social do trabalho seguindo estreitamente os princípios de gestão e funcionamento de uma cooperativa, por outro lado, com o consolidar destes empreendimentos económicos solidários cria-se um espaço que favorece ao fortalecimento dos processos produtivos e de comercialização, integrando consumidores, produtores e prestadores de serviço num mesmo contexto e espaço de interação criando um circuito de procura e ofertas de produtos e serviços para beneficio mútuo.

> "Aos sábados, aqui no distrito temos feiras de exposição de produtos agrícolas que são produzidos pelas cooperativas baseadas neste distrito, onde temos oportunidade de ver as potencialidades de produção, qualidade de produtos e os processos de processamento, que apesar de ser ainda local, já agregam valor aos produtos. (Técnico de Planificação, 45 anos, entrevista informante – chave, 2024) ".

Por seu turno a componente cívica e comunitária que ficou evidente dentro do factor auto-gestão e participação que reforçam ao fortalecimento dos laços sociais, esta em concomitância com (Collado & Do Nascimento, 2018), a construção da viabilidade política pode ser feita com a adoção de novas políticas que incorporem os princípios da sustentabilidade como forma de construir práticas de vida mais sustentáveis. Com a formação das redes se fomenta as trocas de conhecimento, sementes e tecnologias fazendo com que seu uso seja valorizado. Nelas os processos de circulação dos produtos são importantes e o excedente tem valor de uso ocorrendo nos mercados alternativos e entre alianças de produtores e consumidores. Nas discussões de grupos focais, um participante descreveu:

> "Todos os membros da nossa cooperativa têm oportunidade, quando colhem os seus produtos das suas machambas individuais, de vender aos sábados na feira e os nossos potenciais compradores já sabem que sábado logo cedo, muito cedo pode adquirir produtos na Vila de Marracuene (Presidente da Cooperativa, 50 anos, entrevista informante – chave, 2024) ".

A valorização da produção local e fortalecimento da economia é conseguido ao se trabalhar com que Collado & Do Nascimento, (2018), chamam de *comércio justo e solidário*, que é entendido como o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais, que resulta no protagonismo dos empreendimentos económicos e solidários.

A questão do fortalecimento da economia ou a viabilidade econômica na experiência cooperativista começa com o trabalho articulado entre os actores de produção, os actores do mercado para a comercialização e o estado que garante um ambiente favorável para o desenvolvimento destas interações, que facilitam a construção de mercados solidarios como alternativas funcionais de comercialização que contrapõe os mercados tradicionais.

A acção económica como uma das formas caracteristicas de desenvolvimento das cooperativas em Marracuene é materializada através feiras de produtores, que são locais onde a produção pode ser comercializada de forma alternativa tendo autonomia própria em relação ao mercado (Collado & Do Nascimento, 2018). Associada a esta, formas como *home delivery* (entregas domiciliares, tanto para pessoas individuais como para pessoas colectivas), se vê

enraizado o sentido de mercado justo que passa por assinaturas de acordos ou memorandus de entendimento entre as cooperativas e os compradores.

Desta forma, Collado & Do Nascimento (2018), a experiência trabalha na construção e formação de uma cadeia produtiva agroecológica local que se dissocia da produção convencional, embora os desafios de acesso a mercados mais competivtivos se mostre evidente, a viabilidade econômica também é buscada através da certificação participativa e solidária feita tanto pela certificação em cursos técnicos de curta duração, como também em cursos de desenvolvimento instituicional promovidos pelo Estado, SOCODEVI, AMPCM e outros actores relevantes do distrito de Marracuene. A participação e o reconhecimento de sua autonomia tem ajudado na ampliação das possibilidades de apoio que a sociedade organizada e solidária pode oferecer aos produtores cooperativistas desde que organizados e produzindo solidariamente. Como salientou um membro da cooperativa:

> "E a nossa vantagem é que temos um espaço para exposição, venda dos produtos e os processos nas feiras, que acontecem aos sábados, é uniformizado para todos os produtos e isso é algo muito novo para nós, por que antes vendíamos de qualquer forma e cada comprador podia dizer que preço queria comprar os nossos produtos, hoje para babata doce e cebola, por exemplo, usamos o quilograma como unidade de medida dos produtos e conseguimos ter mais lucros que antigamente. (Cooperativista – 37 anos, grupo focal, 2024) ".

As cooperativas agrícolas em Marracuene, possuem características funcionais na sua gestão e se propõem à articulação de estratégia de inovação das redes no processo de desenvolvimento local. Sob a óptica do cooperativismo moderno, as alianças e parcerias estabelecidas, reforçam a idade de Scherer - Warren (2001), figurando como modelos organizados de acção conjunta, elaborados por sujeitos sociais em torno de objectivos comuns, estes empreendimentos, têm-se transformado em estratégias alternativas às políticas públicas para o desenvolvimento e à permanência das pessoas no meio rural (Kunzler, 2017), onde a intensa interação das relações sociais sustenta os processos de mediação com os agentes na busca pela mudança de sua própria realidade social vivida e percebida, enquanto sujeitos activos da construção do seu percurso.

No caso do distrito de Marracuene, as dinâmicas características da economia solidária, também se encontram manisfestas na pratica da agro-ecologia e acções de sustentabilidade ambiental, as quais se mantem pela articulação, pelos laços de confiança existentes e pela proximidade entre os diversos actores, ONG's caso da SOCODEVI e outras organizações de interesse, principalmente as governamentais, como o Programa de Desenvolvimento Cooperativo da Autoridade Tributaria de Moçambique, UNAC, SDAE entre outros.

Para Collado & Do Nascimento (2018), a experiência cooperativa está buscando a viabilidade produtiva ecológica através da mudança de uma agricultura convencional baseada no uso de sementes modificadas, fertilizantes químicos, pesticidas, monoculturas para a agricultura agroecológica. Conforme avança um participante do grupo focal:

> "Agora se fala muito em produtos orgânicos, na cooperativa somos apoiados pelo SDAE e pela SOCODEVI em desenvolver técnicas de produção agroecologicas e os resultados tem sido satisfatórios. A prática agrocecologica nos ajuda a preservar os os nossos solos e os produtos orgânicos são muito procurados em alguns restaurantes Cooperativista – 26 anos, grupo focal, 2024) ".

Os princípios da agroecologia são fundamentais para entender seu funcionamento e seus benefícios. Um dos princípios centrais é a diversificação das culturas, que visa diminuir a dependência das monoculturas e promover a biodiversidade nas áreas agrícolas. O manejo sustentável dos solos e da água também é um princípio chave, buscando práticas que respeitem os ciclos naturais e promovam a saúde do ambiente. A agro - ecologia, além disso, valoriza os saberes tradicionais, fundamentais para adaptar as práticas agrícolas a contextos específicos e para promover a resiliência das comunidades.

A agro-ecologia, por sua vez, também está intimamente relacionada à saúde humana e à promoção da segurança alimentar. A adoção de práticas sustentáveis ajuda a garantir uma produção de alimentos mais saudável, sem o uso de agrotóxicos e outros produtos químicos. Além disso, a agroecologia promove a soberania alimentar, permitindo que as comunidades rurais sejam mais autossuficientes e menos dependentes de mercados externos. Nesse contexto, a agroecologia não apenas contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também promove o bem-estar das populações rurais e a saúde pública de maneira geral (Soares *et al*., 2024; Da Silva

et al., 2023). A transição para a agroecologia exige, ainda, uma revisão dos sistemas de apoio aos agricultores, que, frequentemente, são moldados para favorecer a agricultura convencional. A falta de uma rede robusta de apoio, que inclua assistência técnica qualificada, formação continuada e redes de comercialização eficientes, representa um obstáculo para a adoção da agroecologia.

No desenvolvimento do sistema de produção agrícola diferenciado, no que se refere à degradação ambiental, a influência da cooperativa, vem contribuindo para a maximização da percepção ambiental, da maioria dos agricultores cooperados, colaborando com a proposta do desenvolvimento diferenciado, que permitirá a inclusão sócio - econômica nos ambientes agrários, diante da economia de mercado globalizada. Contudo, a agro - ecologia resgata a relação dos agricultores com o agro - ecossistemas, já que os sistemas agrícolas estão fortemente entrelaçados às questões ambientais, a organização social, valores, crenças, tecnologias disponíveis e percepções ambientais dos actores/agente/sujeitos envolvidos no espaço rural.

Constatou-se, ainda, que os produtores entrevistados percebem os benefícios envolvidos com a produção agroecológica, especialmente com referência à significativa redução do consumo de agroquimicos. Onde, legitimam a proposta agroecológica como uma prática de inserção diferenciada no processo de desenvolvimento das regiões que dependem do sistema agrícola para manter a sua identidade regional.

Dessa forma, as propostas e os processos de desenvolvimento local são dinamizados e compartilhados no centro das relações estabelecidas, assumindo de antemão que, para a ocorrência do almejado desenvolvimento local, é necessário que as cooperativas agrícolas enquanto empreendimentos colectivos apresentem característica que lhe proporcione uma vantagem competitiva diante do cenário económico, através da articulação entre as cooperativas agrícolas, o governo do distrito, a Autoridade Tributaria de Moçambique e a AMPCM. Ao nível programático, avançou um informante-chave:

> "O Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo é uma iniciativa criada pelo Governo da República de Moçambique orientada para assegurar e melhorar organização da base produtiva da rede nacional. Existem diferentes limitações para aquilo que queremos, olhando para os anseios do desenvolvimento da economia

> nacional. É uma iniciativa que surgiu a nível da Autoridade Tributaria de Moçambique, mas que o seu foco não seja necessariamente matéria fiscal, como instituição do governo a Autoridade Tributária é competente para desenhar estratégias orientadas para o desenvolvimento económico do país. Temos limitações de componente fiscal, mas decorrem da exímia organização da economia nacional, na fase actual, este programa integra-se em diferentes instituições do estado, razão pela qual, ao iniciar minha intervenção falei que é um programa do Governo de Moçambique e não da Autoridade Tributária. (Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Informante chave, 2024) ".

Um dos objectos das redes, consistem na agregação da renda para pessoas desfavorecidas, onde as acções das cooperativas primam pela melhoria da qualidade de vida, integração em grupo económico e socialmente activos e intercepção com outros agentes do mesmo terrirorio e não só. Singer (2004), perspectiva o desenvolvimento promovido pelas cooperativas agrícolas são um processo de incentivo para o surgimento de novas formas de trabalho, novas forcas produtivas, que oriinam um crescimento sustentável e económico, que preserve os recursos naturais e compartilhe esses resultados. A prática do desenvolvimento se fortalece e se válida a partir de actividades desses empreendimentos económicos solidários, na medida em que se articulam em prol de novas alternativas para o desenvolvimento no distrito de Marracuene.

A rede solidária é uma alternativa à dispersão e à fragmentação enfrentadas pelos cooperativistas que se reorganizam para criar estratégias de luta, tanto no plano social quanto na esfera horizontal do desenvolvimento. Foi possível constatar pelos dados da pesquisa, que tal reorganização supre a lacuna deixada pelo Estado pela ausência de políticas públicas em prol do desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida dos diversos actores sociais envolvidos.

> "Geralmente já existe uma estrutura da cadeia de valor a nível local, não está descrita em nenhum lado, mas a gente observa alguma organização própria e específica de cada ponto geográfico que nós visitamos, ainda assim no mapeamento que fizemos levantamos aquilo que são as culturas predominantes por distritos, culturais de rendimento e culturas de segurança alimentar, em que são elementos determinantes para aquilo que vai ser o plano de negócios de cada um dos distritos

> por sector de actividades. Adicionalmente, estamos a desenvolver uma iniciativa do âmbito digital cooperativo, ou seja, todas cooperativas criadas vão sendo registadas neste mercado da plataforma de modo a expor aquilo que são seus produtos disponíveis e os que precisam podem solicitar para aquisição ao nível local sem necessariamente incorrer a custos de transporte por parte das cooperativas" (Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Informante chave, 2024) ".

A componente social e económica tem a sua razão de ser por meio da da gestão e alocação eficiente de recursos, originando uma vantagem competitiva em termo macrossociais, onde todos se beneficiam de suas acções. Portanto, verifica-se o desenvolvimento de projectos que visam o incremento económico na renda das famílias vinculadas às cooperativas agrícolas, que muitas das vezes, é materializada pelo estabelecimento de grupos de poupança e crédito rotativo (ASCAS).

Para além destes grupos, ao nível macro, foi possível verificar e observar existência de projectos, entre esses projectos, destaca-se a construção da agroindústria (Nando's) para o processamento do piri – piri produzido pelos cooperativistas e outros produtores individuais baseados no distrito de Marracuene e outros circunvizinhos. As parcerias e alianças firmadas com redes de supermercados, retalhistas, verajistas e promoção de feiras livres no distrito de Marracuene fortaleceram a produção, à medida que houve um aumento na procura e oferta local e, consequentemente, melhoria das bases produtivas e económicas dos cooperativistas, factor esse, que lhes permite assegurar a sua segurança alimentar e expandir as suas liberdades, condições imprescindíveis para o desenvolvimento (SEN, 2000).

Apesar de avanços positivos, no que concerne ao contributo das cooperativas agrícolas no processo de desenvolvimento local no distrito de Marracuene, alguns aspectos negativos foram possíveis de serem captados, principalmente os concernentes à componente organizativa evidenciada pelos dados da pesquisa, na medida em que os actores na área do cooperativismo destacam que:

> "Ainda existem algumas limitações nesta componente de as cooperativas terem vantagens competitivas em determinadas situações, primeiro ainda temos limitações na percepção da importância do trabalho colectivo sob perspectiva do cooperativismo moderno que se prima por estabelecimento de laços de confiança

> entre os seus membros e não só" (Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Informante chave, 2024) ".

Ávila (2005), a geração de trabalho digno e inclusão social são factores característicos das cooperativas em Marracuene, que se encontram vinculados à concepção de cidadania, uma vez que se volta para capacitação técnica das cooperativas, com vista ao desenvolvimento de projectos de geração de renda resultando em uma proposta concreta de inclusão social que visa à inserção de pessoas nas relações de trabalho no mercado, aproveitando idéias originais da comunidade local na qual se insere a incubadora, através de redes colectivas. Modelos de formação e de incubação para estimular a emergência do novo trabalhador empreendedor como agente social e econômico da economia solidária, na medida em que esse possa se organizar de forma colectiva em redes cooperativas ou na forma de redes de trabalhadores autónomo e microempreendedores.

Existem três maneiras diferentes pelas quais as cooperativas de produção agrícola de Marracuene estão a criar emprego: i) as cooperativas oferecem emprego assalariado directo para pessoas que trabalham nestes empreendimentos; ii) as cooperativas oferecem trabalho autónomo aos seus membros, cuja participação nas actividades económicas possibilita que eles tenham uma renda digna garantida; e iii) as cooperativas empregam indiretamente outras pessoas por meio do efeito indirecto das actividades das cooperativas para não membros, que geram renda por meio de transações e oportunidades criadas pelas cooperativas.

Isso pode ser constatado nos empreendimentos económicos solidários do distrito de Marracuene, apontando para o facto de que a economia solidária neste território se configura como um fenómeno residual e complementar à lógica predominante do emprego formal, representada por iniciativas apenas pontuais e permeadas pela necessidade de obtenção de maior ganho financeiro e de complementação da renda familiar, sobretudo nos assentamentos de reforma agrária da região. Em concomitância Salanek Filho (2007), defendem que os empreendimentos económicos solidários regionais são funcionais à mesma lógica dominante de extração de mais-valia da parte ocupada do trabalho, ao possibilitar a contenção das contradições sociais engendradas pelo movimento de exploração do trabalho como fonte única de produção e

reprodução do capital em tempos de acelerado desenvolvimento das forças produtivas, através da manutenção de um expressivo exército de reserva e da precarização do trabalho.

A inserção social foi constatada e descrita como uma forma de integração de indivíduos excluídos dos empregos formais, que veem promovendo a geração de trabalho, renda e autonómia, através de processos e práticas de valorização de pessoas através de laços, alianças e parcerias, garantindo maior dignidade, cidadania e distribuição equitativa dos ganhos, oferecendo um modelo económico, mais justo, democrático e humano para todos. As cooperativas estão dinamizando uma mudança das informalidades dos grupos para as formalidades, tornando os membros agentes proactivos deste processo, esse facto, corrobora com as afirmações dos informantes chave:

> "Existem alguns grupos como nome de cooperativas, mas não são formais, por que não estão registadas e nem funcionam com preceitos do cooperativismo moderno. O nosso papel como estado é facilitar a formalização destes grupos e dotar de mecanismos de gestão democrática e divisão equitativa. A formalização destes grupos em cooperativas de 1 grau distrital (Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Informante chave, 2024) ".

> "A visão do governo de Moçambique é estabelecer um mecanismo funcional de gestão das cooperativistas articulados por entidades independentes, o estabelecimento de uma federação provincial e a confederação a nível nacional em função do capital social que tem, pode se transformar em um banco comunitário ou estabelecer ao um nível nacional um Banco de Desenvolvimento para financiar e promover o cooperativismo moderno (Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Informante chave, 2024) ".

Ávila (2000b), essas se representam como o estado de ânimo, que gera evolutivos e efectivos laços de mobilização e cooperação (de uma pessoa para com a outra, de um grupo para com o outro, de membros de um grupo para com os membros de outro grupo ou de membros para com os membros do mesmo grupo, traduzindo-se em laços efectivos para a mobilização e cooperação solidariedades), cuja formação se materializa pela soma de sentimentos, interesses e finalidades comuns, conferindo as cooperativas agrícolas à união de grupo de significância e relevância social que transcendem as imputadas, os esforços e os dispêndios individuais

implicados, que são característicos de grupos, sociedades, desprovidos da solidariedade que apresentamos como um gatilho para o desenvolvimento de acções solidárias em cooperativas agrícolas.

Em relação as cooperativas agrícolas de Marracuene, a formação e espaços de aprendizagem, tem um papel mais informativo, ou seja, de dotar os cooperativistas de conhecimentos em torno dos princípios da economia solidária e como incorporá-los nos empreendimentos cooperativos. Vale salientar que cada grupo tem suas especificidades, logo, as formações e capacitações são pensadas e ministradas conforme suas demandas e fases de incubação, assim sendo, o desenvolvimento humano, bem como, o desenvolvimento cooperativo deve ser avaliado não apenas por bens económicos, mas pela liberdade das pessoas de serem o que valorizam (tanto condições reais, como as suas capacidades), atributos necessários para que as pessoas possam alcançar os seus objectivos, considerando suas necessidades e contextos individuais (SEN, 2000).

> "Ainda existem algumas limitações nesta componente das cooperativas terem vantagens competitivas e determinadas, primeiro ainda temos limitações na percepção da importância desta forma de organização social do trabalho através de estabelecimento de laços de confiança entre os seus membros. Ou seja, ainda pressiste a lacuna de muitas pessoas na percepção (AMPCM – Informante chave, 2024) ".

> "Há sim, mas existem determinantes para tal, primeiro, é a questão dos aspectos culturais e sociais que têm que ver com a percepção do que é um trabalho colectivo, ainda temos uma imagem muito individualista como moçambicanos. Segundo, é termos acesso à informação (...) é que a informação quando chega e se chega é deficiente aos cooperativistas/produtores, ou seja, eles não conhecendo o preço de referência da produção que estão a fazer, não conhecendo o mercado, não conhecendo a via do escoamento da produção, estão produzir porque estão a produzir, primeiro porque aparece ali alguém e vai comprar a produção deles a preço que quer, porque eles querem ter o mínimo para voltar a fazer outra produção agrícola, então, o acesso à informação é algo que queremos prever na plataforma, de modo que o produtor, mesmo que não tenha meios, através da cooperativa consiga ter sempre acesso à informação, pelo menos alguém vai estar conectado, assegurando através do mecanismos de transparência que todos os cooperativistas

> tenham acesso a esta informação, um outro aspecto é o armazenamento, estamos a trabalhar com instituto de estabelecer parâmetros para assegurar a qualidade do armazenamento dos cereais" (Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Informante chave, 2024) ".

As formações e capacitações das cooperativas se alicerçam constantemente nas dinâmicas de sensibilização, mobilização, organização e planificação de acções, actividades conjuntas nos territórios em que tais empreendimentos económicos solidários se encontram inseridos. Foi possível aferir que embora ainda de forma "tímida" outras formas características da economia solidaria se encontram em emersão, tal é o caso de pequenos grupos de poupaça e crédito formado por mesmos ou parte dos membros das cooperativas. Este processo de formação dos grupos de poupança e créditos é levado a cabo por iniciativa dos próprios cooperativistas e em alguns casos apoiados pelas organizações como SOCODEVI e UCAME. As principais mensagens dos técnicos foram de que com a intridução dos créditos rotativos os cooperativas poderiam poupar e emprestar dinheiro no grupo sem precisar de procedimentos administrativos e burocraticos normalmente requeridos pelas instituições financeiras.

CAPÍTULO VI

Na presente secção apresentamos as conclusões da pesquisa, com enfoque para as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene. Apresentamos, igualmente as referências bibliográficas e os anexos que nortearam o nosso estudo.

6.1. CONCLUSÕES

O cooperativismo agrícola constitui uma alternativa para a promoção do desenvolvimento local, considerando que o mesmo proporciona inclusão económica aos indivíduos de um determinado território, e pode ter reflexo numa dimensão nacional e até global. É que, de acordo com Salanek Filho (2007), por meio da cooperativa é possível que produtos e serviços alcancem outras regiõe, facto que seria pouco provável em acções em que os indivíduos de uma comunidade vivem isolados.

Partindo do pressuposto de que a dinâmica sócio-espacial possui duas dimensões (vertical e horizontal), a pesquisa focalizou-se em procurar explorar os contornos da dimensão horizontal como resposta às verticalidades que são, regra geral, impostas e externas ao lugar. A cooperação é uma estratégia fundamental para se enfrentar o sistema económico de mercado por natureza excludente, sendo, portanto, necessária a criação das cooperativas como um importante canal para a organização do produtor, da produção, para a geração do trabalho e renda, agregação de valor e comercialização da produção, que torna as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene um instrumento capaz de se alcançar o desenvolvimento local.

A perspectiva da análise das cooperativas agrícolas, enquanto expressão da economia solidária, permitiu-nos uma compreensão dos espaços produtivos, que figuram lugares de convergências e construção de vínculos sociais, quer seja pela produção cooperativa, quer seja pela criação de sinergias, para além do trabalho cooperativo, facilitando a articulação entre os produtores envolvidos nestas redes. Elas contribuem para maximizar os processos de produção comercialização, aquisição de produtos e serviços fora do sector agrícola, originando uma diversidade de características de variada natureza que veem facilitando a construção de uma identidade colectiva.

A identidade colectiva tem vindo a fortalecer os laços e sentido de pertença, criando uma visão e objectivos compartilhados que promovem a colaboração entre os produtores e outros actores relavantes da cadeia de valor do cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene, estabelecendo um circuito que facilita a negociação dos processos, o acesso a mercados, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades.

Um outro aspecto relacionado com a construção da identidade colectiva está relacionado com as capacitações ou formações que são promovidos e facilitadas tanto pelo sector público, através do SDAE e do Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo, como por actores do sector privado ou orgamizaçoes não-governamentais, como DGRV, SOCODEVI, AMPCM, que asseguram que todos os membros estejam consciencientes das melhores práticas e tecnologias de produção, permitindo-lhes melhorar consubstancialmente os seus rendimentos agrícolas.

Neste sentido, o aumento da produtividade e do lucro são um dos reflexos do estabelecimento de alianças e parcerias, uma vez que a união dos produtores em cooperativas permite a aquisição de insumos em maior escala e a negociação de melhores preços, bem como, de modalidades de pagamento, contribuindo para na melhoria progressiva da eficácia e lucratividade individual e colectiva. A compra conjunta de insumos e outros bens e serviços permite que os cooperativistas aproveitem o poder da compra para negociar os preços mais baixos com os fornecedores. Portanto, não somente na compra de insumos, mas também, ao se unirem, os cooperativistas melhoram os seus preços de venda de produtos, reduzindo dependência de intermediários e a distribuição, assegurando melhores resultados de produção.

A combinação de custos menores ou baixos de produção, com preços de venda mais altos, tanto na aquisição dos insumos, quanto na venda dos excedentes de produção, contribui para o aumento dos ganhos individuais e das cooperativas. As cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene estão se transformando em importantes agentes de desenvolvimento local, e está sendo por intermédio delas que, em parte, do Gverno do Distrito de Marracuene, está conseguindo se afirmar como um importante território de produção e produtividade agrícola (incluindo culturas comerciais), razão essa que é possível encontrar ao logo do Vale do Rio Incomáti o fomento de piri-piri para alimentar a indústria da Nando’s.

A circunstância favorável ao estabelecimento dos vínculos sociais que favorecem o desenvolvimento local no distrito de Marracuene por meio de cooperativas agrícolas provém de suas condições de gênese: ao nascerem comumente em sectores populares com experiência associativa, comunitária ou classista, a vivência de lutas e mobilizações criam seus protagonistas laços de confiança e competências para defenderem seus interesses (Gaiger, 2008). Pelo ângulo das suas raízes económicas, as probabilidades de desenvolvimento dos empreendimentos crescem quando as práticas cooperativas são compatíveis com a economia solidária típica daqueles trabalhadores, quando se amoldam aos arranjos individuais, familiares ou grupais que lhes asseguram ordinariamente a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência dentro do capital social.

Nas cooperativas agrícolas de Marracuene os vínculos sociais são formados por solidariedades democráticas mas essas solidariedades (mecânicas), são resultantes de anteriores solidariedades que se distinguem: indivíduos reconhecidos como sujeitos dotados de livre-arbítrio e comportam iniciativas de múltiplas organizações, conscientes da insuficiência das formas precedentes de solidariedade social, assentes na comunidade, no Estado e na acção privada (Gaiger, 2008).

Porém, outros aspectos foram passíveis e evidenciados e estão relacionados ao facto das cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene para além dos vínculos sociais estabelecidos pela prática agrícola, elas desenvolvem algumas actividades de poupança e crédito entre os membros da mesma, fazendo com que consigam implementar mais estratégias de amortização das vulnerabilidades, permitindo desse modo, que desenvolvam as suas capacidades tanto individuais como colectivas que se materializam na execução de acções que promovem o desenvolvimento local. As formações como outrora referenciado, são em materias de gestão, funcionamento de empreendimentos cooperativos, liderança, possuindo um potencial emacipatorio que esta sendo incentivado pelo Estado e seus parceiros (SOCODEVI, DGRV, AMPCM) e que veem possibilitando na maior autonomia destes frente ao mercado.

Enquanto espaço de fortalecimento cooperativo agrícola a economia solidaria, as cooperativas do distrito de Marracune funcionam como difusoras de uma solidariedade de estilo democrático, favorecendo relações simétricas no tocante à posição de cada cooperativista diante

dos meios de produção, e ao mesmo tempo constituem uma espécie de simbiose entre interesses individuais e colectivos, no plano da gestão e da organização do trabalho. Por promover valores de auto-gestão e cooperação os empreendimentos cooperativos, são fortalecidos e transformados em uma altemativa viável de desenvolvimento local, através da inserção laboral, geração de trabalho e melhoria da renda, factores que favorem a inclusão social e económica dos produtores.

O espaço cooperativo ao promover o trabalho colectivo em redes solidarias, melhora os índices de produção e produtividade, criando oportunidades de trabalho de qualidade, condições justas e equitarias para grupos de produtores que outrora eram marginalizados. Portanto, a união dos produtores em empreendimentos económicos solidários, melhora sua capacidade de aquisição, poder negocial, capacidade de compras de insumos e outros produtos e serviços de interesse individual ou colectivo, permitindo acesso a mercados mais estruturados.

Ao fortalecer a agricultura familiar as cooperativas agrícolas de Marracuene, garantem sustentabilidade de muitas famílias, que contribuem para inibição do êxodo rural e fortalecendo a produção. Portanto, os fortaleceimento da produção local promove transformações que cujos produto leva a uma transformação estrutural nos contextos em que esses empreendimentos e seus praticantes se encontram inseridos, quer através de acções buscam consciliar a produtividade, cuidado com o ambiente e melhoria de bem-estar social das comunidades locais. O local ganha força como resposta a um processo de marginalização, pobreza e exclusão social, sendo a dimensão horizontal vista na base de vida que amplia a coesão da sociedade civil a serviço de interesse colectivo circunscritos ao distrito de Marracuene.

As cooperativas agrícolas de Marracuene, estão envolvidas em “lutas” e mobilizações sociais, que veem convertendo a confiança, cevada no convívio quotidiano, em confiança social, que prescinde de mútuo conhecimento directo ao se apoiarem na expectativa de correspondência e restituição do equilíbrio causado pelo desemprego e baixa renda, entre contribuições e os benefícios de uns com os outros (Gaiger, 2008). A medida que as actividades desenvolvidas pelas cooperativas agrícolas, vão ganhando sentido e orientação em função dos objectivos previamente estabelecidos, um modelo de futuras colaborações (grupos de poupança e crédito rotativo), cuja reprodução age igualmente em benefício dos envolvidos nestas redes, intensica em sua direcção os fluxos e os circunscritos activos económicos, sociais e políticos do distrito de

Marracuene, que seguindo a lógica horizontal que lhe é endógena, reforçam a busca de melhores respostas as suas insatisfações ou privações, cujos resultados contribuem para eliminação das privações.

As experiências do cooperativismo agrícola têm valorizado a manutenção da coesão social dos produtores nas cooperativas e suas familias, que por meio de solidariedades veem valorizando relações emacipatorias em uma nova relação entre a economia e a sociedade, permitindo a compreensão das potencialidades desta região, como um caminho de busca e construção de um modelo organizativo da produção mais equitativo, inclusivo e sustentável para todos.

Adicionalmente, perspectiva horizontal das cooperativas agrícolas em Marracuene, ocorre também por meio da articulação entre os produtores e os diferentes compradores, sendo pequenos (atacadistas), médios (mercados, mercearias) e grandes (mercados grossistas e supermercados), que para além do aspecto economico envolvido, laços sociais são estabelecidos fora dos empreendimentos cooperativos, que âncoram na autonomia dos grupos que integram para se inserirem na economia de mercado. As actividades colectivas, como feiras agricolas, participações na FACIM, colheitas planificadas, vendas programadas, ou seja, estes aspectos colectivos permitem que os produtores nestes empreendimentos alcancem resultados maiores e rompem as barreiras de privaçoes das suas liberdades. Os contextos de colaboração circunscrito não somente ao trabalho colectivo de produção, como, na colocação dos produtos ao mercado, reforça os contributos teóricos de Coleman (1990) e Putnam (1993), que apontam o capital social e trabalhos em redes como condições fundamentais para alcance de resultados que seriam deficieis ou impossíveis de alcançar se estivem a desenvolver de forma individual.

Os dados empíricos são concordantes ao reforçarem a existência de uma relação acentuada entre os movimentos cooperativos e a componente social, que garante um forte vínculo com a eficácia económica. Os modelos de funcionamento das cooperativas agrícolas desempenham um relevante papel para a melhoria da distribuição de renda equitativa no campo, por promoverem a agregação de valor aos produtos agrícolas e aumentar o poder de barganha dos produtores em mercados relativamente imperfeitos. Para além de apresentarem preços mais justos tanto na compra como na venda dos produtos de seus e para seus associados, figurando

como empreendimentos que se diferenciam para as demais empresas mercantis que é a distribuição/repartição dos excedentes ao final do exercício produtivo ou campanha agrícola.

Seja no quotidiano do mundo dos negócios ou na distribuição das sobras, as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene geram o desenvolvimento por intermédio da distribuição territorial da renda, que é potencializada pelo efeito multiplicador da moeda, uma vez que a circulação desses recursos no município ou na região de origem favorecem a origem de novos negócios, novos empregos e consequentemente mais renda para as próprias comunidades. Esse facto faz com que as cooperativas agrícolas desenvolvam a capacidade de exercer a função social, reduzindo a pobreza, gerando a inclusão social e produtiva e oferecendo melhores condições de vida aos cooperativistas, tornando dessa maneia, promotoras do desenvolvimento local.

As cooperativas agrícolas promovem maior consciencialização sobre a promoção do meio ambiente, contribuindo para uma melhor qualidade de alimentos e, ademais, tornam-se um importante elemento na regulação dos mercados agrícolas, impedindo ou favorecendo a especulação. Conseguem também desempenhar um papel fundamental na responsabilidade de transformação do nível intelectual e cultural da comunidade, suscitando o empreendedorismo e evolução no acesso da cidadania e da própria democracia (participação cívica). Os dados empíricos evidenciaram que os produtores nas cooperativas, usam abordagem de cultivo resiliente ao clima e a agroecologia, favorecemdo o uso sustentável do solo, condição imprescindível para o desenvolvimento local sustentável, valindo deste modo a hipótese da pesquisa.

Foi possível aferir a relação entre os factos alcançados, tanto na dimensão económica que tem gerado emprego e renda, como na dimensão social, que tem gerado inclusão social e resgatado a dignidade humana, aspectos fundamentais para a expansão das liberdades. Ao gerar excedentes com o intuito de comercializar, há também necessidade de contratar mão-de-obra externa à propriedade agrícola (que pode ser membro da cooperativa ou não), gerando emprego e renda para a comunidade na qual os cooperativistas estão inseridos, trazendo oportunidades para os indivíduos da e na comunidade.

Os dados empíricos confirmam ainda a existência do sentido de segurança, que é a expansão das liberdades reais e a eliminação de privações que limitam as escolhas das pessoas (SEN, 2000). Portanto, não se trata apenas de segurança material ou renda, mas principalmente da liberdade de realizar o que cada indivíduo valoriza, que ao associar-se como membro das cooperativas agrícolas, consegue se sentir mais seguro, quanto ao quê produzir, quanto investir na produção, quando produzir, pois, quando decide participar das vendas dos mercados formais/institucionais, já sabe de antemão quais produtos os consumidores demandam, além de que os processos de comercialização dos produtos agrícolas produzidos nos empreendimentos abarcados pela pesquisa são feitas pelas cooperativas, que reduz o risco de incerteza da comercialização.

As cooperativas agrícolas proporcionam segurança financeira aos cooperativistas, por meio de existência de fundos de caixa que é mantido por quotas e reforçado pelos grupos de poupança que vão emergindo como uma ramificação e diversifiçao das fontes de renda dos produtores. A tal segurança de comercialização e recebimentos faz com que os cooperativistas ampliem as suas actividades produtivas e passem a ter responsabilidade de agro-industrialização dos seus produtos, mesmo que ainda em pequena escala, aumentando o seu valor agregado, ocasionando um significativo incremento aos ganhos financeiros da família e ampliação dos negócios, criando o valor adicional para as cooperativas e os cooperativistas.

Essa forma de actuação das cooperativas agrícolas tem gerado aos cooperativistas um novo ânimo, que pode ser observado, principalmente com a permanência das famílias dos produtores no campo, visto que as cooperativas têm contribuindo para efectividade de toda cadeia produtiva (produção, agro-processamento e comercialização), que se concretiza por meio de articulação coordenada e colectiva, por meio de alianças e parcerias, efectivada através da gestão cooperativa. Os ganhos proporcionados pelas cooperativas agrícolas tais como o desenvolvimento de laços de confiança, condições indispensáveis para a cooperação e a credibilidade depositadas uns aos outros e na própria entidade de que fazem parte, estando em concomitância com a abordagem proposta de SEN (2000), em torno do desenvolvimento, onde os resultados obtidos pela prática do cooperativismo são pelo facto da necessidade requerida a estrutura organizativa e do modelo de gestão destes empreendimentos, especificamente, os aspectos concernentes a participação e auto-gestão.

Assim, pelo factos serem criadas e geridas por pessoas residentes do distrito de Marracuene, a aplicação dos ganhos obtidos é na sua plenitude, permitindo um impacto concreto, gerando uma complexidade de interações sociais e económicas.

Portanto, a relação entre o desenvolvimento local e o cooperativismo agrícola no distrito de Marracuene advém do resgate das potencialidades locais, mediante uma visão endógena e horizontal, que se contrapõe ao padrão desenvolvimentista fundamentando em grandes empreendimentos, que concentra a acumulação de capital que se apresenta como excludente e executado de cima para baixo.

As cooperativas agrícolas como empreendimentos económicos solidários materializam-se mediante a práctica de actividades e relacionamentos entre os seus produtores/cooperados, fortalecendo as redes de confiança, a solidariedade, as alianças, as parcerias e cooperação, por meio de uma identidade própria deste território. Nesta perspectiva, fica claro que o capital social organizado por meio de cooperativas agrícolas no distrito de Marracuene, é protagonista do seu próprio processo de desenvolvimento e, mesmo enfrentando obstáculos e dificuldades no aspecto inerente à gestão e actuação no mercado, as cooperativas procuram atender às necessidades dos seus membros quanto à representatividade dos seus interesses, colocando a lógica do cooperativismo como uma forma de desenvolvimento de capacidade e eliminação de privações. A nossa pesquisa comprova que o cooperativismo agrícola possui realmente um elevado grau de socialização e afectividade presente nas formas de pertença que se materializam por meio de acções colectivas em empreendimentos económicos solidários contribuindo, significativamente, para alimentar a solidariedade e o sentido de inclusão sócio – económica.

Reconhecemos que a agenda do Estado moçambicano, com a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo, tem caminhado progressivamente no debate em torno da economia solidária e, mais do que isso, tem injectado recursos às cooperativas. Apesar disso, é sempre necessário recomendar que o Estado moçambicano busque promover a criação de novos postos de trabalho, embora possamos reconhecer que a crise do emprego se relacione não apenas com aspectos conjunturais relacionados às suscetibilidades da política económica, mas também com aspectos de natureza estrutural.

As cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene constituem espaços para que as comunidades locais fortaleçam suas relações, seu modo de vida, criem e incorporem inovações, desenvolvam suas potencialidades locais específicas, não perdendo de vista a importância económica e social, contribuindo assim para promoção do seu próprio desenvolvimento local. Enquanto empreendimento económico solidário, as cooperativas agrícolas precisam não somente aproveitar e viabilizar a sua vocação para criar a sua própria identidade, mas também promover a interação externa, valendo-se de suas vantagens competitivas locais, organizando-se de maneira que possam afirmar-se nesse cenário global. As cooperativas agrícolas oferecem diversos serviços importantes que auxiliam aos cooperativistas a desenvolver as suas actividades de campo, que abrangem desde a assistência técnica, colecta de produtos, armazenamento, a industrialização e a comercialização, proporcionando dessa forma inclusive a assistência social e educacional aos associados, o que lhe permite reduzir as suas vulnerabilidades.

Por fim, foi possível identificar algumas contradições do movimento da economia solidária no distrito de Marracuene, considerando que uma das principais dificuldades observadas é convencer e despertar a sociedade sobre a sua relevância, considerando que constitui uma resposta concreta para a precarização do trabalho, marginalização, exclusão, entre outros factores. As cooperativas agrícolas necessitam não apenas de viabilizar a sua vocação para criar uma identidade própria, mas também promover a interação externa, organizando-se de maneira que possa se afirmar no cenário mais global. As cooperativas agrícolas são inseridas nessa dinâmica como factor relevante que pode impulsionar o desenvolvimento local, por conectarem elementos tácitos de geração de emprego, distribuição de rendimento e melhoria das condições de a vida das pessoas.

6.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrahamsson, H & Nilsson, A. (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo : CEGRAF.

Alcântara, C. (2014). *Políticas públicas municipais e economia solidária. Interações: revista internacional de desenvolvimento local*. Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014.

Alfredo, B (2009). *Alguns aspectos do regime jurídico da posse e o direito de uso e aproveitamento de terras e os conflitos emergentes em Moçambique*. Universidade da África do Sul.

Amado, M. J. S. (2018). *Desenvolvimento Local da Comunidade "Ponta Nobo"*. Instituto Universitario de Lisboa.

Andion, C. (2005). *A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios*. Revista de Administração Contemporânea. Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, mar. 2005.

Araújo, M. (1988). *Sistemas de aldeias comunais em Moçambique*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

Arend, S. C., Coelho, A. N., & Deponti, C. M. (2025). *As percepções dos actores sociais da economia solidária na formação do circuito económico*. Ágora, 26 (2), 195-210.

Armando, C. (2024). *A política de aldeias comunais como proposta de urbanização do meio rural no moçambique socialista (1975-1986)*. Dossiê - Temas da História de Moçambique nos séculos XX e XXI. Outros Tempos, vol. 21, n. 38, 2024, p. 248-266. ISSN: 1808-8031. DOI: https://doi.org/10.18817/ot.v21i38.1117.

Arruda, M (2003a). *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral – homo evolutivo, práxis e economia solidária*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

Arruda, M (2003b). *Situando a Economia Solidária. In: Economia Solidária*. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM.

Asseburg, B. & Gaiger, I. (2007). *A Economia Solidária diante das Desigualdades*. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533.

Attwood, D.W. & Baviskor, B.S. (1980). *Rural cooperatives*. Allyn and Bacon, Boston, MA.

Ávila, A. A. (2000b). *Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral: Edições UVA.

Ávila, F. (2000b). *Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL)*. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v.8, n.13, set.

Barbosa, C. (2007). *E economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Bardin, L. (1977a). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bardin, L. (2008b). *Análise de conteúdo*. 5ª Edição. Lisboa: Edições.

Baron, R. A. (2020). *A comunicação para o desenvolvimento nos cursos de publicidade e propaganda mesorregiao do Vale do Itajaí (SC*). Universidade Regional de Blumenau. Brazil.

Barreto, O. & Paes De Paula, P. (2009). *Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista*. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 199-213, jun.

Barreto, R. de O. & Paula, A. P. P (2009). *Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista*. Scielo – Brazil.

Barros, A. de J. P. & Lehfeld, N. A. de S. (1997). *Projecto de pesquisa: propostas metodológicas*. 5a. ed. Petrópolis: Vozes.

Barros, A. J. da S. & Lehfeld, N. A. de S. (2000). *Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica*. 2. ed. São Paulo: Makron Books.

Barros, H. (1982). *Os grandes sistemas da organização da economia agrícola*. 2ed. Lisboa. Sá da Costa. Coleção – Nova Universidade.

Bauer, M. e George, Gaskell (2007.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Camera Brasileira de Livro.

Bauer, W. & Gaskell, G. (Ed.). (2007). *Pesquisa qualitative com texto, imagem e som: um manual prático*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bebbington, A. (2007). *Social capital and rural development: A review of issues*. World Bank.

Becher, H. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2 ed. São Paulo: Hucitec.

Benatti, H. (1994). *A posse agrária alternativa e a reserva extrativista na Amazônia*. In: D´INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel da (Org.). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

Benini, É. A. & Benini, E. G. (2010). *As Contradições do Processo de Autogestão no Capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária*. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, out./dez.

Benini, É. A., & Benini, E. G. (2010). *As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária*. *Organizações & Sociedade, 17*(55), 605–619. https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000400003.

Berger, P & Luckmann, T. (1978). *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Ttrad. Floriano Fernandes, Rio de Janeiro, editora Vozes, 4ª edição, 247 pp. (1ª edição em Inglês, New York, 1966).

Bialoskorski, N. (2006). *Sigismundo. Aspectos Econômicos das Cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006,

Bialoskorski, S. (2002). *Estratégias e cooperativas agropecuárias: ensaio analítico*. Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócio da UFV. Viçosa, Out. In: Anais.

Bialoskorski, S. (2006). *Estratégias e cooperativas agropecuárias: ensaio analítico*. Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócio da UFV. Viçosa, Out. In: Anais.

Bolle, M. B. (2017). *Como matar a borboleta-azul. Uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Boyer, P. (2002). *Religion Explained The Human Instincts that Fashion Gods, Spirits and Ancestors*. Vintage Books.

Bruyne, P. de. (1997). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os polos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: F. Alves.

Buarque, C. (1999). *Metodologia de planeamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal. Brasília. DF: IICA.

Buarque, C. (2004). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond.

Camila de Moura Vogt, C. M & André Cutrim Carvalho, A. C. (2022). *Crescimento e desenvolvimento numa perspectiva interdisciplinar: ensaios sobre o crescimento económico brasileiro.*

Caplan, S. (1990). *Using focus group methodology for ergonomic design*. Ergonomics, v. 33, n. 5, p. 527-33.

Carvalho et al (2021). *Critical Analysis of Narrative Research*. Research, Society and Development. V. 10, n. 8, e54510817743, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17743.

Carvalho, V. (2009). *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense.

Castelo, C. (2021). *Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempos de guerra (1964-1974).*Tempo, Niterói, v. 27, n. 3, p. 478-500,set. 2021.

Catalisa (2005). *Rede de Cooperação para Sustentabilidade*. Disponível em: < http://www.catalisa.org.br> . Acesso em 28 de Maio de 2022.

Caterall, M & Maclaran, P. (1997). *Focus group data and qualitative analysis programs: coding the moving picture as well as the snapshots*. Sociological Research Online, v. 2, n. 1, mar. 1997. Disponível em: http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/1/6.html acessado no dia 11 de Setembro de 2023.

CEDEAO (2015). *Estratégia de Género e Plano de Ação 2020-2030 da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes 28 de abril de 2020*. Comissária para os Assuntos Sociais e de Género.

Chichava, J. (1999). *Participação Comunitária e Desenvolvimento: O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*. Maputo, Moçambique: Assembleia Municipal de Maputo.

Chitsike, L.T. (1988). *Agricultural cooperative: Development in Zimbabwe*. Zimfep, Harare

Clandinin, D.J. (2006). *Narrative inquiry a methodology for studying lived experience*. Research Studies in Music Education; 27.

Coleman, J. (1990). *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusest. Harvard University Press.

Collado, A. C & Do Nascimento, F. C. (2018). *Uma análise da economia social solidaria em experiencia de agricultura familiar: estudo de casos da coopaecia e da econorte*. Estudos do CEPE. Universidade Santa cruz do Sul.

Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2003). Business research methods. 8th ed. Boston: Irwin: McGraw-Hill.

Cooper, D.R. and Schindler, P.S. (2003). *Business Research Methods*. 8th Edition, McGraw-Hill Irwin, Boston

Coraggio, L. (2007). *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. In Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (orgs.), Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ, Vozes.

Costa, P. de A et al. (2018). *Provocações epistemológicas, teóricas e metodológicas a partir de experiências empíricas de organizações alternativas e contra hegemônicas*. Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Belo Horizonte, v. 5, n. 13, ago.

Costa, W. O. de S. dos A. (2024). *O desenvolvimento como liberdade: possíveis diálogos entre a obra de Sem e os objectivos de desenvolvimento sustentável*. Revista Videre, 16 (34), 100 – 117.

Cowen, P & Shenton, W. (2005). *Doctrines of Development*. Taylor & Francis e-Library. London.

Cruz, A. (2006). *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado, Instituto de Economia. Campinas: Unicamp.

Cruz, A. (2010). *A acumulação solidária– os desafios da economia associativa sob a mundialização do capital*. In: Revista Cooperación & Desarrollo, n.99. Bogotá, Indesco/UCC, 2011. pp. 101-121.

Culti, N. (2006). *Economia Solidária: Geração de Renda, Mitos e Dilemas*.

Da Silva, V. (2013). *Economia Solidária: uma estratégia política de desenvolvimento*. Tese de doutoramento. Universidade Federal da Paraiba. Brasil.

De Sousa, J. (2022). *Economia e ética religiosa: Afinidades electivas entre a ética da libertação e a economia solidária*. Universidade Regional de Blumenau.

Denardin, J. E. (2012). *Sistema plantio direto: evolução e implementação*. In: PIRES, J. L. F.; VARGAS, L.; CUNHA, G. R. da. Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável. Passo Fundo: Embrapa Trigo.

Develtere, P., Pollet, I., Wanyama, F. (2009). *L'Afrique solidaire et entrepreneuriale: la renaissance du mouvement coopératif africain*. Organisation internationale du travail (OIT), Genève.

Dubell, F. (1985). *Cooperative development: Methods of starting and re-organizing.* Education and Research Consultant, Linkoping.

Duval, S. (1998). *Ambiente en el proceso de desarolo*. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-32.

Elias, N. & Scotson, L. (2000). *Estabelecidos e Outsiders: Sociologia das relaçoes do poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

FAO. (2014). *The State of Food and Agriculture: Innovation in family farming*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

FAO. (2018). *Country Programming Framework for Mozambique 2018–2022*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Fernandes, D. (1994). *A avaliação das aprendizagens no Sistema Educativo Português*. Universidade de Lisboa.

Ferreira, M. P. Q. (2024). *A trajectória política e intelectual de Paul Singer: da crítica marxista `a economia solidária*. Instituto de estudos brasileiros. Universidade de São Paulo.

Ferrinho, H. (1978). *Cooperativa e Desenvolvimento Rural*. Lisboa, Portugal: Clássica Editora.

Fischer, T. (2002). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade.

Fisher, A. L. (2002). *Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas*. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. As pessoas na organização. 12. ed. São Paulo: Gente, 2002. cap. 1, p. 11-34.

Fonseca, P. & Mungoi, C. (2024). *Cooperativismo agrícola como um espaço de identificação da construção de vínculos sociais que favorecem ao desenvolvimento local: caso da CoopDasi do distrito de Marracuene*. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.1-174. Contribuciones a Las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v.18, n.1, p. 01-21, 2025.

Fonseca, P. (2017). *Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento local: um estudo de caso de pequenos produtores do distrito de Boane no ano de 2016*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Universidade Eduardo Mondlane.

Fonseca, P. O., Mungoi, C. A., & Pimentel, L. S. J. F. (2025). *Economia solidária como um espaço de desenvolvimento do cooperativismo agrícola configurando-se uma alternativa viável para a promoção do desenvolvimento local: Caso do distrito de Marracuene – Moçambique*. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, 18(1), e14888. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.1-362.

Fontanella et al (2008). *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas.* Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro - Brasil, 24(1):17-27. Janeiro.

França Filho, C. (2004). *A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?* Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-18, mar.

França Filho, C. de & Cunha, V. (2009). *Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA*. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 16, n. 51, p. 725-747, out./dez.

França Filho, G. C., & Cunha, A. C. (2009). *Economia solidária e autogestão: a criação de organizações produtivas em contextos de desenvolvimento*. In G. C. França Filho & A. C. Cunha (Orgs.), **Economia solidária: práticas, desafios e perspectivas** (pp. 21–45). Salvador: Editora da UFBA.

Freitag, R. M. K., & Araujo, A. S. (2011). *Passado condicional no português: formas e contextos de uso*. In Caligrama, 16, 199-228

Gaiger, et al. (1999). *A economia solidária no Rio Grande do Sul: visibilidade e perspectivas*. In: Caderno CEDOPE N. 15. RS: Série Movimentos Sociais e Cultura, 1999.

Gaiger, G. (2012). *Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 313-335, ago. 2012

Gaiger, I & Laville, L (2009). *Dicionário Internacional da outra economia*. São Paulo: Almeida.

Gaiger, L & Laville, L. (2009). *Economia Solidária*. In: A. CATANI et al. (orgs), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra, Almedina: 162-168.

Gaiger, L. I. (2008). *Economia solidária e a reinvenção da economia popular no Brasil*. In L. I.

Gallo, F. B. G. (2016). *Para poderes viver como gente: Reflexões sobre o persistente combate ao modelo de vida disperso em Moçambique*.

Gallo, F. B. G. (2025). *Para poderes viver como gente: Reflexões sobre o persistente combate ao modelo de vida disperso em Moçambique*. Revista Cantareira, n. 25, p. 16-29, 2016. Dossiê Áfricas. Disponível em: https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27921/16315. Acessado aos 25 de Setembro de 2025.

Ganança, C. (2006). *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall.

Gattai, S & Bernardes, A. (2013). *Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária*. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 50-81, nov./dez.

Geertz, C (1962). *The rotating credit associations: a middle rung in development*. Economic Develop man and cultural charge.

Gil, C. (1987). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Gil, C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. 4 Edição. São Paulo.

Gil, C. (2003). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola.

Gil, C. (2009). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. 12 reimpressa. São Paulo: Atlas.

Glaser et. Al. (2002). *Do Institutions cause growth*? Journal of Economic growth.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. (1967). *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. Chicago: Aldine, 1967.

Glaser, B., & Strauss, A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Mill Valley, CA: Sociology Press.

Godoy, S. (1995). *A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

Gomes, et al. (2007). *Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável*. Projecto Casa Brasil: MTE, SENAES.

Gomes, P. et al. (2007). *Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável*. Projecto Casa Brasil: MTE, SENAES.

Gonçalves, R. B. M. (1994). *Tecnologias e organização social das praticas em saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/ Abrasco.

Good, J. & Hatt, K. (1979). *Métodos em pesquisa social*. 7.ed. São Paulo: Nacional.

Governo da Republica de Moçambique (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035).* Acessado em: https://www.presidencia.gov.mz, no dia 15 de Outubro de 2021.

Governo de Moçambique. (2006). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (PARPA II), 2006–2009*. Maputo: Governo de Moçambique.

Governo do Distrito de Marracuene (2023). *Relatório Anual de actividades*. Maputo.

Granovetter, M. (1973). *The strength of weak ties*. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n. 6, p.1930–38.

Guerra, C. (2008). *Gestão das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa*. Lavras: UFLA – Programa de Pós-Graduação em Administração. Dissertação de Mestrado.

Guerra, C. (2014). *Os valores da economia solidária e os valores do trabalho: Um estudo em empreendimentos económicos solidários*. Departamento de Ciência Administrativas, Centro de Pós-graduação e Pesquisas de Administração. Acessado em

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBDVEHY5/1/tese_ana_carolina_guerra.pf, no dia 25 de Outubro de 2021.

Guest, G.; Bunce, A.; Johnson, L. (2006). *How many interviews are enough*? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.

Haguette, F. (1995). *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4ª edição Petrópolis: Vozes.

Haguette, F. (2007). *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.

Han, S. (2009). *Desenvolvimento local: os desafios frente à globalização hegemônica*. Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.2, n.2, abril

Harvey, D. (2003). *The New Imperialism*. Oxford University Press.

Hobsbawm, E. (1987). A Era dos Impérios: 1875–1914.

Holloway, I. & Wheeler, S. (2010). *Qualitative Research in Nursing and Healthcare*. Oxford: Wiley Blackwell.

Homero. F. (1988). *Cooperativas e desenvolvimento rural*. Clássica Editora. Disponivel em: http://unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/E.Solid%C3%A1ria%20%20Gera%C3%7%C3%A3o%20de%20renda,%20mitos%20e%20dilemas.

Ibrahim, A. (2016). *La coopérative agricole française et l'Afrique*. CEDEAO à 40 ANS. Une évaluation des progrès vers l'intégration régionale en Afrique de l'ouest, p.171.

INE (2017). *Censo geral da População e Habitação*. Acessado em: www.ine.gov.mz.

Jaiantilal, D. & Mungoi, C. /2010). *Microempreendedorismo e associativismo: um retrato preliminar de Moçambique*. Outra Economia – Volume IV – Nº 7 – 2º Semestre.

Jesus, P. (2003). *Desenvolvimento Local*. In Antonio David Cattani (org.), A outra economia. São Paulo: Veraz Editores, 72-75.

Johnson, D. (2006). *Focus groups*. In: ZWEIZIG, D. et al. Tell it! Evaluation sourcebook & training manual. Madison: SLIS.

José, C. (2005). *Neoliberalismo e crise do trabalho em moçambique: o caso do caju*. Acessado em: https://codesria.org/IMG/pdf/jose.pdf, em acessado em 25 de outubro de 2021.

Leftwich, A. (2008). *Democracy and development: Is there institutional incompatibility*?

Lehfeld, S. (2007). *Metodologia e conhecimento científico: horizontes virtuais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a.

Lei 23/2009 – *Nova Lei Geral Sobre as Cooperativas de Moçambique*. Imprensa Nacional – Maputo – Moçambique.

Lei nº. 11/95, de 31 de outubro – *Politica Agrária e as respectivas Estratégias de Implementação. Boletim da Republica de Moçambiqu*e. Imprensa Nacional – Maputo.

Leonello, C. (2010). *O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária. Universidade estadual paulista "júlio de mesquita filho" faculdade de história, direito e serviço social*. Acessado em:https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/leonello.pdf, no dia 22 de Março de 2021.

Libombo, S. E., Ferrante, V. L. S. B., Duval, H. C., & De Lorenzo, H. C. (2017). *Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo*. Revista NERA, 20(38), 132–150.

Lima, C. & Souza, R. (2014). *Trabalho, solidariedade social e economia solidária*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 93, p. 139-168, dez.

Lima, J. (2009). *Participação, empreendedorismo e autogestão. Uma nova cultura de trabalho*? Sociologias, Porto Alegre, p.158 – p. 198.

Lima, S. & Neto, C. (2011). *Desenvolvimento territorial e economia solidária: confluências e dissonâncias na política de desenvolvimento rural no Brasil*. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica.

Lopes, A. A & Sousa, I. H. da S. (2023). *Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário re - construindo a história da comunidade de salgado*.

Machel, S. M. (2023). *A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua igualdade, condição do seu triunfo*. Coleção Estudos e orientações, n. 4, Maputo, jul. 1979. Departamento do trabalho ideológico da FRELIMO. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/mulher.pdf: Acesso em: 25 Abril 2024.

Macpherson, I. (2003). *Princípios cooperativos para o século XXI*. Florianópolis: OCESC/SESCOOP/SC, 2003.

MAE (2005). *Perfil do distrito de Marracuene*. Província de Maputo. República de Moçambique.

MAE (2017). *Perfil do distrito de Marracuene*. Província de Maputo. República de Moçambique.

Martins, E. B. C. (2002). *Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania*. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Referências bibliográficas. pp. 265-277. ISBN 978-85-3930-243-7.

Marx, K. e Engels, F. (1965). *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. Supervisão de texto de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Moraes LTDA.

Matine, M. H. (2021). *A questão das aldeias comunais em Moçambique: a integração das famílias camponesasna Aldeia Comunal de Ximbongweni em Guijá, Província de Gaza (1977-1990).* Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Meira, B. (2014). *Liminal organization: Organizational emergence within solidary economy in Brazil*. Organization, v. 21, n. 5, p. 713-729.

Melo, A. (1998). *Ditos e reditos em torno do desenvolvimento local*. A REDE. Novembro.

Melo, A. (2022). *Desenvolvimento local e sustentável e economia solidária regional: as implicações para o processo de desenvolvimento econômico*. Sociedade e Território – Natal. Vol. 34, N. 1, p. 199–216.

Mendes, R. (2016). *O Sentido social e político da Economia Solidária*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

Mészários, A. (2002). A Teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mészários, A. (2006). *A Teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Mészaros, I. (2002). *Educação para além do capital*. Nova Edição Ampliada.

Milani, C. (2005). *Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento.* Ed. Appris, Curitiba

Milani, C. (2005). *Teorias do capital social e desenvolvimento local: Lições a partir da experiência e pintadas (Bahia)*. In: capital social, participação política e desenvolvimento local: autores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escoa de administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS).

MINAG. (2024). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) 2020 - 2030.* Maputo: Ministério da Agricultura.

Minayo, S. (1994). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3ª Edição, São Paulo: Hulcitec/ Abrasco.

Monje - Reyes, P. (2011). *Economia solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica*. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 704-723, set.

Moraes, G. de & Curado, F. (2004). *Os limites do associativismo na agricultura familiar deassentamentos rurais em Corumbá*, MS. In: SIMPOSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONOMICOS DO PANTANAL, 1, Corumbá, 2004. In: Anais..., 2004. Disponível em: http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf. Acesso: em 05 novembro de 2022.

Moraes, P. de & Castro-Silva, R. (2016). *Sentidos e Processos psicossociais envolvidos na Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental*. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 36, n. 3, p. 748- 762, set.

Morgan, D. (1997). *Focus group as qualitative research*. Qualitative Research Methods Series. London: Sage Publications.

Mosca, J. (1999). *A Experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget.

Moura et al. (2003). *Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas*. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2002, Salvador. Anais... Salvador: Anpad, 1 CD.

Muls, L. (2008). *Desenvolvimento económico local*. Universidade Federal Fluminense. Brasil.

Muls, L. M. (2004). *O Desenvolvimento Economico Local do Municpio de Itagua*: O Capital Social e o Papel das Micro, Pequenas e Medias Empresas. PhD thesis, IE/UFRJ, Rio de Janeiro.

Muls, L.M. (2008). *Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais.*

Mungoi, C. (2008). *Desenvolvimento Regional do Vale do Zambeze – Moçambique em perspectiva.* Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento rural da Faculdade de Ciências Económicas da Universidade Federal do Rio Grande de Sul. Acessado em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15649, no dia 01 de Maio de 2022, as 21:00hrs.

Muthemba, J. (1998). *Cooperativas agrícolas em Moçambique, na pós-independência: O caso da Cooperativa 25 de Setembro em Boane*. FLCS – UEM.

Muylaert et al (2014). *Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa*. Rev Esc Enferm USP. São Paulo, SP, Brasil.

Nagem, A & Silva, P. (2013). *Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun.

Nascimento, Torres Do (2016). *Economia Solidária e Cooperativismo no Contexto Rural: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade N.*

Sra. Aparecida. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Acessado em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5509, 18 de Julho de 2021.

Negrão, J. (1997). *Modelo do Comportamento Económico da Família RuralMoçambicana*. Instituto de Investigação para o Desenvolvimento – Cruzeiro Sul. Colecção Estudos.

Newitt, M. (1997). *História de Moçambique*. Editor: Publicações Europa-América.

North, D. C. (1990). *Institutions, Institutional change, and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

North. D. (1990). *Estado e economia no institucionalismo de Douglass North*. Brazil jornal of political Economy

Nyerere, J. (1985). *Para que Africa pueda tener un sistema eficaz de suguridad alimentaria, es preciso un ordem económico internacional más equitativo*. Ceres - FAO

OMR (2020). *Transformação estrutural da agricultura (1991 -2020): Três décadas a marcar espaço*. Acessado em: https://omrmz.org/destaque_rural/dr-154-transformacao-estrutural-da-economia-1991-2020-tres-decadas-a-marcar-o-passo/, no dia 10 de agosto de 2022.

Onuma, S.; Mafra, N.; Moreira, B. (2012). *Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO*. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 65-81, mar.

Ortmann, G. F., & King, R. P. (2007). *Agricultural cooperatives I: History, theory and problems*. Agrekon, 46(1), 40–68.

PARPA II (2006). *Relatório do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006 – 2009*. Maputo – Moçambique.

Patrick, M. (2009). *The African Diaspora: A History Through Culture*. Columbia University Press.

Pereira, R. (2007). *Desenvolvimento Sustentável como Responsabilidade Social das Empresas – um enfoque ambiental*. São Paulo.

Petersen, F.; Souza, G. de; Lopes, A. (2014). *Relações entre autogestão e cidadania: o papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão*. Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 483-495, ago.

Piore, M., & Sabel, C. H. (1984). *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Books

Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.

Pompéu, J. E. et al. (2021). Os *efeitos da realidade virtual na reabilitação do acidente vascular encefálico: Uma revisão sistemátic*a. Motricidade, v. 10, n. 4.

PROAGRI II (2004). *Strategy Document. Maputo: Ministry of Agriculture and Rural Development*. March.

Putnam, D (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas.

Putnam, D. (2002). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália*. Tradução Luiz Alberto. Monjardim. - 5 ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV455. Tradução Making deniocracy work: civic traditions in modem Italy.

Putnam, R. D. (1993). *Making Democracy Work: Civic Tradition and Modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press 1993. Disponivel em: https://doi.org/10.2307/j.ctt7s8r7.

Putnam, R. D. (1999). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV.

Ramon, O. (2013). *O ensino médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho*. Middle school and juvenile insertion in the labor market.

Ranieri, J. (2004). *Apresentação dos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx*. In:Marx, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Traduzido por Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.

Rauen, A. T. (2013). *Eficiência coletiva & empreendimentos autogestionários*.

Rautenberg,R. (2016). *Economia solidária no Brasil e na América Latina: alternativas ao desemprego e à precarização do trabalho*.

República de Moçambique (2020). *Plano Quinquenal do Governo 2020 – 2024*. Maputo: Imprensa Nacional.

Republique Du Benin (2015): *Plan Stratégique de Développement du Secteur Agricole (PSDSA).*

Resisdorfer, V. K. (2014). *O entendimento sobre cooperativismo pelos associados em uma cooperativa de crédito*. RGC, Santa Maria, v. 9, n 17, e5, Jan./Jun., 2022. https://doi.org/10.5902/2359043264423.

Ribeiro, G. S. M. (2008). *O pensamento social sobre o político em Moçambique: estudo de caso da cidade de Tete*. Lisboa: ISCTE.

Ricciardi, L e Lemos, R. J (2000). *Cooperativa: a empresa do século XXI*. Getulio Vergas.

Riedo, I. G., Ribeiro, A. C., & Calarge, T. C. C. (2019). *A prática extensionista e a economia solidária na incubadora de tecnologias sociais e solidarias.* Realização 6(11), 116 – 129.

Rocha, J. A. O & Zavale, G. J. B (2015). *Desenvolvimento do poder local em África: o caso dos municípios em Moçambique.* Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Rodomsky. G. F. W. (2016). *Propriedade intelectual: genética de plantas e ativismo transnacional*. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P. S.; PAIM, H. (org.), Antropologia da Ciência e da Tecnologia: Dobras reflexivas. Porto Alegre: Sulina. pp.281-304..

Rohum, D. & Oliveira, M. (2017). *Economia Solidária e empreendedorismo social*. In: Adriano Belisário. (Org.). Economias Subversivas. Rio de Janeiro: I-Motirõ, 2017. P.132-149.

Rossini, E. (1982). *Pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais do campo*. São Paulo. Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

Rostow. W. W. (1961). *Etapas Do Desenvolvimento Económico - Um Manifesto Não Comunista*. Zahar Editores.

Roulleau – Berger, L. (2003). *La production d'espaces intermédiaires*. Hermès, v. 36, n. 2, p. 147-156.

Rufino, S. (2003). *Redes de Cooperação Solidárias na contribuição do desenvolvimento local: A Economia Solidária em questão*. XIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003.

Sá, G. & Soares, V. (2005). *Reflexões sobre poder e controle nas organizações da economia solidária (OES): um olhar à luz dos bichos de Orwell*. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 01-13, jul.

Sambo, B (s/d). *Exclusão Social nas Zonas Rurais de Moçambique: Os Enteados das Micro finanças*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Universidade Eduardo Mondlane.

Santos, M. (1985). *Espaço e Método*. São Paulo. Nobel.

Santos, S. & Rodríguez, C. (2004). *Introdução: para ampliar o cânone da produção. In Boaventura de Sousa Santos (org.), produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento, 21-66.

Santos, S. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, S. (2002). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Scherer - Warren, I. (2001). *Movimentos sociais e participação. Ambientalismo e participação na contemporaneidade.* São Paulo: EDUC/FAPESP, p. 41-56.

Schimidt, D. & Perius, V. (2004). *Cooperativismo y cooperativa*. In: CATTANI, A. D. (org.). Diccionario de la otra economía. Buenos Aires: Altamira.

Schneider, S. (2008). *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

Schumpeter, J. A. (1911). *Teoria do desenvolvimento económico: Uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, Juro e o Ciclo económico*. Editora Nova Cultural Ltda.

Schwettmann, J. (2004). *Cooperatives and employment in Africa*. Disponivel em: http://www.microfinancegateway.org/gm/.../1.9/.../22563.pdf.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Companhia das Letras.

SESCOOP (2011). *Panorama do cooperativismo brasileiro – 2011*. Disponível em: < http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro___2011.pdf>. Acesso em 28 de Maio de 2023.

Siliya, C. J. (1996). *Ensaio sobre Cultura em Moçambique*. Maputo: CEGRAF.

Silva & Silva (2014). *Importância das redes da cooperação solidaria como factor competitivo em empresas autogestionárias*. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.

Singer, P. (1998). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.

Singer, P. (1998*). Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Singer, P. (2000). *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (org). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.

Singer, P. (2002). *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In; SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Singer, P. (2004). *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In Boaventura de Sousa Santos (org.), produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 71-107.

Singer, P. (2007). *Economia solidaria – un modo de producción y distribución*. In: CORAGGIO, J. L. (org.). La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

Singer, P. (s/d). *A cooperativa é uma empresa socialista*. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org). Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate e Transformações no mundo do trabalho. São Paulo: Unitrabalho.

Souza, L. de. (2000). *O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento*. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cezar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Org). Geografia: Conceitos e Temas. Ed Bertrand, 8ª Edição Rio de Janeiro, Brasil, 2000.

Souza, R. (2006). *Uma outra economia é possível*. São Paulo: Contexto.

Stiglitz, J. E. (1999). *Politicas de Desenvolvimento no Mundo da globalização*. Universidade de Columbia, Prêmio Nobel.

Tamele, B. (2002). *Desafio das políticas públicas para o fortalecimento do cooperativismo agrícola em Moçambique*. Revista de Estudos Rurais, 6(2), 45–62.

Tamele, B. (2019). *Desafios das políticas públicas para o fortalecimento do cooperativismo agrícola em Moçambique*. Revista de Estudos Rurais, 6(2), 45–62.

Tchami, G. (2007) *Handbook on Cooperatives for Use by Workers´s Organizations*. Geneva: International Labour Office.

Tchami, G. (2007). *Handbook on cooperatives for use of workers' organizations*, ILO, Geneva.

Thesing, N; Brum, A; Metodge, M. (2022).*Cooperativismo agrícola: uma prática coletiva para o desenvolvimento socioeconômico nos países da África Ocidental*. DRd – Desenvolvimento

Regional em debate (ISSNe 2237-9029) v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 179-198, 2022.

Tinoco, R. (2004). *História de vida: Um método qualitativo de investigação*. www.psicologia.com.pt.

Valá, C. (2002). *Associativismo Agrícola e Desenvolvimento Local no Chókwe: 1975-2000*. Maputo, Moçambique: INDER, 2002.

Vala, J. (1996). *Representações sociais e percepções intergrupais*. Análise Social, vol. xxxii (140), 1997 (1.º), 7-29.

Vaughn et al. (1996). *Focus group interviews in education and psychology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

Velez-Ibanez, C. (1993). *Bonds of mutual trust: the cultural systems of rotating associations among urban Mexicans and Chicanou*. New Brunswick, N. J. Rutgers University Press.

Vendramini, C. M. M. (2000). *Implicações de atitudes e das habilidades matemáticas na aprendizagem de conceitos de estatística*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Vidal, L. (2005). *O espaço local, um elemento chave para uma globalização mais humana*. @local.glob – O desenvolvimento local hoje – Elementos para uma globalização mais humana. 1. Acedido em 26 de Maio de 2022, em: http://learning.itcilo.org/delnet/doc/portugues/Revista/@local.glob_pt.pdf.

Viegas, L. H. T & Gondin, J. V. (2001). *How are radical innovations developed? an analytical framework to examine radical innovations based on the Values of Cohesion approach*. In: DRUID12 Innovation and Competitiveness: Dynamics of organizations, industries, systems and regions, 2012, Copenhagen. Anais …Copenhagen: DRUID Society, 2012. Disponível em: http://druid8.sit.aau.dk/acc_papers/mup0xvs9xjc2916f5dr6bh2eu3y4.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

Wanyama, F.O., Develtere, P. & Pollet, I. (2008). *Encountering the evidence: Cooperatives and poverty reduction in Africa*. Diponivel em: http://www.cooperatiefondernemen.be/count/click.php?id=3.

Watkins, W. P (1986). *Cooperative Principles: Today and Tomorrow*. Holyoake Books, Manchester.

Weber, M. (1991). *Relações comunitárias étnicas*. Economia e sociedade, v. 1, p. 267-277.

World Bank. (2008). *The World Bank annual report 2008: year in review.*

World Bank. (2020). *Mozambique economic update: Mind the rural investment gap*. Washington, DC.

Yin, K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman.

Yin, K. (2002). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

Yin, K. (2005). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman.

YIN, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

6.3. ANEXOS

1.1.Termo de Consentimento livre e informado para participação do estudo

Nome do Pesquisador Principal: Plínio Osório Fonseca.

Natureza da pesquisa

O estudo insere-se no âmbito do programa de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade, oferecido pela Universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Letras e Ciências Sociais e tem como objetivo principal analisar o estabelecimento das alianças e parcerias em cooperativas agrícolas e seu contributo para o processo de desenvolvimento local do distrito de Marracuene.

Benefícios potenciais para a sociedade

Ao participar desta pesquisa o Sr./Sra. não terá nenhum benefício directo. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as dinâmicas dos pequenos produtores deste distrito, para que o conhecimento que será construído a partir dos dados que serão colhidos, a pesquisa possa ajudar à comunidade científica e outros interessados a compreender eficazmente este fenómeno. Como pesquisadores nos comprometemos a divulgar os resultados obtidos.

Procedimentos

Se pretender ser participante (voluntário) da pesquisa, as entrevistas e as sessões de grupo focal serão gravadas, como também serão captadas/tiradas notas escritas e fotografias. As gravações serão utilizadas apenas para efeitos de análise das opiniões/perceções dos participantes e servirão apenas como material informativo sem referência às respostas de qualquer pessoa específica. Apenas será mantida uma base de dados com a idade e o género de cada pessoa. Não será feita qualquer associação destes dados com a identificação de pessoas ou associações de pessoas.

Tratamento de dados

O tratamento dos dados obtidos garantirá o anonimato dos participantes, não será feito qualquer tipo de uso que possa revelar a identidade dos participantes. Podemos assegurar que qualquer publicação, incluindo a publicação na Internet, directa ou indirectamente, levará àuma violação

do anonimato e da confidencialidade acordada. A tese/pesquisa não conterá quaisquer dados pessoais que possam revelar direta ou indiretamente a identidade de uma pessoa/ participante singular ou associações de pessoas.

Confidencialidade

Qualquer informação obtida no âmbito do presente estudo que o possa identificar será tratada de forma confidencial e não será divulgada sem a sua prévia permissão. Serão tomadas medidas para proteger os dados pessoais contra destruição acidental ou ilícita ou perda acidental, alteração, divulgação ou acesso não autorizado.

Benefícios financeiros/Remunerações

O Sr./ Sra. não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago/a por sua participação.

Recusa em participar do estudo

É inteiramente livre de participar ou não neste estudo. Se se voluntariar para participar no estudo, é livre de se retirar a qualquer momento sem consequências de qualquer tipo. Também é livre de recusar responder a qualquer pergunta ou de participar numa atividade específica.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito do propósito do estudo.

Compreendo os procedimentos acima descritos, fui esclarecido(a), manifesto o meu consentimento. As minhas questões foram respondidas de forma satisfatória e concordo em participar neste estudo. Foi-me dada uma cópia deste protocolo de consentimento livre informado.

Nome do participante _____

Nome do pesquisador _____

Assinatura da testemunha

_____

1.2. Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião para as Cooperativas Agrícolas

Secção - I

1. Idade _____ masculino () feminino ()
2. Tempo que mora na comunidade:
3. Nível de Escolaridade:
4. Cargo na Associação:

Secção - II

1. Qual é a sua profissão, que trabalho você realiza na cooperativa?
2. Que dificuldades e desafios são colocados ao trabalho na cooperativa?
3. Qual é a situação da produção agrícola em termos de volume de produção, áreas cultivadas, e destino da produção?
4. Que produtos agrícolas são produzidos na cooperativa?
5. Que dificuldades enfrentam na produção agrícola?
6. Qual tem sido a contribuição do governo e outros parceiros na produção agrícola junto a vossa a cooperativa?
7. Como tem sido o processo de comercialização das culturas produzidas?
8. Como ocorre a do trabalho?
9. Quais tem sido os problemas frequentes em relação ao desenvolvimento de actividades produtivas?
10. Quais tem sido os principais recursos ou instrumentos usados para a resolução de problemas na cooperativa?

Secção - III

1. Como nasceu a Cooperativa?
2. Porque vocês resolveram se organizar em cooperativa?
3. De que forma esta organizada a cooperativa?
4. Que trabalho os membros da cooperativa realizam?
5. Qual é a contribuição dos membros para a cooperativa?

6. Que benefícios foram realizados na comunidade depois da criação da cooperativa?
7. Houve maior união e cooperação dos membros da comunidade depois da criação da cooperativa?
8. Como é a relação comercial da cooperativa e a administração do distrito de Marracuene?
9. Quais os desafios do cooperativismo nos dias atuais?
10. Na sua opinião é ou não importante criar parcerias e alianças com os outros na realização das atividades, porquê?
11. Que tipo de relação social ocorre na comunidade para o sucesso da vossa cooperativa?
12. Quais são os principais resultados que vocês vêm obtendo como resultado do trabalho cooperativo?
13. Que mudanças verificam na sua vida, comunidade desde que começou a trabalhar na cooperativa?
14. O que você acha que deve ser feito diferente para potenciar a atuação da cooperativa com vista a melhorar os resultados?
15. Como avalias os resultados do trabalho da cooperativa?

1.3. Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião para Instituições governamentais

Secção I – Documentos Normativos

1. Que instrumentos de políticas, leis, estratégias e programas nacionais que se possam estabelecer relação com o desenvolvimento do distrito de Marracuene?
2. Qual é o instrumento mais usado que enquadre o desenvolvimento do Distrito de Marracuene?
3. Fornecer documentos relevantes e importantes que possam apoiar a pesquisa?

Secção II – Questões específicas sobre a produção agrícola promovida pelas cooperativas

1. A vossa instituição tem recebido casos de preocupação relacionados com a produção, comercialização e posse de terra?
2. Tem sido reportado casos de diminuição de volume de produção, perca de terra, decorrentes do funcionamento, conflitos, e outros fatores adversos ao distrito?
3. O que pode ser feito para melhorar a produção agrícola e assegurar a posse de terra pelas cooperativas?
4. Qual é a situação de produção agrícola no distrito de Marracuene?
5. Em relação ao processo de armazenamento, o distrito possui infraestruturas para o efeito?
6. Qual tem sido a política para estabelecimento de preços dos produtos agrícolas a serem comercializados no distrito?
7. Assumindo que a agricultura é a base de desenvolvimento das comunidades, o que é que se tem feito em termos de políticas públicas?
8. Fornecer dados sobre a produção anual do sector cooperativo?
9. No conjunto da produção agrícola, que culturas garantem uma maior segurança alimentar e rendimentos aos cooperativistas?
10. Que papel tem sido desempenhado pelo estado no concernente a melhoria da produção agrícola, posse de terra e acesso aos mercados agrícolas?

11. Que empreendimentos podem ser considerados referência no que concerne a produção agrícola no distrito?
12. Que aspetos positivos podem ser descritos nestes empreendimentos?
13. Dos casos dos empreendimentos malsucedidos, quais teriam sido os factores por detrás?

Secção III - Investimentos

1. Quais são as ações na área agrícola a destacar para maior eficácia e na promoção do desenvolvimento no distrito de Marracuene?
2. O que pode ser feito para captação de investimento para o sector agrário?
3. O que pode ser feito para melhor aproveitamento do potencial existente no distrito?
4. Quais as áreas identificadas para investimentos estratégicos no distrito?
5. Como promover atitudes que propiciem o fortalecimento da auto-organização dos camponeses?
6. O que pode feito de modo a permitir melhores ganhos as cooperativas agrícolas do distrito de Marracuene decorrente da existência da Zona Económica Especial de Macaneta?
7. De que forma as cooperativas de produção agrícola podem tirar vantagens competitivas decorrentes do alargamento da economia de escala doravante do estabelecimento de zonas industriais, parques de máquinas e parque imobiliário no distrito?

1.4 Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião de Discussão de grupos focais para Cooperativas agrícolas

Quebra-gelo

Vocês são produtores agrícolas e estão dedicando essas actividades desde muito tempo e é através dela que vocês procuram garantir a subsistência das vossas famílias. Eles gostariam de saber um pouco mais da vossa experiência na cooperativa.

Vocês recomendariam a outros produtores a se organizarem em cooperativas de produção agrícola? Em caso afirmativo, porquê?

1. Porquê optou/optaram por se organizar em cooperativas de produção agrícola?
    a) Como as parcerias são estabelecidas na cooperativa ou entre os cooperativistas?
    b) Estão satisfeitos com os resultados obtidos com o trabalho cooperativo?
    c) O que o teria ajudado a confiarem-se uns aos outros?
    d) Existe algum instrumento/mecanismo formal que regula as alianças e parcerias entre os membros da cooperativa?

Resultados

2. Foi fácil conseguir um estabelecer esse empreendimento nesta zona ou distrito?
    a) Como avalia os resultados obtidos através da prática desta atividade de forma cooperativa?
    b) O que o teria ajudado a encontrar um nesta forma de organização social de trabalho uma alternativa para atingir os seus objetivos?

Obstáculos

3. Atualmente há um esforço do governo em olhar para o cooperativismo como um caminho para o desenvolvimento, mas também para arrecadação de receitas. Como o Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo pode contribuir na melhoria dos vossos processos produtivos, financeiros e de acesso aos mercados?
4. Como esse processo pode contribuir ou retroceder os vossos esforços da cooperativa?

Melhorias

5. De que forma as cooperativas agrícolas podem tirar vantagens competitivas decorrentes do alargamento da economia de escala doravante do estabelecimento de zonas industriais, parques de máquinas e parque imobiliário?
6. Que contribuição é que estes projetos ou entidades poderiam dar para o sucesso das actividades que são desenvolvidas pela cooperativa?
    a) Tem alguma outra ideia?

Fim

7. Há alguma coisa que gostaria de acrescentar antes de encerrarmos a conversa?

1.5 Roteiro de entrevista da pesquisa de Doutoramento – Guião de História de vida e experiências pessoais

Vós sois produtores agrícolas e dedicam-se a estas actividades há muitos anos. Através delas procuram garantir a subsistência das vossas famílias. Gostaríamos de conhecer um pouco mais sobre a vossa experiência na cooperativa.

1. Que benefícios foram realizados na comunidade depois da criação da cooperativa?
2. Que benefícios produtivos têm alcançado com a participação na cooperativa em comparação com o período em que não fazia parte da cooperativa?
3. Na sua opinião, é ou não importante criar parcerias e alianças com os outros na realização das atividades, porquê?
4. Quais são os principais resultados que têm observadoo como resultado do trabalho cooperativo?
5. Que mudanças verificam na vossa vida e na comunidade desde que começou a trabalhar na cooperativa?

1.6. Tabela detalhada dos grupos focais

Nº	Nome da Cooperativas	Género (H/M)	Composição do grupo focal	Data da realização	Duração	Cultura selecionada
01	Cooperativa CoopDasi	Homens	12	10/05/2024	45 minutos	Batata doce
		Mulheres	14	10/05/2024	60 minutos	Milho
		Homens e Mulheres	12	10/05/2024	75 minutos	Hortícolas
		Mulheres	12	10/05/2024	45 minutos	Batata doce
02	Cooperativas 25 de Setembro	Homens	8	30/04/2024	40 minutos	Batata doce
		Homens e Mulheres	16	30/04/2024	50 minutos	Milho
		Mulheres	7	30/04/2024	35 minutos	Hortícolas
03	Cooperativa Associação 7 de Abril	Homens	15	29/04/2024	55 minutos	Batata doce
		Homens e Mulheres	15	29/04/2024	65 minutos	Milho
		Mulheres	15	29/04/2024	45 minutos	Hortícolas
04	Cooperativa Agrícola Eduardo Mondlane	Homens	8	25/10/2023	35 minutos	Batata doce
		Homens e Mulheres	15	25/10/2023	57 minutos	Milho
		Mulheres	15	25/10/2023	43 minutos	Hortícolas
07	Cooperativa Popular	Homens	10	14/05/2024	28 minutos	Batata doce
		Mulheres	16	14/05/2024	45 minutos	Milho
		Homens e Mulheres	16	14/05/2024	62 minutos	Hortícolas
		Mulheres	16	14/05/2024		Batata doce

Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

1.7. Tabela detalhada das entrevistas aos informantes – chave

Nº	Instituição e posição do Informante Chave	Duração	Data
01	Autoridade Tributaria de Moçambique – Programa Nacional de Desenvolvimento Cooperativo – Director Nacional	57 minutos	01/02/2024
02	SOCODEVI – Coordenador de Desenvolvimento Organizacional	30 minutos	07/05/2024
03	DGRV – Gestor de Projectos	55 minutos	15/02/2024
04	UCAME – Marracuene (União dos Camponeses de Marracuene)	40 minutos	04/03/2024
05	AMPCM – Directora Executiva	60 minutos	13/12/2023
06	SDAE - Marracuene	30 minutos	20/12/2023
07	Governo do Distrito de Marracuene	40 minutos	20/12/2023
08	Gestora da Cooperativa - Cooperativa CoopDasi	65 minutos	10/05/2024
09	SOCODEVI – Oficial Comunicação	25 minutos	07/05/2024
10	Presidente da Cooperativa - Cooperativa Popular	60 minutos	14/05/2024
11	Presidente da Cooperativa - Cooperativas 25 de Setembro	55 minutos	30/04/2024
12	Presidente da Cooperativa - Cooperativa Associação 7 de Abril	45 minutos	29/04/2024
13	Presidente da Cooperativa - Cooperativa Eduardo Mondlane	45 minutos	25/10/2023

Fonte: Plínio Fonseca, 2024.

1.8. Carta de pedido de informação SOCODEVI

SOCODEVI

Maputo, 23 de Abril de 2024

Ref. n°: SOCODEVI-MP/PAEF/24/2024

Ao

Plínio Osório Fonseca

Assunto: Pedido de Informação

Prezado,

Agradecemos pelo seu interesse na SOCODEVI e pelo reconhecimento do nosso trabalho em prol do desenvolvimento cooperativo. É com grande satisfação que estamos dispostos a colaborar com a sua pesquisa sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Local, fornecendo-lhe histórias de sucesso das cooperativistas.

Acreditamos que compartilhar essas histórias pode contribuir significativamente para reforçar o paradigma em torno das cooperativas como alternativa para o desenvolvimento económico. Estamos disponíveis para discutir mais detalhes sobre as histórias de sucesso e como elas podem enriquecer a sua pesquisa.

Para facilitar a colaboração, solicitamos que nos envie mais informações sobre os tipos de histórias que procura e o formato desejado para a partilha com a nossa oficial de comunicação z.mutowe@socodevi.org. Estamos confiantes de que juntos poderemos contribuir para o avanço do conhecimento nesta área tão importante.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração e estamos disponíveis para qualquer esclarecimento adicional que possa necessitar.

Atenciosamente,

Richard Lavallée
Director Nacional Interino e Rep. Do País - SOCODEVI

SOCODEVI
Rua João de Barros nº 305, Sommerschield
NUIT 400017302

SOCODEVI – Sociedade de Cooperação Internacional : Rua João de Barros, nº 305, Bairro do Sommerschield I, Maputo – Moçambique

Tel: +258 21 498580, **Website** : www.socodevi.org

1.9. Carta de pedido de Informação AT

EXMA SENHORA PRESIDENTE DA AUTORIDADE TRIBUTARIA DE MOÇAMBIQUE

MAPUTO

Assunto: **Pedido de Informação**

Plínio Osório Fonseca, estudante do curso de Doutoramento em Desenvolvimento e Sociedade na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e está a elaborar a sua tese subordinada ao tema "**Economia Solidária e Desenvolvimento Local: Uma Análise de Cooperativas Agrícolas do Distrito de Marracuene**". Associado a isso, tem colaborado nas áreas de docência a nível de graduação na Universidade aberta UnISCED e ao nível de Pós-graduação na Corporate Business School (CBS).

Possui publicações nas áreas de Cooperativismo, Estratégias de Marketing de relacionamento para Agronegócios, Capital Social, Educação Inclusiva, Género, Deficiência, Economia Solidária e Desenvolvimento Local. Neste âmbito, solicitamos a Autoridade Tributaria de Moçambique que lhe conceda todo o apoio necessário para o alcance dos seus objectivos.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.

Contactos: +258 827034369/ +258 850608513

Maputo, 29 de Janeiro de 2024

O estudante

Plínio Osório Fonseca